

Contemporânea

REVISTA DE SOCIOLOGIA DA UFSCar

Contemporânea

REVISTA DE SOCIOLOGIA DA UFSCar

• v. 13 n. 2 • Maio-Agosto de 2023 •

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar é revista semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Publica artigos, entrevistas e resenhas da área das ciências sociais, com ênfase sociológica.

Dirige-se a um público científico e privilegia um olhar sociológico contemporâneo sobre questões da sociedade brasileira e internacional.

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar tem por objetivo veicular a produção de pesquisadores/as nacionais e estrangeiros criando diálogos sobre temas de fronteira das ciências sociais. É particularmente aberta a abordagens emergentes sobre novos conflitos sociais, diferenças de gênero, sexualidade, raça/etnia assim como outras formas de desigualdade, deslocamentos, processos migratórios, territorialidades e mobilidades, religiosidades, sustentabilidade, transformações no trabalho e nas profissões, violência, novas articulações entre teoria e empiria, revisões teóricas a partir dos desafios de pesquisa do presente e novas configurações do Estado e formas de governança.

Comitê e Equipe Editorial: Jorge Leite Júnior, Svetlana Ruseishvili, Jacqueline Sinhoretto, Beatriz Patriota (editora assistente) e Patrícia Amorim Weber (editora assistente).

Conselho Editorial:

Antonio Carlos Witkoski (Universidade Federal do Amazonas) Berenice Bento (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) Carlos Lista (Universidad Nacional de Córdoba- Argentina) Carlos Serra (Universidade Eduardo Mondlane - Moçambique) Celi Scalón (Universidade Federal do Rio de Janeiro) Cibele Rizek (Universidade de São Paulo/ Universidade Federal de São Carlos) Daniel Cefai (Ecole de Haute Etudes en Sciences Sociales - France) Evelina Dagnino (Universidade Estadual de Campinas) Franck Poupeau (Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales- France) Howard Becker (Pesquisador Independente - EUA) Irllys Barreira (Universidade Federal do Ceará) José Ricardo Ramalho (Universidade Federal do Rio de Janeiro) José Vicente Tavares dos Santos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) Luís Roberto Cardoso de Oliveira (Universidade de Brasília) Maria Filomena Gregori (Universidade Estadual de Campinas) Miriam Adelman (Universidade Federal do Paraná) Ricardo Mariano (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) Sérgio Adorno (Universidade de São Paulo) Sérgio Miceli (Universidade de São Paulo)

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação

Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar / Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. – v. 13, n. 2, maio – agosto (2023) -, São Carlos: DS e PPGS-UFSCar, 2023.

Quadrimestral

ISSN Eletrônico: 2316-1329

1. Ciências Sociais; 2. Sociologia; 3. Antropologia; 4. Ciência Política

Versão eletrônica disponível em www.contemporanea.ufscar.br

Indexadores: DataÍndice; Latindex; Diadorim; CLASE - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades; OASISBR - Portal Brasileiro de Acesso à Informação Científica; SEER UFSCar - Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas. Disponível também através dos portais Portal de Periódicos da CAPES, Sumarios.org (nacional) e LA Referencia, RCAAAP, REDIB, Web of Science, Libreria Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales CLACSO, Scientific Indexing Services (SIS) e BI-BLAT - Bibliografía Latinoamericana en revistas de investigación científica y social (internacionais).

Endereço:

Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia
UFSCar

Rodovia Washington Luís, km 235 Caixa Postal 676
São Carlos – SP 13.565-905 Brasil
Fone/Fax: (Country Code 55) 11-3351-8673
e-mail: revcontemporanea@gmail.com

Sumário

Dossiê Consumo e classe social: questões metodológicas e desafios empíricos nos estudos sobre distinção e estilos de vida

ORGANIZADORES: MIQUELI MICHETTI E VIRGÍLIO BORGES PEREIRA

Captando a distinção empiricamente: uma análise baseada em
uma pesquisa multimétodo 359

EDISON BERTONCELO EMICHEL NICOLAU NETTO

Dinâmicas distintivas em torno do consumo audiovisual na
cidade de São Paulo 391

MARIA CELESTE MIRA, ANA LÚCIA DE CASTRO E MIQUELI MICHETTI

Desafios teóricos e metodológicos à análise do consumo
das classes populares brasileiras: uma discussão sobre a
“cozinha da pesquisa” 417

ANA RODRIGUES CAVALCANTI ALVES

Cultura de consumo e capitalismo: enquadrando
uma empiricidade..... 445

EDSON FARIAS E BRUNO GONTYJO DO COUTO

Artigos

“Colocando a Mooca na moda”: a mídia e a produção de
paisagens urbanas de consumo e lazer em antigas áreas
industriais de São Paulo 479

VERÔNICA SALES PEREIRA E GABRIEL DOS OUROS

Governamentalidade e consenso na construção da hegemonia
neoliberal: aproximações teóricas 513

KLEITON WAGNER ALVES DA SILVA NOGUEIRA E RONALDO LAU-
RENTINO DE SALES JÚNIOR

Decolonialidade e a Teologia Negra no Brasil: o lugar
afrodiaspórico no projeto decolonial 539

CHARLISSON SILVA DE ANDRADE E PETRÔNIO DOMINGUES

O encarceramento no estado do Rio Grande do Sul: diagnóstico
e tendências no período de 2005 a 2022..... 565

RODRIGO GHIRINGHELLI DE AZEVEDO E LAURA GIRARDI HYPOLITO

Experiências periféricas em Guarulhos durante a pandemia de COVID-19: espaço urbano, territórios vulneráveis e controvérsias	589
WESLEY SANTOS, LIANA DE PAULA E JOANA RODRIGUES	

Entrevista

Teoria da Reprodução Social: elementos fundamentais para um feminismo marxista	619
CINZIA ARRUZZA E TITHI BHATTACHARYA	

Resenhas

Cidades em guerra	655
APOENA MANO E GIOVANNA LUCIO MONTEIRO FERREIRA	
Expandir as ciências sociais, reinventar o cânone	663
AMURABI PEREIRA DE OLIVEIRA	
Meandros da economia do compartilhamento: uma perspectiva sociológica.....	669
TATIANA HORA ALVES DE LIMA E JEFFERSON DANTAS SANTOS	
O cidadão plasmado por aplicativos: Estado, política, precarização e cidadania no contexto latinoamericano do século XXI	675
DIONYS MELO DOS SANTOS	

Contents

Dossier Consumption and social class: methodological issues and empirical challenges in studies on distinction and lifestyles

DOSSIER ORGANIZED BY MIQUELI MICHETTI E VIRGÍLIO BORGES PEREIRA

Apprehending distinction empirically: an analysis based on multimethod research..... 359

EDISON BERTONCELO E MICHEL NICOLAU NETTO

The dynamics of distinction in audiovisual consumption in São Paulo city 391

MARIA CELESTE MIRA, ANA LÚCIA DE CASTRO E MIQUELI MICHETTI

Theoretical and methodological challenges to analyzing the consumption of Brazilian popular classes: a discussion on the “research kitchen” 417

ANA RODRIGUES CAVALCANTI ALVES

Consumer culture and capitalism: framing an empirical approach..... 445

EDSON FARIAS E BRUNO GONTYJO DO COUTO

Articles

“Mooca in fashion”: the media and the production of urban landscapes for consumption and leisure in old industrial areas of São Paulo 479

VERÔNICA SALES PEREIRA E GABRIEL DOS OUROS

Governmentality and consensus in the construction of neoliberal hegemony: theoretical approaches 513

KLEITON WAGNER ALVES DA SILVA NOGUEIRA E RONALDO LAURENTINO DE SALES JÚNIOR

Decoloniality and Black Theology in Brazil: The Place of the African Diaspora in the Decolonial Project 539

CHARLISSON SILVA DE ANDRADE E PETRÔNIO DOMINGUES

Incarceration in the state of Rio Grande do Sul: diagnosis and trends in the period from 2005 to 2022..... 565

RODRIGO GHIRINGHELLI DE AZEVEDO E LAURA GIRARDI HYPOLITO

Peripheral experiences in the city of Guarulhos (Brazil) during the pandemic of COVID-19: urban space, vulnerable territories, and controversies.....	589
WESLEY SANTOS, LIANA DE PAULA E JOANA RODRIGUES	

Interview

Social Reproduction Theory. Foundations of a Marxist Feminism.....	619
CINZIA ARRUZZA E TITHI BHATTACHARYA	

Book reviews

Cities at war.....	655
APOENA MANO E GIOVANNA LUCIO MONTEIRO FERREIRA	
Expand the social sciences, reinvent the canon.....	663
AMURABI PEREIRA DE OLIVEIRA	
Meanders of the sharing economy: a sociological perspective.....	669
TATIANA HORA ALVES DE LIMA E JEFFERSON DANTAS SANTOS	
The citizen shaped by applications: State, politics, precariousness and citizenship in the Latin American context of the 21st century.....	675
DIONYS MELO DOS SANTOS	

Dossiê Consumo e classe social: questões
metodológicas e desafios empíricos nos
estudos sobre distinção e estilos de vida

ORGANIZADORES: MIQUELI MICHETTI E VIRGÍLIO BORGES PEREIRA





Captando a distinção empiricamente: uma análise baseada em uma pesquisa multimétodo¹

Edison Bertonceo²

Michel Nicolau Netto³

Resumo: Neste artigo, propomos uma discussão sobre como investigar a relação entre distinção, capital cultural e classes sociais empiricamente, com ênfase nas questões metodológicas da pesquisa A Distinção em São Paulo. Após uma análise sobre a forma como Bourdieu e outros autores entenderam a distinção e buscaram apreendê-la empiricamente, mobilizamos a referida pesquisa para demonstrar os ganhos do uso de uma pesquisa multimétodo para esse fim. Para tanto, vamos analisar em mais detalhes como a fase de grupos focais foi mobilizada nesta pesquisa.

Palavras-chave: distinção, metodologia, pesquisa multimétodo, grupos focais, Pierre Bourdieu.

1 Artigo resultado de pesquisa financiada pela FAPESP. Projeto temático, Processo n. 2018/20074-2, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. A equipe é formada por Renato Ortiz (coordenador), Maria Celeste Mira (co-coordenadora), Ana Lúcia de Castro, Edison Bertonceo, Jorge Leite Jr., Marco Antônio Almeida, Michel Nicolau Netto, Miqueli Michetti (pesquisadores principais), Beatriz Salgado, Gustavo de Sousa, Larissa Araújo (pesquisadores associados), Elizabeth Silva, Mike Savage, Virgílio Borges Pereira, Vera Cardim e Eduardo Sena (consultores).

2 Universidade de São Paulo (USP) - São Paulo - SP - Brasil - edison.bertonceo@usp.br - ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6771-0563>

3 Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Campinas – SP - Brasil - mnicolau@unicamp.br - ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0893-971X>

Apprehending distinction empirically: an analysis based on multimethod research

Abstract: *In this paper, we discuss how to investigate the relationship between distinction, cultural capital and social classes empirically, with emphasis on the methodological issues from the research **Distinction in São Paulo**. After an analysis of how Bourdieu and other authors understood the distinction and sought to apprehend it empirically, we mobilized the referred research to demonstrate the gains of using multimethod research for this purpose. We analyze in more detail how the focus group phase was mobilized in this research.*

Keywords: *distinction, methodology, multimethod research, focus groups, Pierre Bourdieu.*

Capturar la distinción empíricamente: un análisis basado en una investigación multimétodo

Resúmen: En este artículo, proponemos una discusión sobre cómo investigar empíricamente la relación entre distinción, capital cultural y clases sociales, con énfasis en las cuestiones metodológicas de la investigación **Distinción en São PauloAr**. Después de un análisis de cómo Bourdieu y otros autores entendieron la distinción y buscaron aprehenderla empíricamente, movilizamos la investigación referida para demostrar las ganancias de utilizar una investigación multimétodo para este propósito. Por lo tanto, analizaremos con más detalle cómo se movilizó la fase de grupos focales en esta investigación.

Palabras clave: distinción, metodología, investigación multimétodo, grupos focales, Pierre Bourdieu

Introdução

O livro *A Distinção* (Bourdieu, 2007), publicado na França em 1979, é resultado de uma série de pesquisas de Bourdieu e seu grupo que se estenderam pelas décadas de 1960 e 1970 (Saint-Martin, 2015). Naquele momento, na França, havia um processo de expansão do consumo – Baudrillard (Baudrillard, 2009 [1970]) já cunhava o termo “a sociedade do consumo” –, uma ampliação do acesso ao mercado de trabalho e à universidade e um aumento do tempo livre que poderia ser dedicado ao lazer e à cultura. Enquanto tudo parecia apontar para uma sociedade igualitária, os levantes de 1968 tornavam visíveis os conflitos

sociais que pouco eram notados pela academia e pela política francesas. Esses conflitos tomavam forma analítica nos estudos de Bourdieu e colaboradores da época. Seus escritos sobre educação (Bourdieu e Passeron, 2018 [1964]; Bourdieu e Passeron, 2014 [1970]), frequência a museus (Bourdieu e Darbel, 2007 [1969]) e preferências estéticas (Bourdieu et al, 1993 [1965]) traziam dados e análises que demonstravam como as classes sociais continuavam operando nas disposições dos sujeitos. É justamente em relação à educação⁴ que Bourdieu e Passeron mobilizam o termo capital cultural na tentativa de explicar as chances de sucesso escolar entre pessoas de diferentes classes sociais⁵.

Essa análise desmontava, assim, a visão de que as desigualdades produzidas pelas classes sociais eram pouco importantes. Contudo, também apontava para novas formas de dominação relacionadas às classes. Não apenas pela propriedade dos meios de produção, mas também pelo domínio simbólico da cultura legítima, a classe dominante acumulava bens raros que lhe permitiam exercer seu poder e reproduzir sua posição social. Esse domínio simbólico é mais difícil de se perceber sem o acesso científico, uma vez que aparece em pequenas diferenças de estilos de vida entre as classes. A essas pequenas diferenças, Bourdieu denominou de distinção. Não à toa, a tradução de *A Distinção* para o alemão, a primeira a ser feita no mundo, em 1982 (Sapiro, 2015), foi chamada justamente de *a fina diferença* (die *Feine Unterschied*).

O termo “distinção” tem várias vantagens para dar conta daquilo que Bourdieu estava notando. Em primeiro lugar, jogava luz sobre o papel da diferença no processo de dominação. Bourdieu entende a vida social pela diferença. “Existir é ser diferente” e a condição de uma diferença produzir reconhecimento social significa vantagens a quem ela se aplica. Como afirma Duval com base em *As Meditações Pascalianas* (Bourdieu, 2001), “a vida social é uma luta pelo reconhecimento, no entanto, como mostra o exemplo das medalhas ou dos ritos de instituição, o reconhecimento de um agente tem sempre como contrapartida a rejeição dos outros em uma forma de indiferenciação” (Duval, 2017: 146). Em segundo lugar, é um termo polissêmico, cujos sentidos se completam nos campos de força. Dessa forma, distinção não se define por determinadas coisas

4 Os primeiros usos do termo estão nos livros *A Reprodução* (1970), na segunda edição de *Os Herdeiros* (1979 [1964]) e em *Rapport Pédagogique et Communication* (1965).

5 Segundo os autores, os alunos das frações dominantes possuíam vários atributos – como conhecimento informal sobre a escola, cultura humanística, competência linguística, certas atitudes e estilos pessoais, conhecimento da cultura acadêmica etc. – altamente valorizados na escola (Lamont; Lareau, 1988). Dessa forma, para esses alunos, a escola tinha um senso de familiaridade bastante maior (era como se não precisassem aprender, mas lembrar) e ainda legitimava seus saberes, garantindo maiores chances de bons desempenhos.

ou práticas, mas pela condição de infinitas coisas e práticas, sob determinadas condições sociais, produzirem diferenças capazes de gerar vantagens a quem as detém. Assim, distinção significa diferença, mas também superioridade, e se algo é distinto é porque é socialmente valorizado como superior. Na língua portuguesa, até mesmo classificamos uma pessoa admirável como distinta. A distinção, assim, traduz a proposta de Durkheim e Mauss, segundo a qual toda classificação depende de uma diferença e traz em si uma hierarquização (Durkheim e Mauss, 2000).

Captar as pequenas diferenças não significa captar o que é menos importante. Ao contrário, significa captar aquilo que, por ser pouco percebida como poder (a propriedade de uma empresa é mais fácil de ser percebida do que a diferença de gostos), permite que a classe dominante, em suas diferentes frações, exerça e reproduza seu poder. Por isso, tanto em sociedades altamente desiguais, como o Brasil, quanto em sociedades menos desiguais, como as escandinavas (Hjellbrekke; Jarness, e Korsnes, 2015), a distinção será encontrada toda vez que o pesquisador buscar entender o que produz as formas de legitimação do poder da classe dominante.

Ocorre que captar a distinção tem se mostrado um grande desafio empírico para os pesquisadores. Este artigo se dedica a esse debate. Na primeira seção, apresentamos um panorama que busca demonstrar como o próprio Bourdieu lidou com esse desafio, as críticas que recebeu e como pesquisas recentes responderam a Bourdieu e a seus críticos. Ao fim do item, apontamos o que consideramos relevante para se captar quando se estuda a distinção. Na segunda seção, entramos no universo empírico. Começamos por introduzir a noção de pesquisa multimétodo, a que defendemos ser adequada para responder às questões levantadas para se apreender a distinção. Em seguida, trazemos a pesquisa *A Distinção em São Paulo*⁶, que se utiliza de uma abordagem multimétodo, para nos servir de base para análise. Essa pesquisa busca compreender como a distinção opera em São Paulo e, em especial, o papel desempenhado pelo capital cultural nas dinâmicas de classe da cidade. Focamo-nos na fase dos grupos focais e utilizamos alguns dados ali produzidos para ilustrar nossa discussão. Na conclusão, demonstramos como essa fase dialoga com as outras fases da pesquisa e nos ajuda a responder às questões que levantamos na primeira seção.

Como apreender a relação entre distinção, capital cultural e classes sociais empiricamente?

Pierre Bourdieu caracteriza a classe dominante, em suas frações, como portadora de um senso de distinção, uma forma rara, concentrada nessa classe, que permite que ela faça as distinções entre os bens simbólicos e se aproprie daqueles mais valorizados na sociedade, que lhe garantam vantagens nos subespaços sociais (campos) em que age. Ao contrário da pequena burguesia, que, ao não dominar os códigos, confunde frequentemente o alto e o baixo, o sagrado e profano, a classe dominante sabe perceber as pequenas diferenças que, por exemplo, distinguem um concerto para mão esquerda de Ravel e uma valsa de Strauss. Não se trata aqui de saber diferenciar as notas, os andamentos, a harmonia, mas saber diferenciar as posições simbólicas de cada obra. Esse senso de distinção, na França da época em que Bourdieu pesquisou, manifesta-se centralmente no que ele chamou de gosto desinteressado. Vamos um pouco mais devagar aqui. Para o autor, o espaço social e o espaço simbólico são de duas naturezas diversas (Rosenlund, 2009). Enquanto o espaço social é formado pelas posições objetivas definidas de acordo com três eixos (volume e estrutura de capital, e trajetória das classes), o espaço simbólico é formado pelo conjunto de gostos e práticas que compõem os estilos de vida. Contudo, o fato de existir correspondência entre ambos (o que Bourdieu chama de homologia), ao ponto de haver uma coincidência entre as posições no espaço social e as práticas e gostos específicos no espaço simbólico, demonstra haver um princípio único gerador, que medeia a relação entre os espaços. Esse princípio é o que chama de *habitus*, que nada mais é do que a interiorização das estruturas sociais que predisõem as tomadas de posição. Isso significa que a forma como as pessoas vivenciam as diferentes classes deve gerar as probabilidades dessas pessoas terem certos gostos, certos estilos de vida.

Sendo assim, entender qual a lógica anterior ao gosto, ou seja, aquilo que inconscientemente leva a um sujeito gostar disso e não daquilo, deve ser homóloga à lógica que organiza a condição de existência desse sujeito. No caso da classe dominante, essa lógica é a do desinteresse ou da não-necessidade. Uma vez afastada de toda a urgência da vida pela sobrevivência e pela reprodução – estando os meios já garantidos –, os sujeitos da classe dominante possuem uma relação de distanciamento com o mundo. É justamente esse distanciamento que traduz o senso de distinção em senso estético nessa classe. O senso estético – que Bourdieu toma emprestado de Kant – é a noção de que o belo se dá pela forma, e não pela função. A forma, por sua vez, é tudo aquilo que não tem utilidade, sendo a

não utilidade a tradução no espaço simbólico da não necessidade do espaço social. No caso da França, na época estudada por Bourdieu, o senso de distinção se manifesta de duas maneiras. Na fração dominada da classe dominante, aquela que possui alto volume de capital cultural, manifesta-se no “asceticismo aristocrático”, típico do gosto pela alta cultura, sendo essa mais tipicamente formada pela arte moderna, abstrata. Trata-se de uma arte que não serve de enfeite, que não marca feitas históricos, que não representa, mas que se volta para si, para sua própria forma (a “a arte pela arte”) e, assim, desvaloriza a função. Na fração dominante da classe dominante, a que possui alto volume de capital econômico, o senso de distinção se manifesta no gosto pelo luxo. O luxo, da mesma forma que a estética da arte moderna, preza a forma sobre a função, e se define pela não utilidade (Ortiz, 2019).

Além de um anexo metodológico, diversos escritos explicam como Bourdieu coletou os dados que embasaram sua análise. O central de seu método foi o recolhimento de um conjunto dados gerados por questionário – aplicado por ele e sua equipe e complementado por dados de órgãos públicos – e analisados pela técnica de Análise de Correspondência, da qual falaremos em seguida (Lebaron, 2015). Quase tanto quanto foi louvada, *A Distinção* sofreu um conjunto importante de críticas (Lebaron et al., 2015). Não seremos exaustivos, mas escolheremos algumas dessas críticas que tem implicações metodológicas sobre a captação da distinção.⁷

A relevância da alta cultura. As análises de Bourdieu não deixam dúvida de que o conhecimento da alta cultura e o gosto por ela se relaciona com o alto acúmulo de capital cultural. Ou seja, a alta cultura é distintiva. No momento em que a *Distinção* se internacionaliza, inicia-se um questionamento sobre a possibilidade de sua mesma operação em outros lugares. O principal desafio surge daquilo que ficou conhecida como a tese do onivorismo, desenvolvida inicialmente por Peterson e seus colaboradores (Peterson, 1992, 2005; Peterson e Kern, 1996). Tendo por base pesquisas quantitativas de gostos musicais – com categorias de gênero –, Peterson encontra pouca correspondência entre um gosto por alta cultura (medida por música erudita, especialmente) e as classes altas. Ao contrário, o que eles encontram é um gosto variado, que tende a misturar gêneros musicais de diferentes legitimidades, e outro monótono, que tende a consumir gêneros de legitimidade similar. Ao primeiro, Peterson dá o nome de onivorismo; ao segundo, unívoro. O onivorismo, revelam os dados de Peterson, é a prática mais frequente das classes altas, enquanto as classes baixas tendem

7 Desenvolvemos argumentos nesse sentido em Bertonecelo, Netto e Ribeiro (2022).

a um gosto menos afeito à mistura. Muitas interpretações foram dadas a isso, com diferentes graus de concordância ou refutação. O que interessa, contudo, é sua relação com a distinção. Para alguns autores, como Goldthorpe e Chan (Chan e Goldthorpe, 2007), o fato de não se encontrar uma relação entre alta cultura e posição social demonstraria a incorreção de Bourdieu em tentar relacionar cultura e classe social. Para outros, contudo, e essa é mesmo a noção que Peterson vai adotar, o fato de que a oposição onívoro/unívoro estar ligada à classe social demonstra justamente a ligação proposta por Bourdieu. O que teria ocorrido seria uma passagem do esnobe para o onívoro como fonte de recurso no jogo da distinção. Embora, sob muitos aspectos, difira da tese do onivorismo⁸, a crítica de Bernard Lahire (2002; 2007) a Bourdieu compartilha a ideia de que é muito menos frequente encontrar correspondências entre o gosto e as posições de classe, sendo que os agentes, na maior parte das vezes, assumem práticas dissonantes daquelas de seus grupos e mesmo individualmente misturam práticas de diferentes classificações. Lahire defende a ideia do homem plural e propõe investigar muito mais essa pluralidade das práticas e as variações intra-individuais do que uma correspondência exata entre práticas e grupos sociais.

A não estetização da cultura pelas classes populares. Uma vez que o senso de distinção é uma forma de exercício de poder da classe dominante e ele se relaciona com a capacidade de estetização, Bourdieu duvidava da capacidade das classes populares em estetizar a vida e o gosto. Para o autor, as classes populares se caracterizariam por um gosto da necessidade, ou seja, um gosto que prima pela função, uma vez que elas precisam dar respostas rápidas às urgências da vida. Os dados que ele gerou parecem confirmar sua suposição, mas vários críticos demonstraram que esses dados foram, de certa forma, condicionados ao próprio desenho de pesquisa. Em primeiro lugar, Bourdieu, assumidamente, subrepresentou as classes populares. Em segundo lugar, ele colocou poucas categorias e poucos domínios mais típicos do consumo das classes populares

8 Lahire (2007) expressa cinco diferenças às teses de Peterson: 1) Peterson se concentra apenas no domínio musical e, mais especificamente, em gêneros musicais, enquanto os dados de Lahire cobrem vários domínios culturais, o que lhe permite observar as variações também entre domínios (gostar de música erudita e filme de bang-bang, por exemplo); 2) Peterson se refere apenas a preferências, enquanto Lahire vê nas práticas, e em suas relações com as preferências, o locus adequado para compreender as variações intraindividuais. 3) Enquanto Peterson entende que o gosto onívoro é algo novo, Lahire afirma que esse gosto já podia ser encontrado na década de 1960 se os modelos adequados (que olhassem para desvios em vez de regularidades) tivessem sido aplicados. 4) Enquanto Peterson afirma que o gosto onívoro é mais típico das altas classes, Lahire afirma que as variações intraindividuais aparecem em todas as classes. 5) Peterson trabalha com a escala de grupo, o que não o permite observar as variações internas ao grupo. Lahire propõe uma sociologia em escala individual.

(Bennett, 2011). Seu questionário se baseia amplamente em referências culturais já legitimadas pelas instâncias culturais (como museus, ópera, casas de concerto etc.) e em domínios mais típicos de uma visão legitimista de cultura. Não há perguntas, por exemplo, sobre festivais, feiras etc., como nos lembra Bennett, práticas em que as classes populares tendem a produzir estetização. As razões do autor para tanto são expressas. Uma vez que o senso de distinção se relaciona ao afastamento das ordens mais urgentes das condições de existência, interessa para se compreender o poder as classes superiores. Isso desconsideraria, contudo, tanto a condição das classes inferiores em produzirem formas resistentes de cultura quanto as próprias maneiras como essas classes disputam, entre si, a legitimidade cultural.

Os limites do questionário e as fronteiras simbólicas. Ambas as críticas já nos apontam os limites do questionário como ferramenta para se encontrar fronteiras simbólicas e, por consequência, a distinção. A crítica mais contundente nesse sentido é de Michèle Lamont. Em sua pesquisa sobre as fronteiras simbólicas das “altas classes médias” [*Upper-middle class*] norte-americana e francesa, Lamont se utiliza de entrevistas, e não de questionários. A vantagem das entrevistas, para a autora, é a possibilidade de se captar as categorias que, de fato, os agentes mobilizam para se diferenciarem de outras classes sociais sem assumi-las de antemão. Se, em um questionário, as categorias possíveis são apresentadas pelo pesquisador e por ele classificadas de antemão, em uma entrevista, elas emergem dos entrevistados. É por isso que Lamont (Lamont, 1992) pôde compreender que, se, na França dos anos 1990, a alta cultura de fato é mobilizada pela “alta classe média” para produzir fronteiras simbólicas, nos EUA, ela tem pouca relevância, sendo a moral mais importante. Tivesse ela feito a pesquisa utilizando questionário, talvez as categorias encontradas nas entrevistas não estivessem disponíveis. Ainda na crítica ao uso do questionário, autores que seguem a linha metodológica de Lamont, como Sølberg e Jarness, criticam o uso do questionário pelo fato de a análise de seus dados ser mais capaz de demonstrar “pertencimento de classe” do que propriamente exercício de poder. Pensando em estudos contemporâneos inspirados em Bourdieu, os autores afirmam que, embora muitos deles “empreguem a metáfora de capital para descrever estilos de vida específicos (como formas de capital cultural ‘erudito’ [*highbrow*], ‘emergente’ e ‘cosmopolita’), não é geralmente muito claro se e como praticar tais estilos de vida produz vantagens e privilégios na vida social, como a metáfora sugere” (Sølberg e Jarness, 2019: 180). Lamont e Lareau já diziam uma década antes, em 1988, que, de fato, as pesquisas nos EUA inspiradas em Bourdieu retiravam a dimensão do poder do capital cultural (Lamont

e Lareau, 1988). Pensando na distinção, seria como se o termo fosse resumido apenas à diferença, sem se observar a hierarquização.

As respostas metodológicas serão tratadas no próximo item. Agora nos importa olhar como a bibliografia mais próxima a Bourdieu busca lidar com essas críticas. É provável que o mais contundente nesse sentido tenha sido de Douglas Holt (Holt, 1997), que buscou dar conta das críticas a Bourdieu nos EUA. Segundo o autor, os argumentos críticos à *Distinção* recaem sobre uma análise do capital cultural que confunde os aspectos *abstrato* e *particular* do conceito. Enquanto o aspecto abstrato é produzido pela incorporação das estruturas sociais condicionadas pelas classes, o particular é específico do campo em que o capital cultural é articulado. Dessa forma, o que se incorpora não é exatamente um gosto pela alta cultura, mas uma capacidade de julgamento do mundo social que se manifestará como distintivo em objetos diferentes em cada campo e em situações específicas que, em conjunto, formam um sistema relacional. Ou seja, o capital cultural não estaria em determinados objetos, mas em formas de apreciação que permitem um conhecimento prático nas escolhas dos objetos mais legítimos em cada campo. Não haveria nada, portanto, de essencial na alta cultura para Bourdieu, sendo ela uma manifestação particular do capital cultural relevante para o estudo da sociedade francesa, mas que pode não importar para outros tempos ou outras sociedades. Em vez de pressupor, deve-se, então, buscar perceber qual o capital cultural específico que importa em cada contexto. Em verdade, o próprio Bourdieu (1987) já seguia esse caminho quando ele notava o crescente valor do que ele chamou de capital informacional, ausente em *A Distinção*, mas presente em obras posteriores (Castro, 2002).

Essa perspectiva abre caminho para o que Johaness Hjelbrekke (Nicolau Netto; Bertoncelo, e Ribeiro, 2022) aponta como o mais frutífero atualmente: a busca por formas emergentes de capital cultural, como nomearam Prieur e Savage (Prieur e Savage, 2013). Compreendendo que o capital cultural não se confunde com a alta cultura, mas como uma forma de julgamento legítimo, eles notam que contemporaneamente ocorre o surgimento de novas formas de capital cultural. Eles nunca são exaustivos, nem podem ser, pois as sociedades estão em constante transformação. Porém, observando dados de pesquisas na Inglaterra e na Dinamarca, eles encontram algumas dessas formas (Prieur e Savage, 2015)⁹.

9 São elas: “busyness”, “knowingness” e cosmopolita. Sempre se mostrar *ocupado*, em oposição ao relaxado e preguiçoso, caracteriza o *busyness*. Saber lidar com os códigos simbólicos, usar a ironia ou a seriedade de modo adequado e, assim, mobilizar diferentes referências culturais, caracteriza o *knowingness*. Por fim, uma predileção por referências culturais estrangeiras e uma prática cultural internacional caracterizam o cosmopolita.

Outra resposta às críticas mencionadas anteriormente é o fato de que, mesmo quando as pessoas compartilham os mesmos bens culturais (pressuposto para se falar em gosto onívoro), não o fazem mesma maneira. Diversos autores notaram, como Jarness (Jarness, 2015), que a distinção pode estar se encaminhando do “o que” se consome para “como” se consome. Embora possa haver maior abertura para a diversidade do que se consome, a distinção continua operando porque a forma mais legítima de se consumir continua sendo altamente concentrada nas pessoas que possuem maior volume de capital. Em outras palavras, a disputa pela raridade pode estar tanto no acesso a bens ou práticas quanto em certos modos de deles se apropriar. O caso da comédia, estudado por Sam Friedman (2015), é exemplar. Ele opõe os que possuem mais (HCC – *higher cultural capital* – mais alto capital cultural) e menos (LCC – *lower cultural capital* – mais baixo capital cultural) capital cultural para notar seus gostos de humor. Embora haja, de fato, uma relação entre o volume desse capital e a preferência por certos comediantes, é relevante notar que o gosto por outros comediantes não varia por essa razão. Ou seja, alguns comediantes agradam ou desagradam pessoas independentemente de seus capitais. Contudo, mesmo em relação a esses, a forma de consumo da comédia é diferente. Enquanto os LCC riem facilmente, os HCC tendem a desprezar o riso fácil e agir com ironia àquilo que gostam de forma compartilhada com LCC. Em outras palavras, os HCC prezam a comédia que acham sofisticada, intelectualizada, e ironizam o que gostam, mas acham tolo.

Se levarmos essas análises para preocupações empíricas, ainda antes de pensarmos sobre os instrumentos metodológicos que devemos usar, temos algumas conclusões importantes, às quais nos dedicamos agora.

Captar o poder. Caracterizar as práticas e bens culturais típicos de uma classe não é suficiente para se saber se elas são, ao menos em potência, relevantes para o exercício do poder. Distinção, dissemos, não é apenas diferença, mas também hierarquia. Assim, é necessário que tenhamos em mente que, quando captamos que a prática X é típica de uma classe A, temos apenas uma parte do fenômeno, sendo a outra saber se essa prática é, ou pode ser, mobilizada pela classe A como trunfo. Ser um trunfo significa garantir a aquisição de bens raros e valorizados que: a) garanta a reprodução de classe e a manutenção de fronteiras entre essas classes; e/ou b) garanta o exercício de um domínio pelo reconhecimento social.

Basear-se em categorias retiradas da empiria. Devemos produzir instrumentais metodológicos nos quais as categorias presentes tenham sido ao máximo geradas com base no próprio material empírico, e não de suposições dos

pesquisadores, por mais informados que sejam. Isso evita, de um lado, o curto-circuito provocado por Bourdieu nas classes populares (Bennett, 2011). Afinal, ao supor que as classes populares não possuem um gosto estético, seu gosto não aparece no questionário e, assim, ele não aparece nos dados e nas análises, comprovando-se, por fim, que as classes populares não possuem um gosto estético. Por outro lado, evita-se supor a legitimidade de certas práticas, possibilitando que as categorias presentes na pesquisa sejam classificadas conforme elas de fato são operadas socialmente. Isso vale também para os domínios culturais, uma vez que, antes da pesquisa, ainda não sabemos sequer se determinado domínio pode ser mais ou menos relevante para os jogos da distinção do que outros. É o caso, por exemplo, da análise de compra de carro que se demonstrou altamente distintiva em alguns estudos (Coulangeon; Demoli e Petev, 2015), ou dos julgamentos sobre corpos e beleza e dos cuidados com o corpo (Vandebroek, 2015). Ou seja, é possível que tais domínios importem mais para o jogo da distinção em determinada sociedade do que domínios tradicionais, como, por exemplo, as artes plásticas. Isso nos permite, inclusive, testar a tese das formas emergentes de capital, cultural ou outros.

Saber o “como”. Independentemente do grau de concordância com a tese do onivorismo ou do homem plural, deve-se levar a sério a ideia de que pessoas de diferentes classes têm acesso a muitos dos mesmos produtos culturais. Isso significa que é necessário saber mais sobre como as pessoas se apropriam deles. Mas também é necessário saber mais sobre como as pessoas julgam o que elas e as outras pessoas praticam. O julgamento, seja estético ou moral, como demonstrou Lamont, pode servir de forma relevante de distinção.

Captar as composições. Do mesmo diagnóstico anterior, deve-se também buscar saber as composições de práticas, gostos, conhecimentos que as pessoas possuem. Uma vez que houve uma ampliação nas ofertas culturais, é possível que as composições dessas ofertas sejam mais distintivas do que se ofertadas isoladamente. Por exemplo, gostar de filmes de heróis pode não ser distintivo em si. Mas, se estiver ao lado de gostos por produtos orgânicos na culinária e por Proust na literatura, pode demonstrar uma abertura cultural (Szerszynski e Urry, 2002), a qual pode ser vista como distinta (Coulangeon, 2021). Observar as combinações nos permite, ao mesmo tempo, apreender o valor relacional dos bens, das práticas e dos gostos, assim como as disposições que orientam as diferentes escolhas.

Mensurar a herança. Os últimos dois itens – captar o como se consome e as composições – pressupõem que se capte aquilo que Will Atkinson chamou de “domínio do simbólico” (Atkinson, 2017). Para o autor, a principal característica

da distinção é saber escolher os símbolos mais legítimos em um universo, em si, caótico. Isso se relaciona especialmente com a atenção que Bourdieu deu à incorporação invisível e indolor, em geral na primeira infância, das estruturas sociais. Ou seja, trata-se de um poder não consciente que faz com que quem o tenha saiba tomar as escolhas mais legítimas. Na análise do capital cultural, isso se refere ao que o autor chamou de capital cultural incorporado. Para se captar esse capital, é necessário um esforço de se apreender a herança das disposições – do *habitus* –, ou seja, como e quando certas práticas foram passadas aos sujeitos. Dessa forma, é tanto necessário saber as composições de capital herdado (dos pais, ao menos, se possível dos avós), como também a iniciação dos sujeitos em determinadas práticas. Não só o tempo de exposição quanto o momento do início podem ser determinantes para o domínio do simbólico.

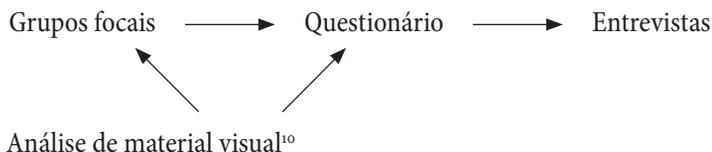
A operacionalização da pesquisa e a abordagem multimétodo: o uso dos grupos focais

Vimos que a relação entre distinção, capital cultural e classes sociais foi construída como um problema empírico de investigação sociológica em *A Distinção*, tendo se tornado, desde então, objeto de diversos outros estudos em diferentes contextos nacionais nas décadas seguintes. Tais estudos colocam a seguinte questão: os processos de distinção têm como fundamento o controle do capital cultural, especialmente em sua forma *incorporada*, como disposições relativamente duráveis e transponíveis que se objetivam por meio de posturas corporais, competências diversas, preferências estéticas que conferem poder aos agentes nos principais mercados de concorrência social? Essa questão principal geralmente se desdobra em várias subquestões relacionadas: a cultura é um recurso que confere poder aos agentes nas relações sociais, portanto, um capital? Qual é a forma que assume em determinado contexto histórico-social? Gostos, preferências estéticas, domínio de outras línguas, vivências no exterior, enfim, uma certa orientação em relação à *cultura*, contribuem para a formação de fronteiras sociais e simbólicas (portanto, entre as classes e suas frações), para a produção e reprodução de desigualdades, para a hierarquização social?

São questões bastante complexas cujas respostas exigem diferentes fontes de dados, diversas técnicas de observação e diferentes métodos de análise e de interpretação de dados. Enfim, um estudo que se preste a investigar “se as pessoas reconhecem fronteiras sociais e culturais e se os grupos sociais produzem juízos de superioridade e inferioridade social em relação uns aos outros com base nos gostos culturais” deve se valer daquilo que veio a ser recentemente

conhecido como *pesquisa multimétodo* (Silva; Warde e Wright, 2009: 300). Pesquisas desse tipo, como mencionado, são caracterizadas pela combinação de diferentes técnicas de produção de dados e de métodos para analisá-los e interpretá-los (Creswell e Clark, 2018; Bryman, 2006).

Na pesquisa *Distinção em São Paulo*, cujos resultados parciais aqui discutimos, construímos um encadeamento de técnicas de produção de dados qualitativos e quantitativos com base no esquema a seguir:



Nesse esquema, as setas indicam o fluxo principal de dados para a construção dos instrumentos de observação. Assim, a pesquisa em programas de estilos de vida em canais de televisão fechada possibilitou a formulação de hipóteses e a produção de dados utilizados na construção dos roteiros dos grupos focais e no questionário¹¹. No entanto, com exceção da pesquisa em programas de tevê, as outras técnicas de observação têm igual importância na produção dos dados gerais da pesquisa, ainda que exista, entre elas, uma sequência lógica que discutiremos a seguir.

Um grupo focal é uma *técnica qualitativa* que “coleta dados através da interação de um grupo de pessoas [reunidas para falar] sobre um tópico determinado pelo pesquisador” (Morgan, 1996: 130). Essa definição sublinha três aspectos importantes: i) um grupo focal é uma técnica orientada para a produção de dados *qualitativos*; ii) utiliza a *interação entre as pessoas* como a fonte primária de produção de dados; iii) o moderador tem um papel ativo na condução das discussões segundo os propósitos da pesquisa (idem, *ibid.*)¹². As duas principais características definidoras dos grupos focais, quais sejam uma *discussão focada* em alguns temas conforme os interesses da pesquisa e a *interação entre as pessoas*, conferem grandes vantagens ao uso dessa técnica para propósitos

10 Resultante da pesquisa em programas sobre estilos de vida exibidos em canais de TV fechada e internet. Ver resultados parciais aqui: <https://csc.ifch.unicamp.br/pf-csc/2023-02/ESTILOS%20DE%20VIDA%20NA%20TV%20E%20INTERNET.pdf>

11 No momento da escrita deste texto, já cumprimos as fases de análise de material visual e de grupos focais. Estamos na fase de elaboração do questionário.

12 Para revisões sobre o uso dos grupos focais como uma técnica de produção de dados nas Ciências Sociais, consultar também Morgan e Hoffman (2018) e Barbour e Morgan (2017).

exploratórios: em relação à observação participante, por exemplo, os grupos focais possibilitam a produção de uma grande quantidade de informações sobre um tópico de interesse, que dificilmente poderia ser obtida em um contexto “natural” de interação social; em relação a entrevistas individuais, por sua vez, a interação grupal cria condições propícias para um *fluxo menos dirigido de comunicação* entre os participantes, fazendo emergir temas não antecipados. De fato, *os grupos focais são bastante úteis nas etapas de investigação em que o pesquisador nem sequer ainda sabe muito bem quais questões deve fazer* (Morgan, 1997).

Grupos focais têm uma longa história na Sociologia e, nas últimas décadas, houve uma forte expansão no uso dessa técnica em pesquisas da área, sendo considerada atualmente parte do rol das técnicas de observação à disposição de cientistas sociais e de outras áreas (Morgan e Hoffman, 2018; Caillaud e Flick, 2017; Hennink, 2017). Eles podem ser usados como a única ou principal técnica de produção de dados, como uma técnica *suplementar* em relação a outras consideradas primárias ou *em combinação* com outras técnicas em pesquisas multimétodo, sendo todas igualmente importantes na coleta dos dados. Este último uso é o que mais se aproxima da estratégia adotada na pesquisa que é objeto deste texto.

Em nossa pesquisa, a realização dos grupos focais nos permitiu formular hipóteses para algumas questões iniciais: o que as pessoas fazem em seu tempo livre? Quais os domínios da prática em que mais investem tempo e energia? Como elas falam de seus gostos e dos gostos de outras pessoas? Que categorias empregam para isso? Ao emitirem juízos sobre o gosto, assumem a existência de hierarquias culturais? Elas fazem associações entre certos gostos ou práticas e certos grupos de pessoas? As pessoas se classificam socialmente com base nos gostos ou preferências estéticas?

Além de nos permitir formular algumas respostas iniciais a essas questões, os grupos focais também foram úteis para a elaboração do instrumento quantitativo de investigação: o questionário estruturado. Conforme sugere a literatura específica, os grupos focais podem contribuir com a construção de questionários, possibilitando captar os domínios mais importantes a serem mensurados, identificar as dimensões pertinentes a cada um deles e fornecer as categorias utilizadas nas perguntas ou respostas, tornando-as inteligíveis ao respondente.

Em nossa pesquisa, o material produzido por meio dos grupos focais nos ajudou a captar alguns domínios da prática que mobilizam fortemente as pessoas em seu tempo livre, sendo, possivelmente, instâncias empíricas privilegiadas para a apreensão dos processos de distinção, como os domínios do audiovisual

(música, cinema, filmes, séries), do entretenimento/lazer (televisão, viagem, shows), dos cuidados corporais etc. As discussões nos grupos focais também nos permitiram apreender aspectos relevantes das práticas a cada um desses domínios que diferenciam os participantes, como, por exemplo, a frequência com que alguém vai comer fora, o lugar preferido para comer e o conhecimento da oferta de restaurantes na cidade. Ou seja, nesse domínio específico, as discussões ajudaram a iluminar possivelmente diferentes orientações em relação à alimentação e, como hipótese de trabalho a ser testada ao longo da pesquisa, algumas homologias entre as oposições no campo gastronômico e as posições sociais dos participantes. Por fim, as próprias categorias “nativas”, mobilizadas pelos participantes dos grupos focais, também foram úteis para formular os itens do questionário, como os nomes de filmes, séries e restaurantes que as pessoas gostam ou rejeitam.

Composição e moderação dos grupos focais

Em termos de sua composição, os grupos focais podem variar bastante quanto ao grau de homogeneidade social dos participantes. Embora o procedimento de recrutamento dos grupos geralmente favoreça a homogeneização dos participantes, existe um debate hoje acerca das possibilidades oferecidas por grupos focais heterogêneos, como, por exemplo, a produção de diferentes pontos de vista sobre um tema (Morgan e Hoffman, 2018). Em nossa pesquisa, buscamos maximizar as chances de compor grupos focais socialmente homogêneos, de modo a facilitar o diálogo entre os participantes e minimizar o risco de assimetrias de poder que poderiam enviesar a comunicação. Esse risco se colocava de modo particularmente intenso para nossa pesquisa em função dos tópicos abordados nos grupos focais: diferenças marcantes em termos de capital cultural entre os participantes, por exemplo, trariam o risco de que os mais despossuídos se abstivessem de falar por não se perceberem como detentores do direito de opinar em matéria de gosto ou cultura. Em grupos focais relativamente homogêneos, os participantes tendem a compartilhar entendimentos, concepções do que é evidente, familiar ou “natural” (um “mundo da vida”, no linguajar da fenomenologia) e esse “solo comum” cria condições propícias para um fluxo profícuo de ideias. Ao mesmo tempo, buscamos compor grupos focais bastante diferentes *entre si*, segundo critérios que logo serão discutidos, com o objetivo de captar diferentes pontos de vista sobre os tópicos discutidos.

A homogeneização dos grupos focais foi feita conforme os critérios de idade e classe social. No que se refere à idade, há muitos estudos evidenciando a

existência de diferentes orientações em relação à cultura ou, mais amplamente, ao uso do tempo livre em função do *ciclo de vida*, de aspectos *geracionais* ou da *coorte* de nascimento (Reeves, 2016). Um exemplo pertinente à nossa pesquisa se refere às enormes diferenças que separam os mais jovens dos mais velhos em relação ao consumo de “alta cultura” (Bennett *et al.*, 2009: 52-54).

Em relação à classe social, fundamentamo-nos em uma abordagem bourdieusiana que concebe as “classes” como conjunto de agentes que ocupam posições vizinhas no espaço social, em função do modo como se distribuem os recursos que conferem poder nos principais mercados de concorrência social (sobretudo, o capital econômico e o capital cultural). Considerando as três dimensões que estruturam a distribuição desses recursos (a vertical, que corresponde ao volume global de capital; a horizontal, referente à composição dos capitais; e a diacrônica, referente às trajetórias de acumulação ou reconversão de capital), optamos por formar seis grupos focais, recrutando indivíduos com base em regiões distintas do espaço social recortado, conforme o eixo vertical, em três partes (superior, médio e inferior), e, conforme o eixo horizontal, em duas partes, de acordo com o peso relativos dos diferentes tipos de capital (mais capital cultural que econômico ou, ao invés, mais capital econômico que cultural).

A formação dos grupos focais foi feita por meio de um questionário disponibilizado virtualmente que funcionava como um filtro de recrutamento.¹³ Além de questões referentes ao perfil do respondente (gênero, idade, orientação sexual, identidade de gênero, raça/cor, estado civil, quantidade de filhos), foram incluídas questões usadas como indicadores da posição de classe, como ocupação¹⁴, renda familiar *per capita* e escolaridade do indivíduo (aqueles com, pelo menos, ensino superior incompleto deveriam informar qual o curso superior e a instituição de ensino). De modo a construir um indicador de capital cultural acumulado na família, havia questões sobre o acesso dos pais ao ensino superior e se outras pessoas na família também cursaram o ensino superior. Para melhor caracterização dos grupos médios e inferiores, perguntamos se os indivíduos foram cotistas ou bolsistas pelo FIES (para aqueles que haviam alcançado o ensino superior) e se, durante a infância ou adolescência, haviam frequentado algum programa de acesso à cultura. Por fim, considerando os padrões de segregação urbano-espacial que caracterizam a cidade de São Paulo, pedimos que os respondentes informassem o bairro de residência, informação que também constitui um indicador pertinente de capital econômico.

13 Consultar o site da pesquisa *Distinção em São Paulo* em <https://csc.ifch.unicamp.br/grupo/15>.

14 Para mais informações sobre a grade ocupacional utilizada, ver Bertoncello (2022) e Atkinson (2017).

O uso dessa abordagem multidimensional nos permitiu construir grupos bastante homogêneos em termos dos principais indicadores de classe. Por exemplo: o *grupo superior mais rico em capital cultural que econômico* era formado por indivíduos com diploma de ensino superior (alguns com mestrado ou doutorado) obtido em instituições de ensino superior prestigiadas e cujos pais haviam também concluído o ensino superior. Por sua vez, o *grupo superior mais rico em capital econômico* era composto por profissionais liberais ou com cargos gerenciais ou diretivos em grandes empresas, com elevada renda familiar (acima de seis salários-mínimos *per capita*), e que residiam em bairros ocupados por indivíduos de elevada extração social. Já na região média do espaço social, foram recrutados, para o *grupo com mais capital cultural que econômico*, profissionais com atuação nas áreas de educação e de produção ou intermediação cultural (fotógrafo, artesã, figurinista, professora de linguagens, professor de música etc.), com formação superior (tendo a maioria cursado em instituições mais prestigiadas); para o *grupo com mais capital econômico que cultural*, diferentemente, foram recrutados, em sua maioria, empregados do setor privado com alguma autonomia na execução das tarefas (por exemplo: analistas) e com qualificação superior (geralmente em instituições privadas de menor reconhecimento), pessoas em cargos de média gerência (gerente comercial, gerente de compras) e, por fim, uma pequena empresária, autodenominada “empreendedora” (dona de uma loja de roupas). Das classes populares, foram recrutados, para o grupo com mais capital cultural, indivíduos, em sua maioria, com credenciais de ensino médio (ou qualificação técnica) com atuação nos campos educacional e cultural (exemplos: educador cultural, grafiteiro, professora de dança, auxiliar de desenvolvimento infantil etc.); para o outro grupo popular, foram recrutadas igualmente pessoas com credenciais escolares médias e com ocupações manuais pouco ou semiqualficadas (exemplos: diarista, pedreiro, costureira, motorista de aplicativo, motoboy, auxiliar de pintura etc.). Notemos que, com exceção dos grupos inferiores¹⁵, os procedimentos de recrutamento e de composição dos grupos focais permitiram recrutar participantes de frações de classe opostas em termos da composição do capital.

Os seis grupos focais formados com esses recortes, incluindo idade, são: fração profissional superior com capital cultural mais alto que o econômico, com idade entre 35 e 55 anos; fração profissional superior com capital econômico mais

15 Isso decorreu, em grande medida, da dificuldade de recrutar participantes com mais capital econômico que cultural nos grupos inferiores, como trabalhadores autônomos mais capitalizados e pequenos empregadores, possivelmente em função da escassez de tempo livre desses indivíduos.

alto que o cultural, com idade entre 35 e 55 anos; fração profissional média com capital cultural mais alto que o econômico, com idade entre 25 e 40 anos; fração profissional média com capital econômico mais alto que o cultural, com idade entre 24 e 40 anos; fração profissional inferior com capital cultural mais alto que o econômico, com idade entre 25 e 40 anos; e, por fim, fração profissional inferior com baixo capital econômico e cultural, com idade entre 25 e 40 anos.¹⁶

Quanto à moderação dos grupos focais, a literatura sobre o tema destaca duas estratégias relativamente bem delimitadas: quando o tópico de pesquisa é relativamente pouco explorado, a moderação será mais eficaz se fizer uso de uma abordagem pouco estruturada, de modo a permitir que a discussão aborde temas não previstos. Essa estratégia maximiza a possibilidade de construir novas hipóteses de investigação. Por outro lado, se a agenda de pesquisa requer que os participantes falem sobre um conjunto bem definido de tópicos, a moderação pode adquirir uma feição mais estruturada, mediante um roteiro com tópicos previamente definidos (Morgan e Hoffman, 2018: 257).

Nossa estratégia se encontra a meio termo dessas abordagens. Foi construído um roteiro de questões sobre alguns tópicos pertinentes à investigação.¹⁷ Esse roteiro continha algumas questões abertas sobre tópicos gerais de nosso interesse, quais sejam usos do tempo livre, moradia e decoração, vestuário e alimentação / gastronomia. Ademais, de modo a explorar a relação dos participantes com símbolos e marcas e os modos como apreendem certas práticas no plano simbólico, foram exibidas algumas imagens de lugares, objetos ou pessoas referentes à moda, à alimentação, à decoração e à viagem. Em cada grupo focal, após a apresentação dos participantes, a moderadora iniciava a discussão com uma pergunta sobre o que as pessoas faziam em seu tempo livre, quando não estavam trabalhando. Após uma rodada de conversa, a moderadora anotava em um quadro as atividades mencionadas (por exemplo: ir ao cinema ou ao teatro, ler, fazer atividades esportivas ou ar livre, ouvir música, viajar etc.). Então, explorava diversos aspectos das práticas em cada um desses domínios: frequência com que a pessoa fazia certa atividade, do que gostava ou não gostava, como fazia aquela atividade etc. Por exemplo, em relação a filmes, os participantes discutiam os tipos de filme que gostavam e não gostavam, como escolhiam o filme a que assistiam (por exemplo: lendo alguma crítica em publicações especializadas), se escolhiam o filme levando em conta os atores, os diretores ou o enredo, como assistiam ao filme (se no cinema, na televisão, em

16 Os grupos focais tiveram entre 7 e 9 participantes.

17 Ver nota 11.

alguma plataforma de streaming) etc. Após esgotar essa discussão, a moderadora dirige a conversa para outros tópicos de interesse. O uso das imagens serviu ao propósito de provocar reações de gosto ou aversão aos objetos, situações ou lugares exibidos, buscando apreender os modos como as pessoas os classificam e também as categorias que mobilizam para classificá-los.

Recolhendo e interpretando dados dos grupos focais

Agora pretendemos discutir alguns resultados mais gerais na análise e interpretação dos dados produzidos pelos grupos focais.¹⁸

De modo geral, o resultado empírico mais importante se refere à *diferenciação de classe nos modos de apropriação da cultura*, que se revela de diversas maneiras. Participantes em diferentes grupos focais não apenas *expressaram gostos ou rejeições diferentes*, como também *diferentes maneiras de gostar ou rejeitar as mesmas coisas*. Um restaurante de origem cearense – e que atualmente tem filiais em várias cidades no país – pode ser visto como símbolo de alimentação requintada mais ou menos acessível, conforme a posição social ocupada (no grupo médio com mais capital econômico ou nos grupos inferiores), ou como um exemplar vulgar ou vulgarizado da gastronomia brasileira. Ainda nesse domínio, as competências necessárias para transformar a prática da alimentação em experiências gastronômicas – o que implica, no mínimo, um conhecimento prático da oferta de restaurantes na cidade e o lugar que ocupam uns em relação aos outros – também se mostraram muito desigualmente distribuídas entre os participantes dos grupos focais, sendo mais frequentes entre os participantes dos grupos superiores, revelando-se inclusive na reprovação das pretensões gastronômicas de certos restaurantes da cidade de São Paulo por participantes do grupo superior mais rico em capital cultural (ou seja, *a negação da negação*). Ademais, mesmo que gostem ou rejeitem as mesmas práticas ou objetos, ainda assim, *os participantes podem não ter os mesmos gostos* (no sentido mais preciso de princípio que regula as “escolhas” cotidianas), como na discussão que faremos a seguir acerca da oposição entre a mobilização de critérios morais ou estéticos para justificar a rejeição a certos objetos culturais.

Ainda em relação à diferenciação de classe nos modos de se apropriar da cultura, foi possível notar que os participantes nos diferentes grupos focais compartilham *muitas referências culturais entre si*. Em parte, esse “achado” decorre da estratégia de recrutamento visando à homogeneização dos grupos focais em

18 Para uma discussão sobre cultura e grupos focais, ver Silva, Warde e Wright (2009), Warde (2007) e Silva e Wright (2005).

termos de classe social e idade. Ao mesmo tempo, isso só foi possível porque tais critérios são, de fato, pertinentes para apreender os esquemas classificatórios que os indivíduos mobilizam para falar de práticas e gostos culturais.

Um trecho extraído da discussão sobre filmes e as plataformas em que estão disponíveis entre participantes do grupo superior com mais capital cultural ilustra esse argumento:

P2: Tem a Embaúba filmes...

MODERADORA: Embaúba Filmes...

P2: Que eu acho que é só de filmes nacionais.

P3: Embaúba filmes eu já vi também.

P4: Eu acho que tem também do...

P5: Eu acho que tem também a do... Belas Artes, né.

P1: Sim. Do próprio Itaú também, né?

P4: É... ainda não vi, mas...

P1: O SESC casa também. O SESC tem também.

P3: SPcine, SPcine, da Prefeitura de São Paulo.

Em outro trecho, dessa vez extraído da discussão no grupo inferior com menos capital econômico e cultural, os participantes falam sobre seus agenciamentos para adentrar às salas de cinema com comida ou para comer em praças de alimentação de centros de compra de modo a evitar pagar o preço “elevado” cobrado nos lugares:

P1: Mas no Aricanduva não pode, é proibido.

P2: Então, isso perde cliente.

P1: Aí, como não pode revistar a bolsa, as pessoas vai na Americanas, coloca tudo dentro da bolsa, e vai pro cinema.

P3: Eu faço isso. [todo falam juntos, discussão inaudível]

P4: Eu faço isso na praça de alimentação! Vou comprar o lanche, vou lá na Americanas [inaudível]

P3: Sento lá e como lá na praça de alimentação.

P5: Já me xingaram no Habib's por causa disso

Não foi incomum participantes completarem as frases uns dos outros enquanto conversavam, como se deu no grupo superior com mais capital econômico, em que um participante dizia ter ido a um restaurante e não se lembrava do nome. Ao descrever o local, outros participantes se manifestaram dizendo que sabiam onde estava localizado, ou porque também já haviam ido, ou porque

conheciam o lugar por frequentarem a região onde estava localizado. Esse e outros exemplos evidenciam, a nosso ver, que os participantes nos diferentes grupos focais mobilizavam certos esquemas classificatórios e referências culturais em suas falas que eram compartilhados, em alguma medida, com os demais, facilitando o entendimento mútuo.

Outro resultado geral que consideramos importante tem a ver com a desigual capacidade dos participantes de fazerem uma “discussão focada” sobre cultura. Os grupos superiores, especialmente o de mais alto capital cultural, são capazes de elaborar seus gostos mobilizando referências estéticas e têm conhecimento das opções disponíveis nos diferentes campos culturais discutidos. Por exemplo, no grupo superior de mais alto capital econômico, um participante disse em relação à oferta gastronômica na cidade de São Paulo: “Paris 6 é *overrated*”, o que, a nosso ver, significa que o participante tem algum conhecimento prático das classificações operantes nesse domínio. Entretanto, a maioria dos participantes fala sobre seus gostos ou rejeições simplesmente como “preferências pessoais”.

Talvez por isso os participantes tenham sido relutantes em afirmar a superioridade de seus gostos. Ainda assim, o aspecto grupal das discussões permitiu que discursos denunciando a vulgaridade de certos gostos ou práticas fossem construídos, especialmente quando esse “outro” a que é atribuído tal gosto ou prática não estava ali “representado” (por exemplo, nas discussões sobre o *funk*, o alvo foram as classes populares – ou, pelo menos, uma representação delas –, em função da suposta sexualização das mulheres).

Muito embora discursos visando à denúncia da vulgaridade de certas práticas ou gostos tenham sido raros, notamos que os participantes em todos os grupos focais reconheciam a *existência de hierarquias culturais*, mesmo que não as tenham mobilizado explicitamente – ao menos, no contexto das discussões dos grupos focais – para classificarem uns aos outros. Índícios do reconhecimento das hierarquias puderam ser observados nos *blefes*, artifícios empregados em situações em que um indivíduo se vê “testado” por uma instância considerada legítima, como no exemplo a seguir, extraído da discussão do grupo médio com mais capital econômico.

[Uma participante diz gostar de ler livros]

MODERADORA: Livros? Que tipo de livros?

P1: Ah, eu gosto bastante de... romance.

MODERADORA: Qual foi o último que você leu?

P1: O último é... Aí cê me pegou agora...

Indícios desse fenômeno também podem ser observados em todas as manifestações carregadas de “boa vontade cultural”, aquelas que prestam homenagem a escolhas “seguras” porque são amplamente reconhecidas (embora já vulgarizadas) como legítimas, ao mesmo tempo que articulam certa incompetência do indivíduo para delas se apropriar “corretamente”. O exemplo a seguir, extraído do grupo focal inferior com mais capital cultural, ilustra esse argumento:

P1: É, no computador, aí eu jogo na TV. É, eu fiz uma, tem um... um site que mostra os melhores filmes de todos os tempos, né? Então, a gente... Também tem. Então, é, eu... a gente tá seguindo, então assistimos o primeiro filme que tá nessa lista, é O Poderoso Chefão. Então, assistimos todos os Poderoso Chefão. Então, a gente tá seguindo essa ordem lá. Então, a gente assiste série, filme, tudo baseado nos que são os top dos top. Então, assistimos desde lá, de antigos, até agora. Então, tá assim sendo um aprendizado, porque, quando a gente tá assistindo alguma série ou um filme que faz menção desses... aí meu filho fala: “Olha, agora eu sei que que eles tão falando! Agora eu entendo por que que tem esse meme!” Ou os desenhos antigos também...

Por fim, a frequência com que as pessoas responderam “gostar de tudo” quando questionadas sobre suas preferências culturais também pode ser tomada como outro indício não apenas do reconhecimento pelos indivíduos da operação de hierarquias culturais, como também de que *o gosto classifica socialmente*. “Eu gosto de tudo” – ainda que esse “tudo” inclua apenas objetos ou práticas de universos de referências mais ou menos restritos – é uma entre tantas maneiras de evitar ser classificado por aquilo que se diz gostar ou não gostar, e também de prestar louvor – ainda que superficialmente – ao discurso de “abertura à diversidade”, que, segundo alguns estudos, teria se tornado um mote nas disputas em torno do modo legítimo de viver entre as classes e frações de classe ricas em capital cultural (Vries e Reeves, 2021; Bennett *et al.*, 2009). De fato, foi apenas no grupo superior mais rico em capital cultural que pudemos observar a articulação de um discurso em defesa da tolerância aos gostos “vulgares”.

Nesse sentido, “gostar de tudo” não significa a imposição das hierarquias culturais, como os estudos sobre o onivorismo já o haviam demonstrado (Bertoncelo, 2019). Ao contrário, ao manejarem certas classificações de gênero cultural para descrever seus gostos e rejeições, alguns participantes buscaram traçar uma linha entre o “autêntico” e o “vulgar”, como no exemplo a seguir, extraído do grupo superior com mais capital econômico:

P1: O funk é, tem duas vertentes, né? Tem o funk raiz, que veio do Rio de Janeiro, que tem uma letra, tem um enredo, você acompanha aquilo, que dividiu entre o... o charme e o funk na época. Mas agora tão pegando o ritmo do funk, que é uma batida muito bacana, e colocando umas letras que... de verdade.... eh é só... letra sexual.

P2: Eu, eu não gosto de sertanejo. E eu não gosto de sertanejo, porque eu não gosto das letras do sertanejo. É sofrência demais, gente. Cê escuta aquele negócio e chora...

P3: Eu acho que aquele sertanejo bem antigo, bem raiz, dá pra escutar. Agora, esse sertanejo...

As oposições internas a cada gênero (por exemplo, entre o sertanejo “legítimo” e o “vulgar”), além de evidenciarem aspectos desse domínio prático que os participantes possuem das classificações culturais vigentes, trazem dificuldades adicionais para qualquer pesquisa que busque apreender gostos e rejeições mediante as classificações baseadas em categorias de gênero cultural, como em boa parte dos estudos sobre o onivorismo (Brisson, 2019).

Usando os grupos focais na pesquisa multimétodo

Como esses dados nos auxiliam a construir os próximos instrumentos de pesquisa e dar conta das questões apontadas na seção um deste texto? Mantendo nosso olhar para o empírico, escolhemos exemplificar o procedimento recolhendo algumas manifestações que apareceram nos grupos focais. Houve tantas, como mesmo se nota no item anterior, mas essas são suficientes para ilustrar a análise que propomos.

Começamos por onde paramos na análise acima, ou seja, a oposição entre o *autêntico* e o *vulgar*. Como vimos, é comum que pessoas que dependem mais do capital cultural para sua reprodução tenham um julgamento mais voltado para aquilo que entendem que é autêntico, algo que opõem a noções como vulgar ou massa. A noção de autêntico adquire diversos significados e é frequentemente mobilizada de forma vaga como forma de tornar positivo um bem cultural. Julgar como autêntico é, em si, uma forma de classificação. Mas pudemos encontrar algumas noções mais precisas nos grupos focais. Destacamos aqui duas delas. A primeira é oposição ao que é visto como excessivamente comercial. O autêntico é o cinema de rua, em oposição ao de shopping; é a comida de bairro ou artesanal em oposição a cadeias de restaurantes; é a roupa com materiais reciclados ou de lojas do bairro (a valorização do território apareceu em especial nos grupos inferiores com mais capital cultural) em oposição a grandes lojas. Mesmo nas

viagens, os grupos com mais capital cultural tendem a usar a ideia de autenticidade para se opor a destinos de massa. À pergunta sobre a que lugar nunca iriam, o grupo intermediário com mais capital cultural respondeu à Disney, justamente o destino que o grupo intermediário com menos capital cultural respondeu que gostaria de ir. O segundo sentido de autêntico se define pela noção de tempo. Em uma visão tipicamente romântica, o autêntico se encontra no passado, mesmo naqueles objetos que um dia não foram vistos como autêntico. Tal como dito anteriormente, se o sertanejo e o rock podem ser vistos negativamente, os mesmos gêneros são vistos como autênticos se pensados no passado.

Isso nos indica que, se a noção de autêntico deve ser tratada como importante caracterização de grupos com mais capital cultural, ela deve ser refinada com base em noções como massa, comercial, vulgar e tempo. Em um questionário, não basta, portanto, usar categorias simples de gosto como sertanejo ou rock, mas é importante diferenciar se utilizando variações como sertanejo raiz e rock clássico para se captar distinções.

Outra oposição relevante que apareceu nos grupos focais é entre *moral e estética*, referindo-se a formas como as diferentes classes justificam aquilo que gostam e desgostam. A diferença aparece de forma vertical, sendo que os grupos em que o capital cultural é mais relevante tendem a justificar seus desgostos e gostos com termos estéticos, enquanto os que possuem menos capital cultural tendem a justificar pela moral. A forma de julgamento do desgosto musical de trap, funk e sertanejo é ilustrativa, dividindo os grupos intermediários, como se vê a seguir:

Grupo intermediário com mais capital cultural: “É o Tik Tok que faz o trap ser o que é. Então, assim... Não gosto de funk, não gosto de sertanejo, é... As músicas que tão em alta no Tik Tok. Pra mim, elas tinham que ter só 15 segundos, que é o tempo do Tik Tok e nunca tocar na rua. Por exemplo, porque um tempo atrás, eu tive que ir fotografar um show de trap. Foi assim, eu saí de lá e falei “nunca mais eu quero esse trabalho [?]”, porque aquela música é insuportável. E é tudo auto tune. Se o auto tune não funciona, não tem carreira, porque a voz da pessoa é [inaudível], a letra é: ‘eu tenho um carro, eu tenho uma mulher, eu tenho num sei que...’ Então assim, é muito vazio. O sertanejo também eu considero muito vazio, porque, se você para pra ver todas as letras, todas elas são iguais. É sempre a mesma coisa! [rindo]”

Grupo intermediário com menos capital cultural (apanhado de expressões): “O pessoal é um pouco depravado”; “tinha bailes que o pessoal comentava que mulher ia sem calcinha”; “rola muita droga lá dentro, vende lá dentro”;

“Tem os tal de Zé droguinhas...”; “tem o mandraca e a mandraca”; “Alerquina, e o Coringa, né? Que é da vida.... chamada vida do crime”, “Eles andam armados”.

Nota-se que o grupo com mais capital cultural busca razões estéticas (baseadas na forma, na análise interna do bem cultural) para seu desgosto, enquanto o grupo com menos capital cultural justifica sua rejeição sem menção a tais formas, mas por aquilo que acham que o produto cultural representa de imoral. Isso pode indicar duas coisas. Em primeiro lugar, que a diferença entre as altas classes médias dos EUA e da França, encontrada por Lamont, não seja meramente uma diferença entre dois países, mas de composição de capital. Em outras palavras, a estética e a moral podem estar sendo mobilizadas pelas diferentes frações de classe para a produção de suas fronteiras. Em segundo lugar, é possível que as frações inferiores, mesmo as que possuem relativamente menos capital cultural, produzam a distinção baseado na moral. Ou seja, ao contrário da ausência de um senso de distinção, ele pode estar operando não na dimensão estética, como previa Bourdieu, mas moral. Isso se nota pelo fato de que, no grupo de menos capital cultural, mais uma vez são repetidos julgamentos morais sobre funk e sertanejo. O funk “cabeludo” levaria a comportamentos negativos – “A mesma coisa esse sertanejo: ‘Ela me chifrou, num sei o quê...’ E o cara fica aquilo no pensamento, e daí vai brigar com a mulher”. Dessa forma, a pesquisa precisa captar o “como” da prática, como já dissemos, mas tendo em vista também os julgamentos, ao menos os estéticos e morais.

Por fim, há os *intermediários culturais e instituições*. Bourdieu atribuía às classes médias o gosto da boa vontade cultural. Incertas sobre o valor simbólico dos bens e das práticas culturais, uma vez que não dominam plenamente os códigos, essas classes tendem a confundir coisas de valores simbólicos diferentes. Com a ampliação da circulação dos bens culturais, da quantidade de instituições de consagração e mesmo dos domínios relevantes para a estilização da vida, parece ter se tornado mais difícil, mesmo para as classes altas, um domínio do simbólico amplo o suficiente para saber as hierarquias dos bens e produtos culturais. Nos grupos focais, mesmo os grupos superiores pareciam inseguros, especialmente em exemplificar aquilo que gostam, como o nome de um livro ou de um diretor. Bourdieu nos mostra que os respondentes de sua pesquisa com mais capital cultural sabiam mais nomes de diretor dos filmes a que diziam ter assistido e dos compositores das músicas que diziam gostar. Isso revela, para o autor, como o conhecimento (e não apenas o reconhecimento) é relevante para o jogo da distinção. No momento em que saber tais nomes pode ser um desafio

maior, conhecer os intermediários culturais, ou seja, aqueles que indicam o que se consumir, parece ser uma estratégia frequente. Assim, os grupos com mais capital cultural dão especial atenção à escolha daquele que indica o que se deve fazer culturalmente; quanto maior é o volume de capital cultural de uma fração, maior parece ser o maior domínio sobre isso. São esses grupos que citam com mais frequência o nome de salas de cinema (SESC, Reserva Cultural, Itaú Cultural etc.) e se importam com as plataformas de vídeo que usam (como o MuBi), youtubers e lista de melhores filmes. O grupo superior com mais capital cultural chega a se engajar na rejeição a certos intermediários e dizer não gostar de listas prontas de filme, preferindo aquelas que possuem curadoria.

Isso pode indicar que a escolha dos intermediários está se tornando tão distintiva quanto a escolha dos bens e práticas culturais. Em outras palavras, o “quem” indica e o “onde” se consome (a oposição cinema de shopping e cinema de rua, por exemplo, apareceu de forma bastante relevante) podem ser tão relevantes quanto o “o que” e o “como”. Isso é importante quando, mesmo na fração superior com mais capital cultural, saber o nome dos bens culturais é algo raro e muitas vezes insuficiente, uma vez que se ampliou imensamente a variedade de bens culturais que podem ser legítimos. Um intelectual clássico pode até dominar nomes de escritores europeus, mas pode se embaralhar se a conversa se voltar para escritores angolanos ou escritoras negras etc. Dominar nomes de editoras, salas de cinema, galerias etc. pode estar se tornando distintivo.

Conclusão

As análises que apresentamos demonstram os benefícios do uso de grupo focal na primeira fase de uma pesquisa multimétodo com os objetivos da nossa. Destacamos duas razões para tanto. Em primeiro lugar, os grupos focais permitem que o pesquisador construa hipóteses que serão investigadas ao longo da pesquisa, com ajuda de outras técnicas de investigação, como o questionário. Um questionário é um instrumento fechado com questões e respostas pré-definidas e pré-ordenadas. De antemão, é possível que os pesquisadores tenham dúvidas sobre o que importa ser, de fato, medido e como. Todos temos hipóteses sobre o que deve ser medido, mas é necessário diminuir as incertezas sobre o que importa perguntar em um questionário. Os dados coletados por grupos focais nos ajudam a formular algumas hipóteses sobre os domínios da prática que deveriam ser incluídos, quais aspectos deveriam ser mensurados e quais categorias poderiam ser empregadas para que sejam inteligíveis aos respondentes. Em segundo lugar, os grupos focais permitem recolher da própria empiria, que, no caso, foi

construída com base em classes sociais, as categorias classificadas a serem testadas em um questionário. Uma pesquisa que busque captar a distinção pressupõe que as categorias que aparecem em um questionário sejam pertinentes para captar as classificações sociais manejadas pelos agentes. Por exemplo: caso se pergunte o gosto por gênero musical e se coloque como resposta possível música clássica e forró, isso é feito porque se supõe que esses gêneros estão classificados de maneira diferentes na sociedade, produzindo, assim, distinções. Na interação do grupo focal, o pesquisador pode notar essas classificações e escolher as categorias por meio delas. Isso também permite maior controle para se observar as composições dos estilos de vida, mencionadas na primeira seção. Afinal, essas composições só importam por meio da classificação das práticas e preferências culturais no espaço simbólico. Controlar a classificação das categorias e dos domínios mensurados é, portanto, uma contribuição dos grupos focais.

Proceder dessa maneira também permite abrir a pesquisa para as possibilidades de distinção não previstas. É o caso, como evidenciado, do tema da moral como uma possível manifestação não estética de distinção e dos intermediários culturais. Da mesma forma, é possível que sejam reforçadas ou questionadas algumas formas de distinção já conhecidas na bibliografia, como o gosto onívoro (“o gosto de tudo”), o como se consome e a referência a práticas mais legítimas de cultura, como a leitura. A análise da fase de grupo focal auxilia, em uma pesquisa como a referida aqui, na escolha de categorias precisas para o questionário que meçam o que e como diferentes classes se relacionam com a cultura em uma variedade de domínios e práticas pré-classificadas. Isso também é relevante no auxílio a um dos desafios das pesquisas com questionário, que é a necessidade de se usar categorias precisas. Isso se dá tanto por uma necessidade metodológica, como explicado no parágrafo anterior, quanto econômica. Um questionário muito longo tende a ser mais caro e menos produtivo, uma vez que o respondente se desconcentra. Ter controle das categorias com base nos grupos focais ajuda a contornar essas dificuldades.

O grupo focal também deve voltar a ser mobilizado na fase das entrevistas, a última fase de uma pesquisa multimétodo, como a que usamos aqui de exemplo. As entrevistas não são nosso foco aqui, mas devemos adiantar, tal qual propõem Lamont, Sølvsberg e Jarness (Sølvsberg e Jarness 2019), que elas devem ser aplicadas para buscar um refinamento sobre a forma como as pessoas constroem as fronteiras simbólicas, que “não apenas criam grupos, mas potencialmente produzem desigualdades porque elas são um meio essencial pelo qual indivíduos adquirem status, monopolizam recursos, afastam ameaças ou legitimam suas vantagens sociais, frequentemente em referência a competências de

caráter, hábitos e estilos de vida superiores” (Lamont, 1992: 12). Para identificar como as fronteiras são produzidas, é necessário “permitir que as próprias pessoas definam quais os signos de status superiores são mais importantes para eles” (Lamont, 1992: 3). Ou seja, se sabemos que um repertório cultural é mais ou menos típico de uma classe, é importante medir o peso que essa classe dá aos elementos desse repertório e quais utiliza com mais força para traçar as fronteiras que a separa de outras classes. Isso se capta melhor com as entrevistas, uma vez que, ao darem sentido a suas escolhas, as pessoas revelam suas hierarquias. Os grupos focais, agora reanalisados a luz dos dados do questionário, são mobilizados para que encontremos possibilidades desses sentidos, a serem aprofundados nas entrevistas.

Referências

- ATKINSON, Will. *Class in the New Millennium: The Structure, Homologies and Experience of the Britain Social Space*. London, New York, Routledge, Taylor & Francis Group, 2017.
- BAUDRILLARD, Jean. *A Sociedade de Consumo*. São Paulo, Edições 70, 2009.
- BENNETT, Tony. 2011. Culture, Choice, Necessity: A Political Critique of Bourdieu's Aesthetic. *Poetics*, v. 39, 2011, n. 6, pp. 530–46.
- BENNETT, Tony et al. *Culture, class, distinction*. Abingdon; Nova Iorque, Routledge, 2009.
- BERTONCELO, Edison, NICOLAU NETTO, Michel e RIBEIRO, Fábio. 2022. Distinção e capital cultural hoje: introdução. *Tempo Social. São Paulo*, v. 34, n. 2, 2022, pp. 5–29.
- BERTONCELO, Edison. Classes sociais e consumo: um estudo dos gastos das famílias brasileiras a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares (2017-2018). *Civitas: revista de ciências sociais*. Porto Alegre, v. 22, 2022, pp. 1-17.
- BERTONCELO, Edison. Consumo cultural e manutenção das distâncias sociais no Brasil. In: PULICI, Carolina e FERNANDES, Dmitri Cerboncini. *As lógicas sociais do gosto*. São Paulo, Unifesp, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção crítica social do julgamento*. São Paulo, Porto Alegre, EDUSP Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre e DARBEL, Alain. *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*. São Paulo; Porto Alegre, EDUSP Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro, Vozes, 2014.
- BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. *Os Herdeiros: Os Estudantes e a Cultura*. Florianópolis, UFSC, 2018.

- BOURDIEU, Pierre. *As meditações pascalianas*. Lisboa, Bertrand, 2001.
- BOURDIEU, Pierre et al. *Un art moyen*. Paris, Éditions de Minuit, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups. *Berkeley Journal of Sociology*. Berkeley, Califórnia, v. 32, 1987, pp. 1-49.
- BRYMAN, Alan. Integrating quantitative and qualitative research: how is it done? *Qualitative research*. S.l, vol. 6, n. 1, 2006, pp. 97-113.
- CAILLAUD, Sabine e FLICK, Uwe. Focus Groups in Triangulation Contexts. In: BARBOUR, Rosaline e MORGAN, David. *A New Era in Focus Group Research: Challenges, Innovation and Practice*. Londres, Macmillan Publishers, 2017.
- CASTRO, Ana Lúcia de. Consumo e capital informacional nas lógicas de distinção entre grupos dominados. *Tempo Social*. São Paulo, v. 34, n. 2, 2022, pp. 31-45.
- CHAN, Tak Wing e GOLDTHORPE, John H. Data, Methods and Interpretation in Analyses of Cultural Consumption: A Reply to Peterson and Wuggenig. *Poetics*. [On-line], v. 34, n 4-5, 2017, pp. 317-29.
- COULANGEON, Philippe. *Culture de masse et société de classes: Le goût de l'altérité*. Paris, Presses Universitaires de France, 2021.
- COULANGEON, Philippe; DEMOLI, Yoann e PETEV, Ivaylo D. Cultural distinction and material consumption: The case of cars in contemporary France. In: COULANGEON, Philippe; DUVAL, Julien. (Orgs.) *The Routledge Companion to Bourdieu's "Distinction"*. New York, Routledge, 2015, pp. 119-132.
- CRESWELL, John W. e CLARK, Vicki L. *Designing and conducting mixed method research*. Thousand Oaks; Londres; Nova Delhi, SAGE, 2018.
- DURKHEIM, Émile e MAUSS, Marcel. Algumas formas primitivas de classificação. In: DURKHEIM, E. *Durkheim: Sociologia*. São Paulo, Editora Ática, 2000.
- DUVAL, Julien. Distinção. In: CATANI, A.; NOGUEIRA, M.A.; HEY, A.P.; MEDEIROS, C.C.C de. (Orgs.) *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2017, pp. 146-148.
- FRIEDMAN, Sam. *Comedy and Distinction: the cultural currency of a 'good' sense of humour*. London, Routledge, 2015.
- HENNINK, Monique. Cross-cultural focus group discussion. In: BARBOUR, Rosaline; MORGAN, David. *A New Era in Focus Group Research: Challenges, Innovation and Practice*. Londres, Macmillan Publishers, 2017.
- HJELLBREKKE, Johs; JARNESS, Vegard e KORSNES, Olav. Cultural Distinctions in an 'Egalitarian' Society. In: COULANGEON, Philippe e DUVAL, Julien. (Orgs.) *The Routledge Companion to Bourdieu's "Distinction"*. New York, Routledge, 2015, pp. 187-206.
- HOLT, Douglas B. 1997. Distinction in America? Recovering Bourdieu's Theory of Tastes from Its Critics. *Poetics*. [On-line], v. 25, n. 2-3, 1997, pp. 93-120.

- JARNESS, Vegard. Modes of Consumption: From 'What' to 'How' in Cultural Stratification Research. *Poetics*. [On-line], v. 53, 2015, pp. 65–79.
- LAHIRE, Bernard. *Homem plural: os determinantes da ação*. Petrópolis, Vozes, 2002.
- LAHIRE, Bernard. Indivíduo e mistura de gêneros: dissonâncias culturais e distinção de si. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. [On-line], v. 50, n. 4, 2007, pp. 795–825.
- LAMONT, Michèle. *Money, morals, and manners: the culture of the French and American upper-middle class*. Chicago, University of Chicago Press, 1992.
- LAMONT, Michèle e LAREAU, Annette. Cultural Capital: Allusions, Gaps and Glissandos in Recent Theoretical Developments. *Sociological Theory*. [On-line], v. 6, n. 2, 1988, pp. 153–168.
- LEBARON, Frédéric. Statistique et AGD dans l'oeuvre de P. Bourdieu. In: LEBARON, Frédéric e LE ROUX, Brigitte. *La méthode de Pierre Bourdieu en action: espace culturel, espace social et analyse des données*, organizado por F. Lebaron e B. Le Roux. Paris, Dunod, 2015, pp. 43–58.
- LEBARON, Frédéric et al. La sociologie des pratiques culturelles après La Distinction: un état des enjeux. In: LEBARON, Frédéric e LE ROUX, Brigitte. *La méthode de Pierre Bourdieu en action: espace culturel, espace social et analyse des données*, organizado por F. Lebaron e B. Le Roux. Paris, Dunod, 2015, pp. 81–98.
- MORGAN, David. *Focus groups as qualitative research*. Newbury Park; Londres; Nova Delhi, SAGE, 1997.
- MORGAN, David. Focus Groups. *Annual Review of Sociology*. [On-line], v. 22, 1996, pp. 129–152.
- MORGAN, David e HOFFMAN, Kim. Focus Groups. In: FLICK, Uwe. *Thousand Oaks*. Londres; Nova Delhi, SAGE, 2018.
- NICOLAU NETTO, Michel; BERTONCELO, Edison Bertoncelo; RIBEIRO, Fábio. Interview with Johannes Hjellbrekke. *Tempo Social*. São Paulo, v. 34, n.2, pp. 189–94, 2022.
- ORTIZ, Renato. *O universo do luxo*. São Paulo, Alameda, 2019.
- PETERSON, Richard A. Understanding Audience Segmentation: From Elite and Mass to Omnivore and Univore. *Poetics*. [On-line], v. 21, n. 4, 1992, pp. 243–258.
- PETERSON, Richard A. Problems in Comparative Research: The Example of Omnivorousness. *Poetics*. [On-line], v. 33, n. 5–6, 2005, pp. 257–82.
- PETERSON, Richard A.; KERN, Roger M. Changing Highbrow Taste: From Snob to Omnivore. *American Sociological Review*, v. 61, n. 5, 1996, pp. 900–907.
- PRIEUR, Annick; SAVAGE, Mike. Emerging forms of cultural capital. *European Societies*. [On-line], v. 15, n. 2, 2013, pp. 246–67.
- PRIEUR, Annick e SAVAGE, Mike. On 'knowingness', cosmopolitanism and busyness as emerging forms of cultural capital". In: COULANGEON, Philippe; DUVAL, Julien.

- (Orgs.) *The Routledge Companion to Bourdieu's "Distinction"*. New York, Routledge, 2015, pp. 307-318.
- REEVES, Aron. Age-period-cohort and cultural engagement. In: HANQUINET, Laurie e SAVAGE, Mike. *Routledge International Handbook of the Sociology of Art and Culture*. Londres; Nova Iorque, Routledge, 2016.
- ROSENLUND, Lennart. *Exploring the City with Bourdieu: Applying Pierre Bourdieu's Theories and Methods to Study the Community Foreword by Loïc Wacquant*. Saarbrücken. VDM Verlag, 2009.
- SAPIRO, Gisèle. The international career of Distinction. In: COULANGEON, Philippe e DUVAL, Julien. (Orgs.) *The Routledge Companion to Bourdieu's "Distinction"*. New York, Routledge, 2015, pp. 29-42.
- SILVA, Elizabeth; WRIGHT, David. The judgement of taste and social position in focus group research. *Sociologia e ricerca sociale*. [On-line], n. 76-77, 2005, pp. 1-15.
- SILVA, Elizabeth; WARDE, Alan e WRIGHT, David. Using Mixed Methods for Analysing Culture: The Cultural Capital and Social Exclusion Project. *Cultural Sociology*. [On-line], v. 3, n. 2, 2009, pp. 299-316.
- SØLVBERG, Lisa MB e JARNESS, Vegard. Assessing Contradictions: Methodological Challenges When Mapping Symbolic Boundaries. *Cultural Sociology*. [On-line], v. 13, n. 2, 2019, pp. 178-97.
- SZERSZYNSKI, Bronislaw e URRY, John Urry. Cultures of Cosmopolitanism. *Sociological Review*. [On-line], v. 21, n. 4, 2002, pp. 461-481.
- VANDEBROECK, Dieter, Classifying bodies, classified bodies, class bodies: A carnal critique of the judgment of taste. In: COULANGEON, Philippe; DUVAL, Julien. (Orgs.) *The Routledge Companion to Bourdieu's "Distinction"*. New York, Routledge, 2015, pp. 227-254.
- VRIES, Robert de; REEVES, Aaron. What Does it Mean to be a Cultural Omnivore? Conflicting Visions of Omnivorosity in Empirical Research. *Sociological research online*. [On-line], v. 27, n. 2, 2022, pp. 292-312.
- WARDE, Alan. Does Taste Still Serve Power? The Fate of Distinction in Britain. *Sociologica*. [On-line], v. 3, 2007, pp. 1-27.

Recebido em: 28/03/2023

Aprovado em: 27/09/2023

Como citar este artigo:

BERTONCELO, Edison; NICOLAU NETTO, Michel. Captando a distinção empiricamente: uma análise baseada em uma pesquisa multimétodo. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 2, maio - agosto. 2023, pp. 359-389.





Dinâmicas distintivas em torno do consumo audiovisual na cidade de São Paulo

Maria Celeste Mira¹

Ana Lúcia de Castro²

Miqueli Michetti³

Resumo: O artigo analisa dinâmicas distintivas entre indivíduos, grupos e classes na cidade de São Paulo por meio do consumo de audiovisual. A partir de conteúdo extraído de seis grupos focais realizados com diferentes frações de classe, definidas por múltiplas variáveis – como ensina Bourdieu –, o texto busca compreender como determinadas práticas, obras, instituições e agentes são mobilizados na demarcação de pertencimentos, exclusões e hierarquias na produção de grupos diferencialmente posicionados no espaço social, simbólico e geográfico.

Palavras-chave: Distinção; Classes sociais; Práticas culturais; Consumo; Audiovisual.

The dynamics of distinction in audiovisual consumption in São Paulo city

Abstract: *In this paper we analyze the dynamics of distinction through audiovisual consumption among individuals, groups and classes in São Paulo city, Brazil.*

- 1 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – (PUC-SP), São Paulo – SP – Brasil – celestemira@gmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1073-3297>.
- 2 Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – (UNESP), Araraquara – SP – Brasil – ana.castro@unesp.br – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6165-7722>.
- 3 Universidade Federal da Paraíba – (UFPB), João Pessoa – PB – Brasil – miquelimichetti@cchla.ufpb.br – ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2236-5126>.

With reference to content extracted from six focus groups, carried out with different class fractions, defined by multiple variables – as Bourdieu teaches –, the text seeks to understand how certain practices, works, institutions and agents are mobilized to demarcate belongings, exclusions and hierarchies in the production of groups that are differently positioned in the social, symbolic and geographic space.

Keywords: *Distinction; Social classes; Cultural practices; Consumption; Audiovisual.*

Dinâmicas distintivas em torno ao consumo audiovisual em la ciudad de São Paulo

Resumen: *El artículo analiza dinámicas distintivas entre individuos, grupos y clases na ciudad de São Paulo a través del consumo audiovisual. Basado en datos extraídos de seis grupos focales, hechos con diferentes fracciones de clase, definidos por múltiples variables – como enseña Bourdieu –, el texto busca comprender cómo ciertas prácticas, trabajos, instituciones y agentes se movilizan en la demarcación de pertenencias, exclusiones y jerarquías en la producción de grupos posicionados diferencialmente en el espacio social, simbólico y geográfico.*

Palabras clave: *Distinción; Clases Sociales; Prácticas culturales; Consumo; Audiovisual.*

Introdução

As classes sociais são baseadas em uma dimensão objetiva e constituem também uma realidade duplamente simbólica. De acordo com Pierre Bourdieu, em termos objetivos, elas se demarcam no “espaço social” conforme a distribuição diferencial de múltiplos capitais, em especial os capitais econômico e cultural. Porém, ao mesmo tempo que o “capital cultural” é um dos definidores das posições sociais relacionais, as classes sociais só existem como resultado de uma “luta de classificações”, que é uma luta simbólica (Bourdieu, 1996: 26). Tal concepção de classe é muito profícua, pois considera as dimensões objetivas e simbólicas de sua conformação. Ela toma as classes como realidade sempre em construção, mas o faz sem resvalar em um construcionismo ingênuo (Wacquant, 2013) e nos ajuda a compreender que a feitura das fronteiras de classe se dá na forma como elas são experimentadas cotidianamente.

A partir dessas consequentes reflexões sobre a construção material e simbólica das classes sociais, buscamos indagar a pertinência atual da participação

da dimensão cultural na construção de proximidades e distâncias relacionais entre grupos, classes e frações de classe na cidade de São Paulo. Em termos mais específicos, buscamos apreender se determinadas práticas culturais, ao serem tomadas como legítimas, demarcam pertencimentos, exclusões e hierarquias, vinculando-se à produção de grupos e do espaço social, simbólico e geográfico. Para colocar de maneira sucinta, buscamos compreender se e como o capital cultural se define na conjuntura atual e se ele ocupa hoje algum lugar nas dinâmicas de classe e estratificação.

Entretanto, a investigação que apresentamos nas linhas que se seguem tem como pano de fundo aspectos que tornam mais complexo o quadro bourdieusiano de análise, em especial a crescente circulação global de bens, práticas e pessoas e a ampliação dos meios de produção e oferta cultural com a disseminação das TICs. Nesse sentido, insere-se em um esforço internacional de atualização e revisão do legado bourdieusiano (Bennett *et al.*, 2009; Coulangeon e Duval, 2013, apenas para citar exemplos de trabalhos coletivos de grupos que se dedicam recentemente à tarefa).

É sob esse panorama teórico que, no seio de uma ampla pesquisa multimétodos⁴, entre abril e junho de 2022, foram realizados seis grupos focais, com cerca de 50 pessoas no total, em formato presencial e com uso de salas de espelho na cidade de São Paulo. Para efeitos deste trabalho, o grupo focal é tomado como fonte de dados principal e, no contexto mais geral da pesquisa, configurou-se como excelente recurso metodológico para levantamento de hipóteses, além de angariar elementos para subsidiar a elaboração do *survey* a ser aplicado na etapa seguinte da pesquisa.⁵

O recrutamento se deu a partir da construção de um filtro, cujo ponto de partida para a definição dos perfis foi a classificação ocupacional, uma variável que funciona como uma espécie de condensado dos capitais cultural e econômico, tal como propõe Will Atkinson (2017). A essa estratégia, incorporamos

4 Trata-se de projeto temático apoiado pela FAPESP, intitulado: “Para além da distinção: gostos, práticas culturais e classe em São Paulo”, que tem como objetivo principal compreender como se configuram atualmente as relações entre espaço social e espaço simbólico, considerando mudanças sociais recentes e tomando como recorte empírico a cidade de São Paulo.

5 Para mais detalhes sobre limites e possibilidades do grupo focal como recurso metodológico, ver: Morgan, 1997 e Gondim, 2002.

outras variáveis⁶, que foram, *a posteriori*, transformadas em “pontuações” a fim de posicionar socialmente os indivíduos potencialmente recrutáveis como mais ou menos relevantes, conforme os perfis que delineamos para nos aproximar do espaço simbólico da cidade.

O processo de definição dos perfis foi bastante rico em termos teóricos e metodológicos, uma vez que não se tratava apenas de aplicar as classificações propostas por Atkinson à realidade paulistana, mas proceder – conforme indica a perspectiva bourdieusiana, na qual as classes não são realidades substanciais, mas relacionais – uma adaptação às posições relacionais de determinadas ocupações ao espaço social da metrópole paulista. Dimensões qualitativas discutidas a partir da divulgação de informações em redes sociais dos participantes também foram levadas em consideração na escolha.

Conforme a classificação de Atkinson (2017) acerca dos estratos ocupacionais, desenhamos três grandes posições, superiores, médias e inferiores, a depender do volume de capitais que apresentavam e cada uma delas se dividiu em duas frações, definidas em razão da estrutura desses capitais: se mais marcadamente econômico ou cultural. A partir desse procedimento metodológico, chegamos aos seguintes perfis/grupos:

- Perfil 1: Estrato profissional inferior com baixo capital econômico e cultural: costureira (2), cuidadora de idosos, segurança, diarista, motorista de aplicativo, pedreiro, pintor; agente educativo, apenas um ingressou no nível superior (cursando); idade entre 28 e 45 anos; renda familiar entre R\$ 1 mil e R\$ 2 mil, cinco homens e quatro mulheres; cinco brancos e quatro negros (pretos ou pardos).
- Perfil 2: Estrato profissional inferior com capital cultural mais alto que o econômico: artista plástico, produtor cultural, professora de dança, auxiliar de biblioteca, auxiliar de enfermagem, professor de violão, grafiteiro, auxiliar de desenvolvimento infantil; 1 com ensino superior completo, dois cursando e dois com superior incompleto; renda familiar entre R\$ 1 mil e R\$ 2.500; idade entre 30 e 40 anos, três mulheres e cinco homens; três brancos e cinco negros.

6 Que incluíram: bairro; gênero; idade; ocupação; empresa; situação trabalhista; filhos e idade dos filhos; escolaridade; universidade que cursou; curso realizado; se os pais tiveram acesso ao ensino superior; se é o único da residência com ensino superior completo; se é/ou foi cotista; se é ou foi bolsista Fies; se frequentou durante infância/ adolescência algum programa de acesso à cultura de ONGs, prefeitura (Ceus) ou outra instituição e, em caso positivo, qual seria; se os filhos abandonaram a escola ou não estão nas séries adequadas à idade; se os filhos frequentam algum programa de acesso à cultura de ONGs, prefeitura (Ceus) ou outra instituição e, em caso positivo, qual seria. Além da renda familiar; número de moradores; renda *per capita*; raça/cor; identidade de gênero; orientação sexual; e links do Facebook; Instagram e/ou LinkedIn.

- Perfil 3: Estrato profissional médio com capital cultural mais alto que o econômico: violinista, professor de música, fotógrafa, atriz e professora de artes cênicas, professora de linguagens, artesã; ensino superior; idade entre 25 e 39 anos; renda familiar *per capita* entre R\$ 1.300 e R\$ 4.500; cinco homens e cinco mulheres; cinco brancos, dois amarelos e três negros.
- Perfil 4: Estrato profissional médio com capital econômico mais alto que o cultural: gerente administrativo, analista de suporte, pequena comerciante, gerente de compras; superior completo em faculdades de baixo prestígio; idade entre 28 anos e 40 anos; renda familiar *per capita* entre R\$ 2.500 e R\$ 6.000; cinco mulheres e quatro homens; cinco brancos e quatro negros.
- Perfil 5: Estrato profissional superior com capital cultural mais alto que o econômico: diretor de fotografia de cinema e TV, jornalista-redatora, professora universitária, advogado, diretor de filmes, professor e produtor de audiovisual, gestora cultural e atriz, professora de teatro e atriz, musicista; pós-graduação, universidade pública; idade entre 31 e 49 anos; pais com ensino superior; renda familiar *per capita* entre R\$ 4 mil e R\$ 14 mil; cinco mulheres e dois homens; seis brancos e uma indígena.
- Perfil 6: Estrato profissional superior com capital econômico mais alto que o cultural: executivo de empresa, diretor geral, engenheiro, gerente comercial; ensino superior; universidades privadas; pais com ensino superior; idade entre 36 e 52 anos; renda familiar *per capita* entre R\$ 6 mil e R\$16 mil; cinco homens e quatro mulheres; todos brancos.

A técnica do grupo focal consiste em reunir, idealmente, um grupo de oito a 15 informantes, um moderador e um relator. A discussão, conduzida pelo moderador, é pautada por um roteiro de questões pré-estruturado e ao relator cabe a tarefa de anotar as impressões, reações e tudo aquilo que diz respeito ao *não verbalizado*. O perfil de cada um dos informantes reunidos é definido com critério intencional, em sintonia com os interesses da pesquisa. A vantagem dessa técnica é o seu enfoque na exploração de temas específicos, além de, por ser uma entrevista em grupo, motivar todos os membros a exporem suas ideias, numa espécie de *conversa*, com tom descontraído e informal.

Uma das referências mais recorrentes na bibliografia internacional sobre grupo focal, o sociólogo norte-americano David Morgan (1984), afirma que os grupos focais ficam em algum lugar entre a observação participante e as entrevistas em profundidade, pois produzem informações que foram direcionadas pelo pesquisador, mas coletadas em grupos de informantes, em situação de interação. Assim como a observação participante, os grupos focais permitem o

acesso a um processo qualitativo com interesse central na interação e, como em entrevistas em profundidade, eles permitem acesso ao conteúdo que frequentemente interessa à pesquisa a partir das atitudes e experiências dos informantes. Como um meio-termo, os grupos focais não são tão eficientes quanto a observação participante na observação naturalística da interação, nem tão eficientes quanto as entrevistas, mas permitem a combinação desses dois propósitos. Como aponta Morgan (1984), essa é uma combinação útil e, para alguns tipos de questões de pesquisa, como é o caso desta, pode representar o melhor de ambos os mundos.

Para esta pesquisa, a realização dos grupos focais nos permitiu ter acesso às práticas realizadas no tempo livre e às adjetivações e classificações sociais que pessoas em grupos de diferentes posições sociais externam. Tal técnica de coleta de dados se mostrou bastante adequada por permitir uma aproximação indutiva ao tema da distinção na cidade de São Paulo.

Antes de passarmos à apresentação dos dados oriundos da realização dos grupos, é importante ressaltar que a técnica de grupos focais, realizada em sala de espelhos em localidade central da cidade (no caso, a Av. Doutor Arnaldo), traz como implicação a dificuldade de recrutar os “extremos” da desigualdade paulistana, isto é, os perfis que mais concentram capitais e os mais destituídos, uma vez que aqueles que compõem os estratos superiores com alta renda, que tradicionalmente apresentam resistência a participarem de pesquisas, dificilmente seriam levados ao local de realização dos grupos focais, enquanto os integrantes dos grupos extremamente vulneráveis ficariam inibidos em participar devido à própria localização do Instituto de pesquisa.

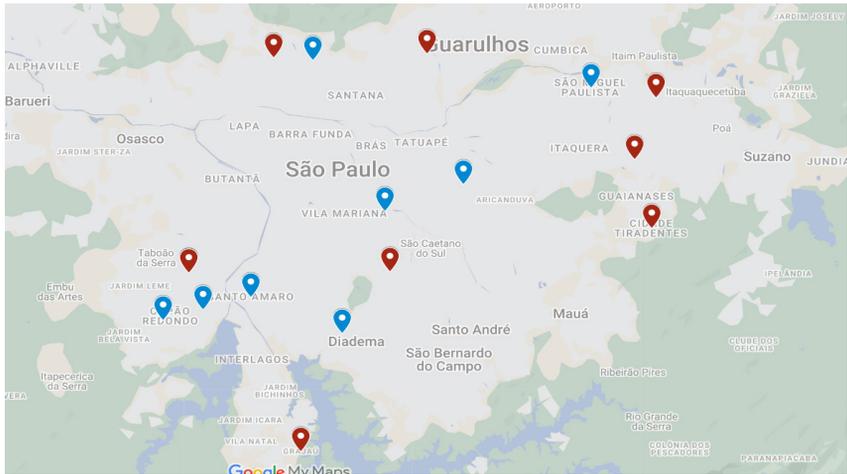
A partir da definição dos perfis desejados em cada grupo, uma recrutadora profissional passou a convidar os participantes, buscando assegurar diversidade de gênero, étnica e de região de moradia na cidade. Além disso, optou-se por recrutar pessoas adultas com ocupações que auferissem renda, excluindo desempregados, aposentados e pessoas menores de 25 anos.⁷

Outro aspecto relevante a ser ressaltado, visto que uma das hipóteses da pesquisa é a homologia entre espaço social, simbólico e físico (urbano), é a distribuição geográfica dos participantes dos grupos. A seguir, apresentamos a localização de moradia dos(as) participantes por estratos e respectivas frações, a partir do bairro informado por eles(as). O local de moradia de participantes

7 A equipe de pesquisadores elaborou os roteiros de entrevista e acompanhou a realização dos grupos focais por trás dos espelhos, de onde interferia na condução em contato direto com a moderadora, profissional especializada em conduzir dinâmicas de grupo, contratada pela pesquisa.

com mais capital cultural está marcado em azul e a dos respondentes como mais capital econômico está assinalada em vermelho. Em verde aparecem os bairros em que indivíduos das duas frações de cada estrato residem.

Figura 1 – Localização de moradia dos estratos inferiores

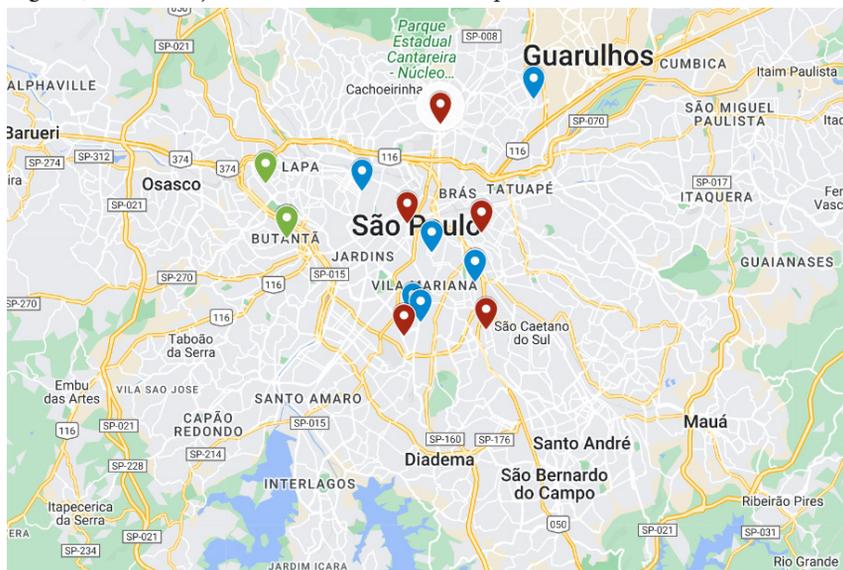


Fonte: elaboração própria.

Figura 2 – Localização de moradia dos estratos intermediários



Fonte: elaboração própria.

Figura 3 – Localização de moradia dos estratos superiores

Fonte: elaboração própria.

Os critérios principais de recrutamento foram os capitais econômico e cultural e a ocupação dos respondentes, como uma variável que dá uma maior aproximação e caracterização desses capitais (Atkinson, 2017), sendo o componente geográfico um aspecto lateral da escolha. Ainda assim, a localização dos estratos superiores se revelou mais central⁸, a dos estratos médios compôs um conjunto de pontos intermediários⁹ e a dos estratos inferiores se mostrou mais periférica¹⁰. Não podemos considerar esse fato como acidental ou coincidência. Ao contrário, o interpretamos como um indício da homologia entre espaço social, simbólico e espaço geográfico (Bourdieu, 2013; Wacquant, 2023), a ser testado em fases posteriores da pesquisa que fundamenta este artigo.

8 Bairros declarados do estrato superior - Fração com mais capital econômico: Bela Vista; Planalto Paulista; Santana; Sacomã; Mooca; Sumarezinho; Butantã; Vila Leopoldina. Fração com mais capital cultural: Mirandópolis; Aclimação; Jardim Brasil; Planalto Paulista; Perdizes; Bela Vista; Butantã; Barra Funda; Ipiranga; Praça da Árvore.

9 Bairros declarados do estrato médio - Fração com mais capital econômico: Bela Vista; Patriarca; Cambuci; Jardim da Saúde; Butantã; Jabaquara; Santo Amaro. Fração com mais capital cultural: Campo Limpo; Butantã; São Miguel Paulista; Pinheiros; Vila Romana; Vila Nova das Belezas; Perdizes; Freguesia do Ó; Cambuci; Jardim Elisa Maria.

10 Bairros declarados do estrato inferior - Fração com baixo capital econômico e cultural: Vila Formosa; Vila Nova Cachoeirinha; Jardim Miriam; São Miguel Paulista; Jardim Leticia/Santo Amaro; Campo Limpo; Vila Fazzioni; Ipiranga; Santo Amaro. Fração com mais capital cultural: Jardim Maria Estela; Brasilândia; Jaçanã; Itaim Paulista; Vila Santa Cruz; Cidade Tiradentes; Parelheiros; Grajaú; Campo Limpo.

A partir desses termos teórico-metodológicos e desse panorama social e geográfico, podemos, agora, adentrar alguns dos achados dos grupos focais.

As práticas e classificações em torno do audiovisual

A realização dos grupos trouxe uma constelação bastante ampla de temas, tanto a partir de menções espontâneas quanto de assuntos incentivados com o uso de imagens (vestir, comer, morar e viajar). Com maior ou menor centralidade, o consumo de audiovisual apareceu espontaneamente em cinco dos seis grupos, e os gostos e práticas em torno desse universo se revelaram uma fonte importante de diferença entre os grupos e, principalmente, entre suas frações. Nesta pesquisa, denominamos “audiovisual” as atividades relacionadas ao consumo de filmes, sejam vistos no cinema ou em outros ambientes, de séries (especialmente em *streaming*) e de televisão, assistidos por meio de qualquer tipo de equipamento (tela de cinema, aparelho de televisão, computador, *tablet*, telefone celular etc.).

No questionário elaborado para a pesquisa que resultou na obra *A distinção*, de Pierre Bourdieu, o tema é objeto de quatro das 24 questões publicadas (Bourdieu, 2007: 472-473). Também na pesquisa *Culture, Class, Distinction*, o audiovisual (*uses of domestic media e visits to the cinema/theatre*) constituíram dois dos sete tópicos de discussão dos grupos focais (Bennett *et al.*, 2009: 261). Aproximando-se mais de nosso universo empírico, as análises das classes dominantes paulistanas realizadas por Pulici (2010 e 2011) também retratam o tema como relevante para se pensar a distinção nesse contexto.

Antes de entrarmos no tema, é importante salientar que nossa pesquisa, utilizando a técnica dos grupos focais, foi realizada num contexto bastante diferente das pesquisas anteriores. Ocorreu nos meses de maio e julho de 2022, ou seja, sob os impactos da pandemia de Covid-19, iniciada em março de 2020 e encerrada em maio de 2023¹¹. Em relação ao audiovisual, evidenciou-se nos grupos em discussão, em todos os estratos econômicos e culturais, um grande aumento do consumo de filmes, séries e mesmo telenovelas via plataformas de *streaming*. Vale lembrar que a a frequência aos cinemas estava restrita, condicionada ao uso de máscaras e distanciamento no interior da sala de exibição, por recomendação dos órgãos de saúde.

Em contrapartida, praticamente nada se fala na pesquisa sobre televisão, uma vez que todos os participantes de todos os estratos afirmaram não terem

11 De acordo com as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS).

essa atividade incluída na rotina, com uma única exceção, a de um integrante do estrato médio de maior capital cultural que declarou assistir aos programas de esportes. Pode-se dizer que a pandemia de Covid-19 acelerou o processo já em curso de integração das diversas mídias e TICs, transformando a antiga televisão de um veículo de produção de massa, único no domicílio e dirigido à família em mais um dispositivo ao alcance de cada indivíduo, ainda que este esteja só ou acompanhado, mas que lhe permite acessar várias atrações, como filmes, séries, novelas, *shows* etc., como também o seu uso em conjunto com outros dispositivos como, principalmente, os videogames. Além disso, é preciso levar em conta que a audiência à televisão é sempre subnotificada, uma vez que se tornou uma prática muito desvalorizada, a menos que seja acessada por meio de plataformas de *streaming*.

Frações em posições inferiores

Os membros dos grupos compostos pelos estratos ocupacionais inferiores destacam-se pela presença de crianças em suas dinâmicas familiares. Dentre os estratos inferiores, na fração com menos capital cultural, apenas um, dos oito integrantes, não tem filhos, enquanto os nove participantes da fração com mais alto capital cultural declararam ter filhos, sendo um deles pai de sete. Essa forte presença das crianças na vida cotidiana influencia diretamente em suas práticas culturais e escolhas de consumo e foi mencionada direta e indiretamente em vários momentos da conversa desenvolvida nesses dois grupos focais.

O grupo de mais alto capital cultural indicou forte preocupação com a formação dos filhos, referindo, em diferentes momentos da conversa, a importância de apresentar a eles repertórios diversos, levando-os a eventos (como festivais de grafite ou apresentações de dança), conversando e desfrutando momentos comuns, como ir a parques, ouvir música e assistir filmes, no cinema ou em casa, desde que juntos.

Com relação ao grupo composto por integrantes de capital cultural mais baixo, destaca-se a centralidade do *shopping* nos usos de seu tempo livre. “Passear no *shopping*” foi a principal atividade mencionada espontaneamente pelos integrantes do grupo de capital cultural mais baixo e, durante a conversa, revelou-se que esta prática significa passear em lojas para olhar, mas raramente para efetivamente comprar algum produto ou serviço. Trata-se da principal atividade que envolve as crianças, na qual o uso dos parques infantis (*playlands*) e o consumo em *fast foods* na praça de alimentação no interior dos *shoppings* foram referidos como as principais atividades realizadas.

A frequência ao cinema é citada, espontaneamente, como atividade realizada no tempo livre em ambos os grupos. O grupo de maior capital cultural, de maneira geral, revela um grande interesse pelo conhecimento: “conhecer”, “ampliar repertório”, “pesquisar”, são termos apontados recorrentemente como motivadores dos usos do tempo livre e escolhas de consumo. Uma segunda característica marcante neste grupo, refere-se ao viés político que atravessou toda a discussão, evidenciado pela crítica à padronização dos comportamentos, das práticas e das produções culturais. “Eu acho assim que hoje em dia tá tudo assim mais, como dizem popularmente, uma boiada, né? Um vai, todo mundo segue atrás naquilo lá”, coloca a professora de dança do ventre. Contudo, ao serem perguntados pela moderadora se achavam que estariam indo junto com a boiada, os respondentes negam e acreditam ter o controle sobre até que ponto seguem o padrão: “eu vou até onde permito, até onde determino [...] até porque a gente só faz as coisas que a gente quer, não o que as pessoas pedem que a gente faça” (depoimento concedido em dinâmica de grupo focal para a pesquisa), afirma a auxiliar de enfermagem, reforçando a intenção, expressa pelo grupo como um todo, de vigília sobre produções culturais padronizadas ou massificadas.

E, sendo objeto de discussão crítica, as produções cinematográficas não escaparam a isso. Nesse sentido, apontam a preferência por filmes que são exibidos fora do circuito comercial ou pelo que não está “na moda”, não é “padrão”, como ilustra a fala do grafiteiro: “Além de eu apresentar música pra eles [filhos], eu apresento os clássicos do cinema também, que eu acho importantíssimo” (depoimento concedido em dinâmica de grupo focal para a pesquisa). Perguntado sobre quais clássicos, ele refere: “*Laranja mecânica, Scarface e Táxi driver*”.

Ao serem questionados se a premiação de filmes pelo *Oscar* os levaria a ver um filme, num primeiro momento, as respostas indicaram que sim, que procuravam conferir, mas rapidamente um tom mais politizado ganhou proeminência, a partir do comentário de um participante, músico e professor de violão:

[...] acho que não, porque primeiro começa pelo... Pela proposta do *Oscar*, né, que é... Sabe – milionários que quer colocar essa questão da cultura como uma disputa: o que é melhor? É isso que é o melhor? Eu não acho. Tem muitas outras coisas que tem uns territórios na periferia que tá fazendo há muito mais tempo – e aí? Entendeu? É melhor pra quê? E os saberes, né? Cê tá fazendo os grafites, lá tudo, faz um documentário de grafite, mas por que isso aí não é bom? É bom pra quê? Pra que pessoas isso é bom? (depoimento concedido em dinâmica de grupo focal para a pesquisa).

A fala citada aponta para o questionamento da premiação como legitimação de um bom filme, colocando em questão os interesses e as disposições estéticas dos responsáveis pelos critérios de premiação. E, na sequência, outro participante comenta os interesses do mercado: “Mas tem *marketing* aí... Interesses da indústria... Não é pro grande público...”. E o músico, provocador da discussão, arremata: “Exatamente. Então... É pruma outra classe” (depoimento concedido em dinâmica de grupo focal para a pesquisa).

Embora não tenham sido citados num primeiro momento, os *streamings* apareceram no decorrer da conversa, revelando que as formas de escolha dos filmes e séries, assim como os modos de assistir, apresentaram-se como reveladores de distinção, para além do que é propriamente assistido. Com relação às plataformas, unanimemente apontaram a impossibilidade de assinar a todas e as mais citadas foram *Paramount*, *Globoplay* e *Netflix*. Sites de busca na internet também foram referidos, com o objetivo de pesquisa e *downloads* de filmes. Como formas de se informarem sobre os filmes, foram citados, especificamente, o *Omelete* e o aplicativo *uTorrent*, para baixar filmes gratuitamente. Os dispositivos citados para assistir aos filmes foram: computador, televisão e telão.

A rejeição aos filmes premiados pelo *Oscar* também aparece no grupo de menor capital cultural, mas por motivo diferente: “Eles lá [o *Oscar*], eles têm um raciocínio diferente de nós”, afirma um pintor, ao enfatizar que o júri especializado observa aspectos que não são os que o interessam: “[...] nós gosta de vê ação, gosta de vê o negócio 'pá, pá!', eles já fica olhando o que que o ator tá falando... tá ligado? O jeito que ele tá falando...” (depoimentos concedidos em dinâmica de grupo focal para a pesquisa).

No momento em que emerge a crítica aos filmes premiados, os mesmos são julgados como “mortos” e que “dão sono”, afirmações que mobilizam o grupo todo, e citam, como exemplos, os premiados *Central do Brasil* e *E o vento levou*. Indicam a “preferência” por filmes internacionais, “com ação”, e por filmes que possam assistir com os filhos no cinema, como o infantil *Sonic*, além daqueles baseados em fatos reais e com forte sabor emocional, que “rancô lágrima”, sendo citados *O quarto de Jack*, *Cidade de Deus* e *Carandiru* no primeiro caso; e *Forest Gump*, *Sete vidas* e *Ghost*, no segundo. Dentre os filmes de ação, que mobilizaram bastante o grupo, foram citados: *Os mercenários* e *Velozes e furiosos*.

Como apontam Bourdieu e Darbel (2003), ao discutirem os diferentes critérios que orientam o gosto legítimo e o gosto popular, os primeiros operam com o “código propriamente artístico”, que remete mais à representação do que à coisa representada, percebendo a

[...] obra de arte de maneira propriamente estética, ou seja, enquanto significante que nada significa, além dele próprio, consiste em evitar considerá-la, como se diz às vezes, “desligada de tudo, do ponto de vista emocional ou intelectual, salvo dela mesma” [...] identificar seus traços estilísticos distintivos, colocando-a em relação exclusiva com o conjunto das obras que constituem a classe da qual faz parte (Bourdieu e Darbel, 2023: 73).

Em contrapartida, os critérios que orientam o gosto popular, pautam-se em “códigos derivados da experiência cotidiana”, mais preocupados com a coisa representada em si.

No lado oposto, o gosto das classes populares define-se, à maneira do que Kant descreve na Crítica da faculdade do juízo sob o nome de “gosto bárbaro”, pela recusa ou pela impossibilidade (conviria dizer a recusa-impossibilidade) de operar a distinção entre o que agrada e o que dá prazer e, de forma mais geral, entre o “desinteresse”, única garantia da qualidade estética da contemplação e o “interesse dos sentidos” que define o agradável ou o interesse da Razão: ele exige que toda imagem desempenhe uma função, nem que fosse a de signo; ora, essa representação “funcionalista” da obra de arte pode basear-se a recusa da gratuidade, no culto ao trabalho ou na valorização do “instrutivo” (por oposição ao “interessante”) e, também, na impossibilidade de situar cada obra particular no universo das representações, por falta de princípios propriamente estilísticos (Bourdieu e Darbel, 2003: 73-74).

Desprovidos dos recursos necessários para a leitura dos códigos artísticos, os interlocutores oriundos dos estratos ocupacionais inferiores são impossibilitados de se apropriarem dos aspectos formais e internos à obra e formulam seus julgamentos, como sinalizaram Bourdieu e Darbel (2003), a partir de elementos externos a ela e ligados ao seu cotidiano.

Quando não recebeu da família ou da escola os instrumentos, que somente a familiaridade pode proporcionar, está condenado a uma percepção da obra de arte que toma de empréstimo suas categorias à experiência cotidiana e termina no simples reconhecimento do universo representado: com efeito, o espectador desarmado não pode ver outra coisa senão as significações primárias que não caracterizam em nada o estilo da obra de arte, além de estar condenado a recorrer, na melhor das hipóteses, a “conceitos demonstrativos” que, de acordo com a observação de Panofsky, limitam-se a apreender e designar as propriedades sensíveis da obra. (Bourdieu e Darbel, 2003: 79).

Séries e filmes são assistidos em casa pelas plataformas de *streaming*, as quais, no grupo supracitado, são apenas *Globoplay* e *Netflix*. Programas da televisão aberta, principalmente telejornais e telenovelas, são assistidos na plataforma *Globoplay*, em horários alternativos. Vale destacar a menção ao chamado “gatonet”, prática ilegal na qual compartilham a assinatura do *streaming*, acessam canais ou baixam os filmes em conexões pirateadas.

Durante a conversa sobre filmes e séries de televisão, evidencia-se – assim como percebido no discurso sobre outros produtos culturais, como a música – a falta de repertório, sendo o que é dito muito impreciso e vago, com vários lapsos e pausas na conversa, revelando dificuldades para lembrar nomes de atores, filmes e séries. O pintor, ao mencionar as séries que assiste, cita: “*La casa de papel* e *Uóquin deti...*”, e a costureira corrige: “*Walking dead*”, ambas exibidas pela *Netflix*. Na mesma linha, a costureira tenta mencionar o nome da série *The good place*, exibida na *Globoplay*: “Ah, eu assisto quando a minha filha assiste [...] ela tem uma série lá que ela assiste, que... Como é que chama? É um povo que morreu e que nem tá lá no céu e nem tá aqui na Terra” (depoimento concedido em dinâmica de grupo focal para a pesquisa). Às dificuldades com as pronúncias e lapsos de memória somam-se os recorrentes *blefes*, momentos em que se evidencia a intenção de se demonstrar um conhecimento que não se tem ou prática que não ocorre na realidade.

Por fim, a análise do material referente aos dois grupos focais extraídos dos estratos ocupacionais inferiores permite indicar a hipótese de que aqueles com mais alto capital cultural foram os mais impactados pela difusão das tecnologias de informação e comunicação e pela ampliação do acesso à universidade. Composto por integrantes que se depararam com as possibilidades de percorrer trajetórias diferentes daquelas comumente percorridas por aqueles que compartilham o mesmo espaço social de origem, esse grupo apresenta maior repertório para acessar buscas na internet, citando ferramentas e *sites* especializados (*uTorrent* e *Omelete*) e referindo com precisão nomes de filmes, atores, atrizes e temas retratados. Dos oito integrantes, cinco ingressaram na universidade, estando um cursando, dois que concluíram e dois que evadiram. Apresentam uma postura constantemente imbuída de crítica social e política, buscando valorizar o próximo e supostamente autêntico, mobilizando a noção de território, como espaço geográfico (bairros da periferia) e simbólico (temas locais e produções realizadas por agentes da periferia).

Em contrapartida, no grupo focal composto por integrantes de mais baixo capital cultural, apenas um ingressou na universidade, e não concluiu o curso. Nesse grupo, os interlocutores não apresentam domínio ou repertório sobre

cinema ou séries e não buscam informações especializadas na internet. Também não demonstram desconforto em apontar como principais motivações para escolherem os filmes assistidos, divertir-se e extravasar as emoções, aliadas à preocupação com as finanças, evidenciada pelas estratégias de pagar menos pela pipoca do cinema, comprando em outros locais ou levando-a de casa, ocultada na bolsa.

Frações em posições médias

Os grupos relativos ao estrato médio apresentaram gostos e práticas que, de acordo com a estrutura predominante do seu capital – econômico ou cultural –, os aproximaram de frações com estrutura semelhante situadas nos estratos superiores e inferiores. No grupo com maior capital econômico, dentre as atividades desenvolvidas no tempo livre foram mencionadas espontaneamente: a prática de exercícios, a ida a jogos de futebol, viajar, sair para comer, beber, dançar, ou seja, “curtir a vida”, nas palavras de uma das participantes. Já os integrantes do grupo com maior capital cultural declararam frequentar museus, *shows*, teatro, cinema, eventos de grafite e praticar fotografia. Como percebemos, essas disposições os aproximam dos grupos dos estratos mais baixos da população, nos quais também é possível observar a oposição entre diversão *versus* conhecimento.

Alguns apontamentos teóricos dos estudos dos gêneros narrativos aplicados à comunicação permanecem atuais. Embora, nos grupos focais médios, as preferências sobre os gêneros tenham obtido pequeno número de manifestações, foi possível perceber certas diferenças e distinções. No grupo com maior capital cultural foram nomeados como preferidos: o drama, o suspense/ terror e a comédia romântica. Por outro lado, entre os gêneros menos apreciados foram mencionados: o “filme de super-herói” (o qual podemos alocar no gênero ação/ aventura); o “terror adolescente”, que pode ser entendido como pertencente ao gênero terror/fantástico; e a comédia. A princípio, parece contraditório que a comédia apareça de ambos os lados, o do gosto e o do desgosto. Porém, entre os que se manifestaram sobre a questão, apenas uma participante declarou sua predileção pela comédia, mesmo assim, qualificada como “romântica”, algo muito ligado à feminilidade. Já no polo da rejeição, dos cinco que se envolveram na discussão, quatro afirmaram não gostar de comédia em geral, notadamente a comédia romântica e o pastelão. O desgosto pela comédia fica patente no grupo de maior capital cultural.

Salta aos olhos a oposição clássica entre drama e comédia que tanto na literatura quanto no teatro, passando pela construção da narrativa dos filmes

hollywoodianos, permanece na ficção televisiva. Essa oposição em que a comédia passa a ser considerada, cada vez mais, um gênero menor é concomitante à “civilização dos costumes”, na expressão de Norbert Elias (1990).

Ao longo da Idade Moderna europeia, o drama conhece uma trajetória de ascensão e a comédia de desprestígio. Aos poucos, nas sociedades de corte, as companhias de comediantes itinerantes são substituídas por peças dramáticas. Relegada ao segundo plano pela nobreza, a comédia torna-se um gênero identificado ao *povo*, ao *popular*, ao *vulgar*. O drama assume o lugar da distinção, no sentido de Bourdieu. Trata-se de uma construção narrativa mais densa e complexa que exige mais domínio da língua, maior capacidade de abstração, controle da expressão das emoções etc. O próprio recinto no qual o drama ou a comédia são apresentados tendem a levar o público a recepções mais contidas, no primeiro caso, e mais relaxadas, no segundo, com a expectativa da participação da plateia no espetáculo, por meio do riso ou da gargalhada, da gritaria, do alvoroço e mesmo de imprecações contra os vilões.

Essa característica explica a oposição bem nítida dos grupos focais médios e populares com mais capital econômico do que cultural em sua preferência por lugares onde podem ficar à vontade não apenas para participar de algum evento, como também para comer fora e, até mesmo, para assistir futebol. Dois participantes se referiram ao desconforto de ir a uma ópera, tendo “que ficar sentado quieto”, sem nenhuma emoção. Outro integrante do mesmo grupo explicou como vê a diferença entre dois espaços para se assistir a um jogo de futebol: “Eu já fui assistir jogo no camarote e já fui na arquibancada. No camarote cê não pode tirar a camisa, cê não pode xingar, cê não pode fazer porra nenhuma” (depoimento concedido em dinâmica de grupo focal para a pesquisa). Esse e vários outros depoimentos e práticas situam o grupo médio com baixo capital cultural muito próximo do *ethos* das classes populares, ou seja, ambos buscam diversão, lazer, práticas e lugares que permitam o extravasamento das emoções sem maiores constrangimentos. Por sua vez, os participantes do grupo intermediário com mais capital cultural se manifestaram espontaneamente, e com ampla concordância, contra atitudes consideradas inadequadas por parte do público tanto no cinema quanto no teatro, como falar ao celular, filmar, conversar, comer pipoca ou outras comidas. A crítica não pareceu direcionada ao clássico saquinho de pipoca que acompanha a audiência do filme, mas a uma maneira inconveniente de portar-se nos ambientes onde se exhibe Cultura (com C maiúsculo).

Como vimos, a maioria dos recrutados para o grupo focal intermediário foi composta por pessoas ligadas profissionalmente à produção de arte e cultura. É

esperado, portanto, que se incomodem com quem possa atrapalhar a sua fruição cultural. Por serem grupos extraídos de estratos médios, seu capital cultural vem sendo conquistado com muito esforço, a partir do que Bourdieu denominou de “boa vontade cultural”, o que os faz levar a cultura muito a sério. Pode-se dizer que se percebem como mais distintos, atitude que, conscientemente ou não, tem um viés de classe social.

Sua rejeição à cultura de massa se objetiva também na rejeição aos *shopings centers* como locais próprios para frequentar o cinema. Vários afirmaram, com a concordância dos demais, preferir os cinemas de rua ou “alternativos”, mencionando o Belas Artes e os do Itaú Cultural ou do SESC. Apenas um integrante, não ligado à produção cultural, declarou frequentar as salas de *shopping*. A recusa do massivo é constitutiva das classes médias dotadas de maior volume de capital cultural, ainda mais quando são compostas por artistas/artesãos, professores ou técnicos ligados a alguma linguagem artística, como é o caso do grupo aqui considerado. Nem mesmo para levar os filhos, a ida ao *shopping* foi citada. Nesse grupo, três mulheres mencionaram ter filhos, mas durante a discussão sobre as práticas culturais, as crianças não foram mencionadas.

É provável que os estratos médios com mais capital cultural tenham mais autonomia, contando com recursos como babás, *baby sitters* etc., os quais lhes permitem transformar seu gosto em prática. Para eles, o momento de lazer e fruição cultural é uma realidade e, a julgar pela discussão em grupo, é bastante valorizado, não apenas em relação ao que se consome, mas, também, com referência às maneiras de consumir, como diria Bourdieu. Buscam se informar sobre os melhores filmes e séries em *sites* especializados da internet, hospedados no *Google*, no *Youtube* ou no *Instagram*, e os assistem por meio de plataformas como *Netflix*, *Amazon Prime*, *Mubi* e *Globoplay*. No estrato citado, um terço ($\frac{1}{3}$) dos participantes acompanhavam, então, a novela *Pantanal*¹² e o seu traço mais distintivo em relação a outros grupos recaiu sobre o fato de afirmarem preferir filmes legendados, que permitem analisar de fato a performance dos atores.

Ao contrário do estrato médio de maior capital econômico, os respondentes pertencentes ao estrato intermediário dotado de mais capital cultural, ao se referirem ao teatro, por exemplo, não se sentem incentivados a ver uma peça por ter um ator global no elenco. Manifestam sua contrariedade porque essa celebridade estaria roubando o seu espaço. Mais uma vez, para além da luta

12 Telenovela produzida pela TV Globo e exibida de 28 de março a 7 de outubro de 2022. Adaptada por Bruno Luperi, trata-se de um *remake* da telenovela de mesmo nome, criada e escrita por Benedito Ruy Barbosa e exibida originalmente na Rede Manchete em 1990. À época de realização dos grupos focais, o *remake* estava em exibição com bastante sucesso.

pela sobrevivência no campo da cultura, todas as manifestações do grupo citado revelam um inequívoco ranço de classe apoiado no aparente desinteresse característico do mundo da arte.

Frações em posições superiores

O audiovisual foi o principal tema espontâneo do grupo profissional superior com mais capital cultural, tendo aparecido também no grupo superior com mais capital econômico, embora com menos centralidade. A discussão foi mais aprofundada no grupo mais dotado de capital cultural, possivelmente, por muitos de seus integrantes terem profissões ligadas à área, como diretor de fotografia de cinema e TV, diretor de filmes, professor e produtor de audiovisual e atrizes. É importante frisar, contudo, que alguns participantes se destacam mais ao falar de cinema, música, teatro, ao passo que outros se sobressaem quando os assuntos são gastronomia e viagem¹³.

No que diz respeito ao audiovisual, tema que nos concerne neste artigo, enquanto a rodada inicial do grupo de maior capital econômico apenas menciona “cinema” como atividade realizada no tempo livre, já nesse primeiro momento o de maior capital cultural evoca “cinema e *streaming*”, já trazendo aspectos qualificadores de tais práticas, como cinema “não-comercial” e nomes de instituições, empresas e localidades como marcadoras das formas de fruir. Quanto às plataformas, evoca-se *Netflix*, *Amazon*, *Globoplay*, *Starplus* e mesmo o termo “todas”, o que aponta para a rotinização desse meio nas práticas desse grupo.

Alguns integrantes do grupo com maior capital cultural mencionaram como preferências o gênero documentário e também demonstram apreço por festivais de cinema, inclusive *on-line*. Citam filmes assistidos recentemente, como *A mão de Deus*, *O homem do Norte*, *A artista e o ladrão*, “o filme da Elis, que é feito com a Andrea Horta” e, de forma mais genérica, “coisas nórdicas”. Há uma integrante, atriz, que afirma reiteradamente que privilegia conteúdo nacional. É o grupo que tem mais repertório, dá mais atenção e mobiliza informações mais detalhadas em sua conversa sobre o tema: nomes das instituições, artistas, obras, anos das obras; e fazem menção a essas informações com “naturalidade”, como se todos conhecessem ou devessem conhecer. Há um esforço de demonstração da incorporação do conhecimento cultural.

Praticamente não se fala de televisão. A única menção é ao *remake* da novela *Pantanal*. As duas mulheres que afirmaram assistir, disseram fazê-lo por

13 Parece haver uma relação com volume de capital econômico e tipo de capital cultural, bem como com a estrutura de capitais. Essa relação, contudo, precisa ser averiguada com outros dados, em processo de coleta.

streaming, e não no horário de exibição regular na TV aberta. As principais aversões externadas são o que chamaram de “comédiona”, “*reality show*” e “coisas tipo *soft porn*”, classificação esta destinada a obras como *365 dias*, *50 tons de cinza* e *Maldivas*. Há também menção negativa ao ator Will Smith, como uma forma sintética de expressar aversão.

De forma mais geral, recusa-se o que classificam como “muito parecido” e valoriza-se o que denominam como “diversidade de narrativas, de estéticas, de histórias... problemáticas...”. A busca pelo “alternativo”, raro e desconhecido é a característica mais marcante desse grupo no que diz respeito ao audiovisual: “Circuito mais alternativo”; “coisa escondida do *Netflix*”; “*streaming* antes do *streaming*”. Essa busca se expressa também pela procura por horários, dias e cinemas “alternativos”, o que parece ter relação com os tipos de ocupação, já que vários deles, como já mencionado, trabalham na área da cultura e se ocupam à noite e aos finais de semana.

Outro ponto digno de atenção nas dinâmicas distintivas em torno do audiovisual é que algumas instituições e espaços específicos são citados com naturalidade na fala, como SESC, Centro Cultural São Paulo, Cine Marquise, Belas Artes, Biblioteca Mario de Andrade, SESC Ipiranga, Cine SESC Augusta, SESC Consolação, Instituto Moreira Salles, Cinema Museu Lasar Segall, que conformariam um “circuito mais alternativo”. Embora se evoque as salas Itaú, algumas das quais ficam em *shopping centers*, parece haver uma evitação de cinemas em tais recintos. A menção às salas de cinema promovidas por um banco nacional comumente classificado como uma empresa usada por estratos médios-altos e altos vem acompanhada da justificativa de se pagar meia-entrada por ser correntista do banco: “Na Augusta, nas salas do Itaú, porque também a gente tem conta no banco, cê paga meia, né? Por ter conta no banco... Isso ajuda” (depoimento concedido em dinâmica de grupo focal para a pesquisa).

Isso nos leva a outro aspecto que ganha importância nas práticas e classificações desse grupo, que consiste na construção de distinção a partir da refuta ao econômico, que aparece como avesso. Convites ganhos de amigos artistas, o pagamento da meia-entrada, os preços baixos do SESC e mesmo o recurso à pirataria, remetida ao acesso a obras antes que estejam disponíveis por meios legais, são evocados como parte da rotina de seus integrantes. Pagar caro para consumir cultura não é praxe nesse grupo, o que reflete sua estrutura de capitais, isto é, eles não detêm muito capital econômico comparado ao que têm de capital cultural, porém classificam este último como mais valoroso. Existe um esforço constante de construção do valor cultural a despeito do econômico. Inclusive, em discussões sobre outros temas, o grupo demonstrou aversão a

“pessoas que só têm dinheiro” e externou irritação com pessoas que “não levam cultura a sério”.

Outro aspecto saliente foi o processo de escolha dos veículos ou mediadores pelos quais se informam sobre o que assistir, que mobilizou bastante os participantes, como os trechos abaixo dão a ver:

“É... eu já sei o filme que eu quero ver, antes dele aparecer no... no *streaming*. É sigilo aqui, né? Eu, eu consumo pirataria. Então assim, não espero aparecer às vezes no *streaming*, eu já sei onde eu busco antes dele chegar no *streaming*. Então assim, eu acompanho nos *sites* especializados os filmes que estão passando nos festivais, de certos diretores, então, eu já vou direto nisso. As séries, eu consumo mais por indicação de certos *youtubers*: *Refúgio cult*, tem a... *Redatora de merda* [todos riem], é... *PH Santos* ... Então, eu já tenho os canais que eu sigo, e os *youtubers* viram, eles veem logo, alguns assistem antes de, de... estrear no *streaming*, a plataforma às vezes dá uma semana antes pra eles já assistirem, já fazem a crítica, e aí eu, mais ou menos, já sei que aquele dia vai sair a série e aí eu já vou e assisto a série.”

“Tem esse *feed* de notícias que o *Android* dá, e aí sempre aparece um cara que chama Bula... Eu acho um pé no saco esse negócio de ‘Ah... 10 filmes inesquecíveis...’ Eu acho um pé no saco. Aí eu leio, mas não gosto, não sigo. Acho muito chato... Enfim...” (depoimento concedido em dinâmica de grupo focal para a pesquisa).

Em uma conjuntura de ampliação da oferta de audiovisual, bem como dos intermediários que classificam as produções, parece haver uma distinção no processo de escolha, nos veículos ou instâncias de julgamento e classificação avaliados como legítimos. O processo de escolha parece distinguir tanto ou mais que o próprio bem cultural. A qualidade das recomendações aparece como um elemento que diferencia as escolhas culturais.

O grupo superior com mais capital econômico apresenta muitas diferenças com relação à fração mais culturalizada. A primeira diferença é a centralidade do uso das salas de cinema dentro de *shoppings centers*. Este ambiente se mostra como parte cotidiana da experiência dos integrantes do grupo dotado de maior capital econômico. Ao escolher programas, o grupo externa mais preocupação com a segurança do local e evoca também facilidade de estacionamento para justificar a frequência a *shoppings*, o que indica que sabem da existência de classificações negativas quanto a essa modalidade da prática. Seus deslocamentos pela cidade se fazem de carro, o que não se torna um tema central, mas um

pano de fundo invisível, naturalizado. Consoante a isso, as menções ao discutir sua programação cultural são menos aos nomes de instituições, que muitas vezes aparecem imprecisos, do que à localização dos equipamentos na cidade, por bairros, ruas e avenidas, cruzamentos. O conhecimento íntimo, incorporado, da cidade, como motoristas, parece um saber valorizado.

Ao mesmo tempo, esse grupo externa dificuldade com nomes de instituições, obras e artistas. Inicialmente, isso é enunciado em tom cômico como característica pessoal: “Sou péssima para nomes, vocês vão ter que me ajudar”. No decorrer do grupo focal, percebe-se que tal dificuldade se trata de um aspecto do grupo: “Nós somos tudo ruim de memória, de nome...”, o que também se enuncia com jocosidade. O tom de humor parece ser um recurso utilizado para escaparem do constrangimento da falta de conhecimento, repertório ou incorporação. Ao mesmo tempo, diferente do que ocorre com participantes em posições menos dominantes, isso não é acompanhado por expressões corporais, comportamento deflagrante do que Bourdieu chama de *vergonha de si*. O déficit em capital cultural parece ser compensado pela posse de outros capitais, em especial o econômico e as práticas a ele associadas, dando lugar a expressões nítidas do reconhecimento da legitimidade de certos bens materiais e práticas culturais de forma menos pesarosa do que nos grupos em que o capital econômico não age como contrapeso.

Imputar a outra pessoa próxima a escolha por bens considerados menos legítimos também é recorrente nesse grupo e aparece como um indício de legitimidade, de (re)conhecimento das hierarquias culturais. Além disso, a dimensão de gênero ficou explícita:

“Eu gosto de filme denso, de coisa complexa, agora, por exemplo, minha mulher, qualquer coisa que não seja um filme água com açúcar, ela dorme ou ela... se... porque aí assiste, fala, não... fica ‘vamos jantar agora’, ‘vamo num sei quê...’” (depoimento concedido em dinâmica de grupo focal para a pesquisa).

No grupo superior com mais capital econômico, a diferenciação de programas com e sem filhos, com e sem cônjuge aparece como mais importante em comparação com a fração com mais capital cultural. Naquele grupo, o número de participantes com filhos é maior. Apenas três não têm filhos, ao passo que no grupo de maior capital cultural, apenas três têm filhos. Para os menos dotados de capital cultural, parece haver preferência por programas que se pode fazer com filhos aos finais de semana. Na reunião desse grupo, cinema e teatro

se misturam nas falas e aparecem como intercambiáveis. O repertório de teatro, de certo tipo de teatro, parece maior que o de cinema. Expressa-se gosto por musicais, como *Fantasma da Ópera*, *Família Adams*, *O Rei Leão*, *A Bela e a Fera*, *Cats*: “Esse final de semana fomos assistir A Bela e a Fera. Uma graça, muito bacana. É um jantar, e aí você tem direito a consumir e ver... No Morumbi; no *shopping*. Muito bom!” (depoimento concedido em dinâmica de grupo focal para a pesquisa). Para eles, a principal aversão é pelos monólogos. Não se discutem aspectos específicos das obras, mas menciona-se que atores famosos “fazem diferença na escolha, não adianta negar”.

Para esse grupo de menor capital cultural, o audiovisual, tal como a oferta cultural de forma mais geral, aparece, em grande medida, como entretenimento.

Considerações finais

O que se evidencia na análise dos gostos e práticas manifestados pelos integrantes dos seis grupos focais é a importância que assume, na sua diferenciação, a posse de maior capital cultural do que econômico. Tanto é assim que o consumo de audiovisual apresenta várias semelhanças entre as frações culturalizadas de estratos superiores, médios e inferiores. Ao mesmo tempo, o capital cultural distingue as frações do mesmo estrato. Logo, se o volume de capital diferencia os estratos, a estrutura dos capitais opõe frações intra-estratos e aproxima frações interestratos.

Diante disso, nossa pesquisa constata a atualidade da pertinência do capital cultural na construção de proximidades e distâncias, isto é, da tese de *A distinção* de Pierre Bourdieu. Nessa direção, todas as frações com menor capital cultural consomem audiovisual como entretenimento, passatempo e diversão, ao passo que as que concentram mais dessa espécie de capital fruem mais explicitamente do audiovisual, seja para aumentar conhecimentos específicos, seja para cultivá-lo de modo mais amplo. Há uma seriedade com que se engajam no tema. Estamos, pois, diante de diferentes disposições à cultura.

Uma diferença que aparece entre estratos, inclusive entre frações com mais capital cultural, é a diferença entre gosto e prática, especialmente vinculada à participação dos filhos no consumo de audiovisual. Nos estratos superiores dotados de maior capital cultural, o gosto por audiovisual tende a coincidir com as práticas, uma vez que o tempo dedicado ao consumo audiovisual lhes pertence individualmente, isto é, não é dividido com os filhos. Ao menos, os filhos não aparecem como móveis de gostos e práticas. Na fração superior com maior capital econômico, uma pessoa fala sobre levar os filhos ao cinema ou teatro para

se divertirem. Nos grupos médios, não se faz menção a crianças no que toca a essa prática específica, enquanto nos estratos mais baixos, o consumo audiovisual é praticamente dominado pelo gosto das crianças. Em grande medida, isso coincide com o uso do tempo livre apontado pelas classes populares de baixo capital econômico e cultural, cuja opção mais evocada para os finais de semana é levar os filhos aos *shoppings centers* para brincar, comer e ver filmes. No mesmo estrato, contudo, também os que têm mais capital cultural afirmaram acessar o audiovisual para ampliar o conhecimento, seu e dos filhos. De forma mais geral, a centralidade adquirida pela criação dos filhos distingue as diferentes frações com mais capital cultural entre si. A propósito, há uma diferença quantitativa importante entre estratos e frações quanto às menções aos termos *filho*, *filha*, *filhos*, *criança* e *crianças*. Os grupos inferiores são os que mais os mencionam. Ao longo de toda a sessão do respectivo grupo focal, são 77 menções pela fração com mais capital cultural e 69 pelos mais despossuídos dos dois tipos de capital. Entre os grupos médios, os que têm mais capital cultural evocam os termos 49 vezes e os que têm mais capital econômico, apenas 30. Já nas posições superiores, a fração com mais capital econômico enuncia as expressões 60 vezes e a que tem mais capital cultural o faz 37 vezes.

A necessidade de contemplar as crianças é uma – não a única – das razões que explicam a diferença entre os locais preferidos para o consumo audiovisual. Enquanto os dotados de menor capital cultural preferem os cinemas de *shopping*, os mais culturalizados procuram se afastar deles. Nos estratos médios, a rejeição ao *shopping* e a suas salas de cinema foi explícita, recaindo sua predileção por salas independentes como Belas Artes, Cine SESC, Itaú Cultural etc. Já nos grupos superiores, além destes, foram citados locais mais distintivos, como as salas de cinema da Biblioteca Mário de Andrade, do Instituto Moreira Salles e Museu Lasar Segall. Diante disso, é importante lembrar, como mostram os mapas da Introdução deste artigo, a distribuição desigual dos diferentes estratos sociais no espaço geográfico da cidade. Enquanto os mais de cinquenta *shopping centers* da cidade se espalham por todas as suas regiões, as salas de cinema *alternativas* estão concentradas no que se convencionou denominar *centro expandido*, o que abrange a própria zona central e parte das zonas Oeste e Sul da cidade. E, para além do distanciamento geográfico, o conhecimento da existência dessas outras ofertas culturais também é restrito. A adesão ou rejeição aos cinemas de *shopping* evidencia o distanciamento da necessidade, neste caso, necessidade reprodutiva, e a possibilidade do acesso a um consumo mais raro, propiciado não apenas pelo capital econômico, mas, sobretudo, pelo capital cultural.

Embora não tenha sido discutida em profundidade nos grupos focais, a preferência ou a rejeição em relação a certos gêneros narrativos pode ser vislumbrada. Os locais escolhidos para se ver um filme também contêm uma indicação. Em geral, as salas de *shopping* exibem os chamados *blockbusters*, produções milionárias, com alto investimento em *marketing* e baseadas em gêneros como ação/aventura, terror/fantástico, alternados com produções mais baratas, mas bastante rentáveis, como as comédias, românticas ou adolescentes, além do cinema infantil, uma enorme fonte de receitas para produtoras do mundo inteiro. Evitar os cinemas de *shopping* significa se distanciar desses gêneros mais massivos, em busca do que os dotados de maior capital cultural em todos os estratos econômicos identificam como “alternativo”. Nos grupos superiores, foi mencionado o gosto pelo documentário, por filmes densos e complexos, e a aversão à “comédiona”. Nos grupos médios, em termos de gênero, opõe-se o drama à comédia, sobretudo, romântica ou pastelão. Como vimos acima, a comédia é considerada um gênero mais popular ou até mesmo *popularesco*¹⁴. Nos estratos mais baixos, não há referência a gêneros ou tipos de filmes, mas entre os que adquiriram mais capital cultural, aparece a crítica ao que é consagrado pelo *Oscar*, visto como questão de *marketing* e de classe. Mais politizados, eles valorizam a produção cultural da “periferia” e, como em outras práticas culturais, manifestam interesse nesse “território”.

De uma forma ou de outra, a construção de um universo marcado por práticas distintivas emerge em todos os grupos dotados de maior capital cultural: eles não gostam do que é comum, daquilo que é “muito parecido”, que é “padrão”, que “está na moda”, querem algo “não comercial”. Buscam o “alternativo” ou, mais ainda, o que “ninguém sabe”. Não apenas o que assistem, mas o modo como o fazem os distingue. As distinções em relação aos modos de aquisição ocorrem tanto em relação ao cinema quanto no que se refere às plataformas de *streaming*. Como vimos, a pandemia de Covid-19 reforçou enormemente o consumo audiovisual via internet, de modo que todos os grupos o acessam dessa forma. Os de menor capital econômico, porém, não assinam vários canais de *streaming*. Por isso, os mais mencionados são sempre *Globoplay* e *Netflix*, os mais conhecidos. Além disso, um participante confia a prática do conhecido “gatonet”. À medida que aumenta o capital econômico, aumentam também

14 Embora não tenhamos elementos suficientes para explorar esse aspecto específico aqui, os achados de nossa pesquisa apontam para a pertinência das diferentes classificações da comédia como um diferenciador cultural importante, tal como desenvolvido por Sam Friedman (2011).

as plataformas citadas, culminando nos estratos superiores, onde chega-se à menção do acesso a “todas” elas.

No entanto, o mais distintivo não reside no número de veículos de *streaming* aos quais têm acesso, mas na maneira como se informam sobre essas plataformas e como escolhem o que assistir na sua interminável lista de filmes e séries. Todos fazem suas buscas em *sites* especializados, mas é possível perceber distinções nos grupos dotados de maior capital cultural, mesmo nas frações inferiores. Nestas, surgiu a informação de consulta ao *site Omelete* de cultura pop e do uso do *software uTorrent* para baixar gratuitamente filmes, séries, músicas etc. Nos grupos intermediários foi citado o *Mubi*, repositório de filmes clássicos, retrô, entre outros “fora do *mainstream*”. Finalmente, nos grupos superiores, percebemos um nível de exigência maior na escolha dos seus influenciadores, com a citação de nomes pouco conhecidos. Um participante deste grupo, ligado ao meio artístico, afirmou gostar de “coisas escondidas na *Netflix*” ou de ficar sabendo delas antes do lançamento na plataforma. O depoimento é elucidativo: nada pode ser mais raro e, portanto, mais distintivo, do que conhecer o desconhecido, saber o que ninguém sabe, ou saber antes dos demais. Como bem explicou Bourdieu (2007), a distinção é também um avanço no tempo.

AGRADECIMENTOS: Agradecemos à Agência de Fomento à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento do Projeto Temático Fapesp 18/20074-2 “Para além da distinção: gostos, práticas culturais e classe em São Paulo”, que dá origem a este artigo, bem como aos demais pesquisadores do projeto pelas contribuições coletivas às reflexões aqui apresentadas.

Referências

- ATKINSON, Will. *Class in the New Millennium: The Structure, Homologies and Experience of the British Social Space*. Nova York, Routledge, 2017.
- BENNETT, Tony *et al.* *Culture, class, distinction*. Londres, Routledge, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, Papirus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção. Crítica social do julgamento*. São Paulo, Edusp; Porto Alegre, Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, v. 27, n. 79, 2013, pp. 133-144.
- BOURDIEU, Pierre e DARBEL, Alain. *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*. São Paulo, Edusp, 2003.
- COULANGEON, Philippe e DUVAL, Julien (Orgs.). *Trente ans après La Distinction de*

- Pierre Bourdieu*. Paris, La Découverte, 2013.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.
- FRIEDMAN, Sam. The cultural currency of a 'good' sense of humour: British comedy and new forms of distinction. *The British Journal of Sociology*. [On-line], v. 62, n. 2, 2011, pp. 347-370.
- GONDIM, Sônia Maria Guedes. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. *Paidéia*. [On-line], v. 12, n. 24, 2002, pp. 149-161.
- MORGAN, David L. *Focus group as qualitative research*. Londres, Sage Publications, 1997.
- PULICI, Carolina Martins. O charme (in)discreto do gosto burguês paulista: estudo sociológico da distinção social em São Paulo. Tese de doutorado, Sociologia, Universidade de São Paulo, 2010.
- PULICI, Carolina Martins. Gosto dominante como gosto tradicional. Preferências e aversões estéticas das classes altas de São Paulo. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, v. 91, julho 2011, pp. 123-139.
- WACQUANT, Loic. Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, v. 96, jul. 2013, pp. 87-103.
- WACQUANT, Loic. *Bourdieu in the City: Challenging Urban Theory*. Wiley, 2023.

Recebido em: 18/03/2023

Aprovado em: 15/09/2023

Como citar este artigo:

- MIRA, Maria Celeste; CASTRO, Ana Lúcia de; MICHETTI, Miqueli. Dinâmicas distintivas em torno do consumo audiovisual na cidade de São Paulo. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 2, maio - agosto. 2023, pp. 391-416.



Desafios teóricos e metodológicos à análise do consumo das classes populares brasileiras: uma discussão sobre a “cozinha da pesquisa”¹

Ana Rodrigues Cavalcanti Alves²

Resumo: Este artigo visa discutir alguns dos desafios teóricos e metodológicos envolvidos na análise das práticas de consumo de uma fração das classes populares brasileiras em processo de mobilidade ascendente nas últimas décadas. Para tanto, será apresentado o relato de uma pesquisa qualitativa realizada em Recife, com membros dessa fração de classe, focalizando os desafios que se colocam à construção desse complexo “objeto” e a relevância das ferramentas teórico-metodológicas da sociologia disposicionalista na análise do consumo popular.

Palavras-chave: Práticas de consumo; Classes populares; Estilo de vida; Sociologia disposicionalista.

Theoretical and methodological challenges to analyzing the consumption of Brazilian popular classes: a discussion on the “research kitchen”

- 1 A discussão apresentada neste artigo é resultante de um exercício de reflexão acerca da pesquisa de campo realizada para a tese de doutorado intitulada “Com o suor do trabalho”: uma análise do *ethos* dos batalhadores manifesto no âmbito do consumo, que foi posteriormente publicada em e-book pela Editora UFPE (Alves, 2020). Gostaria de agradecer à prof.^a Maria Eduarda da Mota Rocha pela condução atenta e sagaz na orientação da tese, que foi fundamental para o enfrentamento dos desafios apresentados neste trabalho.
- 2 Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Bahia – Brasil – anarodrigues86@gmail.com – ORCID: orcid.org/0000-0001-9121-882X – LATTES: <http://lattes.cnpq.br/6506286038414113>

Abstract: *This paper aims to discuss some of the theoretical and methodological challenges involved in analyzing the consumption practices of a fraction of the Brazilian popular classes in the process of upward mobility in recent decades. To this end, we present a qualitative research report carried out in Recife, with members of this class fraction, focusing on the challenges posed by constructing this complex “object” and the relevance of the theoretical-methodological tools of dispositionalist sociology in the analysis of consumption popular.*

Keywords: *Consumption practices; Popular classes; Life style; Dispositionalist sociology.*

Desafios teóricos y metodológicos para analizar el consumo de las clases populares brasileñas: una discusión sobre la “cocina de investigación”

Resumen: Este artículo tiene como objetivo discutir algunos de los desafíos teóricos y metodológicos involucrados en el análisis de las prácticas de consumo de una fracción de las clases populares brasileñas en proceso de movilidad ascendente en las últimas décadas. Para ello, se presentará un informe de investigación cualitativa realizado en Recife, con integrantes de esta fracción de clase, centrándose en los desafíos planteados a la construcción de este “objeto” complejo y la relevancia de las herramientas teórico-metodológicas de la sociología disposicionalista en el análisis del consumo popular.

Palabras clave: Prácticas de consumo; Clases populares; Estilo de vida; Sociología disposicionalista.

Introdução

Este artigo visa discutir alguns dos desafios teóricos e metodológicos envolvidos na análise sociológica das práticas de consumo de uma fração das classes populares brasileiras em processo de mobilidade ascendente nas últimas décadas. Para tanto, será apresentado o relato de uma pesquisa qualitativa realizada com membros dessa fração de classe na região metropolitana do Recife, entre 2015 e 2016.

Vale ressaltar que tal pesquisa se inseriu em um debate mais amplo das ciências sociais brasileiras que buscou interpretar o sentido das mudanças ocorridas na estrutura da sociedade brasileira na virada para o Século XXI e, particularmente, o seu notável impacto sobre as classes populares. Dentre essas mudanças, é possível destacar o aquecimento da economia, a criação de

empregos formais, sobretudo no setor de serviços e com rendimento até dois salários mínimos, o aumento real do salário mínimo, as políticas de transferência de renda e o processo de expansão educacional, tanto na Educação Básica quanto no ensino superior. Essas mudanças possibilitaram uma pequena diminuição da desigualdade de renda, medida pelo índice de Gini, e maior acesso das classes populares ao consumo de bens industrializados e serviços³ (Aguiar, 2016; Januzzi, 2016; Pochmann, 2014; Singer, 2012, 2015; Souza, 2012).

De acordo com Márcio Pochmann (2014: 47), se o movimento de transformação da estrutura da sociedade brasileira, a partir dos anos 2000, apresentou-se como fato praticamente inquestionável, o mesmo não pode ser dito acerca das interpretações sobre o sentido dessas mudanças. No campo intelectual, tais interpretações se apresentaram em um movimento pendular que oscilou desde a afirmação celebratória da emergência de uma “nova classe média” no Brasil (Neri, 2010) até estudos críticos que apontavam as inconsistências teóricas e empíricas dessa tese, destacando a recomposição das classes trabalhadoras brasileiras sob novas bases de consumo (Pochmann, 2014; Souza, 2012).

Inserindo-se nesse debate, a pesquisa que será apresentada neste artigo investigou os sentidos que os membros das frações ascensionais das classes populares atribuíam às suas práticas de consumo, encarados como uma das formas pelas quais esses indivíduos sentem as transformações estruturais em sua vida cotidiana. Desse modo, buscou-se focalizar as dimensões subjetivas desse processo, consideradas fundamentais para uma análise mais abrangente acerca da nova configuração social das classes e de suas relações e, até então, pouco

3 Cabe mencionar que inovações metodológicas nos estudos sobre a desigualdade conduziram à construção de um quadro “menos otimista” desse cenário. Com base em uma metodologia que combina dados da Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios (Pnad) com dados do imposto de renda da pessoa física, Marcelo Medeiros, Pedro Souza e Fábio Castro (2015) afirmam que a desigualdade é maior do que se imaginava e se manteve estável a partir de 2006. Segundo os autores, enquanto a Pnad afere a renda da população com base na declaração dos entrevistados – que podem omitir parte de seus rendimentos ou considerar somente o salário, deixando de lado aplicações financeiras –, eles aferiram a riqueza dos 10% mais ricos com base nos dados do imposto de renda combinados aos dados da Pnad para os demais 90% da população. Tal metodologia permitiu destacar menor proporção na diminuição da desigualdade no período entre 2006 e 2012. Contudo, embora essa abordagem seja considerada fundamental para apontar os limites das pesquisas censitárias na avaliação da renda dos mais ricos, os dados da Pnad são considerados mais adequados para a análise da pobreza, uma vez que os pobres não costumam declarar imposto de renda. Na medida em que a presente pesquisa investigou uma fração das classes populares em processo de mobilidade ascendente, beneficiada pelo crescimento do número de empregos formais e aumento dos rendimentos do salário, além de outras políticas públicas implementadas nas últimas décadas, foram considerados sobretudo os estudos que abordam as mudanças estruturais que exerceram um impacto direto em suas vidas.

abordadas nas interpretações que se estabeleceram com dominância explicativa a partir da segunda metade dos anos 2000.

Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa com membros das classes populares em processo de mobilidade ascendente, residentes em bairros periféricos da região metropolitana do Recife. Entre abril de 2015 e janeiro de 2016 foram realizadas 18 entrevistas em profundidade com indivíduos oriundos das frações ascensionais das classes populares, além de 11 entrevistas com membros de outras classes e frações de classe, situadas imediatamente acima e abaixo da referida fração, que permitem analisar algumas diferenças observadas entre elas, em termos de origem, trajetória, disposições, valores e práticas sociais características de seus respectivos estilos de vida – embora uma análise comparativa mais aprofundada entre diferentes classes e frações de classe tenha fugido ao escopo da investigação⁴.

As entrevistas foram realizadas nas residências dos(as) entrevistados(as), com o intuito de observar as condições do bairro, o tipo de habitação, mobiliário e decoração da casa, assim como quaisquer indícios de estilização – entendida como a manipulação dos atributos simbólicos dos produtos em função de uma intenção expressiva (Rocha, 2002) – que pudessem compor seu estilo de vida. Tais entrevistas tiveram duração mínima de duas horas e máxima de quatro horas, sobretudo quando os(as) entrevistados(as) tinham maior disponibilidade de tempo ou exprimiam maior interesse na conversa, além das situações em que convidavam a pesquisadora para fazer alguma refeição.

A partir das ferramentas teórico-metodológicas da sociologia disposicionista – fundamentada sobretudo nos trabalhos de Pierre Bourdieu (2008; 2013^a e 2013b), Bernard Lahire (2002; 2004; 2006) e Jessé Souza (2012) – e da antropologia e sociologia do consumo (Campbell, 1998; 2001; Slater, 2002), buscou-se reconstruir as disposições e valores característicos dos membros das classes populares que estão na origem de suas práticas de consumo, e conformam seu estilo de vida.

O presente artigo pretende abordar não tanto os resultados alcançados a partir da pesquisa de campo, mas o próprio processo de construção desse complexo “objeto”, por meio de um relato sobre o que se convencionou chamar de “cozinha da pesquisa”, a partir do qual é possível discutir alguns dos desafios enfrentados no decorrer da investigação. Entre eles, é importante destacar alguns

4 Vale destacar que algumas dessas entrevistas foram feitas como parte de uma pesquisa realizada pelo IPEA entre 2015 e 2016, intitulada *Radiografia do Brasil Contemporâneo*, sob a direção de Jessé Souza, da qual tive a oportunidade de participar como bolsista.

de natureza teórica, relacionados ao desafio de abordar as classes populares em sua heterogeneidade e dinamicidade constitutivas, sem reduzi-las à sua condição de pobreza material, nem recair em uma interpretação que romantiza e essencializa a pobreza.

Também foi necessário enfrentar os problemas metodológicos – e práticos – relacionados à definição e à seleção da amostra de uma fração de classe pouco conhecida, em processo de mobilidade social e marcada por uma significativa heterogeneidade, sobretudo no que se refere às suas práticas de consumo.

Por fim, para além do trabalho de reconstrução de disposições a partir da observação e análise de práticas – próprio dos estudos disposicionalistas –, a nossa pesquisa contou com o desafio de abordar, a partir das entrevistas, a incorporação de novas disposições para o consumo por parte de membros de uma fração das classes populares cujo *ethos* é marcado por um forte pendor ascético que atua como princípio de conformidade de suas práticas de consumo, orientando-os por uma “retórica da necessidade” (Campbell, 1998). Vale destacar também o efeito de violência simbólica exercido pela própria posição ocupada pela pesquisadora enquanto analista de práticas de consumo de indivíduos que ocupam uma posição dominada no espaço social brasileiro.

A partir dessa discussão, é possível destacar algumas das ferramentas teórico-metodológicas e estratégias acionadas no enfrentamento dessas questões no decorrer da pesquisa, assim como alguns dos “achados empíricos” e resultados da investigação.

Desafios teóricos e metodológicos à análise das práticas de consumo das classes populares brasileiras

1. Equívocos nas interpretações sociológicas sobre a “condição popular”

A análise acerca das possíveis mudanças nas práticas de consumo das classes populares brasileiras em um contexto de mobilidade ascendente se depara, antes de mais nada, com o desafio de abordar um “objeto” complexo pela sua heterogeneidade e dinamicidade constitutivas, marcado por tensões e contradições próprias a uma posição dominada no espaço social, atravessado por diversas influências socioculturais que se inscrevem de modo singular na trajetória de seus membros e são traduzidas de modo específico nos diferentes domínios da vida social (Pontes, 2015).

Thiago Pontes (2015) destaca alguns dos riscos e equívocos que permeiam as interpretações sociológicas sobre a “condição popular”, relacionados com a

adoção de uma perspectiva unidimensional e suas implicações homogeneizantes. Segundo o autor, a ênfase em aspectos unívocos na interpretação das classes populares impediria a apreensão de sua *multideterminação essencial*, resultante de sua inscrição em uma rede de relações horizontais (familiares, religiosas, amistosas, vicinais etc.) que atuam nos processos de subjetivação e não podem ser reduzidas à sua posição subordinada na estrutura vertical do espaço social, embora estejam diretamente relacionadas a esta última (Pontes, 2015: 30).

Pontes (2015) afirma que tais equívocos estão presentes tanto nas abordagens culturalistas, que tendem a enfatizar a “autenticidade” e a coerência interna da “cultura popular”, quanto em uma perspectiva materialista que tende a reduzir a dimensão simbólica das classes populares à mera transfiguração de uma relação subordinada na estrutura social, caracterizada apenas pela falta e pela negatividade.

Na tentativa de enfrentar tal desafio, nossa investigação se fundamentou na teoria das classes sociais de Pierre Bourdieu (2013^a; 2013^b), cujo enfoque multidimensional permite abordar as diferentes práticas culturais na sua relação com os diferentes grupos e classes sociais. Embora o sociólogo francês tenha sido criticado pelo tratamento que dá às classes populares, ao reduzir sua dimensão simbólica à posição dominada no espaço social (Lahire, 2006; Rocha e Assis, 2013), acreditamos que a sua noção de classe social, atrelada ao conceito de estilo de vida, constitui uma ferramenta teórica profícua na análise das práticas de consumo das classes populares brasileiras.

Com seu enfoque, Bourdieu (2013a: 106) busca superar a dicotomia entre as teorias objetivistas, que definem a classe a partir das distribuições das propriedades materiais, obtidas por meio de indicadores objetivos, e as teorias subjetivistas, que reduzem a ordem social a uma classificação coletiva obtida pela soma das estratégias individuais, por meio das quais os agentes classificam a si e aos outros. Assim como Weber, Bourdieu aposta em um modelo teórico multidimensional capaz de integrar as dimensões objetiva e subjetiva do mundo social em sua análise das classes sociais.

Desse modo, o autor propõe um modelo teórico composto pela sobreposição de três dimensões: 1) o espaço social, constituído pela distribuição sincrônica e diacrônica do volume e estrutura do capital, sob suas diferentes espécies; 2) o espaço dos estilos de vida, obtido pela distribuição de práticas e propriedades constitutivas de cada estilo de vida, que exprimem suas condições de existência e 3) o espaço teórico do *habitus*, ou seja, do conjunto das disposições que se encontram na origem de cada uma das classes de práticas e propriedades, transformando em um estilo de vida distinto e distintivo as necessidades e facilidades características de uma condição (Bourdieu, 2013b: 116).

Segundo Bourdieu (2013b: 154), os agentes estão distribuídos no espaço social de acordo com a estrutura e o volume global de capital, assim como pela evolução dessas duas propriedades, manifesta por sua trajetória passada e seu potencial no presente. A posição de classe é, portanto, construída com base nas condições objetivas da existência, considerando o conjunto de propriedades incorporadas e objetivadas de um indivíduo ou grupo de indivíduos, bem como a estrutura de relações entre todos os recursos que podem ser mobilizados pelos agentes.

Já o espaço dos estilos de vida constitui a “retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência” (Bourdieu, 1982: 82). É por meio das duas propriedades do *habitus* que as diferenças inscritas nas condições objetivas se manifestam no espaço dos estilos de vida. De um lado, o *habitus* atua como princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis. De outro lado, encarnado como gosto, ele funciona como um sistema de classificação capaz de perceber e julgar as diferentes classes de práticas e propriedades, constituindo o estilo de vida como *mundo social representado* (Bourdieu, 2013b: 162).

É dessa forma que o espaço social se apresenta, objetivamente, como um espaço simbólico, estruturado segundo a lógica da diferença, na medida em que as diferentes propriedades de um agente ou grupo são percebidas em suas relações mútuas segundo os esquemas do *habitus* e tendem a funcionar como signos de distinção positiva ou negativa.

Com seu enfoque, Bourdieu (2013b) permite pensar de que maneira a luta de classes se manifesta no espaço dos estilos de vida, por meio de uma luta simbólica a partir da qual cada classe busca impor a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, assim como o estilo de vida legítimo. Segundo o autor, a aversão pelos estilos de vida diferentes constitui uma das mais fortes barreiras entre as classes, a partir da qual estas últimas demarcam ou buscam melhorar sua posição social.

Contudo, uma das principais fragilidades de seu modelo teórico é a de negar às classes populares qualquer participação nas lutas simbólicas, as quais estariam restritas às classes dominantes. Para Bourdieu (2013b: 235), as classes dominadas não intervêm nas lutas simbólicas nem pela apropriação das propriedades distintivas, nem pela definição dessas propriedades ou, ainda, pelo modo de apropriação legítimo. Tais classes serviriam apenas como contraponto e referência negativa contra a qual se definem todos os demais estilos de vida. Nessa perspectiva, o gosto popular é reduzido à mera expressão das condições objetivas. O ajuste às oportunidades objetivas propiciado pelo *habitus* estaria na

origem de todas as escolhas realistas, baseadas na renúncia a lucros simbólicos, considerados de todo modo inacessível às classes populares.

Como observam Maria Eduarda Rocha e Rodrigo Assis (2013), é como se, em sua análise dos estilos de vida, Bourdieu conferisse primazia explicativa à dimensão distintiva, de demarcação de fronteiras simbólicas entre indivíduos e grupos, ao passo que a dimensão expressiva, também pressuposta em sua noção de estilo de vida, seria negligenciada. Tal problema é ainda mais explícito em sua análise do estilo de vida das classes populares. Segundo os autores, se em uma acepção mais abrangente, a noção bourdieusiana de estilo de vida – definida como “conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem [...] a mesma intenção expressiva” (Bourdieu, 2013b: 165) – permite analisar as classes populares, sua definição enquanto produto da “estilização da vida”⁵ não permitiria pensar em um estilo de vida popular. Na segunda acepção, “o gosto de necessidade só pode engendrar um estilo de vida em si, definido como tal apenas de forma negativa, pela relação de privação que mantém com os outros estilos de vida” (Bourdieu, 2013b: 170).

Apesar de recair no equívoco de reduzir a dimensão simbólica das classes populares à sua posição dominada, o enfoque teórico de Bourdieu se mostrou relevante na abordagem das mudanças nas práticas de consumo das classes populares brasileiras em contexto de mobilidade ascendente. Sua proposta de construção de um modelo teórico que abrange as condições materiais, disposicionais e simbólicas das classes, atenta às dimensões distintiva e expressiva de seu estilo de vida, parece constituir um interessante ponto de partida para uma investigação que pretenda abordar o estilo de vida popular, se esquivando dos principais riscos que rondam as interpretações sociológicas.

Embora a diferença entre as dimensões distintiva e expressiva do estilo de vida seja mais analítica do que propriamente empírica, ela orientou a pesquisa no sentido de buscar captar a dinâmica dos estilos de vida para além da lógica da distinção, o que permitiu abordar a busca por reconhecimento, a autoafirmação e a intenção de exprimir dignidade e respeitabilidade por meio do consumo de bens. É o caso de Rosa, 60 anos, autodeclarada negra, manicure, que vivia com o marido e a neta em um bairro periférico na zona oeste da cidade. Apesar de não se considerar vaidosa, Rosa buscava manter uma “boa aparência”, através do consumo de vestuário e de produtos cosméticos. Assim, ela frequentava

5 Segundo Bourdieu (2013b: 56), à medida que se sobe na hierarquia social, o estilo de vida se torna cada vez mais o produto da “estilização da vida”, propiciado pela distância objetiva com relação à necessidade, e que atua como expediente sistemático que confere o primado da forma sobre a função e atua na orientação da prática nos mais diversos domínios.

regularmente o salão de beleza para alisar o cabelo e comprava roupas na tentativa de exprimir uma “presença de gente” ao buscar a neta em um colégio particular de médio porte ou visitar suas clientes em suas casas.

Ademais, o enfoque de Bourdieu também se mostrou profícuo no enfrentamento de outro problema, de natureza metodológica, que se apresentou à nossa investigação, a saber, o de definição da amostra e seleção dos(as) entrevistados(as), que será abordado a seguir.

2. Dificuldades na definição da amostra

Inicialmente, nossa pesquisa se deparou com a questão sobre qual forma seria adotada na definição de uma amostra de uma fração pouco conhecida das classes populares, em processo de mobilidade ascendente – e, possivelmente, de mudança e adesão a novas práticas de consumo –, cuja posição na estrutura social brasileira era objeto de análise e disputa no debate intelectual. Mesmo entre as análises críticas à tese da emergência de uma “nova classe média” no Brasil, não havia consenso sobre os critérios para definir a referida fração de classe. Cada estudo estabelecia critérios próprios em termos de faixa de renda, nível de escolaridade, origem social, condições de moradia, entre outros (Kerstenetzky e Uchoa, 2013; Pochmann, 2014; Pontes, 2015).

Sendo assim, a presente investigação se fundamentou no conceito de classe construída de Bourdieu, segundo o qual a própria definição da classe desponha como resultado da pesquisa e não como seu ponto de partida⁶ (Bourdieu, 2013b). Nessa perspectiva, a construção da amostra não partiu de critérios pré-estabelecidos em termos de capital econômico, capital cultural, ocupação, entre outros. As únicas referências adotadas inicialmente para a seleção dos(as) interlocutores(as) da pesquisa foram a de 1) ser oriundo(a) das classes populares e 2) ter vivenciado um movimento de mobilidade ascendente nos últimos anos. Tais referências foram repassadas à rede de contatos da pesquisadora – preferencialmente oriunda dos meios populares –, com o mínimo de orientações, com o intuito de evitar possíveis vieses no processo de pesquisa. Desse modo, chegou-se aos(as) primeiros(as) interlocutores(as) da pesquisa, indicados(as) a partir das próprias percepções e referências acerca da condição popular e dos indicadores de mobilidade ascendente da referida rede.

6 Essa estratégia também foi utilizada por Jessé Souza (2012) em sua pesquisa sobre os batalhadores brasileiros, que constituiu outra referência teórica importante para a construção de nossas questões de pesquisa e posterior análise.

Com esse método de seleção, foram acionados critérios estabelecidos pelos(as) nossos(as) interlocutores(as), critérios que não haviam sido definidos inicialmente e que nos colocaram desafios no decorrer da pesquisa, porém, essa dificuldade já era prevista no momento em que se decidiu por tal estratégia de pesquisa. Um desses desafios é o fato de que esse método de seleção exigiu mais tempo para o desenvolvimento da pesquisa, uma vez que nem todas as pessoas indicadas se encaixavam no perfil desejado. Dada a heterogeneidade de trajetórias encontradas nos meios populares, com a qual nos deparamos na pesquisa, consideramos a origem social – definida pela ocupação e nível de escolaridade dos pais – um critério fundamental para definir a posição inicial de nossos(as) interlocutores(as), a partir da qual vivenciaram seus processos de mobilidade. No entanto, nem todas as pessoas indicadas para as entrevistas tinham origem nas classes populares e só foi possível obter essa informação durante as entrevistas, de modo que nem todas foram aproveitadas na análise.

Por outro lado, o referido método de seleção também proporcionou alguns “resultados não esperados”, próprios da pesquisa qualitativa, chamados informalmente de “achados de campo”. Um deles se refere às próprias percepções e referências construídas pelos indivíduos da rede de contatos – também oriundos dos meios populares – acerca do sentido da mobilidade ascendente nesses meios, as quais exerceram uma influência decisiva nos rumos tomados pela pesquisa.

Nesse sentido, seus critérios para indicação de possíveis interlocutores(as) da pesquisa se orientaram principalmente pelo ingresso no mercado de trabalho formal no período recente, sobretudo no setor de serviços – tendência observada entre jovens e mulheres (Januzzi, 2016; Pochmann, 2014) –, que favoreceu a aquisição de bens de maior valor unitário, como automóvel ou mesmo a reforma de suas casas, os quais exprimiam e materializavam a nova posição social alcançada. Muitas dessas pessoas haviam reformado suas casas, construindo um “primeiro andar” (duplex), considerado como bem distintivo nos meios populares, que permitia demarcar sua posição perante os vizinhos.

Outro perfil muito comum foi o de trabalhadores(as) que haviam saído de seus empregos para montar seu próprio negócio – pequenos empreendedores que decidiram se tornar “patrões de si mesmo” e obtiveram algum êxito, aumentando seu montante de capital econômico. Desse modo, foram entrevistadas duas cabeleireiras que conseguiram abrir o seu salão de beleza, um garçom que abriu um restaurante de comida japonesa (temakeria), um motorista que se tornou pequeno comerciante, proprietário de uma quitanda de frutas e verduras, e um ajudante de pedreiro que se tornou encarregado de obra e, posteriormente,

abriu uma empresa de serviços terceirizados em construção civil, em sociedade com um amigo.

Um terceiro perfil indicado se revelou, inicialmente, de modo muito curioso à pesquisadora, já que, à primeira vista, não ficava claro se tratar de uma trajetória de mobilidade ascendente, nem tampouco qual tinha sido o “critério de seleção” empregado. Em alguns desses casos, em contraste com as casas duplex já referidas, a pesquisadora se deparou com casas muito simples, em bairros periféricos, com um padrão de vida que parecia ter se distanciado pouco do mundo das necessidades materiais. Somente no decorrer da entrevista foi possível perceber que o que determinava a percepção de sua trajetória como sendo ascendente era o ingresso no ensino superior – e a aquisição de um maior montante de capital escolar, além de outras formas de capital cultural.

Portanto, por meio desse método de seleção, a pesquisa de campo foi conduzida a uma amostra composta por indivíduos que ocupavam o topo das classes populares brasileiras, em termos de acúmulo de capital econômico e de capital cultural. No entanto, solucionada essa questão, surgiram outros desafios, de ordem teórico-metodológica e prática, como o de abordar um universo de pessoas para quem o tempo livre constitui um recurso escasso. Tais desafios serão discutidos na próxima seção.

3. Da pouca disponibilidade dos(as) entrevistados(as) à construção das questões de pesquisa

Como destaca Bourdieu (2013b), o tempo livre constitui um recurso socialmente valorizado, fundamental à reprodução das classes dominantes, e cuja falta demarca a posição das classes dominadas. Essa característica foi observada entre os(as) interlocutores(as) de nossa pesquisa, mesmo se tratando de uma fração ascensional das classes populares brasileiras – ou sobretudo por isso, dado o caráter contraditório de seu processo de (micro)mobilidade ascendente, conforme destacado em diversos estudos (Antunes e Braga, 2009; Pochmann, 2014; Pontes, 2015; Souza, 2012).

Nossos(as) interlocutores(as) encaravam uma dupla jornada de trabalho, conciliada algumas vezes com um curso noturno, ou chegavam a trabalhar 16h por dia em seus estabelecimentos comerciais. No caso das mulheres entrevistadas, o trabalho fora de casa se somava ao trabalho reprodutivo, já que também eram responsáveis pelos cuidados com os filhos e serviços domésticos. Desse modo, foi necessário contar com a atenção e esforço dessas pessoas, que concordaram em disponibilizar algumas horas de sua folga, de seu final de semana ou de seu tempo de descanso para participar das entrevistas. Algumas entrevistas ocorreram no

turno da noite, chegando até às 22h; outras ocorreram bem cedo, sendo concluídas antes do horário de entrada no trabalho dos(as) entrevistados(as).

Além disso, essa pouca disponibilidade de tempo também foi determinante para a reformulação da ideia inicial da pesquisa. Isso porque havia a intenção de realizar mais de um encontro com os(as) entrevistados(a)s, à maneira da construção dos retratos sociológicos de Bernard Lahire (2004), em que os informantes são observados e analisados em diferentes contextos da prática⁷. Segundo o autor, essa proposta possibilita a construção de uma relação de maior confiança com os(as) interlocutores(as), além de permitir a identificação de disposições dissonantes, heterogêneas e até mesmo contraditórias no interior de uma mesma classe ou indivíduo. Tal abordagem se mostrou inviável de ser estendida a toda a amostra pelas razões supracitadas.

Contudo, foi possível ter mais de um encontro com aqueles(as) interlocutores(as) que trabalhavam por conta própria, por meio de algumas visitas aos seus estabelecimentos comerciais, embora a entrevista mais estruturada ocorresse em suas casas. Em alguns casos, as visitas prévias aos estabelecimentos permitiram construir uma atmosfera de maior confiança na relação da pesquisadora com os(as) entrevistados(as), dirimir dúvidas e atenuar os possíveis desconfortos. Um dos entrevistados, por exemplo, estava preocupado com a situação da entrevista pela natureza informal do seu negócio, uma vez que ele não pagava tributos nem havia contratado formalmente os seus empregados – familiares e vizinhos do bairro. Ele temia que a entrevista tivesse relação com a prefeitura, com o intuito de fiscalizar o seu negócio. Em visita prévia realizada no dia anterior à entrevista, porém, foi possível esclarecer essa questão.

Nessas visitas, também era possível observar, na prática, a atuação desses pequenos empreendedores em seu ambiente de trabalho, durante a qual exprimiam a incorporação de disposições através de um aprendizado prático do trabalho, consideradas fundamentais para a administração de seu negócio.

Nos demais casos, buscou-se apreender as dissonâncias e variações individuais por meio da construção das questões da entrevista, que abrangeu a trajetória dos indivíduos nos mais diversos domínios – infância, escola, trabalho, religião, lazer, práticas de consumo em diferentes subespaços simbólicos, entre outros –, fundamentada sobretudo nos construtos teóricos de Bernard Lahire (2002; 2004 e 2006).

7 Na pesquisa apresentada em *A miséria do mundo*, Bourdieu (2008: 694) também relatou a necessidade de realização de mais de uma entrevista com alguns dos entrevistados, em razão das dúvidas e questões – “de fato ou de interpretação” – suscitadas pela leitura e escuta da primeira entrevista.

Tais construtos permitem lidar com a dinamicidade e heterogeneidade constitutivas das classes populares, as quais ganham relevo quando abordamos suas práticas de consumo, bem como as diferentes orientações que se encontram na origem de tais práticas. Já nas primeiras idas a campo foi possível perceber que, a despeito dos discursos e interpretações homogeneizantes acerca do consumo popular, a realidade se mostra mais complexa e matizada. Observamos que muitos(as) entrevistados(as) permaneciam com um estilo de vida marcadamente ascético, orientando suas práticas de consumo a partir das disposições incorporadas em sua condição passada, enquanto outros(as) incorporavam novas disposições para o consumo, buscando exprimir a nova posição social, e podiam adotar uma postura mais hedonista no espaço dos estilos de vida.

A partir dessa observação, buscou-se investigar as condições – objetivas e subjetivas – que favorecem tais variações e identificar os principais perfis culturais encontrados no interior das frações ascensionais das classes populares. E para isso, mais uma vez, as ferramentas teórico-metodológicas da sociologia disposicionalista se mostraram profícuas.

Em sua análise sobre as práticas de consumo cultural, Lahire (2006) destaca a existência de perfis culturais compostos por elementos dissonantes em todas as classes sociais, caracterizados por práticas mais legítimas em um certo domínio e preferências culturais menos legítimas em outro. Suas noções de variações interindividuais e variações intraindividuais permitem abordar, respectivamente, as variações encontradas no interior de uma mesma classe e àquelas dissonâncias expressas por um mesmo indivíduo, por meio da incorporação de disposições heterogêneas e até mesmo contraditórias nos diferentes domínios da prática (Lahire, 2002).

No caso da nossa pesquisa, se, por um lado, alguns interlocutores transferiam para o espaço dos estilos de vida as mesmas disposições ascéticas incorporadas duravelmente durante a socialização familiar, e reforçadas no âmbito do trabalho, por outro lado, os demais agentes aderiam a uma orientação mais hedonista no domínio de suas práticas de consumo e atividades de lazer, embora continuassem marcados por disposições ascéticas para o trabalho – estas últimas consideradas as responsáveis pelo seu processo de mobilidade ascendente.

De modo semelhante, a distinção entre disposições para crer e disposições para agir permite pensar os casos em que os indivíduos incorporam um valor ou uma crença sem ter alcançado as condições objetivas e subjetivas para incorporá-la sob a forma de disposições (Lahire, 2002). Segundo Lahire (2002), a distância entre as crenças e disposições para agir possibilita apreender os casos de frustração, fracasso, vergonha ou o sentimento de ilegitimidade cultural. Em

nossa pesquisa, tal distinção ajudou a mapear os casos em que os indivíduos pareciam mais suscetíveis aos valores e promessas da cultura do consumo, incorporando novas disposições para o consumo após a melhoria de suas condições materiais – o que está longe de ser um processo automático.

Como atestam diversos teóricos do consumo, o aumento da renda não se converte necessariamente em mudanças nos padrões de consumo e no estilo de vida dos grupos/classes sociais (Bourdieu, 2013b; Campbell, 1998; Slater, 2002). As práticas de consumo precisam fazer sentido no interior da trajetória dos indivíduos, ser legitimadas perante os seus valores ou, como afirma Bourdieu (2013b), perante seu *ethos* de classe. Nesse sentido, o trabalho de campo foi orientado por uma tentativa de reconstrução do *ethos* das frações ascensionais das classes populares, buscando analisar de que maneira esse conjunto de princípios práticos, valorativamente orientados, influenciam as práticas de consumo constitutivas de seu estilo de vida.

Vale destacar que a análise não teve a pretensão de reconstruir a totalidade das disposições que compõe o complexo disposicional dos indivíduos, mas apenas delimitar – mediante um procedimento teórico – aquelas disposições percebidas como decisivas para a sua trajetória de mobilidade ascendente, buscando apreender de que maneira tais disposições são traduzidas para o espaço dos estilos de vida.

Nessa tentativa, Jessé Souza (2012) constituiu uma referência teórica fundamental, particularmente em sua análise dos batalhadores brasileiros. Segundo o autor, essa fração das classes populares conseguiu ascender socialmente nas últimas décadas mediante a incorporação de um *ethos* do trabalho duro, que constitui uma ética do trabalho marcada pelo ascetismo, ou seja, por uma intensa dedicação ao trabalho, baseada em uma forte crença no trabalho e em si mesmo. A família desponta como outro valor constitutivo do *ethos* do trabalho duro, considerada fundamental para o processo de mobilidade ascendente do batalhador, na medida em que permite a incorporação de uma racionalidade prática, capaz de adaptar sua visão de mundo à posição social ocupada. É também através das relações afetivas, nutridas no seio familiar, que os batalhadores adquirem autoestima e confiança em si mesmos para se lançar às oportunidades objetivas (Souza, 2012).

Jessé Souza (2012) mostra como os batalhadores incorporam um conjunto de disposições e orientações para o trabalho duro, como a disciplina, o autocontrole, o pensamento prospectivo e disposições para a autossuperação. Estas últimas visam exprimir a superação da condição anterior e um padrão de dignidade, sobretudo a partir do consumo de bens. Segundo o autor, tais disposições

são duravelmente incorporadas no seio da socialização familiar, na maioria das vezes através de um aprendizado prático e da exemplaridade dos pais.

Desse modo, a ascensão dos batalhadores seria resultante da capacidade de manter mais de um emprego, uma dupla jornada de estudo e trabalho, capacidade de poupança e resistência ao consumo imediato. O *ethos* do trabalho duro pressupõe ainda a capacidade de realizar sacrifícios pessoais, de natureza física ou psicológica. Orientados por esse *ethos*, os batalhadores conseguiriam incorporar o tipo de capital cultural necessário à sua inserção no mercado competitivo, dispostos a fazer de quase tudo para garantir a sua reprodução – orientação que converge, segundo Souza (2012), com os novos postos de trabalho gerados pela incorporação do capitalismo flexível no Brasil.

Nossa questão de pesquisa partiu de um diálogo crítico com Jessé Souza (2012), na medida em que o autor não aborda com a devida atenção as práticas de consumo dos membros das frações ascendentes das classes populares. De acordo com sua interpretação, é como se os batalhadores transferissem os valores e disposições do *ethos* do trabalho duro ao espaço dos estilos de vida. Isso os levaria a sacrificar práticas de consumo e atividades de lazer em favor dos interesses familiares e de uma estabilidade futura – manifesta numa disposição para o sacrifício individual e no controle estrito das despesas. Contudo, tal interpretação não permite explicar a adesão a novas práticas e a elevação dos padrões de consumo entre os membros dessa fração de classe – mudanças que animaram o debate intelectual e político no Brasil na segunda metade dos anos 2000.

Conforme será discutido mais adiante, foi possível observar tensões e contradições entre disposições dissonantes encontradas entre os membros dessa fração das classes populares, como a tensão entre a necessidade de priorizar os interesses familiares e o desejo de “subir na vida”, manifesto nas disposições para a autossuperação. Ou, como vimos em nossa pesquisa, entre a disposição para o sacrifício individual e a incorporação de uma orientação mais hedonista em determinados subespaços simbólicos que favorece o consumo de bens individuais. Essa tensão parece ser acompanhada por uma tentativa de ajuste com relação aos valores e disposições constitutivas do *ethos* do trabalho duro, de modo a legitimar a incorporação de novas disposições para o consumo.

Antes de avançar sobre algumas das conclusões e resultados da pesquisa, faz-se necessário discutir sobre um último, mas não menos importante, desafio metodológico enfrentado na investigação sobre as práticas de consumo das classes populares, que corresponde à necessidade de refletir e tentar controlar as interferências causadas pela natureza da relação estabelecida entre pesquisadora e pesquisado(a).

4. Os efeitos da violência simbólica inerentes à relação de pesquisa

A sociologia reflexiva de Bourdieu (2008) nos convida a refletir sobre a natureza da relação de pesquisa. Segundo o autor, todo tipo de distorção está inscrito na estrutura dessa relação. Tais distorções precisam ser reconhecidas e dominadas, mediante um conjunto de reflexões e estratégias de pesquisa, previamente definidas e ajustadas durante a pesquisa de campo. Nas palavras do autor,

só a reflexividade, que é sinônimo de método, mas uma reflexividade reflexa, baseada num “trabalho”, num “olho sociológico”, permite perceber e controlar no campo, na própria condução da entrevista, os efeitos da estrutura social na qual ela se realiza. Como pretender fazer uma ciência dos pressupostos sem se esforçar para conseguir uma ciência de seus próprios pressupostos? Principalmente esforçando-se para fazer um uso reflexivo dos conhecimentos adquiridos na ciência social para controlar os efeitos da própria pesquisa e começar a interrogação já dominando os efeitos inevitáveis da pergunta (Bourdieu, 2008: 694).

Na medida em que a relação de pesquisa, como toda relação social, sofre os efeitos da estrutura social, ela é marcada por dissimetrias. Desse modo, o autor destaca duas dissimetrias impostas à situação da entrevista: 1) aquela inerente à relação entre pesquisador(a) e pesquisado(a) – já que os objetivos, interesses e questões de pesquisa são estabelecidos unilateralmente pelo primeiro – e 2) a dissimetria social, quando o(a) pesquisador(a) ocupa uma posição superior ao(à) pesquisado(a) na hierarquia das diferentes espécies de capital, sobretudo de capital cultural (Bourdieu, 2008: 695).

Como estratégias para diminuir os efeitos da violência simbólica inerentes à situação de pesquisa, Bourdieu (2008: 695) sugere o estabelecimento de uma relação de *escuta ativa e metódica*, que implica, entre outras coisas, total disponibilidade do(da) pesquisador(a) em relação à pessoa entrevistada, submissão à singularidade de sua história particular e a adoção de uma linguagem apropriada. Essa postura implica ainda a tentativa de entrar no ponto de vista do(a) entrevistado(a), através da construção metódica do conhecimento das relações objetivas, comuns a toda categoria, grupo ou classe social.

No caso da presente pesquisa, além das dissimetrias destacadas por Bourdieu (2008), foi possível identificar os efeitos provocados pela abordagem de um tema difuso, marcado por um forte viés normativo, como é o caso do consumo popular. Como destaca Collin Campbell (1998), as práticas de consumo no mundo moderno envolvem diferentes graus de institucionalização e de

legitimação. Segundo o autor, faz-se necessário elucidar os processos que levam os consumidores a adquirirem bens, já que o acesso a recursos e o desejo não são considerados suficientes para explicar um ato de consumo. O consumidor também precisa sentir que a compra é um ato legítimo de ser realizado.

Nesse sentido, o autor destaca a existência de duas retóricas (ou discursos) fundamentais acionados pelos consumidores modernos na legitimação de suas práticas de consumo, a saber, a *retórica da necessidade* e da *retórica do querer*⁸. Com origem no puritanismo e na tradição utilitária, a primeira se baseia em uma lógica da necessidade, enquanto a segunda seria inspirada no Romantismo e na celebração do desejo e do prazer. A distinção entre o conforto e o prazer expressa por tais retóricas corresponderia aos confrontos entre as classes e grupos sociais que são seus portadores (Campbell, 1998: 235-236).

Segundo Don Slater (2002: 23), a burguesia protagonizou a construção de uma cultura respeitável, possibilitada e estruturada pelo consumo de bens, orientados para a criação de uma domesticidade privada, voltada para a família e para um modo de vida considerado saudável. Tal cultura buscou se contrapor tanto ao luxo e à superficialidade da aristocracia, quanto à libertinagem pública e aos excessos de bebida da classe trabalhadora. Desse modo, a cultura moderna ficou marcada por um forte viés normativo, herdado dos puritanos e calibrado pela balança da respeitabilidade burguesa, favorecendo a constituição de uma “norma do consumo” que condena todo gasto considerado excessivo e além do necessário.

Como consequência, as duas retóricas destacadas por Campbell (1998) não possuem o mesmo grau de aprovação social, embora ambas tenham se institucionalizado nas sociedades contemporâneas. Segundo o autor, mesmo o debate acadêmico contribuiu para reforçar a diferença no grau de legitimidade envolvido nos discursos da necessidade e do desejo, uma vez que as teorias do consumo não atribuíam a mesma posição aos dois discursos, sustentando um julgamento moral em favor do discurso da necessidade⁹. Tais teorias atuaram, portanto, como retórica, estruturando o debate moral e intelectual sobre as práticas de consumo.

8 Os termos utilizados originalmente por Campbell (1998) são “*rhetorics of need*” e “*rhetorics of want*”. Como não há tradução do texto consultado para o português, pesquisadores(as) brasileiros(as) costumam traduzi-los, respectivamente, como retórica da necessidade ou do precisar e retórica do querer ou do desejo.

9 Segundo Campbell (1998: 238), é possível pensar nas diversas tentativas de estabelecer a natureza precisa da diferença entre necessidade e desejo, que constitui uma preocupação antiga entre filósofos e teóricos sociais. Tal discussão é quase sempre acompanhada por uma classificação dos produtos em necessidade e luxo, com o intuito de identificar as necessidades humanas “reais”, em oposição àquelas necessidades “falsas” ou criadas pela sociedade.

Campbell (1998: 244-245) observa um viés moral semelhante no uso cotidiano desses discursos que se, por um lado, atuam como guias de orientação das práticas de consumo dos indivíduos, por outro lado, fornecem a estes as justificativas necessárias à legitimação do consumo de bens e serviços. Na medida em que as gratificações do querer não possuem o mesmo nível de legitimação que as gratificações baseadas na necessidade, as retóricas do consumo aparecem, com maior frequência, nas situações de compra orientadas pelo desejo e pela busca de prazer. Nessas situações, o consumidor lança mão de duas estratégias para legitimar suas práticas de consumo: a primeira envolve uma racionalização que busca converter uma compra baseada no desejo como sendo uma necessidade; a segunda implica em uma redefinição da situação, de modo a tornar a gratificação do querer permitida. Nesse segundo caso, é o contexto da compra que confere legitimidade à gratificação direta de desejos – aniversário, férias, grau de indulgência obtido através de algum sucesso pessoal, esforço e dedicação ao trabalho, ou, ainda, através de uma economia feita por um longo período de tempo e do sacrifício de outros bens de consumo (Campbell, 1998: 243).

Se a abordagem transclassista do consumo já implica a consideração de sua forte carga normativa, a discussão ganha novas camadas de significado ao se tratar de uma classe que ocupa uma posição dominada no espaço social. No caso da presente pesquisa, desenvolvida como tese de doutorado (Alves, 2018), desde o início da investigação, a apresentação do nosso “objeto” de estudo provocou diversas reações entre pessoas situadas nos mais diferentes domínios (acadêmico, político, social, familiar), oriundas de diferentes posições sociais, com diferentes níveis de escolaridade e situadas em polos opostos do espectro político. Todas elas com disposição a comentar as práticas de consumo das classes populares no período recente, com avaliações carregadas de juízo de valor. Entre tais avaliações, é possível destacar a afirmação da necessidade de “educar essas classes para que controlem seus gastos”, a preocupação com “o aumento do nível de inadimplência” e a defesa da “necessidade de politizar essas classes antes de inseri-las no consumo de bens”.

Essa observação converge com outras análises que abordam o consumo popular. Lucia Scalco e Rosana Pinheiro-Machado (2010) relatam uma experiência etnográfica da qual participaram no Natal de 2009 sobre o projeto *Papai Noel dos Correios*, em que crianças de baixa renda deixam cartas pedindo presentes para papai Noel. O propósito da campanha é que usuários dos Correios adotem uma carta, comprando o presente desejado pela criança. Nessa experiência, saltou aos olhos das pesquisadoras as avaliações morais dos usuários e mesmo dos funcionários dos Correios com relação ao conteúdo das cartas. Enquanto as crianças que pediam material escolar obtinham aprovação social – e, portanto, mais chances de terem sua carta

escolhida –, aquelas crianças que pediam presentes caros, como roupas de marca, eram reprovadas socialmente e tinham menos chance de ter sua carta adotada. As autoras destacam a existência de uma “moralidade de classe média” que paira sobre o consumo popular, segundo a qual o pobre deve ter um gosto simples, voltado para os bens necessários à sua sobrevivência¹⁰ (Scalco e Pinheiro-Machado, 2010: 328).

A carga normativa que ronda o consumo das classes populares também se impôs sobre a situação de entrevista da presente pesquisa. Nossos(as) interlocutores(as) eram convidados a falar sobre os seus gostos, a adesão a novas práticas de consumo, as situações que os levavam a consumir, os critérios acionados na escolha dos bens e os sentidos atribuídos às suas práticas de consumo. Contudo, eles(as) pareciam preocupados(as), antes de mais nada, em demonstrar um comportamento racional, consciente, controlado e moralmente legítimo perante à pesquisadora. Isso era feito por meio da reafirmação de seu *ethos* de classe.

Essa postura, presente nas entrevistas de modo geral, revelou-se de modo acentuado na entrevista realizada com Jéssica¹¹, 36 anos, autodeclarada parda, casada, cabeleireira e proprietária, há dois anos, de um salão de beleza. Nessa entrevista, chamou a atenção da pesquisadora o desconforto da interlocutora para falar sobre sua infância e condição passada – marcados pela privação material e afetiva –, a sua pouca habilidade com as palavras e o sentimento de insegurança e “incompetência estatutária” (Bourdieu, 2013b) para comentar sobre temas variados. Em contraste, Jéssica narrava com orgulho a sua condição presente, as disposições econômicas e administrativas adquiridas como proprietária – e única funcionária – do salão de beleza e as coisas que conseguia proporcionar à família – principalmente ao filho.

No que se refere às suas práticas de consumo, foi possível observar a afirmação de um comportamento ascético, orientado por uma lógica da necessidade – “retórica do precisar”. Isso pode ser observado em nossa conversa sobre o consumo de vestuário:

Entrevistadora: E como é que tu gosta de se vestir?

Interlocutora: Básica, sou muito básica. Simples demais, até meu marido às vezes diz: “fã, tu tem que comprar roupa, visse?”. Mas... Pra mim o básico já tá bom demais, não tenho muito luxo não.

10 As autoras observaram também uma mudança de comportamento da própria mídia na abordagem do consumo popular a partir da segunda metade dos anos 2000, quando as classes populares adquirem maior acesso ao consumo de bens e serviços. Segundo Scalco e Pinheiro-Machado (2010), a partir desse período, as notícias transmitidas na televisão passaram a focar em dados sobre inadimplência e na educação para o consumo das classes populares.

11 Os nomes utilizados nas entrevistas são fictícios, de modo a proteger a identidade dos entrevistados.

E: Aí tu não compra muito roupa não?

I: Não, sou de muito de comprar roupa não.

E: E em quais situações tu compra?

I: Só se tiver alguma festa assim, eu compro. Tipo, um casamento... Aí é a única coisa que eu compro. [...]. Peça, peça íntima, eu geralmente tô comprando peça, peça íntima.

E: Sim, e as outras roupas...

I: Eu só compro se tiver necessidade mesmo, se não tiver eu não compro. [...]. Se eu tiver precisando de uma calça, se eu tiver precisando de uma blusa, aí eu vou e compro. (mulher, 36 anos, autodeclarada parda, casada, cabeleireira e proprietária de um salão de beleza).

Jéssica afirma comprar vestuário – e outros bens de consumo – de acordo com a sua necessidade ou em situações específicas, como uma festa de casamento ou peças que exprimem asseio e higiene pessoal. A afirmação de uma “retórica do precisar” na orientação – e legitimação – das práticas de consumo também foi encontrada em outras entrevistas realizadas, a qual vinha geralmente acompanhada de uma reprovação do consumo de luxo – ostentatório –, associado a outras classes e frações de classe. A preocupação em demonstrar autocontrole e um comportamento consciente no âmbito do consumo pode ser observada também em nossa conversa com a mesma respondente sobre cartão de crédito:

E: E tu tem cartão de crédito?

I: Tenho.

E: Quando foi que tu fizesse um cartão?

I: Quando eu fiz um cartão? Eu tinha mais ou menos, oxe, já faz uns... Uns vinte anos já, que eu to com 36, já faz 20 anos. Tenho um cartão de crédito e sou muito controlada. Eu sou muito controlada, eu posso sair com todos e só compro aquilo que realmente me necessita. O que não tem necessidade, eu não compro não. (mulher, 36 anos, autodeclarada parda, casada, cabeleireira e proprietária de um salão de beleza).

Apesar da riqueza de informações adquiridas com essas entrevistas, a reafirmação das disposições ascéticas de seu *ethos* de classe colocava à pesquisadora a dificuldade de avançar na análise sobre as mudanças nos padrões de consumo das classes populares, a incorporação de novas disposições para o consumo em sua condição presente e os sentidos atribuídos ao consumo de bens. Desse modo, outras questões precisaram ser exploradas, mostrando-se mais frutíferas. Tais questões abordavam a mudança de vida nos últimos anos, o contraste com

a condição passada, o acesso ao primeiro salário, as diferenças com relação ao consumo e estilo de vida de outras classes sociais.

A questão “o que você fez com o seu primeiro salário?” se mostrou particularmente frutífera nas entrevistas com jovens e mulheres que ingressaram no mercado de trabalho no período recente. Isso pode ser observado na entrevista realizada com Jane, 38 anos, autodeclarada negra, solteira, que trabalhava como operadora de *telemarketing* à época da entrevista – seu primeiro emprego formal.

Ah, tu perguntou o que eu comprei com meu salário, comprei essas televisões novas que têm internet, como é? SmartTV. Tem 40 polegadas. Pra dar de presente à minha mãe na copa, pra o Brasil levar de 7 da Alemanha. Risos. Fiz esse, foi a coisa mais cara que eu já comprei na minha vida, foi dois mil, quatrocentos e pouco em doze vezes. [Risos]. No cartão de uma amiga. [Risos]. (mulher, 38 anos, autodeclarada negra, solteira, operadora de *telemarketing*).

Por meio de questões como essa, era possível adentrar na análise sobre a adesão a novas práticas de consumo entre os membros dessa fração de classe, cujo *ethos* marcadamente ascético orientava suas escolhas para o consumo de bens duráveis, destinados a garantir a modernização dos lares e o conforto da família. Ademais, como mostram Scalco e Pinheiro-Machado (2010), os membros das classes populares se permitem gastar um pouco mais quando se trata de apresentar alguém, sobretudo um familiar. Nesse sentido, a compra de um bem de maior valor assume o caráter de dádiva e de sacrifício, possibilitada, muitas vezes, pela divisão em inúmeras parcelas no cartão de crédito. Desse modo, os princípios e promessas da cultura de consumo parecem se atrelar aos valores fundamentais constitutivos do *ethos* do trabalho duro – tais como a família e a disposição para o sacrifício individual (Souza, 2012) –, de modo a legitimar a adesão ao consumo de bens, que exprimem, por sua vez, a nova posição social ocupada.

A questão sobre o primeiro salário também nos ajudou a abordar um perfil cultural mais distanciado da lógica da necessidade que, a despeito da incorporação de disposições ascéticas para o trabalho, responsáveis pelo seu processo de mobilidade ascendente, adquire novos hábitos de consumo, orientados pela “retórica do querer” e pelo consumo de bens individuais. Isso pode ser observado na entrevista realizada com Elisângela, de 36 anos, autodeclarada parda, casada, que havia ingressado no mercado recentemente como faturista de uma empresa terceirizada de um hospital de grande porte.

Elisângela era casada há 14 anos e nunca havia trabalhado fora de casa. Apesar de possuir um diploma de curso técnico em contabilidade, dedicou-se ao trabalho reprodutivo, cuidando da casa e dos filhos, desde que havia se casado,

de modo que a renda familiar advinha exclusivamente do salário do marido, que trabalhava como motorista de ônibus. Foi possível perceber a incorporação de novas disposições para o consumo no momento em que Elisângela começou a trabalhar, recebendo seus primeiros salários:

Fiquei muito feliz, né, porque quando você não trabalha, quando você tem o seu primeiro salário, eu: “ai meu Deus, o que é que eu vou fazer?”, porque aí como eu não era acostumada a comprar... dependia muito do meu marido pra tudo, então... eu deixei em casa e fui usando nas coisas que iam precisando em casa... aí o próximo mês, aí você já começa a sair comprando né? Compra no cartão... aí fui começando a ter o hábito de comprar minhas coisas que eu precisava comprar, que não era acostumada... Pronto. E aí fui dando continuidade. E as coisas que ia precisando em casa, ajudando...

[...]

Aí é, é essas coisas que eu comecei a fazer né? Ter mais a liberdade de, de comprar as coisas que eu tenho, se eu passar hoje numa loja, vê, eu vou e compro, porque eu trabalho. Já não preciso, já não, eu não comprava antes porque via a, a... A despesa que ele tinha e ele era sozinho pra tudo. Então você também tem que ter consciência né? Você como chefe da casa, dona da a... A cabeça da casa, que é a mulher, você tem que ter a consciência, não: “ah, porque meu marido tem obrigação, porque eu trabalho em casa”, não, porque ele já tem a obrigação dele e trabalha e é... Sozinho pra tudo, ele era sozinho pra tudo, então, eu via e reconhecia que: “ah, não vou fazer dívida pra ele pagar não”. Agora no dia que eu conseguir arrumar um emprego, tiver meu dinheirinho, aí eu vou comprar minhas coisas.

À medida que começa trabalhar e ter seu próprio dinheiro, Elisângela passa a empregar, em determinadas situações, a “retórica do querer”, de modo concomitante ao uso da “retórica do precisar”, na orientação de suas práticas de consumo. A entrevistada explica que também passou a usar o cartão de crédito com mais frequência – algo que era evitado em sua condição anterior, em que contavam apenas com a renda do marido, com o intuito de assegurar o controle estrito das despesas. Sua fala exprime também certa invisibilidade e desvalorização do trabalho reprodutivo, embora Elisângela considere a mulher a *cabeça* da casa, em termos do controle das despesas do lar, exprimindo uma percepção acerca da divisão sexual do trabalho, igualmente observada em outras entrevistas.

Além disso, observamos uma mudança na unidade de consumo – da família para o indivíduo –, em determinados subespaços simbólicos, uma vez que a entrevistada passou a se dedicar ao consumo de bens individuais, adotando novos

hábitos de consumo em matéria de vestuário, produtos cosméticos e até mesmo produtos considerados de “luxo” por ela, como é o caso dos perfumes importados. A adoção dessas práticas era percebida como uma recompensa pelo seu trabalho, desde que não sacrificasse os interesses da família. Dessa forma, as práticas de consumo parecem legitimadas não apenas pelo emprego de uma “retórica do consumo”, mas também mediante um ajuste com relação aos valores constitutivos do *ethos* do trabalho duro.

A incorporação de novas disposições para o consumo neste caso também foi favorecida pela variável gênero – os papéis sociais que Elisângela atribuía à mulher –, momento no ciclo de vida, a posição ocupada no seio da família e momento no ciclo de desenvolvimento da unidade doméstica – já que sua renda era encarada como “algo extra”, destinada a cobrir as “novas despesas” da família como a modernização dos lares, as atividades de lazer e o consumo de bens individuais. Seu filho mais velho também havia começado a trabalhar. Além disso, o fato de trabalhar em um hospital, em contato com médicos e outras ocupações de maior prestígio que a sua, também exerceu influência sobre suas práticas de consumo – como o consumo de perfumes importados.

Outras condições que possibilitam a adoção de uma orientação mais ascética ou hedonista no consumo de bens e serviços entre as frações ascensionais das classes populares serão destacadas a seguir.

Considerações finais

A partir do relato de pesquisa apresentado neste artigo, é possível destacar o caráter “construído” do “objeto” sociológico em todas as etapas da investigação, desde a formulação inicial da questão de pesquisa até o trabalho de análise, interpretação e escrita. À medida que a pesquisa avançava, esse “objeto” ganhava novas facetas e emergiam novos desafios e questões.

Assim, a partir de uma revisão inicial da literatura, chegou-se à questão sobre os sentidos que os membros das frações ascensionais das classes populares atribuíam às suas práticas de consumo. Tal questão se desdobrou em outras que compuseram o roteiro de entrevista e buscaram reconstruir as principais disposições e valores constitutivos de seu *ethos* de classe, considerados fundamentais para apreender como esses princípios práticos, valorativamente orientados, são traduzidos para o espaço dos estilos de vida.

A partir das primeiras entrevistas e da observação da existência de variações interindividuais e intraindividuais entre os(as) entrevistados(as), procedeu-se à construção de dois perfis culturais principais, denominados na pesquisa de

batalhador ascético e de *batalhador hedonista*, com o intuito de apreender as diferentes orientações para o consumo encontradas nos meios populares. Restava ainda investigar as condições que favoreciam a adoção de uma ou outra dessas orientações entre os membros dessa fração de classe. A partir da análise, chegou-se a algumas conclusões apresentadas abaixo.

Em primeiro lugar, é possível problematizar a noção de um *ethos* popular, homogêneo e sistemático, marcado pelo ascetismo, que estaria na origem das práticas de consumo das classes populares, mesmo quando se trata de uma fração de classe específica. De outro lado, também não se observou uma mudança substancial e homogênea no âmbito do consumo e na ordem do seu estilo de vida, já que a heterogeneidade é uma das marcas constitutivas de sua posição. A partir da pesquisa de campo, observou-se que os membros das frações ascensionais das classes populares parecem caracterizados por combinações complexas de elementos ascéticos e hedonistas no âmbito do consumo.

Embora tenhamos procedido à construção de perfis culturais em nossa tentativa de apreender suas diferenças, bem como as condições que favorecem a incorporação de diferentes disposições para o consumo – orientadas por uma lógica da necessidade ou, de outro lado, pelo desejo e pela busca do prazer –, é preciso salientar, mais uma vez, o caráter “construído” e ideal-típico desses perfis. Isso significa que não se trata de categorias estanques, ou seja, os membros das frações ascensionais das classes populares entrevistados na pesquisa podiam adotar diferentes orientações para o consumo em fases distintas da sua vida (juventude/fase adulta, antes e após o casamento, entre outros) ou em diferentes domínios do espaço dos estilos de vida (decoração, mobília, vestuário, consumo de alimentos, atividades de lazer, entre outros).

No entanto, para fins analíticos, construímos as noções de *batalhador ascético* e *batalhador hedonista*. O primeiro seria caracterizado pela incorporação de disposições ascéticas para o trabalho duro, responsáveis pela sua integração no mercado e pelo seu movimento de mobilidade ascendente, as quais são transpostas para o espaço dos estilos de vida. Assim, sua adesão a novas práticas de consumo se expressa sobretudo na aquisição de bens duráveis e modernização do ambiente doméstico, destinados a garantir o conforto da família, mas também respeitabilidade, limpeza e higiene pessoal – em conformidade, portanto, com os valores fundamentais do *ethos* do trabalho duro.

O batalhador hedonista, por sua vez, também teve o seu processo de mobilidade ascendente assegurado pela incorporação de disposições ascéticas para o trabalho no seio da socialização familiar. No entanto, ele parece mais propenso a adotar uma orientação hedonista em determinados subespaços simbólicos, mostrando-se mais

suscetível aos princípios e promessas da cultura do consumo, ao qual está cada vez mais exposto. Assim, dedica-se também a atividades voltadas ao prazer e desfrute individual, como atividades de lazer e consumo de bens individuais, mais distanciados da lógica da necessidade e que exprimem a nova posição social alcançada.

A partir da análise desses perfis, é possível afirmar que as práticas de consumo dos membros dessa fração de classe parecem possibilitadas através de ajustes realizados com relação aos valores e disposições ascéticas constitutivas do *ethos* do trabalho duro. Mesmo entre os batalhadores que apresentaram uma orientação mais hedonista, foi possível perceber uma tensão permanente entre desejos individuais e compromissos familiares, própria do processo de autoafirmação em contexto de mobilidade ascendente.

Nesse sentido, vale destacar o emprego de uma *retórica do trabalho duro* na orientação e legitimação de suas práticas de consumo, sobretudo daquelas mais distanciadas de uma lógica da necessidade. Dada a recorrência dessa justificativa durante as entrevistas, bem como o viés normativo que pesa sobre o consumo popular, preferimos falar na adoção de uma *retórica do trabalho duro*, com o intuito de destacar o seu nítido caráter de classe. Desse modo, o trabalho parece fornecer as condições materiais e simbólicas para a adesão a novas práticas de consumo entre os membros das frações ascensionais das classes populares brasileiras.

Essas práticas também são influenciadas por outros fatores, tais como volume e estrutura do capital, trajetória social – considerando o peso da origem social, de sua maior ou menor distância com relação ao mundo das necessidades materiais na posição de origem, bem como a influência dos diversos processos de socialização secundária –, gênero, idade, posição ocupada no seio familiar, ocupação, contexto da prática e subespaço simbólico, momento no ciclo de vida, assim como o momento no ciclo de desenvolvimento das unidades domésticas. Tais variáveis se mostraram fundamentais para a apreensão das condições que favorecem a adoção de uma orientação mais ascética ou hedonista no âmbito das práticas de consumo adotadas pelos(as) entrevistados(as).

A partir do presente relato, acreditamos que a discussão sobre os desafios que permeiam a investigação sobre o consumo das classes populares no Brasil contemporâneo pode contribuir para o aprimoramento de ferramentas teórico-metodológicas proíficas na abordagem desse tema, desde que tais ferramentas sejam subordinadas aos interesses e especificidades de cada pesquisa. As ferramentas da sociologia disposicionalista se mostraram frutíferas e suficientemente flexíveis na abordagem do consumo popular. Além disso, elas permitem inserir a pesquisa sobre o consumo em um enquadramento analítico mais amplo, que envolve processos sociais gerais – como é o caso do recente processo de

reestruturação da sociedade brasileira –, contribuindo para uma compreensão mais abrangente sobre tais processos.

Referências

- AGUIAR, Vilma. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 24, n. 57, mar. 2016, pp. 113-126.
- ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. “Com o suor do trabalho”: uma análise do ethos dos batalhadores manifesto no âmbito do consumo. Recife, UFPE, 2020. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/689>. Acesso em: 20 dez. 2023.
- ANTUNES, Ricardo e BRAGA, Rui. *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo, Boitempo, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais. *Novos Estudos – CEBRAP* [online]. São Paulo, n. 96, jul. 2013a, pp.105-115.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo, Porto Alegre, Editora Zouk/ São Paulo, Edusp, 2013b.
- BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: *A miséria do mundo*. [sob direção de Pierre Bourdieu; com contribuições de A. Accardo *et al.*]. Petrópolis, Vozes, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. Gosto de classe e Estilo de Vida. In: ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu*. São Paulo, Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1982, v. 39.
- CAMPBELL, Colin. *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro, Rocco, 2001.
- CAMPBELL, Colin. Consumption and the Rhetorics of Need and Want. *Journal of Design History*, Oxford, v. 11, n. 3, 1998, pp. 235-246.
- JANUZZI, Paulo. Pobreza, desigualdade e mudança social: trajetória no Brasil recente. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*. Brasília, v. 10, n. 3, dezembro 2016, pp. 1-29.
- KERSTENETZKY, Celia L. e UCHOA, Christiane. Moradia inadequada, escolaridade insuficiente, crédito limitado: em busca da nova classe média. In: BARTELT, Dawid (org.). *A “nova classe média” no Brasil como Conceito e Projeto Político*. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Boll Stiftung, 2013, pp. 32-42.
- LAHIRE, Bernard. *O homem plural: os determinantes da ação*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2002.
- LAHIRE, Bernard. *Retratos Sociológicos: disposições e variações individuais*. Porto Alegre, Artmed, 2004.
- LAHIRE, Bernard. *A cultura dos Indivíduos*. São Paulo, Artmed Editora, 2006.
- MEDEIROS, Marcelo. SOUZA, Pedro. G. H. Ferreira de e CASTRO, Fábio A. de. O Topo

- da Distribuição de Renda no Brasil: Primeiras Estimativas com Dados Tributários e Comparação com Pesquisas Domiciliares (2006-2012). *Dados*. [On-line], v. 58, n. 1, 2015, pp.7-36.
- NERI, Marcelo. *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro, CPS/ FGV, 2010.
- POCHMANN, Márcio. *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo, Boitempo, 2014.
- PONTES, Thiago. “Crescer na vida”: trajetórias de micromobilidade nos meios populares. Tese de doutorado, Sociologia, IESP-UERJ, Rio de Janeiro, 2015.
- ROCHA, Maria Eduarda Mota. *O consumo precário: pobreza e cultura de consumo em São Miguel dos Milagres*. Coleção Estudos sobre Alagoas, n. 1, Maceió, Edufal, 2002.
- ROCHA, Maria Eduarda Mota e ASSIS, Rodrigo Vieira. A reconstrução sociológica do conceito de “cultura de consumo”. *Anais do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia*. Salvador, 2013.
- SCALCO, Lúcia e PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Os sentidos do real e do falso. O consumo popular em perspectiva etnográfica. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, v. 53, n. 1, 2010, pp. 321-359.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- SINGER, André. Quatro notas sobre as classes sociais nos dez anos do lulismo., *Psicologia USP*. São Paulo, v. 26, n. 1, 2015, pp. 7-14.
- SLATER, Don. *Cultura do consumo e modernidade*. São Paulo, Nobel, 2002.
- SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte, Editora UFMG, 2012.

Recebido em: 07/03/2023

Aprovado em: 01/11/2023

Como citar este artigo:

- ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti . Desafios teóricos e metodológicos à análise do consumo das classes populares brasileiras: uma discussão sobre a “cozinha da pesquisa”. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 2, maio - agosto. 2023, pp. 417-443.





Cultura de consumo e capitalismo: enquadrando uma empiricidade

Edson Farias¹

Bruno Gontyjo do Couto²

Resumo: Os objetivos deste exercício de análise de teoria se concentram em focalizar um conjunto de textos britânicos na sociologia da cultura que, entre as décadas de 1980 e 2000, esteve dirigido ao problema acerca da relação entre cultura de consumo e economia capitalista. Tratam-se de intervenções analíticas e interpretativas ocorridas no escopo de um debate mais abrangente, deflagrado em torno dos desdobramentos da modernidade entretidas no contexto “pós-industrial”. No limite, importa refletir o quanto esse corpus, no movimento de nomear e qualificar fenômenos sócio-históricos, à época emergentes, enquadrava uma empiricidade. Com isso, consagrou-se parte do arquivo que, a um só tempo, se atualiza e confere consistência discursiva em posteriores investidas analíticas e interpretativas que focalizam o nexa simbolização e capitalismo.

Palavras-chave: análise de teoria; corpus textos britânicos; cultura de consumo e capitalismo; arquivo discursivo; sociologia da cultura.

Consumer culture and capitalism: framing an empirical approach

1 Universidade de Brasília (UnB) – Brasília – Brasil – nilosed@gmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9406-3269>.
 2 Universidade do Distrito Federal (UnDF) – Brasília – Brasil – brunogcouto@gmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0339-6875>.

Abstract: *The objectives of this theory analysis exercise focus on focusing on a set of British texts that in sociology of culture, between the 1980s and 2000s, were addressed to the problem of the relationship between consumer culture and the capitalist economy. Analytical and interpretative interventions occurred within the scope of a more comprehensive debate, sparked around the developments of modernity entertained in the “post-industrial” context. Ultimately, it is important to reflect on how much this corpus, in the movement of naming and qualifying socio-historical phenomena, emerging at the time, framed an empiricity. With this, part of the archive was consecrated, which, at the same time, is updated and gives discursive consistency to subsequent analytical and interpretative attacks that focus on the symbolization and capitalism nexus.*

Keywords: *theory analysis; British texts corpus; consumer culture and capitalism; discursive archive; sociology of culture.*

Cultura de consumo y capitalismo: enmarcado un enfoque empírico

Resumen: Los objetivos de este ejercicio de análisis teórico se centran en centrarse en un conjunto de textos británicos en la Sociología de la cultura que, entre las décadas de 1980 y 2000, abordaron el problema de la relación entre cultura de consumo y economía capitalista. Las intervenciones analíticas e interpretativas se produjeron en el marco de un debate más amplio, generado en torno a los desarrollos de la modernidad en el contexto “postindustrial”. En definitiva, es importante reflexionar sobre hasta qué punto este corpus, en el movimiento de denominación y calificación de los fenómenos sociohistóricos, emergente en su momento, enmarcó una empiridad. Con ello se consagró parte del archivo que, al mismo tiempo, se actualiza y da consistencia discursiva a posteriores ataques analíticos e interpretativos que se centran en el nexo entre simbolización y capitalismo.

Palabras clave: análisis teórico; corpus textos británicos; cultura de consumo y capitalismo; archivo discursive; sociología de la cultura.

Em sincronia com a derrocada do regime do socialismo de Estado na antiga União Soviética e nos países do leste europeu, deu-se substituição do modelo de planejamento que subsidiou os estados industriais previdenciários no Ocidente, pela adoção das coordenadas normativas da governamentalidade neoliberal, com ênfase depositada no empresariamento privado como

modelo legítimo de agenciamentos e individualizações (Dardot e Laval, 2016: 16-17). Esse cenário institucional foi disposto planeta afora no andamento da montagem e funcionamento das cadeias globais de fornecimento/distribuição de bens, serviços e informações. Um dos polos decisivos desse escopo socioeconômico é a instauração da modalidade de mercado de investimentos cuja dinâmica se define pelo trânsito de títulos representativos das propriedades valoradas em circuitos específicos, sem estarem comprometidos com a esfera produtiva. A riqueza imobiliária se impõe como o padrão dominante às exigências de elasticidade, mobilidade e flexibilidade do capital no que toca à gestão e organização social da produção e da circulação. Como conclui Braga, a troca de um *ethos* centrado na conduta frugal e laboriosa por aquele definido em função da especulação manifesta a “passagem de um sistema capitalista em que a riqueza era associada à terra, máquinas, equipamentos, edificações, para uma nova era, em que a riqueza irá assumindo crescentemente uma dimensão simbólica, na moeda fiduciária e nos ativos financeiros em geral” (Braga, 1997: 212-213).

Não é possível, porém, aquilatar o alcance obtido por esses remanejamentos sem considerar o reforço conferido pela capacidade cibernética de comandar as partes pulverizadas pelo planeta, partes sincronizadas à sistemática bancário-financeira pela teia da digitalidade informacional (Castells, 2005). Algo assim imprimiu, em escala inédita, o recurso e a potencialização dos estoques de saberes, favorecendo o acesso a insumos de conhecimento e promovendo processos mais intensos de reflexividade pessoal e institucional, na medida em que também contribuiu com as alterações nas balanças de poder nos planos intra e internacional, bem como global. Àquela altura histórica, a semântica da ideia de consumo cultural já contracenava com o lugar estratégico e hegemônico no qual indústrias culturais, os mercados de bens simbólicos, os esquemas de prestação de serviços turísticos etc. (Ortiz, 1994) se fazem recíprocos mediante a teia sociotécnica em que se foram acoplando transmissões por satélite, fibra ótica, rede telefônica e computadores. Vertidos a matérias-primas e mercadorias nesse tramado sociotécnico, valores e demais componentes simbólicos são cada vez mais indissociados das práticas de consumo, que se desenrolam nas ambiências segmentadas dos mercados cada vez mais consolidadas como instâncias de visibilidade e reconhecimento de bens e serviços culturais. Ao longo das décadas finais do Século XX e o início do atual, no movimento mesmo do entrelaçamento de negócio, fruição e lazer, assistiu-se ao advento de outras funções à organização da cultura no anverso do aparecimento e consagração de novos formatos de bens culturais.

Os objetivos desse exercício de análise de teoria se concentram em focalizar um conjunto de textos que, exatamente, entre as décadas de 1980 e 2000, tanto em razão do delineamento de objetos de conhecimento quanto nos modos de abordagens e mesmo nas posições de autoria realizados, imprimiu avanços e redefinições na tematização do nexos entre simbólico e commodificação e nas maneiras de equacioná-la. Ao longo do texto, a prioridade está posta na produção britânica frente a outros trabalhos envolvendo temáticas afins. A escolha decorreu da observação, em um primeiro momento, por meio do levantamento preliminar que respalda este artigo, dessa produção se posicionar como majoritária, seja em relação ao número de publicações, seja por sua maior repercussão em termos de citações, isso por estar cifrada em um idioma com posição hegemônica no mercado global das trocas linguísticas e circulação de ideias, em particular, as científicas (Ortiz, 2008). Ainda que possa ser repreendido, nosso entendimento é de se tratar de uma base documental bibliográfica que obteve um rendimento simbólico e financeiro bem mais expressivo nas trocas ocorridas nos mercados acadêmicos, quando comparada a *corpora* voltados ao nexos simbolização e economia, mas escritos em outros idiomas.

Sem desconsiderar o *status* gozado por esse conjunto textual na economia política dos bens intelectuais, outra razão de o escolhermos diz respeito à sua localização no período delimitado anteriormente. Não estamos recorrendo às teorias sobre o espelhamento na relação entre texto e contexto, tampouco reiterando automatismos nas maneiras como mentalidades e situações sócio-históricas mais abrangentes se tornam afins. Embora não se constitua parte do nosso objetivo explorá-las do ponto de vista analítico, intuímos existirem múltiplas mediações no envolvimento de um e outro plano. Por ora, fazendo eco à ilação de Norbert Elias (1998), suspeitamos estarem as formações semânticas e classificatórias, sintetizadas em conceituações propostas e acionadas nas intervenções erudito-científicas, integradas aos modos e processos de simbolização. Elas compõem, portanto, os mecanismos cognitivos de orientação e ajuizamento com antecedência nas formas de compreensão que definem maneiras de apreender, denominar e comunicar realidades nos arranjos societários complexos modernos. Na condição de dispositivos gnosiológicos e de comunicação, elas consistem em aspectos inalienáveis dos encadeamentos de interdependências sociofuncionais que apresentam, problematizam e equacionam. Para os interesses deste texto, voltar a atenção ao *corpus* bibliográfico assinalado se justifica pelo propósito de situar as questões nele postas acerca de cultura e economia capitalista, igualmente as saídas adotadas no

sentido de elucidá-las. Intervenções analíticas e interpretativas ocorrem no escopo de um debate mais abrangente, deflagrado em torno dos desdobramentos da modernidade entretidos no que autores como Daniel Bell (S.d.) e Alain Touraine (1970) denominou de contexto “pós-industrial”. Essa ideia traduz a percepção a respeito da sempre maior ingerência do conhecimento e da informação-comunicação no mundo cotidiano das sociedades ocidentais. No limite, importa-nos refletir o quanto esse conjunto de textos, no movimento de nomear e qualificar fenômenos sócio-históricos, à época emergentes, demarcou uma empiricidade. Com isso, ele se sagrou parte do arquivo intrínseco ao enquadramento discursivo atualizado em posteriores investidas analíticas e interpretativas que focalizam o problema em torno do nexa simbolização e capitalismo.

Um ponto a ser sublinhado ainda: a análise realizada não tem a ambição de esgotar o leque amplo de títulos que podem ser identificados como constitutivos desse quadro textual, nem mesmo nos ocupamos de toda a bibliografia dos autores aqui citados. Optamos por expor e comentar um número reduzido de obras, por entendê-las emblemáticas dos aspectos que nos interessa ressaltar. Em termos narrativos e argumentativos, portanto, para além desta introdução, o artigo está dividido nas Três seguintes partes. Na primeira, com o propósito somente de situar o nosso objeto de conhecimento, voltamos à atmosfera em que se deflagrou as controvérsias que puseram e alimentaram as disputas entre modernidade *versus* pós-modernidade. Enfocamos os enfrentamentos intelectuais que, sob o impacto da tecnociência, do predomínio dos ramos do setor de serviços, da importância adquirida pelas práticas consumeristas e da disposição para os lazeres, sublinhavam conexões entre o destaque dado à questão cultural, o advento de uma nova sensibilidade e alterações socioestruturais envolvendo a dinâmica capitalista. Na seção posterior, instada pela mesma atmosfera, atentamos aos esforços envidados por Mike Featherstone com a finalidade de interrelacionar o problema da cultura de consumo ao que ele chama de “economia da emoção” e “complexidade contemporânea”. Em seguida, estará em pauta a discussão sobre a peculiaridade da estrutura socioeconômica entretida à generalização dessa cultura de consumo, estando sob foco analítico os trabalhos de Scott Lash, Celia Lury, mas também aqueles assinados pelo mesmo Scott Lash em parceria com John Urry. Ainda nessa seção, com vistas a sinalizar as repercussões interdisciplinares do imaginário cujo centro é ocupado pela intercessão capitalismo e simbolização, os comentários terão por alvo as contribuições dos geógrafos Michel Storper e Allen Scott.

Modernidade *versus* pós-modernidade: o despertar de uma nova consciência do tempo?

Encampada pelas discussões sobre a globalização, a polaridade modernidade *versus* pós-modernidade foi diluída, soterrando as polêmicas detonadas em razão da excitação de afetos friccionados em âmbitos acadêmicos, artísticos e políticos, também deixando para trás as controvérsias realizadas por aplicações analíticas e interpretativas contra ou a favor de um ou outro polo. Deflagrada em meados de 1970, a disputa vazou à década seguinte, concentrando atenções e animando a indústria editorial voltada aos temas intelectuais e estéticos, principalmente, nas sociedades do Norte-Global. Os encontros abriram uma larga e diversificada pauta baseada nos questionamentos em torno da pergunta de se haveria ou não uma ruptura de época e, se de fato houvesse ocorrido a cisão, quais seriam as suas consequências. Visões de mundo, utopias, tomadas de posição político-ideológicas, posturas poéticas e manifestos estéticos, modos de enquadramentos teóricoanalíticos foram, então, articulados e avaliados pelo crivo da seguinte indagação: se estaria ou não a humanidade diante da troca do paradigmática, na qual o modelo de temporalidade orientada pelo primado da promessa do novo era substituído por aquele cuja tônica cairia em um presente fragmentário indissociável das texturas espaciais. Essas discussões se fizeram cúmplices ou rivais de questionamentos e interpretações a respeito da incidência ou não de determinações que estivessem na matriz dessa ruptura ou mesmo na sua mera invenção.

A título de exemplo, vale lembrar que, integradas hoje à história do pensamento social do Século XX, as acimas do crítico literário britânico Terry Eagleton às “ilusões do pós-modernismo” denunciavam o “culturalismo” subjacente às evocações relativistas recorrentes nessa perspectiva. Para ele, o emprego dessa lente embaçaria o entendimento (como afirma Marx) de que os elementos da história social compõem uma das camadas da história natural, mas dão continuidade a esta última, requalificando-a. Vale pena ilustrar o argumento do autor com a seguinte passagem, em que confronta as marcações sociais de gênero e étnica com a determinação classista:

(...) esse ramo do culturalismo está fadado a deixar escapar o que há de peculiar nessas formas de opressão que transitam na interface da Natureza e cultura. A opressão das mulheres é uma questão de *gênero*, que é exclusivamente um construto social; mas as mulheres são oprimidas *como mulheres*, o que envolve o tipo de corpo que por acaso se tem. Ser burguês ou proletário, ao contrário, não se trata de uma questão biológica. Não haverá

burguesia nem proletariado numa sociedade emancipada, mas certamente haverá mulheres e celtas. Pode haver mulheres liberadas, isto é, indivíduos do sexo feminino que são ao mesmo tempo emancipados, mas não podem existir assalariados liberados, dada a impossibilidade de ser as duas coisas ao mesmo tempo. “Classe média industrial” e “proletário” são questões interligadas, visto que uma sociedade não pode ter um sem o outro; mas as categorias sexuais (*sic*) e étnicas não são mutuamente constitutivas nesse sentido. Masculino e feminino, como caucasiano e afro-americano, são categorias bem mais reciprocamente definidoras. Ninguém, entretanto, tem um tipo de pigmentação da pele porque outra pessoa tem outra, nem é homem porque alguém mais é mulher, mas certas pessoas só são trabalhadores sem-terra porque outros são senhores fazendeiros. (Eagleton, 1998: 63)

Eagleton duvida do alcance explicativo das categorias atribuídas ao pós-modernismo para apreender e equacionar os aspectos mais candentes do real. Mais ainda, ele reclama do sequestro da percepção, logo, das funções cognitivas, por formulações que enfatizariam o inessencial. Com isso, o autor marxista acusa a natureza ideológica e coloca em xeque a existência do que consistiria o empírico sócio-histórico priorizado pelo olhar dos pós-modernistas. Ou seja, o próprio pós-moderno não passaria de uma representação fantasiosa. Compreenderia, enfim, a vocalização pessimista decorrente da frustração das correntes progressistas que, sublevadas nos anos de 1960, experimentaram a derrota com a revigoração conservadora representada pela ascensão de Margareth Thatcher ao governo do Reino Unido, em 1979. Como outros intérpretes, Eagleton intervém na discussão sobre a pós-modernidade abordando aspectos relativos ao tema da produção simbólica. Não é demais observar que, nos rastros da primeira geração dos estudos culturais britânicos, em meados da década de 1980, a questão cultural já se impusera como foco de uma agenda de pesquisa e reflexão (Hall, 1996 e 1996a). No caso de Eagleton (2005), o recurso ao manejo de uma genealogia conceitual, com a qual atravessa as muitas e divergentes semânticas coladas à ideia de cultura, cumpre o objetivo de argumentar, à contramão de uma concepção fragmentária que seria própria à postura pós-modernista, a renovação do ideário da “cultura comum”, para ele possível na superação dialética das contradições internas à estrutura social de classes implicada com o capitalismo.

Por sua vez, o também britânico e crítico literário Steven Connor insiste na centralidade da cultura, mas com o intuito de acentuar a consistência do postulado pós-moderno de cisão epocal, alertando a cumplicidade estabelecida entre diferentes instâncias da produção cultural e o exercício teórico comprometido

com a síntese conceitual discursiva da pós-modernidade. Referindo-se à autoconsciência do debate sobre a especificidade da era instaurada, ele afirma:

O que ainda não se tornara visível nesse debate foi a densidade autoconsciente do próprio debate, que começara a lançar uma sombra progressivamente mais longa sobre o seu alegado objeto de análise. Ficara claro, durante a década de 70 que havia uma estreita e às vezes providencial relação entre as várias formas de *nouvelle critique*, ou teoria literária, que varriam a América, a Inglaterra e a Europa, e a cultura e a escriturar contemporâneas que com frequência constituíam o objeto de análise para essas formas de crítica teórica. Uma ficção pós-moderna, que parecerá rejeitar a hierarquia, a conclusão narrativa, o desejo de representar o mundo e a autoridade do autor, oferecia a perfeita contraparte de uma crítica que enfatizava cada vez mais, de maneira positiva ou negativa, a impossibilidade de representar o mundo ou a liberdade irrestingível do leitor. A teoria, portanto, enquadrou-se perfeitamente no seu papel de mediadora e validadora dessa nova ficção (na verdade, para alguns, começou a brilhar mais do que parte do seu material primário, como prova do temperamento pós-moderno). Se a teoria deu tapinhas nas costas da cultura pós-moderna, esta pareceu aceitar o favor com muita generosidade. As obras pós-modernas eram cada vez mais representadas, e vieram a representar a si mesmas como atividades autoconscientes, quase-críticas – basta pensar nas conhecidas rumações metaficcionalis de John Barth, John Fowles e Donald Barthelme, e no incerto espaço entre arte e teoria da arte ocupado por algumas formas de arte conceitual ou performática. (Connor, 1992: 14).

A advogada autoconsciência dos artífices da cultura pós-moderna, em sintonia com as atividades de teóricos, no trecho destacado, é entretida, uma vez mais, no lugar estratégico ocupado pela produção e consumo culturais para ressaltar a consciência de alteração temporal pós-moderna, com os seus traços diacríticos. Nesse sentido, a convergência da decalagem da linguagem frente a qualquer requisito de representação com a competência criativa do usuário cultural, para o autor, desfaz a pretensão modernista de um sublime, cuja índole totalizadora se manifestaria no princípio universalista, que norteia a ideia de cultura comum, tal como aparece em Eagleton (Connor, 1994: 141-152). São pontuados, como sombras nessas utopias, os riscos uniformizadores relativos à reiteração de relações de poder opressoras. Ao mesmo tempo, ele persevera a missão da teoria e política pós-modernas de promover o desenvolvimento de

um “quadro comum de concordância” com aptidão para elasticar a consciência ética e “garantir a continuidade de uma diversidade global de vozes” (Connor, 1992: 198). Vai-se, enfim, à mão contrária da mera subordinação da mesma diversidade à dinâmica de ampliação global da lógica privatista do capital, já então protagonizada pela sociedade de consumo e a indústria da informação. Essas últimas reflexões de Connor desvelam as contradições teóricas e programáticas das distintas correntes alcançadas pela nomeação pós-modernistas. O que parece estar na base dessas contradições é a percepção do indisfarçável vínculo dos modos de simbolização com a reprodução do capital orientada pela confluência da triangulação entre égide financeira, intensa produção/circulação de signos e modelação de desejos às finalidades práticas do consumerismo.

Sem propriamente tomar partido por um ou outro polo da controvérsia, a intervenção de certa sociologia da cultura, cuja diferenciação se iniciava naquele momento, tomou por tarefa objetivar as condições de possibilidade sócio-históricas dessa consciência do tempo interna às postulações pós-modernas, como também das suas contradições. Por catalisar pontos nevrálgicos, ao que parece, o tema do consumo cultural desponta com especial relevo nos exames, análises e interpretações. Destaca-se como um potente liame entre a sensibilidade mobilizada na conversão dos mundos cotidianos em cenários nos quais forma e função tornam mútuos produção de sentido e comodificação e a rotação socioestrutural ocorrida com a consolidação da economia pós-industrial de serviços. Nos itens a seguir, abordaremos alguns dos tratamentos conferidos que marcaram essa intervenção sociológica fortemente concentrada nas diferentes figuras assumidas pelo consumo cultural nas sociedades modernas, durante a última passagem de século. No pano de fundo das nossas análises e comentários, estará o tipo de contribuição ao imaginário sociológico sobre a modernidade deixada por tais interpelações.

Uma economia das emoções inscrita na complexidade contemporânea

A consciência do tempo pós-moderna se incorporou à atmosfera intelectual aspirada entre círculos da sociologia britânica. Mas a incorporação, além de seletiva, não reiterou a premissa da ruptura de época; na realidade, optou-se por converter essa consciência num insumo para requalificar o imaginário sobre a modernidade legado de frações do pensamento franco-alemão, estendidas desde Século XX (Hall, Held, Hubert, Thompson, 1995). Por sua vez, a chave do monitoramento reflexivo pessoal e institucional propagada, em especial, desde o desenvolvimento do modelo estruturacionista em Giddens (1995),

repercutiu no entendimento de que a pós-modernidade não se constituiria em uma nova era, porque corresponderia uma espécie de dobra sobre si mesma da modernidade. Ou seja, em lugar de uma alteração de paradigma, o que estaria em jogo seria uma remissão e revisão das próprias ambições e limites da era moderna. Para uma das mais assonantes vozes desse contexto intelectual, Zygmunt Bauman, a pós-modernidade diz respeito ao sofrido, e inusitado, encontro da modernidade com o que procurou abusivamente esconder de si: o impulso destrutível do qual ela própria, a modernidade, foi gerada. Homens e mulheres contemporâneos não estariam mais dispostos ao acordo tácito do processo civilizador, permutando felicidade à luz do altar teleológico da segurança. Nesse sentido:

Passados sessenta e cinco anos que *O mal-estar na Civilização* foi escrito e publicado, a liberdade individual reina soberana: é o valor pelo qual todos os outros valores vieram a ser avaliados e a referência pela qual a sabedoria acerca de todas as normas e resoluções supra-individuais deve ser medidas. Isso não significa, porém, que os ideais de beleza, pureza e ordem que conduziram os homens e mulheres em sua viagem de descoberta moderna tenham sido abandonados, ou tenham perdido um tanto do brilho original. Agora, todavia, eles devem ser perseguidos – e realizados – através da espontaneidade, do desejo e do esforço individuais. Em sua versão presente e pós-moderna, a modernidade parece ter encontrado a pedra filosofal que Freud repudiou como uma fantasia ingênua e pernicioso: ela pretende fundir metais preciosos da ordem limpa e da limpeza ordeira diretamente a partir do ouro humano, do demasiadamente humano reclamo de prazer, de sempre mais prazer e sempre mais aprazível prazer – um reclamo outrora desacreditado como base e condenado como autodestrutivo. Como se incólume – talvez mesmo fortalecida por dois séculos de concentrados esforços para conservá-la na luva de ferro das normas e regulamentos ditados pela razão –, a “mão invisível” recobrou a verdade e está uma vez mais prestigiada. A liberdade individual, outrora uma responsabilidade e um (talvez o) problema para todos os edificadores da ordem, tornou-se o maior dos predicados e recursos na perpétua autocriação do universo humano. (Bauman, 1998: 09 – em itálico no original).

De acordo com Bauman, amparado no *status* de autoconsciência da modernidade, o pós-moderno encetaria uma sensibilidade movida pelo prazer, virando às costas aos padrões disciplinares vigentes na fase heroica do

capitalismo industrial. Quando ele se volta para o hegemônico arranjo nas relações sociais, apreendendo-o em escala global, pela denominação de “sociedade de consumidores”, enuncia sua proposição sobre a vigência de um quadro de valores legítimos ancorado na tônica conferida à “vida feliz”. Em outras palavras, a promessa suprema dessa sociedade seria oferecer aos indivíduos a felicidade no tempo fugidivo e fragmentado da vida terrena (Bauman, 2008: 60). A seu ver, na esteira da ampla privatização e profunda desregulamentação promovidas, sobretudo, desde a metade final do último século, a mediação do dinheiro (com sua prerrogativa de equivalência universal) se introduziu crescente e verticalmente nos mais distintos regimes de práticas e na coordenação dos símbolos, evocando o que o autor chama de “comodificação” e “re-comodificação” de capitais e trabalhos (Bauman, 2008: 20). Ele entende estar tal predominância na contrapartida do incremento de formações subjetivas impelidas a valorações de coisas, pessoas e ideias pela classificação do que seja passível de ser escolhido por aqueles habilitados à escolha. Isso é, a figura tipificada como posição de subjetivação do consumidor ascende ao *status* de sujeito por excelência e os modos de estratificar, incluir e excluir grupos e indivíduos obedecem à prerrogativa das tomadas de decisão do consumidor. A satisfação do consumidor se tornaria, dessa maneira, a prioridade política de maior alcance, tendo, assim, impacto na sorte dos estilos de vida, das políticas de identidade e mesmo dos meios pelos quais se realiza o reconhecimento das pessoas nesse ambiente onde a existência se orienta e efetiva pela capacidade de mercantilmente escolher, adquirir e descartar bens e serviços. Ainda segundo o argumento baumaniano, a vigência preponderante da lógica mercantil dos usos envolve, antes, a própria adoção por parte de homens e mulheres de classes, idades, marcas étnico-raciais e gêneros diferentes de um estilo de vida para o qual a antecedência da competência em se fazer escolhido deixa entrever que as exteriorizações das intenções passam a estar orientadas compulsivamente pela comodificação (Bauman, 2008: 70-72). Ele argumenta que o imperativo da visibilização, na sociedade de consumidores, em conjunto com a propagação sem precedentes de informações, seria a manifestação da ênfase posta na “vendabilidade” enquanto mecanismo de formação subjetiva predominante na “educação do espírito”.

O ensaísmo sociológico baumaniano identifica na centralidade atribuída à virtude do prazer o núcleo moral da abrangência e funcionamento do *ethos* consumerista. Coerente com a sua agenda de reflexões em torno do problema existencialista da liberdade (Bauman, 1989), o autor se aplica em examinar como as diferenças socioculturais entram pela porta da frente da contemporaneidade,

mas a princípio desprovidas do crivo de um legislador capaz de triá-las. Amon-toar-se-iam numa competição frenética que inviabiliza um mapeamento de posse do parâmetro de universalidade, mediante o qual se delimitariam topos precisos para essas alteridades múltiplas e inconstantes. Entretanto, Bauman não corrobora a ode de determinadas versões pós-moderna à democratização da diferença, já que não estaríamos assistindo ao suspiro derradeiro do suplício da diferença pelas exigências de pureza. Segundo ele, agora, o teste purificador se tonifica na averiguação do quanto uma diferença é capaz de se flexibilizar para acompanhar a volatibilidade da “renovação promovida pelo mercado consumidor, de regozijar com a sorte de vestir e despir identidades, de passar a vida na caça interminável de cada vez mais intensas sensações e cada vez mais inebriante experiência” (Bauman, 1998: 23). O filósofo conclui que poucos são aprovados no teste e muitos são os que compõem a “sujeira” da pureza pós-moderna” (Bauman, 1998: 23). São esses, no vocabulário baumaniano, os “consumidores falhos”. Os “impuros” da pós-modernidade compreendem todo aquele incapaz de fazer frente aos atrativos do mercado de consumidores por estarem desprovidos dos recursos que, à maneira de uma senha, lhes dê acesso à gramática da liberdade na sociedade de consumidores, a saber, a de serem “indivíduos livres” para exercer o poder de escolha do consumidor.

Paralela e contemporânea do mesmo período da sociologia britânica, outra vertente da sociologia da cultura igualmente se ocupou da centralidade do prazer como virtude. Porém, em lugar de enfatizar o tema ético da liberdade, depositou suas fichas em cartografar as mais diversas manifestações da díade estabelecida entre cultura de consumo³ e economia cultural.

Entre os artífices dessa vertente, sem dúvida, o sociólogo inglês Mike Featherstone se destaca por seus esforços concentrados na consolidação e disseminação do campo analítico aberto pela noção de cultura de consumo. Apenas para situar o quanto foi estratégica a sua intervenção, a princípio, cabe observar que o seu nome se fixa na trama editorial da sociologia internacional como editor da influente revista *Theory, Culture and Society*. Consagrado como dos mais influentes periódicos científicos na área das ciências sociais, com forte impacto também em outras áreas das humanidades, essa revista acompanhou o crescente interesse nos temas culturais e potencializou agendas de pesquisa, estudos e reflexão a respeito de temas

3 Essa produção se encaixou em um amplo encadeamento de títulos, originalmente editado em inglês, naquele período, voltado para a cultura de consumo. Apenas com o intuito de assinalar distintos vieses de problematização e análise do tema, consultar Campbell, 2001; Miller, 2002; Mccracken, 2003; Douglas e Ishwood, 2004; Appadurai, 2008.

como pós-modernidade, globalização, consumo cultural, pós-colonialismo, entre outros⁴.

Mais tarde, em *Cultura de consumo e pós-modernismo*, editado pela primeira vez em 1991, o Featherstone realiza um enorme esforço de síntese com o objetivo de pontuar reflexivamente o que concebia como as principais tendências históricas das sociedades contemporâneas: a saber, o deslocamento da estrutura socioeconômica capitalista e das respectivas sensibilidades humanas na direção de uma cultura de consumo de massa. De saída, inspirado em Bourdieu (...), faz-se notória a tônica depositada por Featherstone na dimensão ampliada das trocas simbólicas, o que o leva a discutir o tema da legitimidade à luz de instâncias de visibilidade que tornam afins o desinteresse compartilhado entre frações artístico-intelectuais, a morfologia composta por públicos amplos e heterogêneas e a remuneração/reprodução do capital financeiro-econômico concentrados por corporações empresariais de alcance transnacional.

Diante do que expomos, não é gratuito o fato de o livro, iniciado com uma reflexão a respeito da definição de pós-modernidade ou o pós-modernismo, apontar na direção de um entendimento marcadamente eliasiano de que o pós-modernismo seria: um conjunto de práticas culturais concretas conectado a balanças de poder, por meio de fundos de conhecimento específicos. Com esse enunciado, Featherstone afirma sua posição no sentido de considerar a pós-modernidade ou o pós-modernismo como uma configuração histórica específica, na qual determinadas estruturas de personalidade estão combinadas a teias de interdependências sociofuncionais. Pode-se dizer que o livro seria uma pequena síntese reflexiva sobre as principais características dessa configuração, a qual é parte de uma mesma dinâmica histórica em que a modernidade se consolida como uma cultura histórica. Amparado na teoria do processos sócio-históricos de longa duração, o autor retoma Max Weber (1974: 326) quanto às conexões de processos de racionalizações e intelectualizações na acomodação da linha de conduta artístico-cultural em meados do Século XIX, tendo os seus epígonos nos círculos boêmios e românticos. A análise configuracional adotada considera, contudo, os momentos em que as interferências do Estado iniciavam o estabelecimento de fronteiras entre as dimensões das experiências humanas, procurando oficializar procedimentos já adotados por frações sociais. Isso se deu em uma realidade já transformada pelo anelado de forças sociais

4 Espécie de catalizador dessa agenda, organizado por Featherstone (1994), o livro *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade* reúne um time de autores que, à época, abordavam temáticas que suscitavam polêmicas e pareciam carecer de base empírica. Na década seguinte, impuseram-se protagonistas da cena socioantropológica internacional.

hegemônicas manifesto no zoneamento das temporalidades, no anverso da cisão entre o público e o privado, em consonância a uma especialização técnica dos espaços e de ritualização das práticas, no que distinguiu as esferas da produção do conhecimento e do trabalho daquela referente à cultura e ao lazer (Featherstone, 1987). Mas ele sublinha que o sucesso das estratégias de autonomia relativa da esfera artístico-cultural contou com a formação, consolidação e disseminação de estruturas de personalidade cada vez mais pautadas na busca do autoaperfeiçoamento e autoestilização, tendo como matriz a visão romântica da realização do humano no recurso às obras de arte e da potencialização das emoções (Featherstone, 1995: 40)⁵. Inspirada em Bourdieu (2011), a figura do “mediador cultural” ocupa posição decisiva na interpretação proposta, porque o ímpeto generalizado pela construção de estilos de vida, calcados pelas experiências emocionais e nos gostos estéticos, estaria combinado à ampliação e diversificação do consumo entre um imenso número de indivíduos, mas articulados pela atuação dos agenciamentos desse personagem apto em fazer comunicar as lógicas da produção e da recepção. Isso se dá por meio de um exercício de pedagogia continuada, pulverizando e popularizando saberes e posturas a princípio encerrados em círculos eruditos acerca do prazer e fruição estética do cotidiano.

Ao longo do texto, fica claro que, para Featherstone, embora integrada na caudal dessa dinâmica histórica, a principal marca da configuração pós-moderna está na centralidade e transversalidade adquiridas pela cultura de consumo. Desde a Segunda Guerra Mundial, o modelo socioeconômico capitalista se deslocaria cada vez mais na direção do consumo de massa, da prestação de serviços e do lazer. A ampliação e diversificação das práticas de consumo de todas as classes sociais se tornariam um dos principais motores do sistema econômico. Simultaneamente, a disposição para o consumo nas suas mais variadas feições, incluindo-se aí o consumo conspícuo, seria estimulada e difundida entre todos os grupos sociais.

5 Alan Macfarlane demonstra como, desde o Século XII, setores da sociedade inglesa conheceram o emergir de um modo de olhar ampliado com o processo urbano-industrial. O olhar encerra, então, o ajuste em uma mesma mentalidade do cálculo do mercado e a inspiração de buscar o rejúbilo nos “santuários” da não-utilidade. A natureza se tornou motivo de atração, transformada em instrumento de lazer, distração e modo de distinção entre os grupos sociais (Macfarlane, 1987: 124 e Williams, 1989: 21-6). Algo semelhante poderia ser dito sobre o crescente sequestro dos fazeres artísticos pelo discurso estético, entre meados dos Séculos XVIII e XIX, no compasso tanto da tecnificação das bases produtivas das relações sociais quanto da desconstrução da arquitetura normativa do Antigo Regime e da metafísica cristã, ao lado da afirmação do sujeito individual (Eagleton, 1993: 17-28).

É nesses termos que podemos entender o porquê de Featherstone, assim como vimos em Bauman, conceber o fomento do processo na disseminação de imagens e lugares de consumo fortemente pautados pelos princípios do prazer e do excesso. Nesse contexto, entende ele, estética, fantasia e mercadoria são combinadas pelas práticas da publicidade, do show *business* e dos *shopping malls*, com o objetivo de potencializar a vocação dos seus espectadores e usuários na direção do consumo. Se Featherstone apreende um importante ponto de inflexão das sociedades contemporâneas no tipo de transversalidade peculiar à cultura de consumo, o que para ele se revela é como as dimensões da economia, da racionalidade e da razão instrumental estão simbioticamente intrincadas a sensibilidades voltadas para a autenticidade romântica e formas de autorrealização emotivas e estéticas. A coordenação social corroboraria uma “estrutura gerativa subjacente flexível”, capaz de se deslocar do plano macrossocial ao das interações e também dos padrões psíquicos com extrema facilidade. Ela consistiria em um “princípio integrador” cujo funcionamento prevê constantes oscilações entre ordem e desordem, controle e descontrole emocional, o cálculo instrumental e o excesso hedonista (Featherstone, 1995: 48).

Desse modo, Featherstone evidencia como um dos traços da cultura entredita ao capitalismo contemporâneo a profunda interconexão das dimensões instrumental e expressiva. O mundo das mercadorias continua, a seu ver, ocupando o núcleo central da objetividade material e da produção de subjetividades nas sociedades contemporâneas, mas se vê cada vez mais marcado pela prevalência da informação, das imagens e dos bens simbólicos. Por outro lado, os princípios de mercado tomam conta de uma vez por todas da esfera dos bens culturais e dos estilos de vida (Featherstone, 1995: 121). A virtude do prazer, na concepção do sociólogo inglês, iria se manifestar na ascensão de uma economia das emoções, fundamentada tanto em uma espécie de hedonismo calculista generalizado como na estetização da racionalidade instrumental-funcional. Compreenderia um desfecho equivocado, sentença, sustentar a pós-modernidade como ruptura histórica e epistemológica. Afinal, para ele, o destaque generalizado dado à cultura nas sociedades com vigência pós-industrial corresponderia a um dos efeitos mais vigorosos da globalização do enlace entre modernidade e capitalismo (Featherstone, 1997).

Seria incompleto aludir à economia das emoções, engajando mutuamente padrões psíquicos e estrutura social pós-industrial, referida pelo autor, sem considerar a maneira como ele a situa na sua compreensão da complexidade das tramas de interdependências sociofuncionais que lhe eram contemporâneas. O tratamento por ele conferido às conexões entre cultura e economia evidencia o

problema em torno da dominação simbólica nas feições adquiridas pelo capitalismo no fim do Século XX. À luz de tal inquietação, no contexto da década de 1990, quando a ideia de globalização galgava importância no repertório das ciências sociais, Featherstone nota que o tratamento dispensado pelas ciências sociais aos temas da cultura e da sociedade cedo respondeu ao primado “nacionalcentrista”, condizente com os processos de construção da nação à luz do desenvolvimento de culturas nacionais, a um só tempo, integradas e excludentes, no compasso do acirramento das disputas no sistema interestatal já vigentes na Europa do Século XIX e princípio do XX. Predominava assim a:

(...) tendência a suprimir as diferenças entre culturas locais, regionais e étnicas e a desenvolver ou inventar tradições nacionais, como as que alimentavam a idéia dos franceses ou alemães como entidades distintas (...). O modelo vigente achava-se impregnado das teorias evolucionistas e dos conceitos de superioridade da civilização européia.” (Featherstone, 1996: 116).

O acento posto na questão da integração teve, para Featherstone, influência e, ao mesmo tempo, adquiriu legitimidade na maneira como a sociologia passou a conceber a noção de sociedade sob o imperativo normativo de uma ordem coesa. A interpelação das relações sociais pelos movimentos de intensa industrialização e urbanização foram, portanto, assimilados como desafios desagregadores que demandavam uma larga cultura ou um sistema de valores comum atravessando todos os espectros e níveis dos grupos articulados no escopo territorial do Estado nacional. Prevaleceu, segundo o autor, a ideia da sociedade como um todo isolado, descuidando-se com isso dos fenômenos transociais e enxergando a mudança social tão somente do prisma dos fatores intrassociais.

De maneira similar, ainda de acordo com Featherstone, a antropologia recorreu à metáfora orgânica da cultura, fazendo par com a importância assumida pela localização no desenvolvimento das identidades nacionais. Descartou-se, portanto, o dado plural e controvertido de relações sociais e valores que revelam a heterogeneidade humana em nome de sentimentos de exclusividade e unicidade decorrentes do mito genealógico da nação, no contraponto da sedenterização territorial das identidades. No argumento de Featherstone, sobressai a maneira como ele encara o advento das propostas que se opõem ao princípio territorial-centrista. O pós-modernismo e o pós-colonialismo, por exemplo, mais que modelos teóricos aptos na elucidação do contemporâneo, seriam expoentes intelectuais provocados pelas interdependências globais vazando a soberania autorreferida dos Estados-nação. Tal encadeamento diria respeito, também, a deslocamentos nas balanças de poder, que, nos Séculos

XIX e XX, estiveram a favor da centralidade do Ocidente na divisão planetária do trabalho e das funções de comando e conhecimento. O desmascaramento epistêmico-cultural incidiu, argumenta o autor, no questionamento pelo viés pós-modernista da tradição soerguida pelo Ocidente. Na passagem, ele propõe que o trânsito promovido pela circulação global das ideias desafiaria as bases da topologia de poder em que a autoridade do euroestadunidense se mantém como núcleo da história universal (Featherstone, 1996: 121).

Sob a possibilidade da apreensão tanto da emergência quanto do confronto de pontos de vistas distintos é que podemos compreender a teoria da complexidade proposta por Featherstone. Ao contrário da corrente pós-estruturalista, com sua tendência de reduzir o real sócio-histórico a uma competição entre discursos/interpretações, mas tampouco movido pela intenção de adotar a postura de tomar as formas de consciência como representações apenas à maneira de meros espelhamentos de fatores infraestruturais externos, o autor prefere a alternativa da luta sócio-simbólica que se trava pelas delimitações das fronteiras. Trata-se de pugnas sobre as quais a conceituação é, simultaneamente, o ato de informar e uma arma de exclusão. Recorrendo ao modelo eliasiano de *established e outsiders*, sua proposta é considerar os deslocamentos conceituais na contrapartida dos remanejamentos na hegemonia entre os grupos. A seu ver, a complexidade das interdependências humanas alterada em sua proporção deixa evadir e ressoar vozes antes inaudíveis que tomam lugar na cena simbólico-política e exasperam a favor de uma terapêutica nas grades classificatórias sedimentadas no cotidiano da linguagem como prática social.

Em lugar da “desconceituação”, como propõe as correntes pós-modernistas, Featherstone insiste na tarefa conceitual das ciências sociais de dotar o conhecimento de modelos analítico-conceituais adequados no tratamento plural da complexidade contemporânea. Isso significa – entende ele – redefinir o que se quer ao empregar termos como “social” e “sociedade”. O autor atribui relevância, exatamente, a fatores como a cultura de consumo e o advento (à época) das então novas tecnologias de comunicação e informação que penetrariam âmbitos tão distintos e pondo-os em sintonia, articulados com a intensificação dos fluxos de dinheiro, mercadorias, imagens etc. Esses ingredientes forçariam na direção da “fragmentação cultural e transposição de valores”, promovendo “descentramentos, deslocamentos no espaço e desmaterialização”. De acordo com o seu diagnóstico, o vórtice do torvelinho histórico, que lhe era contemporâneo, cada vez mais empurrava o Ocidente para fora do eixo hegemônico e, por outro lado, conduziria ao descarrilhamento do projeto universal-modernista da modernidade. Esse projeto estaria enraizado na própria evocação da universalidade

como uma idiossincrasia da cultura filosófica europeia. Desse ponto de vista, de acordo com Featherstone, para além da homogeneização cultural, a globalização seria igualmente a conduta que se dirigiria às “terceiras culturas”, ou seja, a um sentimento de pertencimento a uma “comunidade imaginada” – no sentido de Benedict Anderson⁶ – em nada redutível a uma cultura nacional qualquer, mas resultante da confluência de diversas delas, sobretudo nos contextos de corporações capitalistas transnacionais.

Por outro lado, sublinha Featherstone, essa pluralidade também se apresenta na multipolaridade de centros competitivos na arena mundial, com a emergência de países como o Japão e outros pertencentes ao Sudeste asiático, dotados da aptidão de adequar padrões a contextos locais, em um redesenho de equilíbrios de força entre blocos e países, com base em novas interdependências instauradas. Na mesma medida, ratificando o que comentamos, esses novos desenhos enfraqueceriam a capacidade de gestão dos Estados-nação, no instante em que a intensidade dos fluxos informacionais escaparia do monitoramento governamental. Uma vez mais citando o Weber (1992), Featherstone delinea o quadro da complexidade global como um politeísta enfrentamento entre deuses. Os níveis de diversidade e multiformidade assinalariam o quanto o sincrético e o híbrido, enquanto posturas e compreensões, teriam alcançado o *status* de heurístico de uma complexidade tecida por componentes nômades e solúveis, enfim, descentrados.

Se retomado o debate em torno da ascendência das frações socioculturais identificadas a princípio como minorias, sentencia Featherstone, a pós-modernidade deixa patente a evanescência das hierarquias simbólicas que acompanharam a relativa depreciação do capital simbólico com o qual o Ocidente fundou a legitimidade do seu projeto de modernidade, da exclusividade da sua excelência cognitivo-civilizatória. A penetração no âmbito da esfera cultural de outros pontos de vista afrontaria tal centralidade, tornando-a relativa, porque complexificaria a situação, agora apreendida como uma teia de multivalências. As formações subjetivas, nos encadeamentos interacionais, seriam reescaloados cada vez mais, tendendo a se converterem em consciências ambíguas, algo cuja incidência direta se daria na maneira de prover o entendimento do nacional como um bloco autorreferido e igual-a-si, devido ao embasamento

6 Embora Anderson (1987) tenha elaborado o conceito para tratar das comunidades imaginadas nacionais, o emprego no debate sobre a condição global se justifica na referência de tipos de consciência compostos em torno na crença de estilos de vida comungados por diferentes agentes a despeito das adversidades e distâncias sociogeográficas.

genealógico comum. O assalto das minorias rouba, conclui o autor, o sossego unilateral dessa arrogante certeza.

Reflexividade na economia de signos e cultura de consumo

Entre as duas últimas décadas do Século XX, as discussões a respeito da reflexividade chamam atenção nos exercícios empenhados em reconduzir a teorização sociológica sobre a modernidade para um contexto em que se insurgiam os artefatos e princípios da globalidade. Desse modo, os debates colocavam em pauta não somente os remanejamentos nos mundos sociais referidos às transformações do capitalismo como sistema socioeconômico, mas principalmente tornaram alvo de reavaliações as concepções de modernidade e modernização como lentes interpretativas mediante as quais se enxergou a história universal. No entanto, àquela altura do estágio histórico, nas mesmas vocalizações, as prerrogativas dos processos de mudança intencionada da modernidade, ironicamente, deslocaram-se da tarefa de controlar a bestialidade natural para as formulações acerca de como tais processos tomaram por problema a própria dinâmica de riscos, a qual seria motivada pela dificuldade de calcular o futuro devido à socialização generalizada. Em meio às controvérsias científicas a respeito dessa situação, desponta a concepção de Giddens (1991) acerca do peso assumido pelos sistemas de peritos como fatores de segurança, nas condições de desencaixe temporal e espacial da modernidade. O impacto desse contexto “pós-tradicional” se estenderia sobre os requisitos de confiança e segurança ontológica na construção dos projetos reflexivos do eu e das instituições.

Em Giddens (1997) e Back (1997), o eixo teórico da modernização reflexiva se levanta sobre a suposição de que estava em andamento a libertação progressiva da ação em relação à estrutura. Parte do círculo de intérpretes britânicos que acentua o deslocamento socioestrutural contido na ideia de “cultura de consumo”, Scott Lash reitera a acumulação reflexiva, para qual convergiriam o consumo especializado e a maneira flexível de produzir. O autor questiona, porém, a tese de um panorama homogêneo. Ao contrário, ele argumenta sobre a existência de “ganhadores” e “perdedores” da reflexividade. Exemplos, quanto aos primeiros, seriam os produtores de *softwares*. Já os derrotados seriam, entre outros, as levadas pós-fordistas compostas dos subempregados e pelos empregados nas ocupações fabris de nível inferior ou, ainda, dos proletariados do setor de serviços, como a mão-de-obra do McDonalds. Com o entendimento de que a

estrutura compreende a regra de disponibilização de recursos, a modernidade reflexiva corresponde, para Lash, ao capitalismo global informacional, caracterizado como um modo de vida resultante do entrelaçamento de redes informacional-comunicativas. Ele o descreve, então, considerando aquelas que seriam as propriedades elementares mais (então) atuais da sistemática capitalista: “primeiro, canais estruturados em que a informação flui; segundo, espaços em que ocorre a aquisição das habilidades de processar informação” (Lash, 1997: 148). A seu ver, na “modernidade simples”, uma classe média se desenvolveu como prestadora de serviços à sistemática produtivo-industrial; na modernidade reflexiva, favorecida pela nova regra de distribuição de recursos, a classe média de serviços é servida.

No argumento de *Consumer Culture*, de 1996, Celia Lury inventaria as propriedades da recursividade reflexiva na identificação da multifuncionalidade do consumo como prática, imaginário e condicionante sócio-histórico do comportamento. No livro, ela não somente reuniu as principais contribuições de autores das ciências sociais que se voltaram para os temas da economia, comunicação e cultura no mundo pós-II Guerra, como criou a sinergia necessária entre eles para avançar na análise do que, como outros, optou por designar como “sociedade do consumo”, acentuando a linha argumentativa desenvolvida por Featherstone. Lury sublinha que o sistema socioeconômico capitalista passou por transformações importantes nas décadas posteriores à II Guerra, apresentando tendências no sentido de uma forte expansão internacional e respectiva flexibilização da produção e dos mercados. Ademais, ele esteve marcado pela centralidade do consumo nos processos de organização da economia, culminando em: formação de políticas de Estado voltadas para o seu incentivo; expansão dos meios de comunicação de massa, sobretudo, da televisão, com papel decisivo da publicidade e do *marketing* na sua estruturação; e preponderância ainda maior da economia na regulação da vida social (Lury, 1996).

Segundo a autora, essas tendências socioeconômicas, somadas à expansão das classes médias e das suas modalidades de “consumo posicional”, contribuíram para a consagração e difusão da “cultura de consumo” e das chamadas “políticas do consumidor” pelo mundo. Nos seus termos, trata-se de uma cultura material – dentre muitas culturas humanas ligadas a modos específicos de produzir e lidar com objetos – que coloca o consumidor como elemento central das identidades individuais e coletivas (Lury, 1996). Nela, o consumo de mercadorias atua como o principal marcador de significação das relações sociais, com um grau de transversalidade e complexidade muito maior do que em outras fases do capitalismo. Toda pessoa é treinada para atuar, antes de tudo, como

um consumidor. Em última instância, as semânticas dos próprios valores que fundamentam a visão moderna de sociedade são redefinidas: a individualidade passa a ser concebida pela atividade de consumir; e o bem-estar tanto individual como social passa a estar fortemente associado às possibilidades de acesso ao consumo (Lury, 1996).

Dessa forma, disseminam-se visões de mundo que sacralizam o consumo e as disposições hedonistas que o favorecem, identificando liberdade e autorrealização com a capacidade de escolha, compra e uso de bens e serviços. Simultaneamente, “o mundo de objetos” se expande de maneira inaudita, estimulando o monitoramento reflexivo do *self*, alcançando, assim, a reestruturação das identidades individuais e impactando os referenciais identitários coletivos por meio da penetração generalizada do consumo. Não por acaso, diversas instituições como empresas, partidos e organizações da sociedade civil lutam entre si para organizar a reflexividade da cultura de consumo.

Fazendo eco com Lash, a autora reforça que essa mesma cultura, não tendo como contrapartida o acesso e a capacidade igualitários para todos os indivíduos, desempenha papel central na produção das relações de exclusão e desigualdade – bem como na compreensão destas – no mundo contemporâneo. A autora lembra que o próprio Estado classifica a população com base nos diferentes padrões de consumo, separando consumidores-proprietários daqueles que dependem de sua assistência (Lury, 1996). Como conclusão, Lury defende a incontornável necessidade das ciências sociais se voltarem para a análise das dinâmicas próprias do consumo, desvencilhando-se dos determinismos ligados ao parâmetro da produção. Retomando a visão de Lazzarato (2014), a autora destaca que o capitalismo produz espaços virtuais e reais nos quais o mundo dos consumidores é expandido junto às subjetividades e respectivas atividades vinculadas aos usos consumeristas. O trabalho não se limita mais, portanto, à produção e à economia. Segundo ela, ele teria se espalhado por toda sociedade, mediante uma “produtividade-consumidora” de caráter coletivo.

Espécie de epítome das tantas buscas de alternativas cognitivas sobre a rotação histórico-estrutural intrínseca à reconfiguração do capitalismo como sistema socioeconômico, dentro do rol de contribuições anglo-saxônicas para os estudos sobre os nexos entre economia e simbólico nas sociedades capitalistas contemporâneas, o livro *Economies of Signs and Space* (cuja primeira edição fora lançada em 1994) sob autoria de Scott Lash e John Urry) se sagrou como contribuição original. Tendo como propósito inicial reestabelecer o debate acerca do capitalismo tardio na arena do marxismo, o livro vai muito além ao desvelar como as estruturas sociais atreladas ao modelo regulatório dos Estados-nacionais industriais

vêm sendo progressivamente substituídas pelo que os autores denominam como “estruturas informacionais comunicacionais globais”. Segundo os autores, ao longo da segunda metade do Século XX, dois processos históricos⁷ de maior profundidade foram responsáveis pela reposição dos modelos socioeconômicos vigentes até então no Norte-Global industrializado por um novo modelo regulatório, batizado pelos autores como “capitalismo desorganizado”⁸.

O primeiro e mais importante processo histórico apontado é o adensamento e a aceleração dos fluxos de circulação de pessoas e objetos dentro de circuitos internacionais cada vez mais extensos e fluídos. Avanços tecnológicos do pós-II Guerra, como a expansão da aviação civil e a invenção da eletrônica, possibilitaram um crescimento absolutamente vertiginoso nas velocidades e distâncias que mercadorias, capitais, trabalhadores e turistas poderiam percorrer. Os efeitos dos novos fluxos massivos teriam sido logo sentidos nas economias, nas estruturas sociais e nas formas culturais de diversas sociedades: empresas e trabalhadores não estavam mais fortemente vinculados a um determinado território nacional; o capital produtivo e, sobretudo, o financeiro poderiam transitar quase que instantaneamente entre mercados e estados-nacionais de diferentes continentes; contingentes populacionais cada vez maiores, seja de trabalhadores, turistas ou refugiados, conseguiam se deslocar entre fronteiras que pareciam etéreas; produtos culturais, símbolos e imagens eram transmitidos em poucos segundos para audiências inumeráveis espalhadas por todo o globo. Em suma, concluem, a intensa e célere circulação de sujeitos e objetos se tornou a marca do capitalismo.

Apesar de precedida por reflexões como as de Baudrillard (1979) e Giddens (1991), a novidade da análise de Lash e Urry está no modo como ressalta a centralidade desse processo na substituição do modelo societário nacional-industrial por uma nova configuração. De acordo com ela, os novos fluxos massivos não são mais organizados por intermédio de estruturas sociais, cujo escopo é nacional por definição, mas por meio de redes transnacionais interconectadas por inúmeros canais de tráfego móvel ou transmissível pelos quais transitam pessoas, mercadorias, informações, imagens. Trata-se de um vasto conjunto de “links” (aviões, computadores, cabos de fibra óptica etc.) conectando “individualidades”

7 Para os fins deste ensaio bibliográfico, optou-se por enfatizar apenas um dos processos históricos apontados por Lash & Urry como decisivos na constituição dessa nova ordem. O primeiro e mais importante será discutido nos próximos parágrafos. Já o segundo processo é coextensivo e subordinado ao primeiro, dizendo respeito à intensificação da reflexividade cognitiva e estética tanto de sujeitos quanto de objetos no capitalismo contemporâneo. Para uma discussão pormenorizada, vide o capítulo 3 do livro.

8 Em livro homônimo, editado em 1987, os mesmos autores antecipam a caracterização dessa regulação calcada no primado da flexibilização quanto à intervenção estatal na relação capital e trabalho, então, emergente, na contramão do declínio do capitalismo de escala (Lash e Urry, 1987).

(pessoas, organizações, instituições etc.) dentro de redes específicas, as quais os autores optaram por denominar como “estruturas comunicacionais e informacionais globais” (Lash e Urry, 1994: 7). À vista disso, boa parte da obra é dedicada à feitura de uma “história e geografia dos fluxos”, uma tentativa de escrutinar sociologicamente os seus módulos de propagação e organização⁹.

Lash e Urry, então, argumentam que esses módulos, os quais denominam como “instituições de governança econômica e espacial”, têm se concentrado principalmente na figura de mercados econômicos com características pós-fordistas pautados em modelos de “acumulação reflexiva”. Resumidamente, de acordo os autores, com o alto grau de competição e diferenciação alcançado pela economia global, os sistemas de produção mais avançados passaram a se organizar por meio de uma dupla hermenêutica: a autocrítica e a respectiva mudança adaptativa. Dessa forma, não somente foi necessário remontar as estruturas administrativas e produtivas para que tivessem um elevado nível de flexibilidade, como também se tornou imprescindível gerar e processar conhecimento e informação em grande volume e alta velocidade. Como resultado, as áreas de pesquisa e desenvolvimento, as infraestruturas de comunicação e informação, bem como toda uma gama de serviços especializados (ligados às TICs, consultorias, educação etc.), tornaram-se absolutamente vitais para esses sistemas (Lash e Urry, 1994: 61). Enfim, tratar-se-iam de mercados caracterizados pela desintegração horizontal de setores administrativos em conglomerados de pequenas firmas especializadas subcontratadas pelas multinacionais, com forte fundamentação no processamento de informação e comunicação, bem como em serviços altamente especializados.

Nesse momento, importa sublinhar o modo inovador como Lash e Urry direcionam esse argumento, central à obra, para a constatação de que, em uma economia voltada para o conhecimento e a comunicação, as funções de reflexividade envolvem fundamentalmente o processamento de símbolos, sejam eles de tipo cognitivo-informacional ou estético-semiótico. Ambos atestam que os fluxos de símbolos, imagens e narrativas gerados por “estruturas informacionais comunicacionais globais”, com destaque para os sistemas “experts” e as indústrias culturais, demonstram o caráter estrutural de uma reflexividade tanto cognitiva quanto estética, presente na produção e no consumo (Lash e Urry, 1994: 112). Assim, os autores concluem que, ao contrário do que os marxistas culturais defendiam, não são as indústrias culturais que estão se comodificando, mas a própria produção capitalista como um todo que tem adotado o modelo das

9 Vale registrar que, por meio das pesquisas com o turismo (Urry, 1996), na década de 2000, Urry (2000 e 2007) mobilizara esforços com o objetivo de fixar a modalidade como um paradigma epistemológico na Sociologia.

indústrias culturais. Ao se tornar cada vez mais “knowledge and design intensive”, com atividades de processamento simbólico que adotam uma sensibilidade hermenêutica forjada nos campos acadêmico e artístico, a economia capitalista contemporânea se fundiu ao domínio da cultura, “culturalizou-se”.

“...captar como os processos econômicos e simbólicos estão mais do que nunca entrelaçados e interarticulados; isto é, que a economia é cada vez mais flexionada culturalmente e que a cultura é cada vez mais flexionada economicamente. Assim, as fronteiras entre os dois se tornam cada vez mais confusas e a economia e a cultura já não funcionam uma em relação à outra como sistema e ambiente” (Lash e Urry, 1994: 64 – tradução nossa).¹⁰

Historicamente, remontam os autores, essa nova configuração socioeconômica tem se materializando na forma de *clusters* urbanos que concentram firmas e serviços altamente especializados, mutuamente dependentes e intensamente conectados, voltados para a produção e o consumo reflexivos. Importa-se, assim, uma nova dinâmica de localização, na qual algumas regiões do mundo teriam se especializado em produções informacionais ou estéticas intensivas e altamente diferenciadas (São Francisco, Los Angeles, Paris), mas com enorme protagonismo das três cidades globais que monopolizariam as principais tecnologias financeiras e respectivos serviços (Nova Iorque, Londres e Tóquio). Simultaneamente, diversas cidades ao redor do mundo procuram entrar e competir nessa nova ordem econômica global, investindo na formação de centros de serviços, consumo e turismo que, devidamente embalados por estratégias de *marketing* urbano, atrairão empresas, trabalhadores, consumidores e turistas¹¹ (Lash e Urry, 1994: 215).

10 “...to capture how economic and symbolic processes are more than ever interlaced and interarticulated; that is, that the economy is increasingly culturally inflected and that culture is more and more economically inflected. Thus the boundaries between the two become more and more blurred and the economy and culture no longer function in regard to one another as system and environment.” (Lash e Urry, 1994: 64).

11 Durante o mesmo período, David Harvey (1992: 263-264) atenta à inclusão da regulação pós-fordista, caracterizada pelo que chama de “flexibilização” dos fatores de produção e da segmentação do consumo. Ele define a mesma fase pós-moderna pelo domínio das imagens. Este se caracterizaria pela frenética competição mercantil entre os signos, assim estabelecendo novos parâmetros para a investida dos agentes do capital, mas em ajuste à concepção comprimida de espaço-tempo e, ainda, contracenando com o predomínio da devoção hedonista ao presente. Por outras palavras, para Harvey, a hegemonia conquistada pelos conglomerados empresariais ligados ao comércio de informações e comunicação social e do entretenimento, em meio à ascensão do setor de serviços, propicia a circulação lancinante das imagens de diversos lugares do mundo. Esses lugares se tornariam acessíveis a extraordinário número de pessoas consumidoras, em meio à reprodução ampliada do capitalismo e da reorganização das suas determinações sócio-históricas e estruturais.

Vivemos, portanto, em sociedades cada vez mais individualizadas e saturadas de símbolos, nas quais a classe média de serviços avançados desempenha um papel crescente no processo de acumulação. Esta classe assume uma massa crítica na atual reestruturação: como produtores de processamento de símbolos e como consumidores de símbolos processados, trabalhando e vivendo em certas cidades. Falar de serviços é falar de informação e símbolo e da crescente importância de ambos dentro de muitos tipos diversos de espaço pós-industrial (Lash e Urry, 1994: 222 – nossa tradução).¹²

Em complementaridade ao argumento defendido por Lash e Urry, optamos por encerrar esta seção, focalizando dois estudos que se propõem a mapear e descrever como as novas economias de signos e espaços emergem e se disseminam em diferentes partes do mundo – como veremos, de forma assimétrica e concentrada. Esses textos deixam ver como o debate excedeu os limites epistemológicos da sociologia, ao ser engrossado por vozes de outras disciplinas, no caso, a geografia. Nesse sentido, a primeira obra a ser considerada é *O Mundo Regional: desenvolvimento territorial numa economia global* (*The Regional World: territorial development in a global economy*), publicada pelo geógrafo norte-americano Michael Storper em 1997. Em linhas gerais, Storper procura analisar as novas frentes de desenvolvimento capitalista, que assumiram a forma de economias regionais altamente especializadas e baseadas em processos de inovação como o Vale do Silício ou a indústria da moda na Itália, sob a ótica de suas dimensões organizacionais e geográficas.

Baseado em uma perspectiva marcadamente sociológica, o autor argumenta que as principais economias regionais do mundo têm como principal ativo as componentes relacionais que foram criadas historicamente pela combinação entre conhecimento não-cosmopolita, interdependências reflexivas e território (Storper, 1997). O sucesso dessas economias estaria, para ele, fortemente baseado na produção de conhecimentos específicos que, apesar de explorados economicamente, não podem ser codificados e reproduzidos em outros lugares justamente porque estão vinculados às convenções, às relações sociais de coordenação, comunicação e confiança que foram forjadas ao longo de anos, devido à proximidade territorial e às redes de interdependência envolvendo uma série de agentes.

12 “We thus live in increasingly individuated and symbol-saturated societies, in which advanced-services middle class plays an increasing role in the accumulation process. This class assumes a critical mass in the present restructuring: as symbol-processing producers and as consumers of processed symbols working and living in certain towns and cities. To talk of services is to talk of information and symbol and of the increasing importance of both within many diverse kinds of post-industrial space.” (Lash e Urry, 1994: 222).

Corroborando com a tese dos autores mencionados anteriormente, Storper reafirma ter havido uma mudança qualitativa no capitalismo contemporâneo. Essa alteração se deu na direção de uma reflexividade econômica cada vez maior (Storper, 1997). As economias regionais com desenvolvimento mais acirrado, como a indústria do turismo na França ou do cinema em Los Angeles, funcionariam como “*learning economies*”. Quer dizer, com o objetivo de produzir conhecimento não-imitável a ser explorado economicamente, forjam redes territoriais de coordenação mútua com potencial para gerar a reflexividade individual e coletiva necessária para manter o ciclo de inovação trabalhando intensamente. Em última instância, reflete Storper, esse novo modelo socioeconômico envolve a compreensão, a crítica e, principalmente, a construção de novas referências sociossimbólicas que ditarão as direções e ritmos de crescimento do domínio econômico. Para o autor, não se trata apenas de sublinhar o fato de que os mercados econômicos se tornaram os principais árbitros da ação coletiva, mas que os espaços de ação social mais importantes têm sido criados reflexivamente pelas organizações econômicas e pelas tecnologias por elas desenvolvidas (Storper, 1997).

O segundo livro, *A Economia Cultural das Cidades (The Cultural Economy of Cities)*, publicado pelo também geógrafo Allen Scott em 2000, britânico professor da Universidade da Califórnia, figura como uma síntese na qual estão sincronizadas as principais reflexões desenvolvidas por Featherstone, Lury, Lash e Urry, e Storper. Ademais, suas pesquisas e reflexões fazem parte da reorientação epistemológica com forte incidência no âmbito acadêmico estadunidense referida como “virada cultural” (“*turn culture*”). Com ênfase posta nos temas do significado, da identidade, esse giro predica uma atenção maior na teoria social para os tantos planos entretidos nos processos de simbolização e como esses atravessam, constituindo as esferas sociais da existência e, igualmente, os planos macro e microsociológicos (Nash, 2001: 77-92). Nesse sentido, a obra catalisa boa parte da contribuição anglo-saxônica para o campo de pesquisas ocupado da relação entre economia capitalista e cultura.

Scott inicia o livro com a constatação, herdada dos autores citados, de que não somente o universo cultural está se tornando cada vez mais comodificado, como as formas culturais e estéticas têm se tornado o elemento dominante das estratégias de produção econômica. Dessa forma, o autor argumenta que a economia cultural tem se consolidado como uma das mais dinâmicas fronteiras do capitalismo contemporâneo e que, assim sendo, é necessário compreender quais os significados e impactos desse processo (Scott, 2000: 3). Daí então, Scott se propõe a realizar ao longo da obra uma geografia econômica da produção

cultural, analisando como as relações de interdependência entre economia e cultura têm se materializado no mundo contemporâneo, sobretudo na forma de densos aglomerados espaciais que têm se mostrado centrais na vida de muitas cidades: os chamados “clusters criativos”.

Scott, então, observa que o principal desafio da economia cultural é produzir artefatos imbuídos de conteúdo estético-semiótico simultaneamente sujeitos à disciplina do mercado. Por conseguinte, complexos inter e intrafirmas são formados com o objetivo de produzir bens culturais diferenciados, com conteúdo autêntico, pelo menor custo possível. Esses complexos conformam comunidades de interação e acumulação de capital cultural interpessoal, aliadas a infraestruturas institucionais – como escolas e sindicatos – capazes de proteger/manter esse capital, bem como os padrões de criação e produção. A essa combinação histórico-geográfica de elementos, Scott dá o nome de “sistemas regionais de criatividade e inovação”, campos espaciais e temporais de atividade social produtora de criatividade e inovação (Scott, 2000: 36).

Segundo o autor, a triangulação entre economia, cultura e “lugar” se torna imprescindível dentro de um cenário de extrema concorrência e necessidade de diferenciação da produção, de modo que a justa combinação entre transações-interações intensivas, trabalhadores especializados, conhecimento não-codificado localmente compartilhado, elementos culturais-estéticos específicos e imagens de lugar conforma o que Scott chama de “poder monopolístico de lugar”, um recurso de enorme vantagem competitiva por conta de sua unicidade não-reprodutível (Scott, 2000: 10). Desse modo, pouco a pouco, aparecem aglomerados de firmas em locais específicos que se propõem a funcionar como redes de interação-transação com vistas a promover o aprendizado mútuo e a irrupção de sinergias criativas. Em meio a esses aglomerados, logo se instalam infraestruturas institucionais voltadas ao provimento de serviços especializados com foco, sobretudo nos domínios da informação e comunicação. Scott lembra que, no caso das indústrias culturais, esse cenário é ainda reforçado pela centralidade do conhecimento técnico humano e pelas dinâmicas específicas de empregabilidade, além do papel central desempenhado pelas grandes distribuidoras multinacionais, desde o financiamento e produção à própria distribuição para mercados internacionais (Scott, 2000: 33). Todos esses elementos tensamente combinados funcionarão como um “poder monopolístico de lugar”, operando como vantagem de competição econômica dentro de um mercado global cada vez mais instável, ávido por produtos novos, únicos e diferenciados.

Segundo Scott, usualmente, esses aglomerados têm surgido dentro ou nas proximidades de grandes metrópoles, como Nova Iorque, Los Angeles, Londres

ou Paris, que, por seu tamanho, densidade e heterogeneidade, apresentam a capacidade de prover os serviços, as empresas parceiras, os trabalhadores especializados e demais “ingredientes” necessários para a produção cultural e inovação. Outras metrópoles, como Montreal, Barcelona e Rio de Janeiro, também têm procurado aliar *know-how* empreendedor, energia criativa e políticas públicas para aprimorar a economia cultural local e competir com os centros mais tradicionais (Scott, 2000: 209). Para o autor, embora os recursos financeiros e os modelos de negócios ainda sejam fatores limitadores à propagação das economias culturais, o crescimento de novos mercados e nichos específicos de consumidores favorece a formação de múltiplos aglomerados especializados em produtos diferenciados. Além disso, a criação de políticas voltadas para o setor tem se tornado uma importante estratégia de desenvolvimento urbano e transformação social aplicada por inúmeras cidades ao redor do mundo. Assim, reiterando algumas das proposições de Featherstone sobre a complexidade contemporânea, anteriormente apresentadas, Scott conclui sua pesquisa afirmando que, pouco a pouco, assistimos à conformação de um sistema global de produção cultural, ainda que fortemente assimétrico, mas cada vez mais policêntrico e multifacetado (Scott, 2000: 211).

Digressão final

O painel não exaustivo, traçado ao longo deste artigo, abordou um conjunto de textos cujo denominador comum é o reconhecimento da posição estratégica da cultura de consumo na maneira de conceber o estágio mais contemporâneo da dinâmica socioeconômica do capitalismo. Nesse sentido, esse mesmo *corpus* atualizou um leito discursivo cujas regras de reivindicar a problematização e contornar os objetos de conhecimento remetem, em última instância, às hoje clássicas contribuições de Walter Benjamim e à célebre Escola de Frankfurt. Ao mesmo tempo, foi sincrônico a outras referências também ocupadas com as feições tomadas pelo enredo histórico das confluências da simbolização com a comodificação – a exemplo dos respectivos ensaios franceses de Baudrillard e Lipovetsky. A identificação do monitoramento reflexivo pessoal e institucional como um fator distintivo das capacidades de circular e compor os cenários sociais em que a flexibilidade e a intensa mobilidade se impuseram como estruturantes das práticas e modos de produzir e consumir sobressai como recurso diferenciador das análises e interpretações aqui focalizadas.

Do ponto de vista desse último aspecto, arriscamos concluir sobre o quanto a atribuição de relevo empírico e analítico ao tipo de monitoramento

reflexivo indissociável dos insumos informacionais definiu um enquadramento próprio da realidade sócio-histórica relativa às distintas maneiras como um padrão de sensibilidade consumerista contracenou com a propulsão da economia capitalista, a qual já estava organizada na escala global de pulverização dos fatores de produção e distribuição, mas postos em interatividade pelo fremente fluxo informacional cibernético. Tomamos de empréstimo de Michel Foucault (2000) o conceito de “arquivo” (ou *a priori*) discursivo com a finalidade de chamar atenção aos condicionamentos de uma memória discursiva que atuam sobre a dispersão dos enunciados na coexistência com outros acontecimentos afins. O arquivo, portanto, delimita um enunciado na sua duração, estabelecendo regras às escolhas práticas no mesmo momento do que é dito e com quais propriedades. Talvez, à luz do enquadramento observado, possamos especular o quanto ele se constitui em um dos momentos de reequacionamento do arquivo discursivo referente à cognição e à elucidação do problema envolvendo cultura e capitalismo.

Por certo, o “capitalismo de vigilância” e o “capitalismo cultural” ou cognitivo”, para citar apenas duas entre as formulações mais recentes e ainda com forte repercussão nos debates acadêmicos, têm por alvo um patamar de interdependências sociotécnicas não alcançada pelo conjunto de títulos comentado neste texto. Ou seja, a tangibilidade empírica da qual se ocupa em qualificar como objeto de conhecimento não contempla a situação instaurada pela hegemonia das grandes corporações de tecnologia informático-comunicacional no encadeamento funcional em que se fazem recíprocos linguagem digital, bolhas interativas e modos de subjetivação em consonância com protocolos das redes sociais. Não nos parece ser alvo de dúvidas, entretanto, que as condições intelectuais e institucionais de uma ciência social habilitada e sensível a operacionalizar uma analítica deste presente encontre subsídios cruciais no esforço demonstrado neste mesmo *corpus* textual, especialmente no que se adiantou em entender a transformação da competência de simbolizar em parte integrante de uma economia definida pela conversão das flutuações informacionais em matéria-prima estratégica e mercadoria.

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo, Ática, 1987.
- APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas*. Rio de Janeiro, Ed. UFF, 2008.
- BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa, Edições 70, 1979.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo*. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.

- BAUMAN, Zygmunt. *Mal-Estar na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. *Ética pós-moderna*. São Paulo, Paulus, 1997.
- BAUMAN, Zygmunt. *A Liberdade*. Lisboa, Estampa, 1989.
- BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: DOUGLAS, M. e ISHWOOD, B. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2004.
- GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich e LASH, Scott. *Modernização Reflexiva*. São Paulo, Unesp, 1997.
- BELL, Daniel. *O advento das sociedades pós-industriais*. São Paulo, Cultrix, s.d.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre, Zouk, 2011.
- BRAGA, José Carlos S. Financeirização Global. O Padrão Sistêmico de Riqueza do Capitalismo Contemporâneo. In: Maria da Conceição Tavares (org.). *Poder e dinheiro. Uma economia política globalização*. Petrópolis – RJ, Vozes, pp. 195-242.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e terra, 2005.
- CONNOR, Steven. *Teoria e valor cultural*. São Paulo, Loyola, 1994.
- CONNOR, Steven. *Cultura pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo*. São Paulo, Loyola, 1992.
- DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. São Paulo, Boitempo, 2017.
- EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo, Unesp, 2005.
- EAGLETON, Terry. *A ideologia da estética*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993.
- EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992.
- ELIAS, Norbert. *Sobre o Tempo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998.
- FEATHERSTONE, Mike. *O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo, Studio Nobel; SESC, 1997.
- FEATHERSTONE, Mike. A globalização da complexidade. *Rev. Bras. Ci. Soc.* – RBCS. [On-line], n. 32, v. 11, 1996.
- FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo, Studio Nobel, 1995.
- FEATHERSTONE, Mike. Culture production, consumption and the development of the culture sphere. *Third German-American Sociological Theory Group Conference*, Bremen, 1987.
- FEATHERSTONE, Mike. *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2000a.

- GIDDENS, Anthony. A vida numa sociedade pós-tradicional In: GIDDENS, Anthony *et al.* *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo, Unesp, 1997.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 1995.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo, Unesp, 1991.
- HALL, Stuart *et al.* *Modernity: an introduction to modern societies*. Cambridge, Polity Press, 1995.
- HALL, Stuart. Cultural studies and its theoretical legacies. In: MORLEY, David e CHEN, Kuan-Hsing (Orgs.). *Stuart Hall – critical dialogues in cultural studie*. London/New York, Routledge, 1996, pp. 262-275.
- HALL, Stuart. Cultural studies: two paradigms. In: STOREY, John (Org.). *What is cultural studies? A reader*. London, Arnold, 1996a, pp. 31-48.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1992.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo, Cia das Letras, 1996.
- KAPLAN, E. Ann. *Mal-estar no pós-modernismo: teorias, práticas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993.
- LASCH, Scott. A reflexão e seus duplos: estrutura, estética e comunidade. In: GIDDENS, Anthony *et al.* *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo, Unesp, 1997.
- LASH, Scott e URRY, John. *Economies of signs and space*. Londres, SAGE Publications, 1994.
- LASH, Scott e URRY, John. *The end of the organized capitalism*. Cambridge, Polity Press, 1987.
- LAZZARATO, Maurizio. *Signs and machines: capitalism and the production of subjectivity*. Massachusetts, MIT Press, 2014.
- LURY, Celia. *Consumer culture*. New Jersey, Rutgers University Press, 2011.
- MACFARLANE, Alan. *A cultura do capitalismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1987.
- MILLER, Daniel. *Teoria das compras: o que orienta as escolhas dos consumidores*. São Paulo, Nobel, 2002.
- ORTIZ, Renato. *A diversidade dos sotaques*. São Paulo, Brasiliense, 2008.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- SCOTT, Allen. *The cultural economy of cities: essays on the geography of image-producing industries*. Londres, SAGE Publications, 2000.
- STORPER, Michael. *The regional world: territorial development in a global economy*. Nova Iorque, Guilford, 1997.
- TOURAINÉ, Alain. *A sociedade post-industrial*. Lisboa, Moraes, 1970.
- WEBER, Max. Rejeições religiosas do mundo e suas direções. In: GERTH, Hans e MILLS, Charles Wright (Orgs.). *Max Weber, ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade*. São Paulo, Cia Nacional, 1969.

URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo, Sesc – Studio Nobel, 1996 .

URRY, John. *Sociolog y beyond societies*. Londres/Nova York, Routledge, 2000.

URRY, John. *Mobilities*. Cambridge, Polity Press, 2007.

Recebido em: 02/10/2023

Aprovado em: 01/12/2023

Como citar este artigo:

FARIAS, Edson; COUTO, Bruno Gontyjo do. Cultura de consumo e capitalismo: enquadrando uma empiricidade. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 2, maio - agosto. 2023, pp. 445-476.

Artigos





“Colocando a Mooca na moda”: a mídia e a produção de paisagens urbanas de consumo e lazer em antigas áreas industriais de São Paulo¹

Verônica Sales Pereira²

Gabriel dos Ouros³

Resumo: O texto aborda a construção, pela mídia impressa, da paisagem urbana do bairro da Mooca como lugar de consumo e lazer para as classes médias e o papel dos intermediários culturais (jornalistas, fotógrafos, publicitários etc.) nesse processo. Abordamos a constituição das culturas de consumo e lazer pós-modernos, o seu lugar nas culturas urbanas contemporâneas e as relações entre a sociedade e a fotografia na formação de uma cultura visual. Assim, por meio da análise iconográfica e textual, observa-se o protagonismo da mídia na modificação da paisagem do antigo bairro industrial reconfigurado pela verticalização residencial.

Palavras-chave: Mídia; fotografia; paisagem urbana; consumo e lazer; Mooca.

- 1 Este trabalho foi financiado pelos Processos n. 2013/18084-6 e n. 2016/11273-6, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).
- 2 Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design – FAAC. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP – Brasil – versales@uol.com.br – <https://orcid.org/0000-0003-1708-7766>
- 3 Graduado na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP – Brasil – gabriel.ouros@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0002-1016-8240>

“Mooca in fashion”: the media and the production of urban landscapes for consumption and leisure in old industrial areas of São Paulo

Abstract: *We address the construction of the urban landscape of the Mooca district as a place of consumption and leisure for the middle classes by the press, and the role of cultural intermediaries (journalists, photographers, advertisers etc.) in this process. We analyze the constitution of post-modern consumer and leisure cultures, their place in the contemporary urban cultures and the relationship between society and photography in the formation of a visual culture. Thus, we observe the role of the media in transformation of this old industrial district reconfigured by residential verticalization through iconographic analysis.*

Keywords: *Media; photography; urban landscape; consumption and leisure; Mooca.*

“La Mooca está de moda”: los medios y la producción de paisajes urbanos para el consumo y el ocio en antiguas áreas industriales de São Paulo

Resumen: El texto aborda la construcción, por parte de los medios impresos, del paisaje urbano del barrio de Mooca como lugar de consumo y ocio de las clases medias, y el papel de los intermediarios culturales (periodistas, fotógrafos, publicistas). Analizamos la constitución de las culturas posmodernas de consumo y ocio, su lugar en las culturas urbanas contemporáneas y la relación entre sociedad y fotografía en la formación de una cultura visual. Así, a través del análisis iconográfico y textual, se observa el papel de los medios de comunicación en la transformación del antiguo barrio industrial reconfigurado por la verticalización residencial.

Palabras clave: Medios de comunicación; fotografía; paisaje urbano; consumo y ocio; Mooca.

O bairro da Mooca tem a particularidade de ser território original da industrialização, imigração e formação da classe operária de São Paulo do fim do Século XIX até os anos 1990 (Paoli, 1991; Duarte, 2002; Grazia, 2017), bem como pela presença e visão político-ideológicas de sua classe média (Pierucci, 1997; Caldeira, 2000). Localizado entre a periferia da Zona Leste e o centro velho da cidade (Meyer e Grostein, 2010), nas duas primeiras décadas do Século XXI, foi objeto de um intenso e disputado *boom* imobiliário que ocasionou sensíveis transformações arquitetônicas e urbanas em parte dos

remanescentes de indústrias desativadas, levando à destruição e/ou preservação do patrimônio industrial, à implantação de condomínios residenciais fechados (Pereira, 2007; Comarú, 2015) e à expansão de estabelecimentos de serviços, consumo e lazer.

Essas mudanças se ancoram em processos mais amplos. Desde 2003, a ampliação do mercado de trabalho formal e de consumo resultou na expansão das classes médias (Neri, 2007) e na demanda para habitação, lazer e entretenimento. Já o setor habitacional se tornou um dos pilares do crescimento econômico nacional. Na metrópole paulista, há a expansão dos setores de serviços, em especial, nos produtivos e comércio (Marques, 2014); a continuidade da capacidade de comando, sem perder completamente as indústrias (Campolina Diniz e Campolina, 2007 *apud* Marques, 2014); o padrão de segregação residencial centro/periferia permeado por uma maior heterogeneidade social de ambos, sem diminuir suas exclusões; e um crescimento populacional heterogêneo (com perdas; taxas reduzidas e altas) das áreas centrais (Marques, 2014). A implantação do Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo, em 2002, e sua versão regional, em 2004, destravam os limites construtivos, impulsionando a verticalização de áreas centrais, entre as quais está a Mooca.

No bairro, os efeitos dessa conjuntura repercutiram já em 2004 em dois eventos-chave, tanto pela sua magnitude quanto pelo inédito e massivo plano de publicidade e marketing (Pereira, 2007): no consumo, a reutilização do Cotonifício Crespi como hipermercado; e, no lazer-moradia, a construção de um condomínio-clubes residencial fechado, na área de um galpão das Indústrias Matarazzo. O bairro saiu da 29^o posição no ano anterior para o 4^o lugar em lançamentos residenciais, o maior crescimento relativo na cidade (Pereira)⁴. Em apenas três anos depois, uma enquete da grande imprensa com moradores elegia a Mooca como o “melhor bairro da cidade”, sendo ainda considerada “estratégica” para o poder público, urbanistas e empresários, por se situar no chamado centro expandido, lugar onde a cidade deveria se renovar⁵ numa nova

4 Entre 1990 e 2010, houve no distrito da Mooca um aumento de 133% unidades habitacionais. Mais de 70% foi destinado a extratos de renda média e média alta. Já em alguns setores, como o Alto da Mooca, destinou-se para renda alta. Esse crescimento revela o maior número de lançamentos no centro da cidade (Reina e Comarú, 2015).

5 É por isso que se insere numa série de propostas de Operações Urbanas renovadas e rebatizadas, como Operações Urbanas Consorciadas Diagonal Sul (2002), Mooca-Vila Carioca (2002), Bairros do Tamanduateí (2015), além das revisões dos Planos Diretores e dos Planos de Bairros.

paisagem urbana “pós-industrial” (Sassen, 1993)⁶. Se, no final do Século XX, lamentava-se o caráter elitista da preservação do patrimônio histórico na cidade, em que os bairros operários estariam “esquecidos” (Schwarztzman, 1999), na década seguinte, a reutilização dos espaços industriais para habitação, consumo, lazer e serviços (Pereira, 2007) geraria intensas disputas entre esses atores, os mediadores culturais e as classes e grupos sociais na sua reconfiguração urbana.

Neste artigo, abordaremos o modo de construção da paisagem urbana pela mídia impressa por meio da recriação das imagens do bairro como lugar de consumo e lazer para as classes médias, e o papel dos intermediários culturais (jornalistas, fotógrafos, publicitários, proprietários etc.) nesse processo, tornando-os protagonistas, ao lado do mercado imobiliário, na sua estetização, e indicando mudanças nesses espaços e nas formas de consumo e lazer, voltado para as classes médias e média alta. Desenvolveremos na primeira seção a constituição das culturas de consumo e lazer pós-modernos ou hipermodernos; na segunda, as culturas urbanas das cidades contemporâneas; na terceira, as relações entre a sociedade e a fotografia na formação de uma cultura visual; e, por fim, o modo de reconstrução desses espaços, como eles são selecionados, descritos e representados pela mídia, mediante análise iconográfica e textual das reportagens e publicidade da grande imprensa escrita. A metodologia é calcada na reconstrução e análise fotográfica num diálogo entre as sociologias da fotografia e uma leitura barthesiana do signo fotográfico. O levantamento envolve os jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo – seus guias e cadernos de cultura e lazer – e a revista *Vejinha*, abrangendo um período relativo à aprovação do plano Diretor de São Paulo e início do *boom* imobiliário no bairro, em 2004, até a constituição/rebatismo de áreas revitalizadas com uma imagem “pós-moderna”, em 2017.

II – As culturas de consumo e lazer pós-modernos e hipermodernos

A cultura do lazer e consumo “pós-modernos” é objeto de uma indústria, ou melhor, de um complexo não só de objetos, mas de serviços (Featherstone, 1995; Taschner, 2000) – da publicidade, do marketing, da indústria cultural e, após a II Guerra Mundial, da mercantilização do lazer – que, desde o último

6 Definida pela relação entre esvaziamento populacional e abandono de edificações fabris em áreas com boa infraestrutura e contíguas ao centro antigo; crescimento do setor terciário em detrimento do setor industrial; reocupação dessas áreas pelas classes médias e a expulsão dos grupos de baixa renda, com a demanda por novos estilos de vida, de habitação, consumo, lazer e patrimonialização do legado histórico industrial. Essa descrição, no entanto, não coincide de forma imediata com os desdobramentos no contexto analisado.

quartel do Século XX, com a ascensão do capitalismo tardio flexível, global e informacional, assume certas especificidades: há uma dimensão do consumo no lazer e vice-versa, não sendo ambos mera derivação da esfera da produção e da oposição ao trabalho (Featherstone, 1995; Taschner, 2000). Em diálogo com tradição sociológica, Featherstone (1995) aborda os vínculos entre consumo e lazer numa cultura pós-moderna, para além do pessimismo frankfurtiano e de um certo populismo “pós-moderno”⁷, perspectiva que orienta nossa discussão.

Para T. Adorno e M. Horkheimer, a produção e o consumo são constituídos pelo valor de troca da mercadoria e a racionalidade instrumental; e a ampliação do capital, ao demandar a formação de novos mercados e públicos consumidores, depende da mídia e da publicidade, por meio da alienação e manipulação ideológica (Adorno, 2020). Há um esvaziamento do caráter qualitativo da alta cultura e das tradições culturais, ambas homogeneizadas; ademais, o caráter de mercadoria dos bens culturais implica que o valor de uso é *substituído* pelo valor de troca, o qual assume a função de um valor de uso e “se fantasia como objeto de prazer”, ou de “satisfação substitutiva” [*Ersatzbefriedigung*] (Adorno, 2020: 68). Ou seja, esse valor de uso secundário suprime a memória do valor de uso original dos bens, tornando a mercadoria livre para adquirir uma variedade de associações e ilusões culturais (Featherstone, 1995), exploradas pela publicidade em “imagens do romance, exotismo, desejo, beleza, realização, comunalidade, progresso científico e a vida boa dos bens de consumo mundanos, tais como sabões, máquinas de lavar, automóveis” etc... (Featherstone, 1995: 33).

Para J. Baudrillard, a lógica social do consumo na sociedade capitalista “não é a da apropriação individual do *valor de uso* dos bens e dos serviços (...) também não é a lógica da satisfação, mas a lógica da produção e da manipulação dos significantes sociais” (Baudrillard, 1995: 59). Como “mercadoria-símbolo”, os objetos se tornam autônomos “em relação à uma função ou necessidade *definida*”, pois “correspondem a outra coisa quer ela seja a lógica social [da distinção] quer a lógica do desejo, às quais servem de campo móvel e inconsciente de significação” (Baudrillard, 1995: 77). Assim, a autonomização dos objetos quanto ao seu significantes os torna disponíveis para uma miríade de relações

7 Frente à discussão do termo na tradição filosófica (J. F. Lyotard; J. Habermas), sociológica (A. Giddens; D. Harvey; F. Jameson) e nas artes, definimos aqui seu uso nos termos de Featherstone (1995), para pensar a cultura e a pós-modernidade: atentar à centralidade da cultura; numa totalidade inacabada que não supõe uma ruptura com o moderno; nem sua mera subsunção ao estágio atual do capitalismo; concebendo-a em termos de mudanças nos modos de produção, consumo, circulação de bens simbólicos vinculadas às mudanças nas relações de poder e nas interdependências entre grupos e frações de classe; nas transformações das suas práticas e experiências cotidianas, sob novos regimes de significação e formas de orientação e identidade.

associativas, por meio da manipulação da mídia e da publicidade (Featherstone, 1995). Nessa cultura de imagens, do signo e da simulação, a distinção entre imagem e realidade se fragiliza, levando à perda de um significado estável e à estetização da realidade.

No entanto, P. Bourdieu atenta para as lógicas de consumo ou os modos socialmente estruturados de uso dos bens de consumo para demarcar relações sociais. O caráter simbólico da mercadoria se faz presente no *design* e no imaginário dos processos de produção e marketing, mas também no seu uso e negociação das associações simbólicas para criar vínculos e diferenciar estilos de vida, status e prestígio social de grupos e classe sociais (Bourdieu, 2007:65; Bourdieu *apud* Featherstone, 1995). Bourdieu ressalta o papel dos intermediários culturais (2007: 338-339), profissionais que atuam nas atividades de apresentação e representação, como publicitários, especialistas de moda e decoração, na produção e circulação cultural, como animadores, na mídia, entre outros, e que realizam a mediação entre os produtores e consumidores dos bens culturais no mercado de bens simbólicos. Sua origem nas frações de classe média vê suas funções ampliadas com a expansão de uma economia de serviços.

Uma terceira vertente articula a noção de consumo aos sonhos, imagens e prazeres emocionais e estéticos, mas os redefine por sua historicidade. Para R. Willians (*apud* Featherstone, 1995), os sentidos do consumo não só se modificam na sociedade capitalista, mas também mantêm significados das culturas populares pré-industriais, como o excesso, o desperdício e a desordem, com a liminaridade do carnavalesco (Bakhtin, 1999), bem como os prazeres e desejos alternativos. Featherstone (1995) sublinha as presenças dessas dimensões na cultura de consumo contemporânea: (i) nas imagens da mídia, *design*, publicidade, cinema; (ii) em certos locais de consumo, como resorts, estádios esportivos, parques temáticos, lojas de departamentos, shopping centers; e (iii) nos grandes espetáculos produzidos pelo Estado e empresas privadas para o grande público.

Lipovetsky e Serroy (2015) vão mais além ao afirmar que estaríamos no capitalismo artista, ou criativo transestético, ou hipermoderno, em que há uma estetização estrutural, sistêmica, generalizada da economia – das esferas de produção, distribuição e consumo – e da vida cotidiana. A criação de valor de uso e de troca se realiza por meio do valor estético e experiencial. Em especial, desde os anos 1990, intensifica-se uma hibridização, que mistura de “maneira inédita estética e indústria, arte e marketing, magia e negócio, design e cool, arte e moda, arte pura e divertimento” (Lipovetsky e Serroy, 2015: 48). Da perspectiva do consumo, há uma generalização do design e dos estilos nas indústrias de consumo, uma multiplicação, heterogeneidade e efemeridade dos

estilos, uma explosão dos espaços de arte, entre outros. Esse hiperconsumo estetizado se fundamenta em um hiperindividualismo consumista experiencial, hedonista, sensível e emocional, calcado nos “mercados da sensibilidade e do *“design processo”*, pelo trabalho sistemático de estilização dos bens e dos lugares mercantis, de integração generalizada da arte, do “look” e do afeto no universo consumista” (Lipovetsky e Serroy, 2015: 4).

III— As cidades contemporâneas e as culturas urbanas

A cultura no universo urbano se define não só como modo de vida, mas também como lugar de produção de experiências artísticas (Featherstone, 1995). As cidades contemporâneas são locais de consumo e também de mercadorias, experiências simbólicas produzidas pelas indústrias culturais, ligadas às artes, entretenimento, turismo, patrimônios históricos, entre outros (Featherstone, 1995). A industrialização, ao fragilizar os limites entre a vida cotidiana e a arte, e implicar na mercadorização da arte, levou à estetização da vida cotidiana e da cidade. Na clássica descrição de Paris do Século XIX, feita por W. Benjamin, as lojas de departamentos e seus precursores, os *magasins de nouveautés*, as passagens e as galerias, as exposições universais, são mundos de sonho da cultura de consumo, materializações da fantasmagoria, templos de culto ao fetiche das mercadorias (Benjamin, 2007). Essa estetização da cidade corresponde, para os seus habitantes, à diferenciação dos públicos expressa nos estilos de vida e moda (Simmel, 1973: 22). São os profissionais – os decoradores de vitrines, os designers etc. – que modelam essa paisagem de sonhos (Featherstone, 1995).

Embora a noção de cultura urbana contemporânea se radique na Paris do Século XIX, ela não rompe, segundo Featherstone (1995), com as noções pré-modernas, baseadas na tradição, na história, na arte e na identidade local e coletiva, nem modernistas, da cidade econômica, funcional e “desculturada”, calcada no desenho em grade e na arquitetura dos arranha-céus. A cidade pós-moderna é, assim, (re)constituída pelo retorno à cultura, aos estilos e à decoração, nas bordas dos não-lugares (Augé, 1994), onde as noções tradicionais de cultura passam por uma descontextualização, simulação, reduplicação, revisão e reestilização (Featherstone, 1995:140). Essas premissas estão no bojo dos processos de “revitalização” (Simões, 1994) dos centros antigos e áreas desindustrializadas das cidades contemporâneas do capitalismo flexível (Harvey, 2000) ou tardio (Jameson, 2002). Dentre essas transformações, a gentrificação foi o objeto de S. Zukin (2000a; 2000b), que constrói dois arquétipos de paisagem urbana “pós-moderna”, produzida por relações assimétricas entre cultura e

poder político e econômico: para as metrópoles modernas mais antigas, a história está literal e visualmente nas ruas; já nas mais novas, há uma carência de monumentos históricos. Segundo Zukin (2000a: 89):

Se “a Itália era o museu didático do passado” para os turistas do século XIX (Novak, 1980), o valor cultural das cidades modernas precisa ser explorado, explicado e afirmado por artistas e intelectuais contemporâneos. Esse grupo estabelece a perspectiva adequada para ver a paisagem histórica urbana.

A paisagem urbana pós-moderna se configura numa paisagem disneyficada, ao combinar a estetização da arquitetura vernacular – num cenário abstraído da sua história – e produção de locais públicos de consumo e lazer projetados para o controle social e o uso de segurança privada (Zukin, 2000b: 111). A paisagem é apropriada culturalmente por esses intermediários culturais ou “infraestruturas críticas” – não vinculadas de maneira nativa à paisagem ou ao vernacular, mas que assumem uma perspectiva de ambos – e pela imposição de sua interpretação de uma narrativa histórica, que converte o vernacular em paisagem, levando a um processo de apropriação espacial, recriando um cenário ou um espaço liminar entre o mercado e o sentido de lugar (Zukin, 2000a: 89; 2000b:110). Essas paisagens oscilam entre “um panorama onírico e um controle social dos sonhos” e do conhecimento (Zukin, 2000a: 95). São às suas características – ou à tentativa parcial de sua composição – que iremos nos referir neste artigo.

IV – A produção das imagens: a fotografia

Numa sociedade que se tornou visual antes de tudo (Martins, 2011), a imagem fotográfica é objeto de reflexão de várias tradições heterogêneas e entrecruzadas de pensamento. A dimensão da construção consciente e visível da prática fotográfica é ressaltada por Benjamin (1985) na reprodutibilidade técnica e por Barthes (1984), que a define na interação entre o *Operator* (o fotógrafo), o olhar do *Spectator* (o público que lê a fotografia), cuja leitura é mediada pelo “afeto médio”, o *studium* e pelo suportar do *Spectrum* (aquele que é fotografado). Como “*art moyen*” (Bourdieu *apud* Gervais e Morel, 2008: 210), a fotografia é constituída por regras e convenções sociais implícitas que ordenam os eventos, os objetos, os lugares e as pessoas fotografadas, bem como a composição das imagens. Assim, é expressão de grupos e classe sociais, que se diferenciam no modo de fotografar – o que revela distintas concepções de imagem e é, ao

mesmo tempo, instrumento de afirmação e veículo de normas, instituições e valores e status (Bourdieu, 1965 *apud* Martins, 2011: 17).

Mas os aspectos inconscientes e invisíveis a constituem por meio da ideia de “inconsciente óptico” (Benjamin, 1985), na captação pela câmera de aspectos ocultos e efêmeros do real (do objeto fotografado) que escapam ao olho humano. Barthes (1984) também define o noema (“isso foi”) como o intangível do momento captado, pois é passado, “morto”, e, portanto, irrepetível; já o *punctum* se dá quando a imagem fere, atinge, ao acaso, e, portanto, de forma singular, a subjetividade do indivíduo (Barthes, 1984), mas também pelo enquadramento, que expressa uma ausência daquilo que o fotógrafo rejeitou, ou por um vestígio deixado por alguém (Berger, 2017), e que evoca um mundo social para além das suas bordas (Becker, 1974).

H. Becker (1974) atenta para os contextos institucionais que medeiam o olhar do fotógrafo; no contexto do fotojornalismo e da publicidade, Barthes (1990) aborda a fotografia de imprensa e a redefine como uma mensagem constituída por uma fonte emissora (o processo de divisão do trabalho dos profissionais na produção da foto), um canal de transmissão (a organização do lugar da foto no texto) e um meio receptor (público leitor). Como objeto conotado, ele destaca, pelo lado da fonte, a mediação das normas profissionais, estéticas e ideológicas dos profissionais⁸ na construção da imagem (Barthes, 1990: 2). Inúmeras questões se impõem, desde a subsunção da criatividade ao valor de troca, levando ao descolamento entre a realidade e a sua reprodução pela fotografia (Benjamin, 1985: 106) e à sua banalização, associada à desrealização do mundo humano dos conflitos e desejos a pretexto de ilustrá-los (Barthes, 1984: 173), até a sua transformação em “objeto morto, que se presta a uso arbitrário” (Berger, 2017: 82). Para J. S. Martins (2011), a fotografia,

é constitutiva da realidade contemporânea, e, nesse sentido, é, de certo modo, objeto e também *sujeito*. [As imagens] antecipam ou mesmo substituem a própria pessoa na reprodução das relações sociais e até na inovação imaginária” (Martins, 2011: 23 – grifos nossos).

Como construção imaginária, a imagem fotográfica é filtrada não apenas pela visão social e historicamente situada de quem fotografa, de quem é fotografado e de quem vê a fotografia, mas também por remeter à invisibilidade das

8 Os processos de conotação envolvem dois procedimentos: (i) a trucagem, a pose do sujeito e dos objetos, por um lado, e a fotogenia, o estetismo e a sintaxe, por outro; (ii) ligado às relações entre a imagem e o texto, sendo que a primeira, numa subversão histórica, deixa de ilustrar o texto (Barthes, 1990: 3-6).

dimensões do real, na sua relação com o visível do cotidiano (Martins, 2011). Ela é assim polissêmica, pois sua interpretação é alimentada por uma contínua referência ao real, que não deixa se fixar. Nesse sentido, ela é constantemente ressignificada, mas também porque as imagens produzidas remetem à teatralidade do movimento de apresentação e representação da vida social (Martins, 2011).

Entre o SoHo e o sonho: os pioneiros do mercado de lazer e consumo e a mídia

No final de 1995, a inauguração da casa noturna Moinho Santo Antônio no bairro da Mooca é destaque na Revista da Folha. Até então, praticamente o único evento de lazer que inseria o bairro no circuito da mídia (com patrocínio da TV Globo) e da cidade se restringia à festa de San Gennaro e a seu time da segunda divisão do futebol, o C.A. Juventus. Na capa⁹, a imagem destaca os rostos dos empresários da noite mais famosos do eixo Rio-São Paulo segurando a foto do edifício industrial, o antigo moinho Minetti-Gamba, reutilizado para dar lugar ao “maior complexo de lazer adulto de São Paulo”.

Figura 1 – O Moinho Santo Antônio e os pioneiros do novo “SoHo”



Fonte: D’AVILA, Sérgio e Mujica (fotos). Toca pra Mooca. *Revista da Folha*. São Paulo. 22.out, 1995.

9 As páginas dos jornais serão identificadas entre parênteses.

Na segunda página, o grafismo remete ao design construtivista russo com uma colagem da foto do edifício principal com slogan, identificando-o num mapa antigo e vermelho da região. Na legenda, metonímica, o todo (Nova Iorque) é substituído pela parte, o edifício. O texto confere ao Moinho (não ao bairro) o caráter cosmopolita e badalado do bairro do SoHo, área industrial nova-iorquina gentrificada, mas com uma diferença: a “segurança”. O preenchimento das páginas 3 e 4 com a imagem dos galpões restaurados, o enquadramento de baixo para cima (*contra-plongée*) e a iluminação noturna conferem-lhes um sentido de monumentalidade. O texto atribui à iniciativa empresarial qualidades de personagem literária: “visionários, riscos e um moinho”, “aventura quixotesca”. Mais adiante (p. 5), a “descoberta” do edifício é creditada à pesquisa do arquiteto e decorador de casas noturnas, cuja associação aos empresários demanda o prestígio de “um rei da noite”. É o seu capital social, sua consagração no mercado do lazer noturno (o que explica sua posição na foto da capa), que vai cancelar o investimento financeiro. Esses empresários culturais externos ao bairro se posicionam como “pioneiros” (Zukin, 2000a) de um empreendimento de grande envergadura, num bairro sem tradição de boates e clubes noturnos sofisticados, ou numa localização de “risco”, como enfatiza a matéria. A reprodução de experiências internacionais aparece na fala de um deles: “Vamos fazer disso aqui o Soho, o TriBeCa paulistano”. Para o investimento, realizou-se uma pesquisa com o público costumaz da noite, ávido por opções fora do eixo tradicional nos bairros da zona Sul e Oeste - Itaim, Pinheiros, Jardins.

Com a legenda “As atrações da Disney da noite”, as páginas (5 e 6) ilustram uma planta com fotos das atrações, ressaltando a arquitetura restaurada dos edifícios. Ao lado, há um box com a sua história; no outro, um mapa detalha o trajeto ao Moinho, no sentido centro-leste, cuja didática reforça o senso de uma área a ser explorada pelo público externo ao bairro. O texto relata a diversidade de atrações: bares, pizzaria, lojas, uma capela, picadeiro, deck para desfiles, pista de dança. Nas páginas seguintes (7 e 8), as imagens do palco e da bilheteria combinam a tecnologia e arquitetura industrial. Abaixo, há a foto dos outros sócios, numa posição descontraída, variando entre roupas formais e informais. Ao lado, num box sobre o investimento, destacam-se “riscos”: a localização (“bairro sem tradição na noite”); e “vantagens”: “uma danceteria numa ex-fábrica é novidade em São Paulo”. A preservação e restauração da arquitetura é um valor ressaltado pelo arquiteto, que investiu “um dinheirão para deixar com aparência de velho”, reiterando a conversão da arquitetura vernacular em paisagem (Zukin, 2000a; 2000b). À essa estetização despojada, há uma espetacularização, com a iluminação da fachada com lâmpadas de vapor de sódio de

cor âmbar, conferindo-lhe uma “Cara de Arco do Triunfo, parece que o prédio flutua, não?”, diz o arquiteto. O bairro é abstraído em exíguas referências: à “pizza”; ao nome do estabelecimento, rebatizado em homenagem a um santo de devoção dos imigrantes italianos; e a um “convite simbólico”: a doceria DiCunto. O repórter conclui: “se tudo der realmente certo, a Mooca e a moda serão mais que duas palavras começadas pela mesma letra”.

O Moinho, aberto em 1995, teve seu exemplo seguido pelo Fabbrica 5, inaugurado em 2000 por um apresentador de TV e um ator. Ambos fecharam. O primeiro deu lugar, em 2001, ao Moinho Eventos, que manteve o espaço destinado a convenções, exposições, bailes de formatura etc.; após inúmeras disputas, abriga hoje uma universidade. O segundo, fechado em 2005, abriga uma ocupação por sem-tetos. O pioneirismo do Moinho apontou uma mudança nas tendências no lazer e consumo nessas áreas industriais, mas foi insuficiente para transformar o bairro num “SoHo”. Faltariam as condições que apenas uma década depois se colocariam, incluindo o crescimento econômico do país e as mudanças provenientes do Plano Diretor. Mas elas vão demandar um intenso trabalho de reconstrução no imaginário do público consumidor para transformar o bairro numa paisagem de “SonHo”.

“Sem perder o *glamour* do passado”: a publicidade do mercado imobiliário

Ao longo dos meses de outubro e dezembro de 2004, quando se inicia o *boom* imobiliário no bairro, uma série de anúncios lançam um condomínio clube, cujo nome referencia o passado, à italianidade e sua cultura cinematográfica – o filme *La Dolce Vita* (1960), de Federico Fellini – e ao presente – a “nova Mooca”.

Figura 2 – A campanha publicitária da incorporadora

The figure displays four newspaper advertisements for a real estate project in Mooca, São Paulo. The ads are arranged in a grid and feature various headlines and images. The top-left ad is titled "Bairro vai receber megaempreendimento" and includes a sub-headline "Terreno com 31.638 m² vai abrigar apenas 6 torres." The top-middle ad is titled "A modernização da região faz surgir uma nova Mooca." and includes a sub-headline "Moradores são referência da história". The top-right ad is titled "Mooca vai receber megaempreendimento." and includes a sub-headline "A modernização da região faz surgir uma nova Mooca." The bottom-right ad is a large advertisement for a condominium club, titled "A AMPLITUDE SE TRANZOU EM ACURCIGUELE E PRATICIDADE NO DIA-A-DIA" and includes a sub-headline "CONDOMÍNIO DE EMPÉRIO". The ads feature various images of buildings, swimming pools, and text describing the project's features and location. Logos for AGRA, Setin, and ABYARA are visible at the bottom of the ads.

Fonte: Agra, Falz, Setin, Abyara. Informe Publicitário. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 2 e 16 out.; 6 nov. de 2004, Caderno Mundo, p. A8/A9; A6; A10.

Os títulos salientam o tamanho do “megaempreendimento”. Nas fotos (p. 1), o bairro é retratado pela sua arquitetura vernacular da residência térrea, com a calçada e uma árvore à frente. Em contraponto à escala humana e ao bucolismo, está a imagem da torre, de estilo arquitetônico “contemporâneo” e “neo-clássico”. Ao longo das páginas, as imagens retratam as áreas de lazer privadas: praças internas arborizadas e piscinas. Na parte central (p. 2), há a imagem do terreno vazio onde será instalado o condomínio: os efeitos digitais abstraem a demolição do antigo galpão e o quantificam. Em contraste, imagens do bairro são retratadas: a arquitetura industrial; o estilo clássico de um edifício público histórico e seu acervo; e um bonde. Abaixo, sob o título “Moradores são referência da história”, uma imagem da proprietária de antiga confeitaria – a mesma do Moinho – ressalta o papel da associação de bairro na sua revitalização, um box com a história da confeitaria, duas imagens de seus produtos e a silhueta desfocada ao fundo de uma funcionária com bandeja na mão. A arquitetura industrial reaparece, mas com as cores bem editadas (p. 3): o teto com janelas, chaminé e tijolos aparentes e abertura para um céu alaranjado com pôr do sol ao fundo, numa associação, abaixo, com a culinária: a imagem de uma pizza na boca do forno. Sob o título “A Mooca é sabor e puro estado de espírito” (p. 4), há senhores de boina numa posição descontraída, uma taça e garrafa de vinho com pão italiano e macarrão sobre a mesa, elementos que evocam a culinária e a comensalidade. Nas imagens, não aparecem transeuntes, mas uma arquitetura, uma história, uma gastronomia e um estilo de vida que preenche um “futuro” do condomínio: um perfil de italianidade calcado na cultura popular, lúdica, localista, laboriosa, religiosa, culinária (Borges Pereira, 2003 *apud* Pereira, 2017).

Os textos valorizam a integração do empreendimento ao “bairro tradicional (p. 1): contato com a natureza e ar livre, mas integração ao meio urbano; sociabilidade centrada na família e vizinhos; caráter “pacato” de “cidade de interior”, mas com infraestrutura de lazer e serviços da metrópole. Já a história (p. 2) destaca a toponímia indígena, o binômio paisagem industrial-imigração estrangeira e, em especial, a italianidade em seu perfil popular, além dos patrimônios históricos. Enfim, identificam-se a concentração de infra-estrutura de comércio, lazer e serviços (a Avenida Paes de Barros), os estabelecimentos de culinária (um restaurante, uma pizzeria e a confeitaria) e a festa de San Gennaro. Essa estratégia de marketing configura um modelo a ser reproduzido, com mínimas variações, pelas incorporadoras concorrentes e na imprensa na década seguinte. Várias dimensões do lazer e da cultura de consumo passam por um processo de identificação, seleção, descrição e valorização de espaços, atores e práticas, apontando mudanças nos gostos e estilos de vida do público alvo: a classe média.

Após três meses, essa seção dedica uma página (p. 2) aos “Aromas da Mooca”, sobre os 70 anos da mesma confeitaria do anúncio da incorporadora. A confeitaria interliga o setor imobiliário e o alimentício no bairro, pois a matéria o mapeará iniciando a construção de uma “tradição” gastronômica – da qual o recente restaurante anterior era considerado desprovido. Destacam-se imagens dos doces da confeitaria e da massa de um restaurante italiano (também citado pela incorporadora) – e um mapa que indica: duas pizzarias; a confeitaria; um restaurante argentino, um italiano e uma cantina. Só o restaurante italiano e a cantina se localizam na “Baixa Mooca” – área mais pobre entre a ferrovia e o centro.

Embaixo, há imagens de quatro moradores, brancos, de profissões de classe média. O texto abre explorando os sentidos dos leitores com uma romantização dos aromas do bairro:

Mooca, anos 30. Chaminés das fábricas emanam uma fumaça constante. Mooca, 2005. O aroma das cantinas, pizzarias e docerias está no ar. O tradicional bairro, um dos símbolos da industrialização de São Paulo, hoje se firma no ramo de serviços e tem na gastronomia um de seus destaques.

A história dos estabelecimentos é descrita, destacando a antiguidade (eles foram fundados nos anos 30, 40, 60 e 80 do Século XX), “tradição” e origens imigrantes dos proprietários (italiana e espanhola). A exceção é a pizzaria e o restaurante argentino, inaugurados em 2005, com aparências de “restaurante descolado da Vila Madalena” e “bistrô”.

Em 2006, no aniversário do bairro, na capa do Guia da Folha intitulada “Nos trilhos da Mooca”, seu subtítulo afirma que ela “não parou no tempo”. A capa mostra a visão de dentro do bonde do Museu da Imigração. Seu interior de madeira está vazio, mas as janelas deixam entrever a iluminação solar, a rua, as casas e as árvores – sem transeuntes. A imagem remete ao passado, nostálgico e bucólico, mas também ao futuro, ao sugerir a chegada de novos passageiros, ou o consumidor que irá “viajar” pelos locais selecionados pelo guia.

Figura 4 – Guia de lazer e consumo: buscando a variedade



Fonte: KÜCHLER, A; PAREJA, L. DUBRA, P. I. Nos trilhos da Mooca. *Folha de S. Paulo*. São Paulo. 11 Ago. 2006, Guia da Folha. p. 1 e p. 6-11.

O texto seleciona locais para atrair um público de fora do bairro e busca fugir de “estereótipos” do lazer popular de que “só há velhinhos jogando bocha”, aconselhando o leitor: “O ideal é flunar (...) pelo pedaço e garimpar os próprios eleitos”. As fotos destacam as personalidades nativas e ex-moradoras do bairro, reconhecidas nacionalmente em seus campos de atuação e pela mídia, na literatura, gastronomia, música e docência. Um box abaixo exhibe suas histórias e indicações de lazer e consumo. Os capitais cultural e social dessas “celebridades” conferem prestígio ao bairro. A imagem (p. 5) de um confeitiro de churros reforça o ar informal e a tradição imigrante europeia, ao lado de inovações: a imagem (p. 6) de garotos fazendo *parkour* num parque e o anúncio de ciclismo noturno revelam a presença de esportes e estilo *hype*; há ainda o salão de uma pizzaria (p. 7), com design “estilo retrô”.

A arquitetura

No ano seguinte, a Folha lançou a Revista Morar n. 2, com aporte publicitário do mercado imobiliário, abordando uma enquete do Datafolha com “classes A, B e C”. A capa traz a vista aérea da metrópole, exibindo o topo dos prédios e um amplo céu azul acima, com nuvens dispersas. Há o seguinte título: “Qual é o melhor bairro para viver em São Paulo?”.

Figura 5 – A eleição do melhor bairro da cidade



Fonte: PINHO, F. G. Morar, n. 2. *Folha de S. Paulo*. São Paulo. 30 Mar. 2007. pp.1-116

A uniformidade e a abstração da massa arquitetônica da capa se contrapõem à foto que preenche a página seguinte com a fachada de uma casa, da calçada, num plano fechado e em *contra-plongée*, uma árvore, uma varanda com uma porta aberta, de frente para a rua, e uma janela embaixo com grade de ferro estilo arabesco. Em cores azul claro e branco, elas se associam ao céu e às nuvens da capa. A resposta à questão intitula a matéria (p. 3): a Mooca, a eleita, “O mais bairrista dos bairros”. Há outra pergunta: “Qual é o bairro dos seus sonhos?”.

Nas páginas seguintes, as fotos enfatizam a heterogeneidade da arquitetura, intercalada. Os enquadramentos salientam a escala humana, a perspectiva da rua, mas também a monumentalidade. A arquitetura vernacular da moradia (p. 4) se dá pelas fachadas de casas geminadas, coloridas, sem garagem e grades, com portas para a rua, com árvores e carros estacionados. Em outra foto (p. 6), um morador e seu cachorro estão em frente a uma casa com porta na rua.

Vestido informalmente, ele apara a planta da casa, o que remete a um hobby, ao cultivo da natureza, à domesticidade e ao pitoresco. Abaixo, há a entrada de uma vila residencial, com o nome em italiano (“Villa da Mooca”) inscrito no pórtico de cor dourada e de portão fechado. Também a arquitetura industrial é retratada pela fachada (p. 4), pela chaminé (p. 5) e por suas estruturas conservadas (p. 6). O terceiro tipo retratado é da arquitetura art-decô religiosa, em ângulo *contra-plongée*, que valoriza a altura da construção e a fachada (p. 4). Por fim, está a arquitetura moderna de um equipamento cultural (teatro), do seu interior, realçando o hall de entrada (p. 5) e marquise (p. 6). Destacam-se as fotos das personagens do bairro: o coordenador de arte do teatro; e o proprietário de um antigo bar, (p. 5) cuja composição da foto confere um ar amistoso, espontâneo, popular, mas também sóbrio e contido, imagem que se associará depois aos donos dos novos restaurantes mais sofisticados.

O texto apresenta dados da pesquisa, um mapa de sua localização central, entrevistas com a classe média do bairro, incluindo seus representantes nos estabelecimentos e instituições de cultura e lazer, e também de fora, ligados à universidade. Para o autor, sua “peculiaridade” seria o “bairrismo”; suas características incluem: “os aromas de alho frito no azeite ou de molho de tomate se misturando ao café”; o enraizamento; o tripé (ferrovia, indústria, imigração europeia); as relações afetivas, cujo centro é a família e a vizinhança; o “gentílico”; o sotaque; e a festividade. “Com alma e dialeto”, o depoimento de uma página de um jornalista e ex-morador, relembra seus vínculos com o bairro, ilustrado com fotos de objetos afetivos do bar retratado (estilingue, camisa do clube local, foto do time e bandeira do bairro).

Re(ordinando) lugar (es) de consumo e lazer

Após um mês, a seção Comida do jornal cita a “eleição” do bairro e dedica uma página à matéria “Orgulho da Mooca”, com o subtítulo “Bairro paulista no reúne alguns dos mais tradicionais bares e restaurantes da cidade; para os donos, o segredo é a informalidade”. Os locais citados na matéria “Aromas da Mooca” são selecionados. Mas o destaque aqui é a figura humana: a imagem descontraída de seus proprietários ao exibir suas especialidades.

A história: a herança industrial da perspectiva da classe média

Em junho de 2011, o especial “Bairro a Bairro”, da revista *Veja São Paulo*, retrata a Mooca: a história, o mercado imobiliário, o futebol, o comportamento, o urbanismo e um roteiro de consumo e lazer. Na capa ilustrada, um mapa recorta os seus limites, cujo centro é a avenida Paes de Barros – sua área “nobre” – e são retratados: a ferrovia; a gastronomia (italiana); e o futebol (o time local). “Por que o bairro é o novo queridinho das construtoras?” é uma das chamadas da edição, financiada pela publicidade de construtoras e de estabelecimentos comerciais e de serviços do bairro.

Seu índice (p. 2) estampa uma foto em preto e branco da fachada em estilo eclético do hipódromo, fundado em 1875, que “movimentou o bairro antes da chegada das fábricas”, e outra colorida, atual de uma praça arborizada. Ocupando metade das páginas iniciais (p. 3-4), com o título “Herança Industrial”, duas fotos do Cotonifício Crespi, uma em preto e branco, do início do Século XX, e outra colorida atual, são posicionadas lado a lado. Abaixo do texto sobre a história do bairro e das imagens do brasão e do hino, há uma linha do tempo com pequenas fotos sobre seus eventos históricos: uma delas é sobre a greve de 1917, cujo plano geral destaca os operários, em sua maioria crianças, à frente do cotonifício. Pela primeira vez (e talvez única), aparece, de forma discreta, uma imagem da classe operária.

Figura 7 – O bairro entre o passado e o futuro



Fonte: TORREZAN, J. Mooca. *Veja São Paulo*. 8 jun. 2011. Bairro a bairro, pp. 1-24

Sob o título “Heróis da resistência” (p. 5), fotos de meados do Século XX retratam o comércio antigo: três homens à frente de um carro da confeitaria; abaixo, a fachada de uma loja fotográfica; e, na parte inferior, um famoso grupo musical. Na página seguinte, intitulada “Museu Fabril”, boxes contam a história de suas principais indústrias, em fotos preto e branco aéreas, e uma interna, com dois trabalhadores de jaleco operando uma máquina – sugerindo uma maior qualificação profissional ou cargos de supervisão. Os textos realçam a preservação histórica, a refuncionalização das fábricas, relativizando a diminuição da poluição: “Moradores antigos se recordam do aroma de café e açúcar que se espalhava no bairro”.

Intitulada “Os 11 do Moleque” (p. 9,10), a ilustração do estádio do clube local, com escudos de futebol de botão remetendo à infância, narra a sua história e destaca personalidades nacionais externas: o cantor Chico Buarque e o jogador Pelé, os quais conferem prestígio e são integrados à história do bairro. Nessa narrativa, uma classe social aparece em primeiro plano: a classe média, na imagem da arquitetura eclética do hipódromo e de seu público de elite, cujo lazer antecederia o trabalho e a produção, bem como nas imagens fabris, abstraídas de capitães da indústria e operários (que aparecem marginalmente).

Do “cenário típico do interior” ao *design* de interior(es)

Dois anos depois, o Estadão presentia o bairro em seu aniversário com a capa do Guia de lazer, intitulado “Mooca – Vem, belô”, elevado a “bairro paulistano por excelência” no subtítulo. A capa, uma fotomontagem, referencia o icônico letreiro de Hollywood sobre a colina, mas escrito “Mooca” em isopor, e a colina em papel machê verde e o fundo azul. A referência implícita é o cinema, mas também há um cenário e um enfeite de bolo. O texto relata o trabalho dos repórteres: a divisão do mapa em três; o fato de serem adventícios; as “25 horas de bate-perna”, mais 5 para “eleger os 18 lugares”, e preparar um “mapa on-line”.

Figura 8 – A cenografia e o design de interior



Fonte: PERLINE, G; VAZ, M; BOMFIM, M. Mooca: Vem, belô. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo. 16 ago. 2013. Divirta-se, pp.1-100.

Há novidades nas imagens: lazer infantil numa praça pública, com o fundo extraído, e fotos internas de estabelecimentos, destacando o design interior. Ele remete ao “charme”, a “antigas vilas italianas”, o “recôndito portenho”, afirmando que, “se a Mooca tem aquele jeito aconchegante, imagine como é o seu quintal”, referindo-se ao nome do restaurante. Há ainda uma vitrine com bolos. Pela primeira vez, as quadras e piscinas do clube esportivo do bairro são divulgadas, denotando seu escanteio como opção de lazer frente aos condomínios-clube.

A Mooca finalmente na moda entre a Zona Leste e a cidade: “um novo polo cultural”

Em 2015, guias do Estadão e da Folha¹⁰ situam o bairro como um lugar de consumo e lazer. O primeiro o reposiciona em relação à cidade, ao conferir-lhe o status de “região” e inseri-lo no circuito tradicional de lazer do centro

10 Dupla dinâmica. *Folha de S. Paulo*. São Paulo. 2 out. 2015. Guia da Folha. Em Conta. Divirta-se – *Estado de S. Paulo*. São Paulo. 18 set. 2015, p. 14.

expandido, como a “Região da Paulista”. No segundo, a Mooca é agora associada a uma região, a Zona Leste, mas o destaque só é dado aos seus bairros centrais (o Brás), excluindo-se a periferia da região.

No ano seguinte, o guia do Estadão estampa na capa o título “Outros tempos”. No texto, o bairro abandona a “imagem pitoresca” para se tornar um “novo polo cultural da cidade”, sendo listado entre dez novas “regiões” que o leitor “precisa (re) conhecer”. Sua capa retrata um trecho da estação de trem desativada da Mooca, de onde partem passeios turísticos do Museu da Imigração. A imagem sugere a passagem do tempo, e ao ato de jogar luzes a um lugar histórico, apontando mudanças e um caminho a ser trilhado. A luz crepuscular conota um novo público (o jovem), um estilo de lazer (a balada noturna) e um local, reutilização de remanescentes industriais para bares, festas, shows, eventos e exposições.

Figura 9 – A cenografia e espaços externos industriais e ferroviários



Fonte: Outros Tempos. *Estado de S. Paulo*. São Paulo. 12 fev. 2016. Divirta-se, pp. 1 e 8 FRANÇA, V. e GUERRA, F. Fashion Week 2013. Ferro Velho Vira Cenário de Moda. *O Estado de S. Paulo*, 16 jun. 2012, p. c6. AGUNZI, M. “Não Aprendi Dizer Adeus”, *Folha de S. Paulo*, Revista da Folha, 29 maio 2015, p. 61.

Esse processo já se colocava em 2012, quando o mesmo jornal cobriu a SP Fashion Week e deu destaque ao bairro por receber o evento num espaço de empresa de reciclagem de ferro velho. A foto (p. 3) traz o diretor do desfile sorrindo, com roupas informais, apoiado num guindaste numa plataforma de trem; ao fundo, há trilhos desativados em meio à grama e a um vagão enferrujado e grafitado. Ao fundo, desponta o topo de um condomínio. Em 2015, a Revista da Folha (p. 4), com o título “Não Aprendi Dizer Adeus”, refere-se a um bar temporário (ou pop-up) que ocupa um vagão de trem desativado, cuja procura adiou por seis meses seu encerramento. Numa imagem interna, noturna, há iluminação vermelha, paredes do galpão descascadas, uma lâmpada e, pela primeira vez, a imagem do local em funcionamento, com público consumidor. Dois anos depois, o guia do

jornal¹¹ destaca a reabertura do bar, transferido para uma fábrica dos anos 1930, cujo interior abriga um vagão de carga dos anos 1940, evocando rusticidade. Seu proprietário retoma referências da contracultura e explica a homenagem à geração *beatnik* no nome do bar.

Da culinária à gastronomia de imigrante: a sofisticação do simples

Ao longo de 2017, os guias do Estadão e da Folha anunciam a chegada de três restaurantes mais sofisticados. Do primeiro, destacam-se: o *backgroud* de dois de seus *chefs*, participantes de programas de TV; os menus inspirados na cozinha italiana e francesa; e as imagens internas dos salões descritas pelo seu design despojado, refinado e claro. O outro é instalado em um sobrado com a sala “cheia de objetos garimpados em viagens, lembra uma casa de família”. No terceiro deles, o nome do restaurante é inspirado na antiga hospedaria de imigrantes, situada no bairro, de onde se origina seu *chef*, que “faz releituras da comida caseira”. O espaço ocupa um antigo galpão industrial. A legenda descreve: “Informal: salão amplo e mesas comunitárias”. Seu estilo ganhará as páginas da conceituada revista *Vogue*, “farol” das tendências de moda, beleza, consumo e estilo de vida¹².

Figura 10 – A gastronomia: da tradição à sofisticação



Fonte: NUNES, L. Um bistrô na Mooca. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 13 out. 2017. Divirta-se, p. 12. CONSIGLIO, M. Italiano. *Borgo. Folha de S. Paulo*. 25 ago. 2017. Guia, p. 68; NUNES, L. Cozinha de imigrante. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo. 24 fev. 2017. Divirta-se, p. 34.

11 SANCHEZ, L. Dois Anos depois do fechamento, BTNK reabre em endereço fixo e com novo cardápio. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Guia da Folha, 14 dez. 2018.
 12 NOGUEIRA, L e CURY, D. Novo Hospedaria na Mooca resgata comida dos imigrantes. *Casa Vogue*, 24 fev. 2017. Disponível em: <https://casovogue.globo.com/LazerCultura/Restaurantes/noticia/2017/02/novo-hospedaria-na-mooca-resgata-comida-dos-imigrantes.html>. Acesso em: 12 ago. 2017.

Fotografia: da instagr(amável) Mooca para o mundo...

Em 2015, a Revista São Paulo, da Folha, na seção Fotografia, publica a “De Olho na Mooca”, sobre a seleção, pelo jornal inglês *The Guardian*, de uma foto do bairro, tirada por uma moradora, numa compilação de melhores fotógrafos urbanos do Instagram. Revela-se aqui uma mudança na representação do bairro, agora por uma moradora recém-egressa de um bairro da Zona Sul, a qual explica que tirou a foto no trajeto a pé de sua casa para o trabalho. “Comecei a fotografar para conhecer o novo bairro, me forçar a explorá-lo”, “onde as pessoas te acolhem e querem te conhecer”. É a imagem de um carro antigo (p. 1) estacionado numa rua sem carros ou pedestres, apenas duas pombas pousadas. Ao fundo, a arquitetura vernacular colorida, grades e portões baixos, em arabesco, permite visualizar a casa e árvores de um quintal não visível. A Kombi e a pomba evocam o imaginário da contracultura hippie.

Uma década após à edição da revista Morar, a mesma Folha lhe dedica um número especial da Revista São Paulo e retoma a estética do Instagram, com a colaboração da própria moradora-fotógrafa e a inclusão de sua foto selecionada. A capa anuncia “Nova velha Mooca”, com a chamada “Grafite, galeria e restaurantes mudam as ruas do tradicional bairro da zona leste”, com vinte e uma fotos menores e uma maior ao centro. Essa foto retrata, em *contra-plongée*, as janelas e o teto de uma fábrica, com tijolos à vista; ao fundo, há quatro torres brancas de um condomínio e o céu azul. Nas fotos menores, há um padrão: a calçada em primeiro plano, três galpões fabris conservados e dezoito casas térreas, com portas para a rua, muros e portões baixos, grades em formato de arabescos, garagens e jardins. Em contraposição à homogeneidade arquitetônica das torres do condomínio, há a singularidade e a diversidade de cores e estilos da arquitetura vernacular, em especial, a residencial, e fabril, além da presença da calçada. Em nenhuma delas há a presença de pessoas. As fotos da matéria (pp. 3-6), no mesmo estilo, possuem temas complementares: carros fora de linha (dos anos 1970 e 1980), detalhes arquitetônicos e acessórios de casas térreas, tais como janelas e caixas de correios de várias épocas, com destaque para imagens de pombo correio (pássaro retratado na foto da Kombi). A estética retrô referida à contracultura hippie é o elemento comum nas fotos dos imóveis e automóveis, da arquitetura e do *design*.

Figura 11 – O Instagram e a arquitetura vernacular

Fonte: BABADOBULOS, T. São Paulo. *Folha de S. Paulo*. São Paulo. 07 jun. 2015, p.34.
 PINHO, F. G. Nova Velha Mooca. *Folha de S. Paulo*. São Paulo. 19 fev. 2017, pp.1-60.

O objeto da matéria é o projeto do “Distrito Mooca”, alvo de iniciativas empresariais recentes, como o restaurante retratado na revista da Vogue, um estúdio de tatuagem e uma galeria de arte e balada. Localizado na área da orla ferroviária e industrial no contíguo Alto da Mooca, foi rebatizado em 2015 por um empresário do bairro, dono de uma hamburgueria no Parque da Mooca, área mais rica, cujo objetivo é atrair empreendimentos nos galpões fabris da “Baixa Mooca” por ele pesquisados, tal como nos EUA. Segundo o empresário,

Wynwood atraiu o pessoal da arte, encheu-se de grafites e virou o bairro mais descolado de Miami (...). A receita aqui é a mesma. E aqui tem acesso fácil de trem ou metrô, ruas largas e planas, ótimas para caminhar, e construções que lembram o Brooklyn, em Nova York.

A matéria destaca a inserção do “Distrito” pela prefeitura, num projeto de Museu de Arte de Rua. Ela cita um representante do órgão de patrimônio histórico, sobre a compatibilidade entre preservação e reutilização do patrimônio industrial, e valoriza a estética industrial dos novos locais, além de abordar a mudança de artistas, proprietários de um dos espaços – artista plástico e cenógrafa, de um bairro boêmio da zona sul, atraídos pelos aluguéis e vizinhos. Um roteiro de atrações – “24 horas na Mooca” – destaca a variedade e a velocidade

para consumi-las. Uma enquete compara a visão de mundo de um antigo e de um novo morador, entre o herdeiro (de 73 anos) da antiga confeitaria e o cenógrafo e inaugurador do espaço de arte (de 45 anos). Nas fotos, os dois sorriem, ligeiramente de costas um para o outro, revelando estilos distintos de vestuário e arte corporal. O texto confronta as suas respostas num jogo de trivias: morar na Mooca (é sentir-se na própria casa/cidade do interior no interior da metrópole); local mais representativo (rua da Mooca, do 1860 até a esquina com a av. Paes de Barros/no trecho operário da Baixa Mooca); local menos representativo (para ambos, nos novos condomínios); o futuro (a perda da essência, devido à saída dos velhos e amor distinto dos jovens pelo bairro/ “lugar de história, arte, gastronomia e eventos a céu aberto, como ainda não tem em SP”). Fechando a matéria, a pergunta “Por que Mooca?” é respondida pela ancestralidade (e o sentido do seu nome) indígena, ferrovia, imigração, o sotaque, o hino, o clube e um doce.

Considerações finais

A entrada do capital imobiliário, de comércio e de serviços envolveu investimentos de porte em uma conjuntura de crescimento e transformação de perfil industrial para o de serviços, o que um empreendimento isolado (o Moinho) era incapaz de alavancar. Esse processo demandou estratégias de reconhecimento e negociação do capital cultural das suas classes médias tanto para nele intervir, amortecendo resistências, como para sobrevalorizar os investimentos e atrair moradores para uma área até então “desvalorizada” (Pereira, 2017), devido em parte à desativação e/ou deslocamento de muitas indústrias, mas também à ambígua posição histórica de “periferia no centro” (Sevcenko, 1997) e entrada da Zona Leste. Cuidadosos projetos de marketing da incorporadora e do hipermercado reelaboram um repertório produzido pela própria classe média do bairro (Pereira, 2007), baseado na mitologia da comunidade (Duarte, 2002; Pereira, 2017), reatualizado nas narrativas sobre uma cultura urbana tradicional, mas também moderna, cuja ressignificação lhe confere sentidos pós-modernos. Essas narrativas alimentam a mídia impressa, cuja receita depende em grande medida de publicidade imobiliária.

Assim, na Mooca, a presença dos grandes condomínios-clube pressupôs a destruição *limitada* do capital cultural objetivado (Bourdieu, 2007) do bairro, sua arquitetura e urbanismo, pois dele (do entorno) depende a sua valorização e atração de novos moradores (do bairro e de fora). Os locais de lazer e consumo “extra-muros” preenchem essa função, mas sem reduzir-se a ela, pois, ao

extrapolar a oferta de lazer do condomínio-clubes, promove, ao que parece, uma tendência de retorno às ruas da cidade. Para isso, os intermediários culturais (Bourdieu, 2007; Zukin, 2000a) – jornalistas, fotógrafos, publicitários, designers, chefs etc. – exercem um papel na produção (de novos) e (re)conhecimento (de velhos) espaços de consumo e lazer, mas como “infraestruturas críticas” (Zukin, 2000a), não só adventícias, mas também nativas. É por meio da pesquisa, identificação, classificação, hierarquização e seleção desses lugares que se forja um trabalho fotográfico de (re)orientação do olhar e (re)conhecimento dos espaços, novos estilos de vida e modos de ser reelaborados na sua história, arquitetura, culinária, identidade cultural etc. A grande mídia e a publicidade são assim protagonistas de uma transformação paulatina, numa década, do bairro “de risco”, “exótico” em “novo polo cultural” da cidade. Nesse sentido, a reconstrução de uma paisagem estetizada dos lugares de consumo e lazer do bairro ganham um caráter de “satisfação substitutiva” da mercadoria (Adorno, 2020) ao mobilizar sonhos e nostalgias comunitárias de vizinhança, familiaridade, comensalidade, juventude e infância, mediante imagens associativas de pessoas e seus gestos, afetos e sensibilidades, dos locais e dos transportes, dos sentidos e dos alimentos, dos objetos lúdicos e funcionais etc. Esse processo demanda personagens com capital social e cultural, que transfiram ao local seu prestígio (Bourdieu, 2007): “celebridades” nativas e também adventícias com algum episódio de vida associado ao bairro.

Na culinária, a origem imigrante chancela a autenticidade e a tradição e ganha o status de gastronomia. Os sete bares e restaurantes listados antes de 2004 são retratados pelas fotos dos pratos e depois pelas de seus proprietários: encarnação de um “modo de ser” baseado na “informalidade” e comensalidade. Todavia, a decoração interna e a fachada de seus lugares quase não são retratadas, ao contrário dos cerca de vinte novos locais, na ênfase dos seus nomes e do *design* interior com uma multiplicação e heterogeneidade de estilos (Featherstone, 1995; Lipovsky e Serroy, 2015) que simulam e re-estilizam o passado num cenário.

A arquitetura é representada em vários estilos, mas há sobretudo o vernacular residencial e o industrial. Suas imagens destacam a escala humana, a heterogeneidade de cores e estilos, o contato direto com a rua (residencial) e a monumentalidade, aliada ao despojamento e a rusticidade (fabril). Ambas se contrapõem à homogeneidade do estilo moderno das torres residenciais. A paisagem urbana é estetizada de várias formas: nas referências ao cinema, na seleção de estilos e enquadramentos, na composição casa térrea/muro baixo/grade desenhada/árvore/calçada/rua/cor, na escolha de locais externos e no *design* de interiores dos novos lugares. Essa estetização é também sensorial: à poluição

industrial e automobilística, evoca-se a memória dos aromas dos alimentos; ao trânsito intenso, os transportes públicos antigos, bicicletas e automóveis fora de linha estacionados em ruas vazias.

Na seleção das áreas, privilegiou-se o entorno mais rico com a segmentação de uma de suas ruas e exclusão da mais extensa e antiga rua de comércio e serviços – a rua da Mooca. Já a orla industrial e ferroviária, ao dividir o bairro entre Baixa Mooca e Alto da Mooca, demarca uma fronteira: um lado vulnerável do ponto de vista socioeconômico e habitacional e próximo ao centro; o outro de renda maior e objeto da verticalização e criação de espaços de consumo e lazer pós-modernos. Em ambos, duas ausências na mídia são sintomáticas: no primeiro, a antiga festa italiana; no segundo, o complexo de piscinas e quadras do clube local – o maior da América Latina nos anos 80¹³, citado uma só vez, frente à menção exaustiva de seu estádio de futebol, perdendo a evidente (e invisível) concorrência aos condomínios-clube.

Quanto às figuras humanas, a quase ausência de anônimos se deve às restrições dos direitos de imagem, mas também sugerem realçar os estilos dos locais retratados. A referência à origem operária do bairro é tímida ou quase inexistente. Esses aspectos invisíveis das fotografias se referem às escolhas conscientes e inconscientes dos intermediários culturais, mediadas pelos códigos sociais e culturais ligados a suas posições de classe social, mas também aos propósitos do mercado de consumo e lazer.

Essas imagens revelam o (re)conhecimento e a (re)construção, mas também a mudança de um estilo de vida, de lazer e consumo de frações da classe média do bairro. Se, para as gerações mais velhas, o consumo era subordinado ao trabalho, assumindo seus aspectos, como a escassez, disciplina e sacrifício, orientando-se por um projeto familiar e solidariedade do grupo, comunitário ou de classe, esses valores conflitam e/ou são ressignificados, como nesse caso, por um estilo de vida mais individualista, hedonista, experiencial, emocional, baseado no culto da juventude, do corpo e internet (Williams, *apud* Featherstone, 1995; Lipovetsky e Serroy, 2015). Novas práticas de lazer pós-modernas se ligam às ruas – como o grafite, as explorações pedestres, ao *parkour* –, à estetização dos corpos – as barbearias, a tatuagem – e à internet, como o Instagram. Vinculam-se a estilos da contracultura, como *hippie* (fotografia), *beat* (bar) etc. e/ou à estética retrô e *hype*.

13 CHACRA, G. e VEIGA, E. Na era dos condomínios e academias, clubes tradicionais fecham as portas. *O Estadão*, 1. maio 2011. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,na-era-dos-condominios-e-academias-clubes-tradicionais-fecham-as-portas-imp-,713254>. Acesso: 26 maio 2021.

Essa reconstituição visual do bairro produzida pelos guias e revistas de lazer e consumo assume aspectos de uma paisagem urbana pós-moderna, que se volta para a cultura, para os estilos e decoração e que, em vários aspectos, descontextualiza, simula, reduplica, mas também ressignifica o moderno e o pré-moderno, como lembra Featherstone (1995). Essas imagens refletem a atração de uma cultura urbana pré-moderna, calcada no senso de história, na arte, na identidade local e coletiva, mas também de aspectos obsoletos do moderno. Evocam, assim, um imaginário familiar e de cidade “do interior” perdida em algum lugar do passado: as casas térreas, muros baixos, ruas tranquilas, receitas familiares, carros fora de linha, estilingues, explorando os sentidos e o imaginário nostálgico do leitor. Mas sugerem também paisagens urbanas estetizadas, cujo caráter de “satisfação substitutiva” de imagens-fetice (Adorno, 2020) envolve algum grau de abstração da realidade e historicidade da cidade (Zukin, 2000 a; 2000b) produzida pelo jogo do visível/invisível nas fotos, mas também pelo seu expurgo num modo de habitar presente na retórica anti-urbana do condomínio fechado (Caldeira, 2000): poluição, trânsito, mistura de grupos e classes sociais, pobreza, violência, separados fisicamente por muros e grades, voltados para dentro e não para a rua, com a privatização do lazer e autonomia em relação ao entorno. Talvez seja uma “cidade *no* interior” da metrópole que a classe média e alta “deixou para trás” atraída pelos valores e promessas dos enclaves fortificados. Mas, se os mundos de sonho, materializações de fantasmagorias, atravessam a estetização desses lugares de consumo e lazer, em que a imagem e o real se confundem, por outro lado, assim como o mito da comunidade não é mera ficção, o caráter de “satisfação substitutiva” das imagens e as relações entre o visível/invisível da fotografia atravessam a experiência e conferem algum grau de liberdade e interpretação ao público consumidor. Resta saber em que medida essas imagens tornam o bairro uma extensão do modo de vida do condomínio fechado um mero “quintal” aberto às fantasias, sonhos e ao lúdico sob a lógica da mercadoria e da distinção social, ou sinalizam uma negação ou esgotamento de seu estilo de vida “anti-urbano”. De qualquer modo, os vinte anos que separam os sonhos do SoHo/Moinho e Wynwood/Distrito Mooca reforçam a hipótese de que a Mooca caminha (ou flana) para um processo de gentrificação, não só presente na sua intensa verticalização calcada nos enclaves fortificados, mas na forte mudança do consumo e estilos de vida para a classe média e média alta que a acompanha.

Referências

- AUGÉ, Marc. *Não-Lugares: introdução à uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, Papirus, 1994.
- ADORNO, Theodor. *Indústria Cultural*. São Paulo, Editora Unesp, 2020.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na idade média e no renascimento*. O contexto de François Rabelais. Brasília, Editora UNB; São Paulo, Hucitec, 1999.
- BARTHES, Roland. *A Câmara Clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.
- BARTHES, Roland. A Mensagem Fotográfica. In: BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso*. Lisboa, Edições 70, 1990, pp. 11-25.
- BECKER, Howard. Photography and Sociology. *Studies in Visual Communication*, v. 1 n. 1, 1974, pp. 3-26.
- BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade do consumo*. Lisboa, Edições 70, 1995.
- BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. *Obras Escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política*, São Paulo, Brasiliense, 1985, pp. 91-107.
- BENJAMIN, Walter. Paris, a capital do século XIX. *Exposé de 1935*. In: *Passagens*. Belo Horizonte, Editora UFMG; São Paulo, Imprensa Oficial, 2007, pp. 39-51.
- BERGER, John. *Para entender uma fotografia*. São Paulo, Cia das Letras, 2017.
- BOURDIEU, Pierre e BOURDIEU, Marie-Claire. O camponês e a fotografia. *Revista de sociologia e política*, n. 26, 2006, pp. 31-39.
- BOURDIEU, Pierre. *A Distinção*. Crítica Social do Julgamento. São Paulo, Edusp; Porto Alegre, Zouk, 2007.
- BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (org.). *De Volta à cidade*. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo, Annablume, 2006.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Editora 34, 2000.
- DE GRAZIA, Giuseppina. *Da organização pela base à institucionalização*. Rio de Janeiro, Editora NPC, 2017.
- DUARTE, Adriano Luiz. *Cultura popular e Cultura política no Após-Guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973*. Tese de doutorado, História, Unicamp, 2002.
- FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: SESC, Studio Nobel, 1995.
- FRUGOLI Jr., Heitor. Sobre o Alcance do conceito de gentrification para pensar sobre intervenções urbanísticas em áreas centrais de cidades: o caso de São Paulo. In: *Primer Congreso Latinoamericano de Antropología, “Ciudad y ciudades*, Rosario,

- julho, 2005.
- GERVAIS, Thierry e MOREL, Gaelle. *La Photographie. Histoire. Techniques. Art.* Presse. Paris, Larousse, 2008.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.* São Paulo, Loyola, 2000.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio.* São Paulo, Ática, 2002.
- LIPOVETSKY, Gilles e SERROY, Jean. *A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista.* São Paulo, Cia das Letras, 2015.
- MARQUES, Eduardo César Leão. A metrópole de São Paulo no início do século XXI. *Revista USP.* São Paulo, n. 102, jun./ago., 2014.
- MARTINS, José de Souza. *Sociologia da Fotografia e da Imagem.* São Paulo, Contexto, 2011.
- MEYER, Regina Maria Proserpi e GROSTEIN, Marta Dora. *A Leste do Centro. Territórios do Urbanismo.* São Paulo, Imprensa Oficial, 2010.
- NERI, Marcelo Cortês. O real do Lula. *Revista Conjuntura Econômica.* Rio de Janeiro, n. 61, v. 10, 2007, pp. 42-45.
- PAOLI, Maria Célia. São Paulo operária e suas imagens (1900-1940). *Espaço e Debates.* São Paulo, 33, 1991, pp. 27-41.
- PEREIRA, Verônica Sales. Memória industrial e transformações urbanas na virada do século XXI: os casos do Brás, Mooca, Belenzinho e Pari. *InterfaceEHS.* São Paulo, v. 2, 2007, pp.1-7.
- PEREIRA, Verônica Sales. Memória social, imigração italiana e gentrificação no bairro da Mooca. *Projeto História,* São Paulo, v. 58, 2017, pp. 148-181.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. *Novos Estudos Cebrap.* São Paulo, v. 19, 1987, pp. 26-45.
- REINA, Michelly Lima e COMARÚ, Francisco de Assis. Dinâmicas imobiliárias e políticas urbanas no centro de São Paulo: uma discussão sobre gentrificação na Mooca. *Cadernos Metrópole.* São Paulo, v. 17, 2015, pp. 419-440.
- SCHWARSTZMAN, Sheila. Memória e pragmatismo. In: FERREIRA, Antônio Celso; DE LUCA, Tania Regina; IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. (Orgs.) *Encontros com a História.* Percursos e historiográficos de São Paulo. São Paulo, Editora Unesp, 1999, pp. 195-201.
- SEVCENKO, Nicolau. Uma Periferia no Centro. In: MELLO, Christine et al. *Brasmitte. Intervenções Urbanas. Parte 1. Brás.* São Paulo, Arte/Cidade; Instituto Goethe; SESC, Haus Der Kulturen der Welt; Pro Helvetia; Secretaria de Estado da Cultura, 1997, pp. 60-69.
- SIMÕES Jr. José Geraldo. Revitalização de Centros Urbanos. *Polis.* São Paulo, n. 19. 1994.

- SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Gilberto (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973, pp. 11-25.
- TASCHNER, Gisela Black. Lazer, cultura e consumo. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 40, n. 4, out./dez. 2000, pp. 38-47.
- ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *O Espaço da Diferença*. Campinas, Papirus, 2000a, pp. 80-103.
- ZUKIN, Sharon. Paisagens do Século XXI: notas sobre a Mudança social e o espaço Urbano.
- IN: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *O Espaço da Diferença*. Campinas, Papirus, 2000b, pp. 105-115.

Recebido em: 08/07/2022

Aprovado em: 23/01/2023

Como citar este artigo:

PEREIRA, Verônica Sales; OUROS, Gabriel dos. “Colocando a Mooca na moda”: a mídia e a produção de paisagens urbanas de consumo e lazer em antigas áreas industriais de São Paulo. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 2, maio - agosto. 2023, pp. 479-511.





Governamentalidade e consenso na construção da hegemonia neoliberal: aproximações teóricas¹

Kleiton Wagner Alves da Silva Nogueira²

Ronaldo Laurentino de Sales Júnior³

Resumo: O artigo objetiva realizar uma reflexão teórica acerca do neoliberalismo como um regime de governamentalidade baseado numa lógica de constituição de hegemonia. Aportamo-nos em uma aproximação entre Michael Foucault e Antonio Gramsci para pensarmos a relação entre governamentalidade e hegemonia. Destaca-se da reflexão que a hegemonia neoliberal implica o estabelecimento de um consenso intermediado pelo empreendedorismo de si mediante o gerencialismo como forma de organização da vida social, determinando como senso comum a ideia de competitividade entre os indivíduos atomizados.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Hegemonia Neoliberal; Gerencialismo; Governamentalidade; empreendedorismo de si.

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001.

2 Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – Campina Grande – Brasil – kleiton_wagner@hotmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5238-5262>

3 Unidade Acadêmica de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UACS/UFCG) – Campina Grande – Brasil – ronaldo.laurentino@professor.ufcg.edu.br – ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4429-8032>

Governmentality and consensus in the construction of neoliberal hegemony: theoretical approaches

Abstract: *The paper aims to carry out a theoretical reflection on neoliberalism as a regime of governmentality based on a logic of constituting hegemony. We contribute to an approximation between Michael Foucault and Antonio Gramsci to think about the relationship between governmentality and hegemony. It stands out from the reflection that neoliberal hegemony implies the establishment of a consensus intermediated by self-entrepreneurship through the contribution of managerialism as a form of organization of social life, establishing the idea of competitiveness among atomized individuals as common sense.*

Keywords: *Neoliberalism; Neoliberal Hegemony; Managerialism; Governmentality; self entrepreneurship.*

Gubernamentalidad y consenso en la construcción de la hegemonía neoliberal: aproximaciones teóricas

Resumen: El artículo tiene como objetivo realizar una reflexión teórica sobre el neoliberalismo como régimen de gubernamentalidad basado en una lógica de constitución de la hegemonía. Actuamos a una aproximación entre Michael Foucault y Antonio Gramsci para pensar la relación entre gubernamentalidad y hegemonía. Se destaca de la reflexión que la hegemonía neoliberal implica el establecimiento de un consenso intermediado por el autoemprendimiento a través del aporte del gerencialismo como forma de organización de la vida social, instaurando como sentido común la idea de competitividad entre individuos atomizados.

Palabras clave: Neoliberalismo; Hegemonía Neoliberal; Gerencialismo; Gubernamentalidad; Emprendimiento Propio.

Introdução

Desde a década de 1970, o mundo vivencia o avanço dos ideais neoliberais sobre diferentes formações econômico-sociais. Da Inglaterra, durante o governo da Primeira-Ministra Margareth Thatcher, aos Estados Unidos, com Ronald Reagan, foram disseminados valores vinculados à individualidade e competitividade pautada na centralidade do mercado, privatizações de empresas estatais e realização de contrarreformas aos direitos trabalhistas.

Na América Latina, essas experiências foram realizadas de modo pioneiro no Chile onde, sob a ditadura de Augusto Pinochet, foram implantadas contrar-reformas e desarticulação dos serviços públicos, imprimindo no Estado chileno a abertura econômica irrestrita, redução vertiginosa de impostos, privatização em massa de empresas estatais, retirada de direitos trabalhistas, capitalização da previdência social, austericídio fiscal, desregulamentação financeira e abertura ao capital externo financeiro. Tais experiências se aprofundaram pelo subcontinente desde o final da década de 1990, a exemplo do Brasil, e em diversos países e diferentes governos, à direita e à esquerda do espectro político, apresentando-se como uma racionalidade política, econômica e social.

Diante desse quadro, o presente artigo realiza uma reflexão teórica acerca do neoliberalismo como uma forma de hegemonia efetivada por um regime particular de governamentalidade que não se pauta apenas pelas políticas econômicas, mas que implica em um tipo de racionalidade social. Para o alcance desse objetivo, realizaremos inicialmente uma aproximação do pensamento de Antonio Gramsci e de Michel Foucault, considerando a ideia de que a hegemonia neoliberal envolve uma governamentalidade que não pode ser reduzida a uma forma determinada de produção e acumulação de riqueza ou a um conjunto particular de políticas de austeridade econômica. Em um segundo momento, exploramos a hegemonia em articulação com a governamentalidade, incluindo as formas de organização do trabalho. Com base nesse ponto de vista, buscaremos teoricamente repensar o Taylorismo, o Fordismo, o Toyotismo e o Gerencialismo como diferentes formas de organização do trabalho relacionadas a diferentes dinâmicas de governamentalidade, de acumulação de capital e de constituição das subjetividades, em diferentes momentos de desenvolvimento do capitalismo. Na terceira parte, trazemos a perspectiva da governamentalidade neoliberal segundo a noção de mundo empresarial, com o gerencialismo como um conjunto de técnicas e procedimentos administrativos derivados das empresas privadas, os quais conformam uma subjetividade competitiva nos indivíduos, tendo em vista o fetiche do controle que se utiliza da supremacia dos números, da produtividade e de mecanismos de competitividade incorporados nos indivíduos, no Estado e na sociedade em geral.

Hegemonia neoliberal relacionada à governamentalidade e o consenso

Numa abordagem gramsciana, o consenso e o confronto cultural assumem uma importância decisiva na luta pela hegemonia, na medida em que esta envolve a constituição e o exercício de uma direção econômica, intelectual e moral

numa determinada sociedade. Uma liderança intelectual e moral implica uma vontade coletiva que, por intermédio da ideologia, torna-se o cimento orgânico unificador de um bloco histórico (Gramsci, 2007a). A concepção de liderança intelectual e moral abre espaço para pensar que certos interesses ou posições de sujeito atravessam distintos setores de classe, não sendo exclusivos de uma classe em particular ou prévios à articulação hegemônica. Uma determinada classe social imprime seu domínio numa combinação de direção mais dominação, sendo líder das classes e frações das classes aliadas, mas dominante das classes adversárias (Gramsci, 1975). Dessa forma, essa direção envolve procedimentos de governo que, em vez de lidar com interesses ou sujeitos políticos pré-constituídos ou estruturalmente (economicamente) pré-determinados, os constitui (Laclau; Mouffe, 2004).

Essa compreensão da importância da ideologia e da hegemonia decorre da percepção de Gramsci (2007a) acerca da centralidade que a sociedade civil assumiu nos Estados avançados, tanto na reprodução e transformação do capitalismo (mediante as crises de hegemonia) quanto na revolução socialista. É na e pela sociedade civil que se dá a constituição da direção político-ideológica e do consenso dos setores majoritários da população como condição para o acesso e conservação do poder de Estado. A hegemonia é o elemento de conexão entre a sociedade civil e sociedade política, imbricadas no Estado integral.

Nesse sentido, em Gramsci (2007a), a ideologia não se identifica apenas com um sistema de ideias ou com a falsa consciência dos atores sociais. Na realidade, trata-se de um todo orgânico e relacional, materializado em aparelhos privados de hegemonia (escolas, jornais, clubes etc.) que estabelecem unidade de um bloco histórico e a produção de formas particulares de subjetividade. Essa síntese hegemônica se constituiria como resultado de lutas entre diversas forças sociais no âmbito da sociedade civil. No entanto, essas mesmas lutas impediriam a plena efetivação da unidade de um bloco histórico, de modo que esse seria heterogêneo e dinâmico em decorrência de sua conflitividade constitutiva. Essa conflitividade aponta para o aspecto estratégico dos processos de constituição da hegemonia.

Ao analisar os avanços do fordismo nos Estados Unidos, Gramsci (2007c) afirma que, na esfera industrial, a disciplina sobre o corpo e a mente dos trabalhadores foi preponderante para que eles se constituíssem na luta contra os elementos “animalescos” da natureza. Em outras palavras, a indústria necessitou que os seres humanos se adaptassem a padrões e disciplinas, inclusive para além do campo fabril, mediante a regulação da forma como os operários viviam. Esse novo trabalhador resultaria de uma transformação psicofísica que

implicaria na conformação dos tempos e movimentos da produção taylorista, na esteira produtiva do fordismo, que não se resumiram apenas ao chão da fábrica, mas à programação de uma sociedade de massas mediante a padronização dos modos de vida.

Essa conformação não se processou apenas pelo uso da força e violência, mas pelo cerceamento das possibilidades de um sujeito se reproduzir, especialmente no capitalismo com a propriedade privada dos meios de produção. Gramsci (1975) chama atenção ao fato de que, no exercício normal da hegemonia, a combinação entre equilíbrio, força e consenso é necessária, uma vez que a força não deve oprimir de forma demasiada o consentimento elaborado em distintos aparelhos privados de hegemonia existentes na sociedade civil, bem como pelos intelectuais orgânicos que se vinculam aos interesses de classe, elaborando assim modos de enxergar, compreender e assimilar a realidade.

Aqui, o aspecto da ideologia é importante, porque implica no processo de conformação da hegemonia, como determinada classe dominante traduz sua dominação no campo das ideias, transformando-as numa concepção de senso comum do mundo. O estabelecimento dessas lógicas, contudo, não podem ser inseridas sem o exercício do poder, ou seja, a própria noção de conformação hegemônica pela particularidade se efetiva pelos efeitos que, no caso do consenso neoliberal contemporâneo, exerce sobre os corpos e sujeitos mediante mecanismos de poder (Foucault, 2015).

O poder não implica posse, mas exercício que se estende em uma rede de relações de força penetrante e intangível, que atravessa e constitui os corpos, tendo um caráter estritamente relacional. Falar em poder é falar sempre em relações de poder, que só podem existir em função de uma multiplicidade de pontos de resistência presentes em toda parte na rede de poder. Poder e resistência se enfrentam com táticas móveis e múltiplas (Foucault, 1999). As dinâmicas sociais devem, portanto, ser analisadas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas. Porém, para além do fato maciço da dominação ou da lógica binária da guerra, existe um conjunto de lutas pontuais e disseminadas, uma multiplicidade de resistências locais, heterogêneas e imprevisíveis que lutam para se tornar o que estamos chamando aqui de hegemonia. Sendo assim, o “poder” é mais da ordem do governo do que da ordem do confronto entre dois adversários ou do compromisso de um com o outro.

Essa relação se processa tanto no nível endógeno, das frações de classe, quanto no exógeno, na luta de classes. A unidade política entre e no interior dessas frações de classe não é pré-fixada ou pré-determinada economicamente, mas é obtida pela constituição de uma liderança hegemônica por meio do

estabelecimento de laços sociais, alianças políticas e certa convergência intelectual e cultural. Nesse sentido, o capitalismo não implica apenas num modo de produção comandado por uma lei natural inerente e inexorável da economia, mas como uma forma de sociabilidade que admite uma multiplicidade de formas históricas particulares, a exemplo do neoliberalismo. Segundo aponta Laval (2020: 131), “Foucault pensa o capitalismo a partir das formas de poder que o tornam historicamente possível”. Nessa perspectiva, não seriam inteiramente as relações de trabalho que teriam introduzido as disciplinas sobre os corpos, mas as disciplinas e as normas que teriam permitido as relações de trabalho, tal como elas se organizam no capitalismo. A relação antagônica entre o capital e o trabalho só teria sido possível pelas sujeições, pelos treinamentos, pelas vigilâncias produzidas pelas disciplinas sobre os corpos (Foucault 1999; Ambrósio, 2018). O capitalismo em suas diferentes formas de acumulação e organização do trabalho supõe, portanto, diferentes formas de governamentalidade, mudando de forma e de funcionamento segundo mecanismos de poder historicamente diferentes. Nesse sentido, não existe “o” capitalismo. Existem capitalismos (Laval, 2020: 132).

Para Foucault (1999, 2008a, 2008b, 2010, 2014a, 2014b, 2015), o governo envolve um conjunto de procedimentos, técnicas e práticas que garantem a condução dos sujeitos por si ou pelos outros, desde a produção, passando pela administração até a educação, que só se tornaram possíveis por uma racionalização historicamente definida das relações de poder. A governamentalidade é um conjunto de técnicas de saber, controle, vigilância e intervenção governamental sobre os fenômenos populacionais e não se confunde com o aparelho de Estado, ainda que o envolva. Essa perspectiva se aproxima na noção de hegemonia de Gramsci, no enfoque nas noções de liderança e consenso constituídos por uma “guerra de posição”, sobretudo, na multiplicidade de “trincheiras” institucionais da sociedade civil.

Contudo, há que se evitar o caráter problemático na generalização das periodizações históricas das formas de poder em Foucault. O próprio Foucault (2008a) mostra como diferentes dispositivos de poder (soberania, poder disciplinar, biopolítica, governamentalidade) se sobrepõem. Nesse processo, múltiplas técnicas são deslocadas, operando como pontes ou sendo ressignificadas na passagem de um dispositivo a outro. Como nos lembra Butler (2019), mesmo quando Foucault construiu um relato da governamentalidade como sucedendo e superando a soberania, ele teria insistido que as duas formas de poder (soberania e governamentalidade) poderiam não apenas coexistir, mas se reforçar mutuamente. O poder soberano seria, assim, exercido dentro do campo da

governamentalidade, de modo que “o tempo histórico que julgamos passado acaba por estruturar o campo contemporâneo com uma persistência que refuta a história como cronologia” (Butler, 2019: 78).

Por outro lado, Losurdo (2018: 142-156), em sua crítica à periodização histórica de Foucault, a qual afirma o “término do espetáculo de punição” na Europa e nos Estados Unidos no Século XIX, critica a ausência de reflexão histórica sobre a colonização em Foucault, que centrou sua análise sobretudo na Europa. Ao contrário, nos Estados Unidos, entre fins do Século XIX e o início do Século XX, pode-se ter notícias dos linchamentos, castrações, escarpelamentos, queimaduras, enforcamentos, tiros com arma de fogo sofridos por homens negros acusados de atentado à pureza sexual e racial das mulheres brancas. Em contraposição à afirmação de Foucault sobre a biopolítica como nova tecnologia de poder, Losurdo (2018: 151) apontará para as ações dos conquistadores nas colônias inglesas da América do Norte e dos cidadãos dos Estados Unidos que buscavam “aumentar a própria riqueza promovendo a reprodução do gado humano de que eram proprietários”. Esse autor lembra ainda que, para consolidar a hierarquia racial, os colonizadores procuraram proibir relações sexuais e matrimoniais entre membros da raça “superior” e das raças “inferiores”. Essas práticas já envolveriam barreiras legais e biopolíticas que garantiam a separação entre a “raça de senhores” e a “raça dos escravos”.

Apesar disso, avaliamos ser possível superar essas limitações da obra de Foucault para pensar contextos socio-históricos “pós-coloniais” como o da América Latina e do Brasil, considerando que a coexistência e articulação sempre tensa em diferentes formas ou regimes de poder se dariam entre colonialismo, escravidão e o capitalismo como demonstra Losurdo (2018). Por exemplo, do ponto de vista econômico, o capitalismo teria se desenvolvido não apenas superando ou substituindo, mas, muitas vezes, subordinando outros modos de produção não capitalistas em diferentes formações econômico-sociais. Essa coexistência aparentemente extemporânea e sempre tensa, ainda que, por vezes, articulada, entre diferentes formas de acumulação e regimes de poder, é o que constitui e institui a hegemonia.

Dessa forma, os conceitos de hegemonia e governamentalidade, ainda que possam se complementar, não se confundem ou se reduzem mutuamente. Toda hegemonia pressupõe alguma forma de governamentalidade. Porém, nem toda governamentalidade é hegemônica, podendo ser não-hegemônica, subordinada a alguma forma que pretenda constituir um consenso contra-hegemônico. Podemos perceber isso de modo claro na governamentalidade criada com os conselhos operários que existiam na Rússia no período da Revolução de 1917. Esses

organismos foram estabelecidos como formas contra-hegemônicas ao consenso estabelecido numa sociedade tipicamente agrária, mas que tinham um desenvolvimento capitalista desigual e combinado, especialmente por meio de vetores de nações mais desenvolvidas, como França e Alemanha (Trotsky, 2017).

Desse modo, compreendemos que, de um lado, a hegemonia pressupõe a coexistência de diferentes formas ou regimes de poder: soberano, pastoral, disciplinar etc.; por outro, a governamentalidade não é a forma de poder única num dado momento histórico, nem homogêneo ao longo do tempo, assumindo diferentes formas em diferentes momentos do desenvolvimento histórico do capitalismo. No caso do neoliberalismo, podemos compreendê-lo como uma forma de governamentalidade que, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é uma racionalidade que tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas inclusive a própria conduta dos governados. Assim, o governo, entendido como atividade e não como instituição, envolve técnicas e procedimentos destinados a obter o autogoverno dos indivíduos, ou seja, produzir certa relação desses consigo, enquanto, por exemplo, proprietários de seus corpos, gestores de sua vida pessoal e empreendedores de si. Nesse caso, a hegemonia neoliberal implicaria no poder que dessa governamentalidade em produzir um sujeito neoliberal, articulando e subordinando uma heterogeneidade de forças, grupos, classes e instituições sociais a uma lógica de competitividade, gerencialismo e empreendedorismo.

O neoliberalismo seria assim a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas “referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida” (Dardot; Laval, 2016: 17), que rege as relações de poder e as maneiras de governar em níveis e domínios muito diferentes da vida econômica, política e social. A governamentalidade neoliberal se sustenta num quadro normativo global que, em nome da liberdade e se apoiando nas margens de manobra concedidas aos indivíduos, elabora consenso e orienta de maneira nova as condutas, as escolhas e as práticas dos indivíduos mediante a vigilância dos corpos cada vez mais densa no espaço público e privado, a rastreabilidade cada vez mais precisa dos movimentos dos corpos (Dardot; Laval, 2016).

A hegemonia neoliberal teria surgido não em resposta a uma crise meramente econômica dos anos 1970, mas como dupla resposta política a uma crise de hegemonia: crise mais ampla de governamentalidade “do regime geral das ‘disciplinas,’ desenvolvidas nos Séculos XVIII e XIX, e das formas estatais da biopolítica, difundidas nos Séculos XIX e XX” (Laval, 2020: 135). A hegemonia neoliberal se apresenta associada a uma nova forma de poder baseada na

concorrência e no modelo empresarial como regime de governo das condutas, em que o modo de imposição das normas não será mais o mesmo que na soberania ou nas instituições disciplinares, ou nas regulações biopolíticas do Estado social. Essa resposta não se dá por uma substituição completa das antigas técnicas ou dispositivos de poder, mas por sua reconfiguração em um novo regime de governamentalidade.

No capitalismo neoliberal, estaríamos em meio a uma forma de hegemonia em que diversas populações ficariam cada vez mais sujeitas a um processo de “precarização” socialmente induzida, não apenas em i) formas biopolíticas de deixar morrer (Freire, 2018), mas também em ii) formas necropolíticas de fazer morrer (Mbembe, 2018), assim como iii) formas soberanas para lidar com as consequências sociais dessa precarização pela ampliação e intensificação de políticas de encarceramento em massa e criminalização da resistência social e política.

Esse processo hegemônico envolve a acumulação flexível de capital, no primado do capital financeiro sobre as suas demais formas de manifestação (capital produtivo e capital mercantil), culminando no aprofundamento da internacionalização dos fluxos do capital financeiro, na diminuição do tempo de vida útil das mercadorias e no aumento do trabalho imaterial sobre as demais formas de trabalho, nas instituições do trabalho temporário, informal e precário, na destruição dos serviços sociais, na perda de benefícios previdenciários e de assistência à saúde, além de na polarização crescente de riqueza e pobreza. Esse processo está associado ainda à sedimentação de uma governamentalidade neoliberal que incentiva modalidades empreendedoras apoiadas em práticas de responsabilização individual e de maximização do valor de mercado de cada um como objetivo máximo de vida, adaptando populações à insegurança, competitividade e indiferença em que a racionalidade de mercado decide quais vidas devem ser protegidas e quais não devem (Boltanski; Chiapello, 2009; Piketty, 2013; Harvey, 2014; Braga, 2017; Butler, 2018 e 2019). A resposta neoliberal à crise de governamentalidade dos anos 1970 consistiria, segundo Laval (2020: 136), “em colocar, no centro de uma “política social” completamente redefinida”, a regra da regulação concorrencial do mercado.

Do liberalismo ao neoliberalismo: elementos de continuidade e rupturas

Do ponto de vista histórico, o neoliberalismo não é apenas a continuidade do liberalismo, mas a reformulação e aprofundamento de ideias vinculadas à perspectiva do mercado e do interesse egoísta dos indivíduos como dínamos

balizadores da sociedade. É importante destacar que, ao considerarmos as premissas do liberalismo, identificamos suas origens intelectuais em filósofos políticos como John Locke (1632–1704) e economistas políticos como Adam Smith (1723–1790). Do ponto de vista da construção de uma hegemonia liberal, havia o embate entre o poder pastoral da governamentalidade feudal e o poder ascendente da burguesia como classe social. A burguesia enquanto classe imanente necessitava lançar questionamentos não apenas no campo político, mas também econômico e social no tocante aos elementos relacionados à propriedade privada dos meios de produção, o estabelecimento de governos com divisão de poderes, centralidade no mercado, interesses egoístas dos indivíduos e a necessidade de competição dos agentes econômicos (Smith, 2017; Locke; 2019; Tavares, 2009).

Em que pese essas características, o liberalismo clássico não retirava totalmente a perspectiva do Estado nas relações econômicas, especialmente no tocante aos elementos associados à defesa dos interesses comerciais dos Estados-nações. Apesar da centralidade do mercado e de uma suposta mão invisível que equalizasse os interesses e bem-estar da sociedade, o Estado, como um agente em defesa desses interesses, era um dos aspectos importantes que garantia vantagens competitivas. Todavia, o advento dos conflitos imperialistas, a experiência da Primeira Guerra Mundial, a revolução bolchevique e a crise econômica de 1929 implicaram em uma crise da hegemonia liberal⁴. Essa crise abriria espaço às ideias de John Maynard Keynes (1883–1946) sobre o planejamento e o intervencionismo estatal como fundamentais na promoção do crescimento econômico e do pleno emprego. Keynes defendeu uma política econômica de intervencionismo estatal, na qual os governos utilizariam instrumentos fiscais e monetárias para regular os ciclos econômicos de recessão, depressão e expansão (Keynes, 2017). Após a eclosão da Segunda Guerra Mundial, as ideias econômicas de Keynes foram adotadas pelas principais potências econômicas do Ocidente pelo menos até os anos 1970.

O surgimento do neoliberalismo também se dá em meio a um processo de crise de hegemonia das ideias intervencionistas, especialmente com as crises de superprodução e as dificuldades no reestabelecimento de níveis inflacionários adequados a políticas desse porte. Para Perry Anderson (1995), o neoliberalismo teria surgido após a Segunda Guerra Mundial no continente Europeu e nos Estados Unidos. No plano teórico e ideológico, esse fenômeno seria uma reação

4 Como já visto anteriormente, uma crise de hegemonia envolve não apenas uma crise econômica, mas também uma crise mais ampla de governamentalidade.

ao Estado intervencionista e de promoção de bem-estar por políticas econômicas keynesianas na Europa. Como marco do movimento neoliberal, podemos destacar a formação, em 1947, de um grupo de pensadores⁵ liderados por Friedrich Hayek (1899–1992), que tinha como objetivo refletir a respeito do bem-estar social da Europa após a Segunda Guerra Mundial, assim como lançar as bases teóricas contra essas políticas e ao *New Deal* estadunidense⁶, defendendo a centralidade do mercado na produção e alocação eficiente de recursos no âmbito das relações sociais capitalistas. Os pensadores propunham a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia, a qual só deveria ocorrer em setores imprescindíveis e minimamente necessários.

Nesse sentido, em oposição às ideias keynesianas, as ideias econômicas e políticas do neoliberalismo argumentam que todo planejamento estatal reduziria a liberdade dos indivíduos e, conseqüentemente, a segurança de toda a sociedade, de modo que a concorrência entre os agentes econômicos seria insubstituível. Dessa forma, a liberdade dos agentes econômicos deveria ser garantida pela existência de uma estrutura jurídico-legal garantida pelo Estado em termos de contratos. Para os pensadores neoliberais, o mercado seria a única instância de mediação racional, eficiente e livre (Tavares, 2009; Hayek, 2017).

Foucault (2008b), ao refletir sobre o neoliberalismo, distingue duas vertentes: o ordoliberalismo alemão e o neoliberalismo estadunidense. O ordoliberalismo alemão seria uma política que projeta uma economia de mercado do tipo concorrencial, mas que, ao mesmo tempo, é acompanhada da intervenção social que implica na revalorização da unidade da empresa como agente econômico fundamental dessa política. Por seu turno, no caso estadunidense, há pelo menos três características que se destacam: i) a crítica ao *new deal* e às políticas keynesianas do governo Roosevelt; ii) crítica ao plano Beveridge — *Report on Social Insurance and Allied Services*, — e às políticas de intervenção social e econômica desenvolvidas durante a Segunda Guerra Mundial; e iii) crítica aos programas sociais nos Estados Unidos no governo Truman após a 2ª Guerra Mundial. Para Foucault (2008b), o neoliberalismo estadunidense difere do

5 Entre esses pensadores, destacamos: Ludwig Von Mises (1881–1973), Michel Polanyi (1891–1976), Lionel Robbins (1898–1984) e Karl Popper (1902–1994).

6 O *New Deal* é considerado um plano econômico implementado na década de 1930 nos Estados Unidos pelo então presidente Franklin Roosevelt. Esse plano apresentava uma série de programas cujos objetivos passavam pela recuperação do emprego e da seguridade social, reformas tributárias e políticas setoriais que visavam ao estímulo da economia e à recuperação econômica. Esses programas incluíram a política habitacional, a construção de escolas, hospitais, estradas, prédios públicos, barragens, infraestrutura elétrica, entre outras ações. Cf. Mathias, *et al.*, 2021: 145-146.

européu pelo fato de implicar, para além do campo econômico, uma maneira de ser e de pensar.

Ao abordar o neoliberalismo, Foucault (2008a) chama atenção a um tipo de relação de poder pautado na governamentalidade que pulveriza o economicismo para os campos até então não alcançados pelo mercado. É nesse momento que ele aborda a ideia de indivíduos como empresas de si, como instituições de si que necessitam de auto-investimento para disputarem no mercado espaços de empregabilidade e ascensão na hierarquia social. Desse modo, se, na concepção liberal, o *homo economicus* seria aquele indivíduo dotado de uma racionalidade maximizadora de interesses próprios (Read, 2009). No neoliberalismo, essa faceta se aprofunda com a ideia de um homem como empresário de si e detentor de um capital humano formado por características inatas e habilidades adquiridas no decorrer da vida a serem gerenciadas por si para competição no mercado.

Por esse ângulo, para além de medidas políticas e econômicas associadas aos ajustes fiscais, elevação das taxas de juros e as contrarreformas, a hegemonia neoliberal tenderia a promover um modo de vida e, por conseguinte, de governo de si e dos outros, pautado numa subjetividade empreendedora, atômica, competitiva e catalisadora da individualidade. Essa relação não se daria apenas no nível subjetivo ou das formas de organização das relações de produção. O próprio Estado seria um elemento central desse fenômeno, uma vez que, por meio de dispositivos de poder vinculados à disciplina, controle e normatização, reproduziria em sua estrutura elementos associados ao âmbito competitivo, em especial, em relação a um Estado empresarial e regulador que toma como imagem e semelhança práticas gerenciais dos empreendimentos privados, conformando uma relação entre governantes e governados (Jamarillo, 2016).

Fundamentados em Foucault (2008a), entendemos que a hegemonia neoliberal fomenta essa relação para além do campo técnico e econômico, tendo como suporte dois processos específicos: i) um primeiro associado à extensão da análise econômica às áreas até então não tocadas pela racionalidade de mercado (como exemplos, podemos citar a educação ou a religião) e ii) um segundo vinculado ao desenvolvimento de modelos de análise econômica aplicados aos afetos, escolhas, modos de vida etc. (presentes, por exemplo, em livros de autoajuda, práticas de *coaching* e empresariamento de si). Dessa forma, o indivíduo humano, na chave interpretativa neoliberal estadunidense, obedeceria a interesses egoístas na busca de garantir suas próprias necessidades. Todavia, numa economia de mercado, para poder alcançar esses objetivos, os indivíduos necessitam investir e gerenciar a si próprios de modo semelhante a empresas

que precisam disputar espaços no mercado (Dardot e Laval, 2016). É importante considerar que essas continuidades e rupturas hegemônicas entre a governamentalidade liberal e a governamentalidade neoliberal envolvem diferentes formas de organização do trabalho relacionadas a diferentes dinâmicas de acumulação de capital e de constituição das subjetividades, conforme os diferentes momentos de desenvolvimento do capitalismo.

Hegemonia como articulação entre governamentalidade, formas de organização do trabalho e de constituição das subjetividades

O capitalismo, em suas diferentes formas de acumulação e organização do trabalho, supõe, portanto, diferentes formas de governamentalidade, mudando de forma e de funcionamento segundo mecanismos de poder historicamente diferentes. Com o advento desse modo de produção, a força de trabalho é considerada uma mercadoria, atingida pelas leis do mercado. Se, em Marx (2013), a acumulação primitiva do capital implicou na expulsão dos camponeses do âmbito rural para dentro das fábricas sob o regime salarial, esses mesmos camponeses tiveram que se adaptar ao novo ambiente insalubre das fábricas inglesas, com cargas horárias intensas.

Dessa forma, entendemos que, no âmbito da fábrica, conforme demonstra os experimentos de Taylor (1990), essas relações se fortalecem, especialmente com a otimização de técnicas sobre os corpos como o controle dos tempos e movimentos. É nesse saber disciplinar, ligado ao liberalismo clássico, que os corpos são organizados, distribuídos, supervisionados tendo como demanda a própria reprodução capitalista (Ambrózio, 2008). A produção milimetricamente estudada, os tempos e movimentos dos corpos, além da seleção e divisão das funções em regimes disciplinares da linha de produção, implicaram em um salto qualitativo da produção fabril, influenciando na condução de uma gestão mecânica do homem como extensão da máquina. Segundo Gramsci (2007c), ao analisar a sociedade estadunidense, a hegemonia nasce da fábrica; para ser exercida, não precisa de mais do que poucos intermediários políticos ou ideológicos, expandindo-se para além da experiência norte-americana, como na Itália governada pelo fascismo⁷.

7 É curioso pensarmos também que a adoção do taylorismo fez parte do programa de transição socialista da União Soviética nos anos 1920 para servir ao “surgimento de uma classe operária disciplinada e consciente dos objetivos do trabalho social” e para “educar as massas camponesas na utilização de métodos científicos de plantio, como de máquinas” (Roio, 2018: 154).

Nessa mesma perspectiva, outra peça-chave para entendermos essas formas disciplinares no âmbito produtivo seriam os estudos realizados pelo engenheiro francês Henri Fayol (1988), que percebeu que a organização do pessoal nas grandes empresas promoveria ganhos em termos de produtividade e rentabilidade. Um saber-fazer científico deveria ser de ordem e seleção de pessoas específicas na atividade produtiva: os administradores aplicariam técnicas, estudos e análises, tornando a gestão balizada por elementos científicos e racionalizando a divisão do trabalho intelectual e manual.

Desse modo, as análises de Taylor e Fayol subsidiaram em grande medida os avanços obtidos por Henry Ford, fundador de uma das marcas mais conhecidas do mundo: *Ford Motor Company*. Ford percebeu a preponderância de formas disciplinares e de criação de novas relações de poder que usurpavam do operariado o saber-fazer de suas atividades, colocando-o a serviço da empresa e de castas burocráticas especializadas. Thomas Gounet (1999) entende que a lógica de produção criada por Ford conseguiu racionalizar as operações fabris de modo a combater desperdícios de tempo e insumos, propiciando uma produção em massa. Os avanços obtidos por Ford por meio dos estudos empreendidos por Taylor e Fayol puderam fomentar um padrão de governamentalidade liberal mecânica, com demanda pela centralização e hierarquização dos indivíduos nos ambientes de trabalho semelhante aos agrupamentos militares, arregimentados por ordens e normas. Com o fordismo, assistimos ao surgimento de controles e supervisões sobre o corpo de funcionários de modo mais profissional. Contudo, embora essas ações pareçam se moldar no campo corpóreo, não podemos nos esquecer de que o fordismo também apresentava como estratégia a conformação de mentalidades e formas de subjetividades necessárias à produção em massa, elemento que Gramsci (2007c) observou ao analisar os Estados Unidos, especialmente no que diz respeito à estratégia de Ford em disciplinar os operários por intermédio de elementos como o controle sobre os seus hábitos cotidianos fora da fábrica.

Essas disciplinas dentro e fora da fábrica podem ser compreendidas, em nossa interpretação, como um ponto de contato entre Gramsci e Foucault, entre consenso e disciplina, hegemonia e governamentalidade. Percebemos como o regime disciplinar sobre os corpos e mentes dos indivíduos no capitalismo se basearam em procedimentos e técnicas de administração, ou de um saber-fazer científico em prol da geração de mais-valor. Contudo, embora o Fordismo tivesse institucionalizado um padrão de governamentalidade em consonância com políticas keynesianas até a década de 1970, ele não conseguiu escapar da contradição inerente à lógica de geração de mais-valor do capital, implicando

assim na incapacidade de manutenção de um regime de acumulação baseado na produção de massa.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que ocorria o crescimento da influência de ideias neoliberais no mundo na segunda metade do Século XX, reconfigurações eram processadas no capitalismo na década de 1970, especialmente no tocante à flexibilização e aos saltos qualitativos da demanda por produtos mais diversificados que fizeram o fordismo ser adaptado pela cultura japonesa após a Segunda Guerra Mundial, exigindo uma nova forma de gestão flexível por parte dos Estados nacionais. O fluxo produtivo determinado pela demanda, a necessidade de aproveitamento de tempo e espaço num território formado por arquipélagos e a flexibilização da produção e consequentemente do trabalho foram pontos essenciais para que, no Japão, em especial, na empresa Toyota, a produção fosse diversificada e rápida (Gounet, 1999).

Essa flexibilidade não se deu sem a exploração dos operários e de novas formas de extração de mais-valia de forma absoluta e relativa (Marx, 2013). Com investimento em automação, os operários japoneses operaram no mínimo cinco máquinas no ciclo produtivo, eliminando os tempos vazios de modo a intensificar a produção. Isso exigiu uma especialização flexível, provocando o reagrupamento do saber-fazer dos operários nos círculos de qualidade que, por intermédio de conversas e debates sobre a produção, tinham a “oportunidade” de opinar sobre as melhores formas de promoção da eficiência de sua atividade. A criação de empregos vitalícios para uma parcela operária japonesa andava em paralelo com o crescimento das contratações temporárias e flexíveis que implicavam em condições de trabalho precárias e subcontratadas. A qualidade, sendo um dos pontos de atenção do sistema, ocasionava uma produção vigiada por indicadores que ditam o ritmo da produção a ser alcançado pelos operários.

É necessário destacar que essas distintas formas organizacionais não são estáticas, e muito menos excludentes. Há um constante processo de aglutinação e apropriação de tecnologias de poder de uma forma para outra. Nessa perspectiva, as décadas de 1970 e 1980 marcam de forma singular o aprofundamento dessa gestão mais flexível, exigindo das classes trabalhadoras novas formas de submissão de seus corpos e mentes ao gerencialismo e a uma mentalidade empresarial, conforme expressam Boltanski e Chiapello (2009) ao estudarem sobre a literatura empresarial produzida na França na década de 1960 e 1990. O destaque dado por esses autores a esse pensamento empresarial é bastante semelhante às interpretações realizadas por Dardot e Laval (2016) no que diz respeito ao empresariamento de si, uma vez que a busca por dirigentes flexíveis nessa década necessitava da implantação de ideias associadas à

motivação e criação de condições nas grandes corporações em que os executivos fossem seus “próprios patrões”.

Como veremos a seguir, esse modo de pensar também é difundido para além das empresas e fábricas, inundando elementos da vida comum por intermédio de uma governamentalidade neoliberal que toma a reboque o gerencialismo como forma de manutenção e materialização desses elementos ideológicos.

Governamentalidade neoliberal e mundo empresarial: o gerencialismo em questão

A impossibilidade de gerar mais-valor no âmbito estrito da produção à contradição interna do capital em sobrepor o capital fixo ao capital variável implicou numa reconfiguração em que a supremacia da esfera financeira acabou detendo primazia no processo de acumulação. Essa lógica fomentou uma governamentalidade neoliberal que cria as condições sociais e institucionais para a superexploração do trabalho. Ainda que não se reduza aos interesses financeiros, essa lógica está associada à hipertrofia do capital financeiro que, desde a década de 1970, ganha um relevo acentuado para o padrão de acumulação capitalista contemporâneo (Boltanski; Chiapello, 2009).

Esse padrão foi posto em prática pela própria ação dos Estados e das organizações econômicas multilaterais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, coletivos orgânicos criados de consenso em convivência com os empreendimentos privados no sentido de criarem regras para o crescimento exponencial das finanças em escala planetária. Não por acaso, na década de 1980, a primeira-ministra da Inglaterra Margareth Thatcher e o presidente dos EUA, Ronald Regan, implementaram as políticas neoliberais em seus respectivos Estados, logo as difundindo pelo mundo por intermédio daqueles organismos multilaterais. Na América Latina, podemos observar essa disseminação por meio do Consenso de Washington com suas medidas de ajuste econômico, fiscal e social (Williamson, 2002; 2003; 2004), sem nos esquecermos obviamente da experiência chilena com a ditadura Pinochetista, considerada um dos primeiros choques neoliberais no mundo.

No período contemporâneo, Dardot e Laval (2016) identificam que a crise econômica que assolou o mundo em 2008 expressou também uma crise do próprio neoliberalismo em sua forma de governar por meio da ideia de competitividade e de centralidade no mercado, o que, em termos gramscianos, pode ser compreendido como uma crise orgânica em que a liderança e o consenso são abalados e contestados pelas classes subalternas, colocando em evidência a hegemonia estabelecida (La Porta, 2017: 317-319). Todavia, essa crise orgânica,

como seria de se esperar pela definição gramsciana, não coincide com uma crise de hegemonia, pois a hegemonia neoliberal fortalece sua governamentalidade instrumentalizando as crises, inclusive as que ele mesmo produziu. A hegemonia neoliberal toma a forma de “governo pelas crises”, numa espécie de governamentalidade como gestão contínua de crises econômicas e até mesmo crises políticas da democracia liberal, muitas vezes pela desregulamentação e financeirização crescentes da economia associadas um processo de consolidação autoritária de um Estado penal e gerencial em oposição ao um Estado social ou democrático. Em vista da precariedade e da insegurança econômica e social, a hegemonia neoliberal é uma gestão competitiva do “risco” e da “incerteza” como algo intrínseco à vida.

Nesse aspecto, para estabelecer um consenso em torno da ideia de uma concorrência sistemática entre os indivíduos em sociedade (Druck, 2021), o Estado cumpre um papel fundamental para a coprodução de normas e dispositivos jurídicos que, por um lado, aumentam a liberdade de mercado, mas, por outro, ampliam a criminalização da resistência organizada dos trabalhadores e o encarceramento em massa das populações marginalizadas pelo mercado (pobres, minorias étnicas, imigrantes etc.) por intermédio de políticas criminais de “tolerância zero” e de “guerra às drogas”, alimentando a execução penal terceirizada para empresas privadas (Waquant, 2001).

Portanto, a síntese entre poder financeiro e capacidade de criação pelo Estado de regras jurídico-políticas colocaram os trabalhadores em um patamar de submissão e disciplinamento atrelado à exigência de resultados nas relações de trabalho, mas também no gerenciamento de suas vidas cotidianas, inclusive nas práticas comunitárias mediante o imperativo do empreendedorismo (Gago, 2021). Os assalariados se veem em uma situação crescente de exposição a um sistema de estímulo e punição inerentes às práticas empresariais e são reproduzidas também por um Estado empresarial que, baseando-se nos ideais de eficiência, eficácia e efetividade, tem em vista racionalizar os recursos públicos já rapinados pelo capital por intermédio de dispositivos como a financeirização da dívida pública (Santana, 2018). Desse modo, com a pressão exercida pelas ideias neoliberais associadas a uma diminuição do poder estatal no provimento direto de políticas sociais e à extensão dessas atividades ao âmbito penal, os governos adotam uma administração empresarial na conduta de suas ações.

Sob o manto do neoliberalismo, a gestão na administração pública se torna mais flexível, sobretudo desde a década de 1980. De um Estado produtor e prestador direto de ações públicas, adotou-se em sua estrutura interna padrões gerenciais de conduta e avaliação das políticas, submetendo o funcionalismo público a

parâmetros ligados a metas, índices e objetivos a serem atendidos, sem, contudo, questionar a própria incapacidade desse Estado em investir em políticas públicas. Ao visualizarem as empresas como modelos de excelência na gestão, as administrações públicas de países como Estados Unidos e Inglaterra adotaram um padrão de governamentalidade que se apresenta como indutor de promoção à eficiência e à redução de custos. A importação das regras de concorrências do mercado para o setor público se torna comum, assim como a mercantilização dos serviços públicos e seu funcionamento conforme as regras empresariais (Carnut e Narvai, 2016).

Essas práticas derivam do gerencialismo, considerado uma ideologia imprescindível para as contrarreformas estatais que ocorreram nas décadas de 1980 e 1990 por imposição do neoliberalismo, que implica na tradução das práticas dos negócios do setor privado para o setor público, do qual, mesmo naqueles serviços que em tese tinham como instância mantenedora o Estado, foram exigidos padrões gerenciais de administração dos recursos, baseados em índices de qualidade e competitividade (Newman e Clarke, 2012).

O gerencialismo implica na preponderância da empresa e da figura do gerente como o indivíduo que, mediante habilidades e competências técnicas para atuação no mercado, traz o dinamismo empresarial e o empreendedorismo. O controle racional dos recursos, o alcance de metas, a eficiência e efetividades dos processos são elementos que os gerentes consideram quando estão à frente das empresas, promovendo qualidade e excelência no atendimento das demandas do mercado capitalista (Newman e Clarke, 2012). Por esse viés, o gerencialismo estaria mais associado a uma cultura organizacional que tem na dinâmica da empresa capitalista e na atuação dos gerentes seu demiurgo.

Consideramos que, sob a hegemonia neoliberal, os Estados são guiados por diretrizes e técnicas gerenciais, especialmente no sentido de que, diante da necessidade de privatização e diminuição da função do Estado como interventor na economia, resta a capacidade técnica, como uma alocação racional e não-política de recursos públicos tidos como naturalmente escassos, evitando, por outro lado, o “risco fiscal”. Por esse ponto de vista, premissas do aumento da qualidade, descentralização da autoridade administrativa e adoção de um modelo baseado na quebra das disfunções administrativas se coadunam na governamentalidade neoliberal.

Países como Estados Unidos e Inglaterra tomaram a dianteira desse processo no Estado, sendo inclusive praticado por governos autointitulados de esquerda, como o de Tony Blair, do Partido Trabalhista, com sua estratégia de terceira via inspirada no pensamento do sociólogo britânico Anthony Giddens (2005). Em países como Canadá, Nova Zelândia e Austrália, esse mesmo padrão foi

paulatinamente ajustado e reproduzido. No Brasil, a gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso é caudatária dessa lógica mediante as contrarreformas neoliberais e programas de privatização, além do estabelecimento do gerencialismo na gestão pública (Ribeiro Jr, 2013).

Essa lógica gerencial teria como centro de ação o universo econômico, social e cultural ditado pela empresa (Gaulejac, 2007), salientando que, ao ter como inspiração as organizações empresariais privadas, estas se expandiram pelo globo terrestre para uma ampliação de seu poder de ação. Com o toyotismo, baseado na ideia de flexibilidade e no aumento da taxa de exploração, não é demasiado considerarmos que o espectro do gerencialismo fosse aglutinado em um conjunto de técnicas que submetem o trabalho ao crivo de uma vigilância ainda mais calculista do que a pensada por Taylor no início do Século XX como parte de um processo de aperfeiçoamento e aprofundamento de uma suposta “racionalidade universal” no decorrer do tempo e do espaço, da economia à política, da administração à espiritualidade (Dardot e Laval, 2016).

O gerencialismo, nesse aspecto, serve como suporte para que a hegemonia neoliberal reafirme valores como o individualismo, competitividade, capital humano e centralidade no mercado, fornecendo elementos argumentativos para que sua hegemonia seja vista como senso comum. A necessidade do capital de se autovalorizar com base numa maior taxa de exploração das classes trabalhadoras encontra no conjunto de técnicas administrativas aglutinadas sob a batuta do gerencialismo o meio para a vigília e controle das mentes e dos corpos como autogoverno dos indivíduos.

Dessa forma, o gerencialismo também pode ser considerado uma doutrina econômica inspirada no institucionalismo econômico, segundo a qual, em longo prazo, haveria uma hegemonia da condução do Estado pelos técnicos e gerentes. Desde a crise capitalista da década de 1970, essa tendência gerencial se transforma com a elevação do capital financeiro passando a se deslocar para um quadro preenchido por acionistas de grandes corporações, o que também influenciou na forma de flexibilização das relações sociais de produção do centro e na periferia do capitalismo (Souza Santos, 2003). Enquanto fenômeno que aglutina técnicas administrativas de controle no seio da fábrica e das empresas privadas, o gerencialismo é o motor propulsor de controle e manifestação de uma governamentalidade neoliberal também por parte do Estado que, por intermédio de uma administração pública gerencial, reproduz práticas sociais vinculadas às ações como a parceria entre organizações públicas e privadas, terceirização de serviços públicos, privatização de empresas estatais e medidas de mensuração do desempenho pessoal.

Os procedimentos de controle por meio do desempenho pessoal, da avaliação por meio de *ranking* e de mecanismos de competitividade foram incorporados no Estado como uma forma de proporcionar celeridade e qualidade nos serviços públicos. Dessa forma, fica justificada a lógica do mercado no âmbito estatal. No Estado, a adoção de uma perspectiva concorrencial na gestão das políticas públicas e no aparelho estatal é denominada administração pública gerencial, que busca a superação de uma burocracia rígida e pouco flexível na gestão estatal, orientando-se por intermédio de índices e objetivos que quantificam a eficiência na busca por metas e resultados.

Ao mencionarmos esses elementos existentes no Estado, não queremos afirmar, como evidenciado no início do artigo, que as relações de poder implicam em um governo como instituição. Entretanto, avaliamos como necessário apontar como a conformação da hegemonia neoliberal se lança de forma primária no seio da sociedade civil por intermédio de núcleos empresariais e dos avanços das técnicas administrativas de controle sobre os corpos. A produção de novas relações de governamentalidade passa, desde o surgimento do Estado moderno, pela criação e institucionalização de normas por meio do âmbito jurídico (Foucault, 2008b). A própria Economia Política seria uma dessas normas, uma vez que ela dita o que deve ser ou não feito quanto às relações sociais de produção de determinado território. Nesse sentido, a hegemonia neoliberal expressa, desse modo, um conjunto de técnicas e normas de condutas sobre o corpo dos indivíduos e do próprio Estado, mediante o ideário do empresariamento da vida (Grün, 1999); já o gerencialismo, conforme destacado na presente sessão, funciona como o cimento que arremonta esse padrão de governamentalidade.

Considerações finais

Neste artigo, objetivamos realizar uma reflexão teórica acerca do neoliberalismo, compreendido como um regime hegemônico de governamentalidade. Em um primeiro momento, desenvolvemos, por meio da aproximação do pensamento de Gramsci ([1932] 2007a; [1932] 2007b) e de Foucault (1999, 2008a, 2008b, 2010, 2014a, 2014b), a ideia de que a hegemonia neoliberal envolve uma governamentalidade que não pode ser reduzida a uma forma determinada de produção e acumulação de riqueza ou a um conjunto particular de políticas de austeridade econômica. Essa aproximação teórica nos possibilitou perceber que a governamentalidade não é a forma de poder única num dado momento histórico (coexistindo com outras formas ou regimes de poder), nem homogênea ao longo do tempo (assumindo diferentes formas em diferentes momentos do

desenvolvimento histórico do capitalismo). Se, em Gramsci, a ideia de hegemonia está alicerçada sob a condição de construção de consenso mais coerção, entendemos que a construção de uma hegemonia implica a configuração de um regime de governamentalidade que perpassa a constituição de subjetividades e modos de inter-relação social.

Se, com o liberalismo, há um regime de governamentalidade que tem na centralidade do mercado e dos interesses dos indivíduos um tipo mecânico de hierarquização social, considerando as formas de organização clássicas do trabalho, como o taylorismo e o fordismo, no neoliberalismo, essas ideias são aprofundadas, tirando inteiramente o crivo da intervenção estatal e atomizando os interesses numa perspectiva que atravessa os sujeitos, constituindo-os como indivíduos empresas, que precisam, para competir no mercado, gerenciar a própria vida numa perspectiva de empresariamento de si. Dessa forma, por meio da leitura foucaultiana acerca dos fenômenos da governamentalidade, compreendemos que o ataque ao Estado de bem-estar social no continente europeu implicou mais do que uma crise do Estado: ele envolveu uma crise na forma de governamentalidade até então hegemônica. É desse modo que o neoliberalismo é caracterizado por uma forma particular de governamentalidade que atua na conformação de subjetividades competitivas e no ideário do homem empresarial, que se aprofundam com acumulação flexível e o Toyotismo.

Nessa relação recíproca entre necessidades de acumulação capitalista e formas de governar os indivíduos, sob um período de flexibilização das relações laborais, a década de 1980 marca um ponto de clivagem significativo, uma vez que países como Estados Unidos e Inglaterra materializam os ideários neoliberais em suas estruturas administrativas e em seus planejamentos econômicos, que, em razão de sua hegemonia geopolítica global, também influenciam as economias dependentes e periféricas do sistema capitalista global, incluindo a América Latina e, nessa região, o Brasil. Dessa forma, balizados por um ideal governamental associado ao livre mercado e à flexibilização no campo trabalhista, a empresa é elevada como instituição modelo para replicar, no governo das condutas, individuais ou institucionais, uma lógica gerencial baseada na competitividade empresarial.

Nesse sentido, a hegemonia neoliberal, mediante o gerencialismo, pulveriza a perspectiva competitiva para o âmbito das micro-relações de poder existentes entre os próprios indivíduos. Por intermédio da ideia de capital humano, o neoliberalismo institucionaliza os mecanismos empreendidos pelo gerencialismo que buscam eficiência, eficácia e efetividade. Ainda que, em si mesmas, as técnicas gerenciais que objetivam a eficiência e o desempenho não sejam

problemáticas, elas cumprem, no neoliberalismo, a função de reprodução de um regime de poder que tende a suprimir a autonomia dos trabalhadores, aumentar as tensões e incertezas da empregabilidade por meio da precarização e da flexibilidade, ampliando a acumulação de capital, a concentração de riqueza e o aumento das desigualdades.

Diante do exposto, compreendemos que a hegemonia neoliberal se apresenta como uma organização particular de dispositivos de governo das condutas muito além da regulação social pela “mão invisível” do mercado, por um lado, ou dos aparelhos jurídicos e repressivos do Estado, por outro. A regulação das práticas sociais e suas formas de organização se sustenta na própria dinâmica de aperfeiçoamento de técnicas gerenciais de gestão que, sob a perspectiva do neoliberalismo e seu ideário da competição empresarial como mediação reguladora dos diversos interesses sociais, fornece ao aparelho estatal, assim como às relações cotidianas da vida, técnicas de disciplinamento, regulação e gestão de risco ou crises como recursos para vantagem competitiva.

Referências

- AMBRÓZIO, Aldo. *Empresariamento da vida: a função do discurso gerencialista nos processos de subjetivação inerentes à governamentalidade neoliberal*. Curitiba, Appris, 2018.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, pp. 09-23.
- BOLTANSKI, Luc e CHIAPPELLO, Ève. Primeira Parte: Emergência de uma nova configuração ideológica. I O discurso empresarial dos anos 90. In: BOLTANSKI, Luc; CHIAPPELLO, Ève. Primeira. *O novo Espírito do Capitalismo*. São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2009, pp. 83-129.
- BRAGA, Ruy. *Rebeldia do Precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global*. São Paulo, Boitempo, 2017.
- BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2019.
- CARNUT, Leonardo e NARVAI, Paulo Capel. Avaliação de desempenho de sistemas de saúde e gerencialismo na gestão pública brasileira. *Saúde e Sociedade*. [On-line]. São Paulo, v. 25, n. 2. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902016144614>. Acesso em: 12 set. 2022.

- DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Boitempo, 2016.
- DRUCK, Graça. O Estado neoliberal no Brasil: a ideologia do empreendedorismo e o fim dos servidores públicos. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. [On-line], v. 11, n. 3, set.-dez. 2021, pp. 821-844. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1067/478>. Acesso em: 12 set. 2022.
- FAYOL, Henri. *Administração industrial e geral: previsão, organização, comando, coordenação, controle*; 10. ed. São Paulo, Atlas, [1916] 1988.
- FOUCAULT, Michel. *O Governo de Si e dos Outros. Curso dado no College de France (1982-1983)*. São Paulo, Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População: curso dado no College de France (1977-1978)*. São Paulo, Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica. Curso dado no College de France (1978-1979)*. São Paulo Martins Fontes, 2008b.
- FOUCAULT, Michel. Direito de morte e poder sobre a vida. In: FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2014a, pp. 145-174.
- FOUCAULT, Michel. *Do Governo dos Vivos: curso no Collège de France (1979-1980)*. São Paulo, Martins Fontes, 2014b.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975 - 1976)*. 2ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2015.
- FREIRE, Alyson Thiago Fernandes. Afinidades eletivas: Foucault, a sociologia e os sociólogos. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. [On-line], v. 8, n. 1, jan.-jun. 2018, pp. 265-288. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/664/252>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- GAGO, Verónica. Neoliberalismo y después: empresarialidad, autogestión y luchas por la reproducción social. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. [On-line], v. 11, n. 3, set.-dez. 2021, pp. 957-970. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1142/483>. Acesso em: 12 set. 2022.
- GAULEJAC, Vicent de. *Gestão como doença social: ideologia, poder Gerencialista e fragmentação social*. Aparecida, Ideias & Letras, 2007.
- GIDDENS, Anthony. *A terceira via: Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. 5ª Ed. Rio de Janeiro, Record, 2005.
- GOUNET, Thomas. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo, Boitempo, 1999.

- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere. I Quaderni: 1 - 5*. 2. ed. Edizione critica dell'Istituto Gramsci A cura di Valentino Gerratana. Turim, Einaudi Editore, 1975.
- GRAMSCI, Antonio. Controle Operário. In: GRAMSCI, Antonio. *Escritos Políticos, volume II*. Lisboa, Seara Nova, 1977, pp. 267-270.
- GRAMSCI, Antônio. Caderno 11: Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Volume 3*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização brasileira 2007ª, pp. 11-110.
- GRAMSCI, Antônio. Caderno 18: Nicolau Maquiavel II. in: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Volume 3*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2007b, pp. 111-116.
- GRAMSCI, Antonio. Caderno 22: Americanismo e Fordismo. In: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Volume 3*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007c, pp. 239-283.
- GRÜN, Roberto. Modelos de empresa, modelos de mundo: sobre algumas características culturais da nova ordem econômica e da resistência a ela. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 14, n. 41, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69091999000300008>. Acesso em: 12 set. 2022.
- HAYEK, Friedrich August. *O caminho da servidão*. São Paulo, LVM editora, 2017.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 2014.
- JARAMILLO, Pablo. Governamentalidades futuristas: governar el hogar en la era del optimismo tecnológico. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 6, n. 1, jan.-jun. 2016, pp. 75-95. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/398>. Acesso em: 12 set. 2022.
- KEYNES, John Maynard. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo, Saraiva Educação SA, 2017.
- LA PORTA, Lelio. Crise orgânica. In: LIGUORE, Guido e VOZA, Pasquale (orgs.). *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. São Paulo, Boitempo, 2017, pp. 317-319.
- LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Buenos Ayres, Fondo de Cultura Económica, 2004.
- LAVAL, Christian. *Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal*. São Paulo, Elefante, 2020.
- LOCKE, John. *Dois tratados do governo civil*. Lisboa, Leya, 2019.
- LOSURDO, Domenico. *O marxismo ocidental: como nasceu, como morreu, como pode renascer*. São Paulo, Boitempo, 2018.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo, n-1 edições, 2018.
- MARX, Karl. *O capital: Crítica da Economia Política. Livro I: O processo de produção do capital*. São Paulo, Boitempo, [1867] 2013.
- MATHIAS, João Felipe Cury Marinho et al. Green New Deal como estratégia de desenvolvimento pós-pandemia: lições da experiência internacional. *Revista Tempo do*

- Mundo*. Brasília. v. 26, pp. 145-173, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/313>. Acesso em: 12 set. 2022.
- NEWMAN, Janet e CLARKE, John. Gerencialismo. *Educação e Realidade*. [On-line], v. 37, n. 02, pp. 353-381, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/29472>. Acesso em: 05 fev. 2023.
- PIKETTY, Thomas. *O Capital no século XXI*. Rio de Janeiro, Editora Intrínseca, 2013.
- READ, Jason. A Genealogy of Homo-Economicus: neoliberalism and the production of subjectivity. *Foucault Studies*. Porcelænshaven. v. 6, pp. 25-36, 2009. Disponível em: <https://rauli.cbs.dk/index.php/foucault-studies/article/view/2465>. Acesso em: 12 set. 2022.
- RIBEIRO JR, Amaury. *A privatária tucana*. São Paulo, Geração Editorial, 2013.
- ROIO, Marcos Del. *Gramsci e a emancipação do subalterno*. São Paulo, Editora UNESP, 2018.
- SANTANA, Laudicéia Araújo. Transformismo e o sistema da dívida pública brasileira nas definições programáticas do partido dos trabalhadores e no governo Lula (2003-2010). 2018. 267 f. Tese de doutorado, Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2018. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/2190>. Acesso em: 12 set. 2022.
- SANTOS, Reginaldo Souza. As contribuições dos economistas ao estudo da administração política: o institucionalismo, o gerencialismo e o regulacionismo. *Organ. Soc.* Salvador, v. 10, n. 28, pp. 99-116, Dec. 2003. Disponível em: <http://whhttp://dx.doi.org/10.1590/S1984-92302003000400007>. Acesso em: 06 ago. 2019.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2017.
- TAVARES, Maria Augusta. Liberalismo e Neoliberalismo: semelhantes, mas diferentes. *Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP)*, São Luis, 2009. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/2_transformacoes-do-mundo-do-trabalho/liberalismo-e-neoliberalismo.pdf. Acesso em: 9 fev. 2023.
- TAYLOR, Frederick Winslow. *Princípios de administração científica*. São Paulo, Atlas, 1990.
- TROTSKY, Leon. *A história da Revolução Russa. Volume 1: a queda do tzarismo*. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.
- WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.
- WILLIAMSON, John. *Depois do Consenso de Washington: Uma Agenda para Reforma Econômica na América Latina*. Washington: Institute for International Economics. 2003. Disponível em: <https://piie.com/publications/papers/williamson0803.pdf>. Acesso em: 20 Mar. 2019.

WILLIAMSON, John. *What Washington Means by Policy Reform*. Washington: Institute for International Economics. 2002. Disponível em: <https://piie.com/commentary/speeches-papers/what-washington-means-policy-reform>. Acesso em: 18 Mar. 2019.

WILLIAMSON, John. *The Washington Consensus as Policy Prescription for Development*. Washington: Institute for International Economics, 2004. Disponível em: <https://piie.com/publications/papers/williamson0204.pdf>. Acesso em: 20 Mar. 2019.

Recebido em: 11/11/2022

Aprovado em: 27/01/2023

Como citar este artigo:

NOGUEIRA, Kleiton Wagner Alves da Silva; SALES JÚNIOR, Ronaldo Laurentino de. Governamentalidade e consenso na construção da hegemonia neoliberal: aproximações teóricas. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 2, maio - agosto. 2023, pp. 513-538.



Decolonialidade e a Teologia Negra no Brasil: o lugar afrodiaspórico no projeto decolonial

Charlisson Silva de Andrade¹

Petrônio Domingues²

Resumo: O artigo tem a finalidade de examinar aspectos da Teologia Negra no Brasil, tendo em vista o seu potencial decolonial. A análise está centrada nas publicações sob a chancela do Grupo Atabaque: Cultura Negra e Teologia, de São Paulo, por ter sido um dos precursores e mais importantes centros de produção e difusão do pensamento teológico negro no Brasil. Antes, porém, serão abordados: o entrelaçamento entre Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico; o possível lugar da Teologia no projeto Decolonial; e, por fim, a constituição, o desenvolvimento e a retórica da Teologia Negra no Brasil.

Palavras-chave: Teologia negra; decolonial; diáspora; negro; raça.

Decoloniality and Black Theology in Brazil: The Place of the African Diaspora in the Decolonial Project

Abstract: *This paper aims to examine aspects of Black Theology in Brazil, in view of its decolonial potential. Its analysis focuses on the Grupo Atabaque: Cultura Negra e Teologia (Atabaque Group: Black Culture and Theology) from São Paulo, as it is one of the precursors and most important hubs of production and*

1 Universidade Federal de Sergipe (UFS) – São Cristóvão – Brasil – lenodeandrade@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0001-7830-9997>

2 Universidade Federal de Sergipe (UFS) – Sao Cristovao – Brasil – pjdomingues@yahoo.com.br – <https://orcid.org/0000-0002-0116-5064>

dissemination of Black theological thought in Brazil. First, however, it addresses the intertwining of Decoloniality and Afro-Diasporic thinking. Then, it goes on to analyze the possible place of Theology in the Decolonial project, and finally, the formation, development and discourse of Black Theology in Brazil.

Keywords: *Theology; decolonial; diaspora; Black; race.*

Decolonialidad y teología negra en Brasil: el lugar afrodiaspórico en el proyecto decolonial

Resumen: El artículo tiene como objetivo examinar aspectos de la Teología Negra en Brasil, en vista de su potencial decolonial. El análisis se centra en el Grupo Atabaque: Cultura Negra e Teologia, de São Paulo, por haber sido uno de los precursores y más importantes centros de producción y difusión del pensamiento teológico negro en Brasil. Antes, sin embargo, se abordará, en un primer momento, el entrelazamiento entre la decolonialidad y el pensamiento afrodiaspórico. Luego, el posible lugar de la Teología en el proyecto decolonial. Y, finalmente, la constitución, desarrollo y discurso de la Teología Negra en Brasil.

Palabras clave: Teología negra; decolonial; diaspora; negro; razas.

Introdução

A Teologia Negra é uma perspectiva teológica cristã antirracista surgida nos Estados Unidos, no final da década de 1960, com base em reflexões gestadas no Comitê Nacional do Clero Negro. Ela ganhou maturidade e notoriedade com as primeiras publicações do teólogo James Cone (1983; 1986). No Brasil, a Teologia Negra tem o seu advento entre as décadas de 1980 e 1990, articulando mensagem cristã com pautas relativas ao racismo e antirracismo. Sua sistematização foi resultante da militância pastoral negra e ganhou projeção e maior relevância por meio das publicações do Grupo Atabaque. Seja no Brasil, nos Estados Unidos, na África do Sul ou nos diversos países onde angariou adeptos, em linhas gerais, a Teologia Negra consiste numa hermenêutica contextual que engendra uma interpretação bíblica à luz da situação histórica do povo negro (Santos, 2017; Andrade, 2020).

No presente artigo, pretendemos cartografar e examinar aspectos da Teologia Negra no Brasil, tendo em vista o seu potencial decolonial. Devido ao limite de laudas, centraremos a nossa análise nas publicações sob os auspícios do

Grupo Atabaque: Cultura Negra e Teologia, de São Paulo, por ter sido um dos pioneiros e principais centros de produção e difusão do pensamento teológico negro no Brasil.

No primeiro momento, abordaremos a relação entre Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico, uma vez que falar sobre Teologia Negra significa enveredar pela produção intelectual da diáspora negra. Em seguida, trataremos do possível lugar da Teologia no projeto Decolonial. Por fim, enfocaremos na formação e no desenvolvimento da Teologia Negra no Brasil, baseado sobretudo nos textos editados pelo *Grupo Atabaque*.

Nosso pressuposto é que a perspectiva decolonial de descentrar o Ocidente (de seu olhar e de seu lugar de enunciação) possui implicações fundamentais não apenas para as teorias políticas e da sociedade, mas também para as teorias do conhecimento. O que está em jogo é a formação de uma epistemologia decolonial, que ecoa e passa a se relacionar com as pesquisas desenvolvidas no âmbito das relações étnico-raciais, especialmente com a construção de uma epistemologia negra. Esse paradigma é notadamente reflexivo no sentido de que não pode se abster de problematizar a própria epistemologia, a qual, por sua vez, encontra-se no coração da produção do saber no Ocidente. Se “pretendemos questionar o ‘saber’, é igualmente necessário interrogarmos o seu *modus operandi*: a epistemologia pós-colonial ou decolonial também deve ser uma epistemologia descolonizada”. Em outros termos, “problematizar a descolonização dos saberes enquanto questão epistemológica *per se* é legítimo e, mais, ainda essencial” (Renault, 2018: 94-95).

Como argumenta Matthieu Renault, a descolonização dos saberes não é a inversão da lógica binária do colonialismo, a recusa e o banimento de teorias nascidas no Ocidente – ainda que tal exclusão/inversão possa se dar em algum momento. Descolonizar os saberes significa, principalmente, “produzir variações das teorias nascidas no Ocidente, descentrá-las”. Ou seja, “significa deslocá-las, fazê-las viajar para além do Ocidente”. Nesse sentido, a epistemologia decolonial implica em levar em conta os processos de deslocalização e realociação dos olhares, saberes e dizeres de uma geopolítica diaspórica, de viagens, dispersões, migrações, exílio etc. (Renault, 2018: 95-96). No que tange à experiência negra transatlântica, advinda da escravidão moderna e de seus legados, a questão é conceituar aquilo que podemos chamar de teorias de dispersão ou afrodiaspóricas (Butler e Domingues, 2020).

A proposta de investigar conhecimentos não eurocêntricos sobre a experiência negra, de se recusar a ver as populações afrodiaspóricas como massa amorfa e simplesmente submissa, escarafunchando sua capacidade de ação, resistência,

reapropriação e produção de saberes, é um esforço heurístico *a priori* deveras positivo, que desafia o projeto Decolonial. Leva-se em consideração, inclusive, que os estudos decoloniais tendem a negligenciar a *negritude* como conceito e realidade ontológica irredutível à mera subalternidade devido à violência específica, desumanizadora e estrutural da passagem da escravidão para a abolição e as formas modernas de subjugação racial. Para problematizar esse olhar enviesado, a pesquisa entabula aspectos da conexão historicamente produzida entre decolonialidade e raça, isso é, a interseccionalidade das formas de opressão e lutas contínuas de transgressão e insurgência (Domingues, 2021).

Decolonialidade e a produção intelectual afrodiaspórica

As agendas de investigação decolonial pouco dialogam com os estudos afro-brasileiros, quando não obliteram as ideias, aspirações e lutas da população negra. Como podemos reverter esse quadro? Não detemos a fórmula mágica. Porém, estamos convencidos da importância de se investir nessa interlocução – entre a Teoria Decolonial e o campo de estudos afro-brasileiros. Cabe dizer que, neste trabalho, utilizamos o conceito de *colonialidade* para dar conta das intenções ou das atitudes “colonialistas dos descendentes de europeus e do resultado *passivo* da opressão negra daí resultante, toda a luta de afirmação racial e étnico-racial (e seu resultado ativo) sendo, ao contrário, um processo de *decolonialidade*” (Guimarães, 2018: 287).

De acordo com Nilma Gomes, o momento é oportuno para realizar uma releitura das várias obras, pesquisas e estudos feitos por afro-brasileiros, que nem sempre são considerados como parte do cânone e que enfeixam o seu lugar de fala, o seu posicionamento antirracista e decolonial no texto, na interpretação do contexto, nas escolhas das categorias analíticas e nas indagações e críticas lançadas aos paradigmas tradicionais, à produção do conhecimento, ao regime político hegemônico, às desigualdades e ao racismo. Eles ainda nos trazem novos elementos para a análise e constroem outros conceitos e categorias para interpretar as relações raciais no Brasil, na América Latina e na diáspora africana. É chegada a hora de reconhecer e incorporar essa produção negra dentro do campo dos estudos decoloniais, afinal, são sujeitos e conhecimentos que interpelam, cotejam, interpretam, produzem e fazem a disputa por outras narrativas. Trata-se de narrativas “negras”, “diaspóricas”, que compõem a diversidade “epistêmica no campo do conhecimento científico eivadas de aprendizados construídos na história e nas práticas e experiências culturais, políticas e sociais, que fazem parte dos processos de pluralidade interna e externa da ciência” (Gomes, 2019: 244).

No capítulo introdutório da obra *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico* (2019), Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel argumentam na mesma direção, postulando a tese de que não só é possível, mas necessário identificar a ideia de decolonialidade em intelectuais negros, sejam do passado ou atuais, mesmo que esses intelectuais não façam uso dos conceitos-chave geralmente utilizados pelos teóricos do Grupo *Modernidade/Colonialidade*,³ o qual teve início em 1998. Para compreender melhor essa tese, salientaremos as razões que levaram os autores a essa conclusão.

Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel argumentam que, diante das lógicas econômicas, políticas, cognitivas etc., da modernidade/colonialidade, “podemos identificar diversos momentos, ações, eventos de resistência política e epistêmica, que nomeamos, ao lado de muitos outros, como decolonialidade, giro decolonial ou projeto decolonial” (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres e Grosfoguel, 2019: 9). Esse conjunto de ações, produções e autores, inscrito na tradição de resistência das populações negras, é caracterizado pelos três autores como decolonialidade em sentido amplo. Já a decolonialidade em sentido restrito é aquela elaborada pelos intelectuais do Grupo *modernidade/colonialidade*, como um projeto acadêmico-político.

Ao fazerem essa distinção, os autores apontam para o dilema entre as “decolonialidades” em seus dois sentidos. Por um lado, a decolonialidade, como um projeto acadêmico, tem o mérito de sistematizar e elucidar discussões de autores negros, indígenas e terceiro-mundistas que estavam dispersas, além de articular o conceito de raça como marcador estruturante do mundo moderno/colonial. Por outro lado, caso se restrinja à conotação acadêmica, a decolonialidade corre o risco de negligenciar a sua dimensão política, caindo em um formalismo, que deixa de lado a sua proposta mais ampla de transformar a realidade e a torna, assim, apenas uma moda acadêmica (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres e Grosfoguel, 2019: 10-11).

Os autores não concebem a decolonialidade sem a experiência histórica, cultural, política e a produção epistêmica das populações afrodiaspóricas, além de grupos subalternizados. Por isso, eles investem, enfaticamente, na caracterização

3 Formado por uma ruptura com o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos no final de 1990, o grupo *modernidade/colonialidade* (M/C) reúne intelectuais latino-americanos (principalmente, mas não exclusivamente) que produzem análises acadêmicas designadas de pensamento decolonial. Postulando o conceito de *colonialidade*, acusam a permanência das relações coloniais na América Latina, não obstante o fim jurídico do colonialismo em países do continente. Alguns dos seus principais expoentes são: Anibal Quijano, Enrique Dussel, Walter Dignolo, Ramón Grosfoguel, Nelson Maldonado-Torres, Santiago Castro-Gómez, Arturo Escobar, Edgardo Lander, Immanuel Wallerstein, Catherine Walsh e Boaventura de Sousa Santos.

dada à decolonialidade em sentido amplo, indicando inclusive alguns nomes de intelectuais negros alinhados a essa perspectiva: Luiz Gama, Abdias do Nascimento, Guerreiro Ramos, Lélia Gonzalez, Beatriz do Nascimento, Clóvis Moura, Sueli Carneiro, Frantz Fanon, Aimé Césaire, Du Bois, Angela Davis e bell hooks. Fundamentados nesse arrazoado, perguntamo-nos: poderiam os intelectuais afrodescendentes adeptos da Teologia Negra estarem incluídos nesse grupo? O que faz um/a intelectual negro/a ser considerado/a decolonial? Basta apenas pertencer ao grupo étnico-racial ou importa, ainda, uma determinada posição política e epistêmica diante do mundo moderno/colonial?

Uma das características do enfoque decolonial é se constituir como um projeto que assume a necessidade de afirmação “corpo-geopolítica” para a produção do conhecimento. Nesse sentido, seriam atributos do pensamento negro a demarcação geopolítica e a afirmação do corpo em sua produção epistêmica. Assim, formulamos mais uma indagação que buscaremos responder mais adiante: a inscrição “geopolítica” e “corpo-política” na produção intelectual negra também pode ser encontrada no pensamento teológico negro?

Para Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel, são múltiplas e heterogêneas as reações e resistências contra a hierarquização racial que podem ser identificadas nas narrativas avalizadoras da geopolítica e do corpo-política do conhecimento. O que se denota nos intelectuais negros, considerados decoloniais (em sentido amplo), é a perspectiva de um universalismo concreto (em divergência com o universalismo abstrato desincorporado), que os autores encontram, por exemplo, nos pensamentos de Aimé Césaire e Abdias do Nascimento, dois intelectuais negros que não esconderiam “seu lugar de enunciação, suas influências corpo-políticas e geopolítica. Este universalismo permite a coexistência de particulares, sem que cada particular precise se esconder atrás de uma ideia abstrata ou desincorporada”. Diferentemente do universalismo abstrato, que estabelece uma relação vertical, o “universalismo concreto supõe um projeto político que propõe relações e diálogos horizontais entre as diversas particularidades” (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres e Grosfoguel, 2019: 13).

Nota-se que essa ideia de universalismo concreto se coaduna à ideia de *trans-modernidade*, de Enrique Dussel, intelectual argentino radicado no México e um dos integrantes fundadores do Grupo *Modernidade/Colonialidade*. Dussel, em resposta à perspectiva excludente e violenta da modernidade eurocêntrica, elabora o conceito de *trans-modernidade*, o qual expressa um projeto que pretende transcender a razão moderna, caracterizada como eurocêntrica, violenta, desenvolvimentista e hegemônica. No entanto, isso não significa a negação da razão enquanto tal:

Trata-se de uma “Trans-Modernidade” como projeto mundial de libertação em que a Alteridade, que era co-essencial à Modernidade, igualmente se realize. A “realização” não se efetua na passagem da *potência* da Modernidade à *atualidade* dessa Modernidade europeia. A “realização” seria agora a passagem transcendente, na qual a Modernidade e sua Alteridade negada (as vítimas) se co-realizariam por mútua fecundidade criadora. O projeto transmoderno é uma co-realização do impossível para a Modernidade (Dussel, 2005: 29 – grifos do autor).

Compreende-se, a partir do trecho sublinhado, que a proposta de Dussel não desemboca numa negação total e acrítica do Ocidente, tampouco numa integração ao paradigma hegemônico estabelecido, mas na superação das relações assimétricas que sustentam a modernidade eurocêntrica colonial.

Desse modo, o horizonte político e utópico da ideia de *trans-modernidade* pode ser associado às diversas formas de resistência afrodiáspórica, as quais alimentam a dimensão da esperança como um projeto de sociedade que transcende o mundo moderno/colonial. Poderíamos associar a Teologia Negra e a tradição cristã negra em que ela se assenta a essa resistência afrodiáspórica que potencialmente transcende a modernidade/colonialidade? Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel asseveram que os africanos escravizados e seus descendentes, figuras dessa diáspora forçada, contribuíram com o florescimento e a cristalização de uma nova cultura, na medida em que suscitaram novas formas de espiritualidade, conhecimento, subjetividade e sociabilidade. As novas culturas “criadas são também projetos políticos, que trazem em seu bojo não somente a dimensão da resistência, mas também a dimensão da esperança” (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres e Grosfoguel, 2019: 17).

A dimensão da esperança, fomentada pelas novas formas de espiritualidade, remete-nos aos escritos do teólogo afro-americano James Cone – um dos pioneiros da Teologia Negra –, quando, no livro *O Deus dos Oprimidos* (originalmente publicado em 1975), argumenta que, mesmo sendo cristã, a população afrodescendente escravizada assume uma perspectiva diferente da do senhor escravocrata, confluindo esse cristianismo negro à dimensão da resistência e da esperança do povo oprimido. Quando o povo negro orava, “ele não aceitava o ponto de vista do senhor branco”. Estejamos certos: a situação histórica da escravidão pode ter “forçado o negro a prestar culto com e ‘como’ o senhor branco, mas, de muitas maneiras sutis, o escravo transcendia as limitações da servidão e afirmava um sistema de valores religiosos que diferia do de seu senhor” (Cone, 1985: 29).

No texto *Decolonialidade e perspectiva negra* (2016), Bernardino-Costa e Grosfoguel caracterizam o pensamento decolonial como de fronteira. Com base nessa categorização, podemos auferir uma melhor compreensão desse pensamento negro que se inscreve como um projeto decolonial, em sentido amplo, considerando que os sujeitos coloniais podem tanto se integrar ao desenho global das histórias locais nas quais estão sendo forjadas como podem rejeitá-las. São nessas fronteiras, “marcadas pela diferença colonial, que atua a colonialidade do poder, bem como é dessas fronteiras que pode emergir o pensamento de fronteira como projeto decolonial” (Bernardino-Costa e Grosfoguel, 2016: 18).

De acordo com os autores, o pensamento de fronteira se configura como um diálogo crítico com a modernidade, que é empreendido pelos sujeitos subalternizados, por meio das suas cosmovisões nas margens da modernidade. À luz da colonialidade, não se trata de um pensamento fundamentalista ou essencialista, nem de uma perspectiva que se fecha no particularismo nem pressupõe que as culturas e as identidades sejam fixas, intactas ou essências preestabelecidas. Por esse viés, pensamento de fronteira “é a resposta epistêmica dos subalternos ao projeto eurocêntrico da modernidade” (Bernardino-Costa e Grosfoguel, 2016: 19). Diríamos, pelo ângulo decolonial, que é a resposta epistêmica circunstancial. Essa formulação é fundamental para apreendermos o possível lugar da Teologia Negra no projeto decolonial.

Para Bernardino-Costa e Grosfoguel, as fronteiras não são somente o espaço de reinvenção das diferenças, mas o lugar de onde emerge a resposta epistêmica dos subalternizados. Em outras palavras, são também “*loci* enunciativos de onde são formulados conhecimentos a partir das perspectivas, cosmovisões ou experiências dos sujeitos subalternos. O que está implícito nessa afirmação é uma conexão entre o lugar e o pensamento” (Bernardino-Costa e Grosfoguel, 2016: 19).

Outra distinção importante, que nos auxilia a compreender a perspectiva decolonial, é a estabelecida entre o lugar epistêmico e o lugar social: “O fato de alguém se situar socialmente no lado oprimido das relações de poder não significa automaticamente que pense epistemicamente a partir do lugar epistêmico subalterno” (Bernardino-Costa e Grosfoguel, 2016: 19). Segundo Bernardino-Costa e Grosfoguel, é a articulação entre esses dois lugares (epistêmico e social) que possibilita o irromper de um pensamento contra-hegemônico, em que o sujeito subalterno assume um compromisso ético-político com o lugar social dos oprimidos. A princípio, não há garantia de que um teólogo negro assuma uma concepção teológica ligada à sua comunidade de origem étnico-racial. Seja como for, a Teologia Negra só pode estar em sintonia com o projeto decolonial se assumir esse compromisso com a população negra oprimida, urdindo

respostas epistêmicas oriundas desse lugar social, que afirma seu *locus* de enunciação em diálogo crítico com a modernidade:

Afirmar o *locus* de enunciação significa ir na contramão dos paradigmas eurocêntricos hegemônicos que, mesmo falando de uma localização particular, assumiram-se como universais, desinteressados e não situados. O *locus* de enunciação não é marcado unicamente por nossa localização geopolítica dentro do sistema mundial moderno/colonial, mas é também marcado pelas hierarquias raciais, de classe, gênero, sexuais etc. que incidem sobre o corpo (Bernardino-Costa e Grosfoguel, 2016: 19).

Em vista do alinhavado até aqui, já reunimos elementos para uma análise proficiente do lugar do pensamento negro no projeto decolonial. Ao considerarmos que, neste artigo, estamos abordando um tipo de pensamento negro que também se define como teologia cristã, discorreremos sobre o possível lugar da teologia na agenda da decolonialidade. A seguir, tendo essa questão em vista, examinaremos a relação entre o pensamento decolonial e as teologias da libertação.

O possível lugar da Teologia no Projeto Decolonial

No artigo *Pensamento Decolonial, Teologias Pós-coloniais e Teologia da Libertação* (2016), Paulo Agostinho Nogueira Baptista defende a ideia de que o paradigma decolonial pode fornecer contribuições críticas à Teologia da Libertação e vice-versa. Para o autor, a Teologia da Libertação, em seu ditame dialético centrado no método “ver-julgar-agir”, é comprometida com uma contínua reatualização e/ou ampliação de suas mediações analíticas, o que, no tempo presente, traz a possibilidade de uma interface com a teoria decolonial. Desse ponto de vista, é emblemática a figura do teórico Enrique Dussel, intelectualmente engajado tanto com o Grupo *Modernidade/Colonialidade* quanto com a Teologia da Libertação (Baptista, 2016: 500-501).

Ao focar a Teologia da Libertação também como uma pluralidade de olhares – sendo, assim, Teologias da Libertação (TdLs) –, à luz da perspectiva decolonial, Baptista entende que, na teoria e na prática, “as TdLs continuam sendo espaço de voz dos colonizados, produzindo sua teologia junto e ao lado deles, mobilizando-se para o enfrentamento da colonialidade do poder, do ser, do saber e da natureza” (Baptista, 2016: 502). Como o autor chega a essa conclusão?

Baptista entende que, até os anos 1980, a Teologia da Libertação se alimentava de uma visão economicista da realidade, o que não a aproximaria dos

pressupostos teóricos da decolonialidade, como, por exemplo, da compreensão do racismo como o princípio organizador da modernidade/colonialidade e da repressão à cultura e das epistemologias não ocidentais. No entanto, o autor avalia que, desde a década de 1980 e início da de 1990, houve uma abertura da Teologia da Libertação ao pluralismo, à medida que passou a conferir atenção às opressões raciais, de gêneros, sexuais e outras, sem, contudo, abrir mão do seu engajamento anticapitalista calcado na luta de classes. Baptista adverte para o dinamismo da Teologia da Libertação ao longo do tempo, apesar (ou em consequência) das críticas externas: “As críticas à categoria *pobre* e à centralidade na questão econômica também são pertinentes, mas se referem mais ao passado do que à atualidade da maioria das TdLs e de seus novos teólogos” (Baptista, 2016: 504 – grifo do autor).

O autor ressalta que a ampliação de horizonte dessa corrente teológica se deu com a “inculturação”, cuja finalidade era assumir um diálogo criativo entre o cristianismo e as culturas locais, que, em grande medida, deu-se nas periferias do mundo moderno/colonial, onde o cristianismo era “minoría”, como na Ásia e África, mas também com os indígenas na América Latina, que se viram enredados numa “nova” compreensão teológica que surge com a “inculturação” (Baptista, 2016: 505).

Mesmo acreditando que essa abertura a temáticas e culturas oprimidas tenha permitido à Teologia da Libertação estabelecer laços de afinidades com o paradigma decolonial, Baptista propõe que os teólogos dessa corrente mesquem em seus estudos os aspectos da estrutura econômica da realidade com a crítica propriamente decolonial. Outro desafio que o autor lança à Teologia da Libertação é o de “decolonizar” o cristianismo, questionando a herança dessa instituição religiosa como legitimadora da colonialidade: “Se a religião, de modo especial aqui o cristianismo”, assinala Baptista, “foi parte do processo colonizador, especialmente em Abya Yala,⁴ ela pode também ser decolonizadora” (Baptista, 2016: 508). Para isso, no caso da Teologia da Libertação, faz-se mister avançar também na hermenêutica, com base nos lugares e sujeitos, produzindo uma teologia aberta e dialogal. Nisso, “as teologias feminista, indígena, negra, *queer*, migrante, africana, asiática, do pluralismo e do diálogo inter-religioso e cultural têm oferecido enorme contribuição. As críticas mútuas enriquecem a teologia” (Baptista, 2016: 509).

4 Designação indígena que se contrapõe ao termo “América”, significando “Terra Madura”, “Terra Viva” ou “Terra em florescimento” na língua do povo Kuna, originário da Serra Nevada, no norte da Colômbia.

Embora reconheça as transformações da Teologia da Libertação no tocante à aproximação com as culturas oprimidas pela colonialidade, o autor concentra a sua análise na vertente latino-americana clássica (em grande parte, constituída por intelectuais brancos), não abordando a proposta epistemológica da Teologia Negra, que surgiu na década de 1960, nos Estados Unidos, e que, na década de 1970, estabeleceu um diálogo crítico com os teólogos latino-americanos da Teologia da Libertação (Andrade, 2020). É necessário mencionar aqui que “Libertação” – no sentido de genitivo que denota uma dada perspectiva e orientação ética, que intersecciona fé e política – já estava presente na Teologia Negra difundida nos Estados Unidos, no final dos anos 1960 (Andrade, 2020). Embora geralmente não seja utilizado o termo para dar nome à Teologia Negra no Brasil, a “Libertação” está presente como orientação ética, fundamento hermenêutico e objetivo político.

Importa ainda mencionar que a Teologia Negra no Brasil se constitui, em parte, de um duplo movimento: de filiação e ruptura perante à hermenêutica municiada pela Teologia da Libertação clássica. Ao mesmo tempo em que assume a contribuição dos teólogos da libertação, tenciona-a, apontando as suas insuficiências, como, por exemplo, não pautar de forma consistente o problema do racismo e antirracismo, nem informar o rosto (fenótipo), a cultura e a identidade étnica da grande maioria dos pobres brasileiros e latino-americanos, com os quais a Teologia da Libertação proclamava assumir um compromisso de emancipação (Silva, 1997; Silva, 2013; Andrade, 1998; Padilha, 2000).

Apesar da existência de ambiguidades, quando não tensões, entre a Teologia da Libertação e Teologia Negra, Baptista assevera a importância do diálogo entre essas duas modalidades de “Teologias da Libertação”, em vista do amadurecimento mútuo de suas hermenêuticas e do seu potencial decolonial.

Compreendemos que uma determinada vertente teológica só pode ser considerada decolonial, ao menos em sentido amplo, caso assuma um compromisso ético-político com os povos colonizados, entendendo a colonialidade como o contrapelo da modernidade (Ballestrin, 2013), que tem impactado não só nos aspectos econômicos e políticos da realidade, mas também na produção de conhecimento e de subjetividade. Para tanto, a teologia deve descolonizar, ou decolonizar, a sua hermenêutica dos textos sagrados e da situação na qual está inserida, valendo-se da cultura e identidade dos povos oprimidos como fonte para a sua reflexão ontológica. Nesse sentido, Baptista aponta traços da perspectiva decolonial na Teologia da Libertação latino-americana hodierna.

Se, apoiadas no diagnóstico desse autor, as teologias da libertação carregam em si um potencial decolonial e se, retomando aqui os argumentos de Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel, é possível e necessário identificar a

ideia de decolonialidade em intelectuais negros, consideramos também ser possível e necessário deprendermos aspectos do pensamento decolonial na teologia que emerge da tradição cultural e identitária das populações afrodiaspóricas.

É com base nessa premissa que buscamos mapear o potencial decolonial da Teologia Negra no Brasil, atentando-se para a contribuição de tal corrente teológica no que diz respeito à construção de um mundo livre das amarras da opressão e da persistência das relações coloniais e raciais tradicionais. Além disso, pretendemos oferecer um olhar ambivalente a respeito do cristianismo, observando os seus paradoxos, clivagens e conflitos internos.

A Teologia Negra no Brasil: reflexão teológica das margens da modernidade

A Teologia Negra no Brasil, também nomeada como Teologia Afro-americana, é a sistematização de reflexões que surgiram com a militância pastoral negra católica, na virada da década de 1970 para 1980, e que, no decorrer do tempo, contou também com a contribuição de teólogos e teólogas negros/as protestantes. Portanto, a Teologia Negra não se restringe a uma única denominação religiosa. Antes, é caracterizada por uma leitura plural da Bíblia e da realidade cultural, social e política em que está inserida, assumindo, em comum, uma posição antirracista.

Imagem 1 – Agentes de Pastoral Negros, futuros membros do Grupo Atabaque. São Paulo, provavelmente no ano de 1985



Fonte: acervo pessoal de Osvaldo José da Silva (um dos fundadores do Centro Atabaque de Cultura Negra e Teologia), a quem agradecemos pela disponibilização da foto

Além de se definir como transdenominacional no interior do cristianismo, a Teologia Negra brasileira é marcada pelo esforço em dialogar com as religiões afrodiaspóricas de diversos segmentos. Isso ocorreu, por exemplo, em um importante evento realizado no Rio de Janeiro, em julho de 1985, o qual, além de reunir cristãos de diferentes denominações (como católicos, metodistas, presbiterianos, batistas e episcopais), contou com a participação de pessoas adeptas do Vodou, Candomblé e Lumbalu. Tratou-se da primeira *Consulta sobre Cultura Negra e Teologia na América Latina*, organizada com o apoio da *Associação Ecu-mênica de Teólogos do Terceiro Mundo* (ASETT), a qual teve como tema “Identidade Negra e Religião” e contou com a presença de 30 participantes, sendo 25 negros (dezoito homens e sete mulheres) e 5 brancos, provenientes de 8 países: Brasil, Haiti, República Dominicana, Curaçau, Costa Rica, Panamá, Colômbia e Peru (Asett, 1986: 13-14).

A *Consulta* foi motivada por dois fatores: primeiro, a tomada de consciência, por parte dos organizadores, da importância da contribuição da comunidade afro-americana e suas expressões religiosas; segundo, a “necessidade de alargar a reflexão teológica latino-americana, que não tinha levado em conta a densa realidade da população negra” (Atabaque/Asett, 1997: 5-6). Como um dos produtos da *Consulta*, publicou-se o livro *Identidade Negra e Religião*, em 1986, organizado por Amélia Tavares Correia Neves. A obra lavrou em texto os temas discutidos durante o evento.

Desde a década de 1980, a formulação inicial de uma reflexão teológica negra ganhou lastro e capilaridade em eventos como a *Consulta*, na celebração da Missa dos Quilombos (1981), na formação dos Agentes de Pastoral Negros (APNs) – desde 1983 –, na organização da *Comissão Ecu-mênica Nacional de Combate ao Racismo* (Cenacora) – em 1987 –, na fundação do Centro Ecu-mênico de Cultura Negra (Cecune) – também em 1987 –, e na Campanha da Fraternidade da *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil* (CNBB) no ano do centenário da abolição, em 1988 – com o tema “Fraternidade e o Negro” e o lema “Ouvi o clamor deste povo!”. Contudo, é com a criação do *Grupo Atabaque: Cultura Negra e Teologia*, em 1992, que a Teologia Negra no Brasil passou por um período fértil de ajustamento de suas diretrizes e produção textual.

O Grupo Atabaque contava com a presença de cristãos negros que, desde o final da década de 1970 e no decorrer dos anos 1980, estavam enfrontados em discutir racismo e identidade negra com base em suas vivências religiosas e raciais. Entre os vários movimentos, grupos organizados e eventos realizados por esses sujeitos, ganharam destaque o União e Consciência Negra e os Agentes de Pastoral Negros, grupos dos quais saíram membros que fundaram

posteriormente o Atabaque. Este surgiu com a proposta de se debruçar sobre as questões raciais, que emergiram dos debates no seio das comunidades negras (Silva, 1997: 64), e estudá-las do ponto de vista teológico. A intenção era sistematizar teologicamente o que já vinha sendo discutido na prática de militância pastoral (Silva, 2023).

Imagem 2 – Padre Antonio Aparecido da Silva, mais conhecido como Pe. Toninho, membro fundador e “presidente” do Grupo Atabaque



Fonte: Revista Palenque, n. 18, 2020.

O principal articulador do grupo foi Antônio Aparecido da Silva (1948-2009), sacerdote Orionita (Ordem Religiosa da Pequena Obra da Divina Providência), mais conhecido pelo cognome padre Toninho. Ordenado em 1976, ele exercia o seu sacerdócio na Paróquia Nossa Senhora Achiropita, localizada na rua 13 de maio, bairro do Bixiga, na região central da cidade São Paulo. Foi esse padre negro que iniciou o trabalho de arregimentação, reunindo os primeiros integrantes do Atabaque. Sobre esse momento, Marcos Rodrigues da Silva, teólogo e um dos fundadores do grupo, lembra-se de que o Atabaque nasceu com o intuito de “fazer uma coisa interdisciplinar. Fugir do espaço de dogmatismo e do controle ideológico” (Silva, 2023). Foi justamente o caráter interdisciplinar que motivou o convite a Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e tantos outros negros e negras.

Em sua autobiografia, Petronilha Gonçalves e Silva – doutora em Educação, hoje professora emérita aposentada da Universidade Federal de São Carlos

(UFSCar), ex-integrante do Conselho Nacional de Educação (2002-2006) e relatora, em 2004, do parecer que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – rememora como o Atabaque foi importante em sua formação como professora, pesquisadora e ativista. Afinal, as discussões e lutas empreendidas pelo movimento negro nos anos 1990 se refletiram nos seus estudos, publicações e ação política: “promovidos pelo Atabaque, tais estudos me conduziram a elaborações importantes sobre processos educativos decorrentes de propostas e realizações do Movimento Negro”. Instigada por questionamentos nessas experiências, “propus em 1995, e os colegas do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFSCar acolheram, a sugestão de realizar, em São Carlos, um seminário sobre *Pensamentos Negros em Educação – expressões do movimento negro*”. Para esta atividade, acorreram militantes de diferentes estados e regiões do País. Trabalhos resultantes do seminário foram publicados sob a forma de livro. Esse esforço intelectual “permitiu-nos apresentar experiências de luta, de busca por reconhecimento e valorização, objetivos e metas que expressaram nossa contribuição de negros para a educação brasileira”, ao sublinhar conceitos como “*identidade étnico-racial, resistência negra, cultura negra, história dos negros e militância negra*” (Silva, 2011: 97-98).

A sede do Atabaque ficava nas dependências da Igreja Nossa Senhora Achirópita, no Bixiga. Embora se reunisse numa instituição católica, devido ao papel catalizador exercido pelo Pe. Toninho, e apesar de muitos membros do grupo serem adeptos do catolicismo, o Atabaque se assumia como um grupo ecumênico e independente, com a presença de presbiterianos, luteranos, metodistas, anglicanos, candomblecistas e ateus. Um ateu que teria colaborado com grupo foi o sociólogo e ativista dos Direitos Humanos Herbert José de Sousa, mais conhecido como Betinho (Silva, 2023).

Além de ecumênico, o Atabaque se apresentava como um grupo plural, que agregava membros afiliados de formação educacional letrada, alguns dos quais com curso superior, e buscava costurar uma rede de intelectuais colaboradores e interlocutores, brasileiros e estrangeiros. Afora Betinho, o grupo travou diálogos com o filósofo argentino Enrique Dussel, o teólogo peruano Gustavo Gutiérrez, a ASETT (Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo), o teólogo chileno Sergio Torres, o Grupo Identidade – formado na Escola Superior de Teologia/EST, em São Leopoldo/RS, fundado e coordenado pelo teólogo estadunidense Peter Nash, em parceria com a teóloga colombiana Maricel Mena López –, a teóloga brasileira Marília Schüller e o bispo dom José Maria Pires (Silva, 2023).

Articular um circuito de intercâmbio e inserção transnacional também fez parte das preocupações do Atabaque. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva relata que, em 1993, quando o grupo foi convidado como representante da América do Sul, indicou-a para participar da reunião em “petit comité”, patrocinada pelo Conselho Mundial de Igrejas, em Chipre. Dos nove participantes, três eram negros: um teólogo sul-africano, outro do Sirilanka e ela, a única mulher do grupo. Ali, discutiram-se, “a partir de pontos de vista do terceiro mundo, possibilidades e estratégias de atuação das Igrejas para uma nova ordem mundial, em que as desigualdades fossem superadas”. Petronilha Gonçalves e Silva também representou, em 1993, o Atabaque, apresentando o trabalho “Black Awareness in Brazil”, em seminário promovido pelo Departamento de Teologia da University of South Africa (Unisa), em Johannesburg. O evento “reunia teólogos negros de todos os continentes, com a finalidade de estudar e discutir os efeitos do racismo nas sociedades, o papel das Igrejas, bem como com o intuito de apoiar as primeiras eleições ‘pós apartheid’ na África do Sul” (Silva, 2011: 100).

O Atabaque não tinha um quadro funcional rígido. A cada reunião, era eleito um secretário ou secretária. Oficialmente, não existia um cargo de presidente. Porém, ressalta Marcos Rodrigues da Silva, “o único presidente que a gente tinha, o padre Toninho, não era ‘presidente’, era o ‘Padre Toninho’”. Ainda, segundo Marcos Rodrigues, isso teve como consequência uma despreocupação com a formalização do grupo, que não elaborou estatutos, regulamento, regimento interno e tampouco selou registro cartorial (Silva, 2023), embora tenha chegado a publicar o boletim *Atabaque Informa*.⁵

Já no que tange ao programa, o Atabaque era o espaço de elaboração de um projeto antirracista que buscava conjugar as questões teológicas com o processo de afirmação da identidade e cultura do povo afro-americano. O grupo, apropriando-se da tradição teológica da libertação latino-americana, empenhava-se em realizar uma hermenêutica teológica contextualizada na experiência histórica e cultural das comunidades negras no Brasil e na América Latina (Silva, 2014: 16). A hermenêutica contextual empregada pelo Atabaque se avizinha de uma das características do projeto decolonial: a afirmação corpo-geopolítica na produção de conhecimento. Isso porque é pela experiência racializada dos integrantes do grupo que a reflexão teológica ali é engendrada.

Em 1994, o *Grupo Atabaque* organizou e coordenou a *II Consulta Ecumênica de Teologia e Culturas Afro-Americana e Caribenha*, com o apoio da ASETT, por meio do seu programa de Teologia e Negritude, e de outras entidades, como a

5 *Atabaque Informa*. São Paulo, n. 34, abr-jun/2006.

Solidaridad (Holanda), Ameríndia e a Comissão Ecumênica Nacional de Combate ao Racismo (Cenacora). O evento ocorreu em São Paulo, tendo como tema a “Afro-América – Cultura e Teologia”. Compareceram 49 “delegados” e mais 20 convidados especiais, com representações de 11 países, dos quais a grande maioria (África do Sul, Brasil, Colômbia, Equador, Estados Unidos, Granada, Holanda, Honduras, México, Panamá e República Dominicana) é situada na periferia do mundo moderno/colonial (Atabaque/Asett, 1997: 6-9). A diversidade marcou o perfil dos participantes no que se refere à fé e área de atuação acadêmica. Estavam presentes cientistas sociais, teólogos e teólogas, pastoras e pastores, sacerdotes, babalorixás, pesquisadores e pesquisadoras interessados na questão afro-americana.

Em sua autobiografia, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva conta que, como integrante do Atabaque, tomou parte na *II Consulta*, ocasião na qual as “intensas discussões sobre teologia negra feminina latino-americana conduziram à exortação feita pela teóloga Eliad D. Santos: ‘Chegou a hora de darmos à luz a nós mesmas’, que adotei como título de estudo” (Silva, 2011: 95-96).

Com base nas discussões realizadas na *II Consulta*, foi publicado o livro *Teologia Afro-Americana*, em 1997, organizado por Antônio Aparecido da Silva, com o apoio do *Grupo Atabaque* e da ASETT. Com textos de autores de diversos países, a obra aborda temáticas como Teologia Negra no Brasil, na América Latina, no Caribe e nos Estados Unidos, Teologia contextual africana, Teologia Negra Feminista Latino-americana e ecumenismo. Entre os objetivos do livro, consta: “propiciar uma maior articulação entre as iniciativas de reflexão teológica que têm surgido nas várias regiões do continente, referente à questão afro, fazendo um intercâmbio com propostas similares em outros continentes”. Outro objetivo da obra é: “aprofundar a reflexão sobre ecumenismo e macro-ecumenismo a partir das culturas e religiões de origem africana” (Atabaque/Assett, 1997: 6). Esses dois pontos indicavam a possibilidade de ampliação do horizonte hermenêutico no desenvolvimento da Teologia Negra no Brasil, tendo em vista suas interfaces com as teologias de outras localidades e com as religiões de matriz africana.

Em um dos capítulos da obra, intitulado *O Deus da vida nas comunidades afro-americanas e caribenhas*, Dom José Maria Pires (1919-2017) – arcebispo da Paraíba e o único negro a ocupar tal cargo hierárquico na Igreja Católica naquele momento no Brasil – discorre acerca dessa correlação “macro-ecumênica”, com base no princípio de que o “espírito sopra onde quer e não fica preso aos limites das instituições eclesiais” (Pires, 1997: 18). Pires aponta semelhanças entre as crenças monoteístas presentes, quer na religião judaico-cristã, quer nas religiões africanas ou mesmo entre outros povos:

Teólogos e pastores prestariam bom serviço às comunidades cristãs se as ajudassem a entender que não há politeísmo na cultura religiosa africana. Os negros vindos de África não eram politeístas. Acreditavam em um Ser supremo, criador de tudo. Que os povos de cultura nagô-yorubá o chamem com o nome de Olorum (o Inacessível) como os hebreus o denominaram Elohim, que os bantos o chamem de Nzambi (Aquele que diz e faz) ou Kalunga (Aquele que reúne), ou Pamba, ou Mandau, como os gregos o denominaram Theos, ou nós chamamos Deus e os indígenas Tupã, Ele é sempre o supremo, o inatingível, senhor do céu e da terra (Pires, 1997: 23).

Pires também argumenta sobre as correspondências de culto aos antepassados presentes no catolicismo e no candomblé, cujas divindades são os santos e os orixás, respectivamente. Fundamentado nessas conexões, ele defende a legitimidade da dupla pertença religiosa de quem é adepto do cristianismo e do candomblé, concomitantemente: “Acreditamos cada vez mais fortemente que é possível o negro ser discípulo de Cristo”, frisa Pires, “e viver na Igreja sem deixar de ser negro, sem renunciar à sua cultura, sem ter de abandonar a religião dos Orixás que, como o judaísmo, poderá deixar-se impregnar da mensagem de Jesus Cristo” (Pires, 1997: 31). O então arcebispo da Paraíba ainda elabora uma breve digressão sobre o papel do corpo na liturgia das religiões negras, assinalando a importância da valorização do corpo-política na produção de uma hermenêutica teológica negra, o que o faz convergir, assim, com a perspectiva decolonial.

Em outro capítulo da obra – intitulado *Teologia Feminista Latino-americana* –, a teóloga negra Sílvia Regina de Lima Silva enfatiza a contribuição hermenêutica da corrente teológica descrita no título, articulada à proposta da Teologia Negra. Argumenta a autora logo no primeiro parágrafo: “A Teologia Feminista, a Teologia Negra e a Teologia Índia são hoje, na América Latina, teologias irmãs que caminham de mãos dadas. Trazem objetivos comuns como o de romper com as barreiras impostas pelo discurso teológico ocidental patriarcal” (Silva, 1997: 120). Podemos notar que Lima Silva, também de maneira análoga ao *modus operandi* da teoria decolonial, situa as “teologias irmãs” geopoliticamente, como um caminho possível para o universalismo concreto, ou seja, para a coexistência de particulares sem a necessidade de se ocultar em ideias abstratas. Tratando-se de teologias produzidas das margens do mundo moderno/colonial, elas visariam superar a hegemonia ocidental e a sua marca opressora em relação ao gênero feminino.

Longe de designar uma fragmentação do discurso teológico subalternizado, Lima Silva proclama o pluralismo, mas de caráter dialogante, como evoca as

teologias feminista, negra e índia: “As especificações de cada uma delas, longe de levar a uma fragmentação do discurso teológico que parte dos/as mais pobres, significam diferenças que contribuem na formação de uma teologia plural, criativa, que se comunica e fortalece na diversidade” (Silva, 1997: 120). Há, portanto, um diálogo criativo entre correntes teológicas produzidas por sujeitos e sujeitas latino-americanos subalternizados e engajados na luta contra o sexismo e o racismo, formas de opressões negligenciadas pela teologia ocidental hegemônica. Não podemos deixar de notar: a proposta da autora antecede em duas décadas o que preconiza Paulo Agostinho Baptista, com base em uma leitura decolonial.

Em 1998, o *Grupo Atabaque* lançou mais um livro, reunindo autores que medraram uma reflexão teológica tomando como fundamento a população negra. Intitulado *Existe um pensar teológico negro?*, o livro foi também organizado por Antônio Aparecido da Silva. Diante da interrogação contida no título da obra, os textos buscam afirmar e fundamentar a existência de uma tradição teológica negra, visto que, já “nos anos [19]70, James Cone mostrou que era não só legítimo, mas necessário e oportuno refletir na teologia em chave de negritude e vice-versa. Hoje, na África e na diáspora, não há dúvida quanto à legitimidade e necessidade da Teologia Negra” (Grupo Atabaque, 1998: 5).

Do livro em questão, destacamos o capítulo denominado *Afro-América – o terreiro nos evangeliza*, do teólogo Heitor Frisotti, que, assim como Dom José Maria Pires, aborda as intersecções entre o cristianismo e o candomblé. Estabelecendo a luta política de libertação orientada pela fé como um ponto de encontro entre as duas religiões, Frisotti apresenta o seguinte argumento propositivo:

Queremos mostrar como, ao lado de tantas comunidades pobres, também os terreiros foram, na prática, sujeitos de promoção de vida e de dignidade, de vida comunitária e de organização social, de luta pela transformação das estruturas e das relações pessoais. [...] Mais do que analisar o “discurso” do candomblé, preferimos escolher algumas práticas que nos possam manifestar esta ligação fé-política na luta de libertação, e por isso evangelizadora, das comunidades negras (Frisotti, 1998: 96).

Desse modo, Heitor Frisotti se afasta de uma concepção de cristianismo que demoniza e combate as religiões de matriz africana. Pelo contrário, o autor enxerga no candomblé um referencial que exorta o cristianismo a retomar o seu sentido cosmogônico que, ao menos sob o prisma da Teologia Negra, consiste em associar fé à libertação social e política dos povos oprimidos.

Em 2003, foi realizada a *III Consulta Ecumênica de Teologia Afro-americana e Caribenha*, em São Paulo, promovida pelo agora denominado *Centro Atabaque de Cultura Negra e Teologia*. Com o tema “Teologia Afroamericana: Avanços, Desafios e Perspectivas”, o evento teve por finalidade dar continuidade às discussões iniciadas desde a *I Consulta*, nos anos 1980, animando reflexões sobre o pensamento teológico de acordo com a realidade da população afro-latino-americana e caribenha (Silva, 2004: 7). A *III Consulta* contou com mais de 50 participantes, provenientes de diversos países: Brasil, Bolívia, República do Congo, Equador, Peru, Angola, Panamá, Colômbia, Haiti, Estados Unidos, Venezuela, República Dominicana, Cuba e Costa Rica.

Assim como ocorreu nos encontros anteriores, as discussões da *III Consulta* resultaram na publicação de um livro, em 2004, com o título *Teologia Afroamericana II: avanços, desafios e perspectivas*. Sob os auspícios do *Centro Atabaque* e organizado por Antônio Aparecido da Silva e Sônia Querino dos Santos, os textos foram editados em português e em espanhol, enfocando a atualidade do pensamento teológico negro no tocante aos seus progressos, impasses, direcionamentos, repertórios, horizontes de possibilidades, particularidades em cada país e pontos em comum entre os diversos contextos nos quais se realizam uma hermenêutica afrodiapórica.

Ao desenvolver uma proposta teológica centrada nos anseios, demandas e cosmovisões dos sujeitos negros brasileiros, em diálogo com afro-latino-americanos, o Grupo Atabaque ressignificou a tradição teológica cristã ocidental à medida que agenciou um cristianismo antirracista. Tal proposta pode ser qualificada como paradigma de fronteira, como sugerem alguns teóricos decoloniais, por formular uma resposta crítica ao racismo sob o prisma do povo negro sem se fechar no particularismo ou essencialismo. Nesse sentido, não haveria incompatibilidade entre ser, simultaneamente, cristão e negro, em compasso de luta contra o racismo. Do mesmo modo, era possível, de acordo com o Grupo Atabaque, ter uma dupla pertença: ser cristão e cultivar os orixás ao mesmo tempo. Essa compreensão não parece se distanciar da ideia concebida por Enrique Dussel de “transmodernidade”, que, assentando-se na mútua fecundidade criadora da modernidade e de sua alteridade negada, define-se pela correalização “analética” de solidariedade do Centro/Periferia, Cultura Ocidental/Culturas do Mundo Periférico ex-colonial etc.

Na segunda metade de 2000, o adoecimento do Pe. Toninho impactou a estrutura e o funcionamento do Atabaque. Com a saúde debilitada por causa da diabetes e complicações nos rins, o mentor do grupo precisou se submeter a tratamento de hemodiálise até o seu passamento, em 17 dezembro de 2009.

Esse fato certamente foi o responsável pela perda do ímpeto do Atabaque. Sem a presença do “presidente”, os demais membros do grupo se desarticularam, não dando continuidade às ações coletivas e atividades costumeiras (como reuniões, eventos e publicações). Apesar da dispersão, Marcos Rodrigues da Silva entende que antigos membros não perderam o vínculo. Alguns continuaram a militar e produzir pesquisas e textos oriundos de suas trajetórias acadêmicas (Silva, 2023).

A essa altura, era notável a contribuição do Grupo/Centro Atabaque na concepção, desenvolvimento e, no limite, consolidação da Teologia Negra no Brasil, valendo-se de seus livros e coletâneas para colocar em circulação ideias inovadoras, tanto no âmbito da teologia (a discussão sobre racismo e antirracismo) quanto no âmbito do movimento negro (a discussão acerca de uma teologia comprometida com a “libertação”). Ademais, o Atabaque abriu oportunidades para outras publicações e outros autores, diretamente ligados ou não ao grupo, que teve início na primeira metade dos anos 1990. Obviamente, o que foi apresentado aqui se trata apenas de uma amostra editorial, que não esgota todos os autores e textos vinculados ao grupo.

Considerações finais

Nilma Gomes assinala que as pessoas afrodescendentes intelectuais e ativistas que assumem uma perspectiva negra decolonial brasileira são reflexivas em ação e, ao mesmo tempo, agentes em reflexão. A visão afro-brasileira decolonial é a que busca e produz outros léxicos no campo do conhecimento, que dá legitimidade aos saberes acadêmicos, políticos, identitários e estético-corpóreos negros. É a que tem como característica matricial o fato de os sujeitos que a produzem nunca esquecerem o que o processo colonial fez com os seus ancestrais e o que a colonialidade ainda faz consigo.

Para manter viva e fazer avançar essa vertente teórica, esses mesmos sujeitos intelectuais, ativistas negros em movimento, não podem jamais se esquecer de quem são, de onde vieram e que tipo de sociedade e de conhecimento desejam produzir. Trata-se de uma sociedade e um campo do conhecimento que tratem com densidade epistemológica, política e dignidade os sujeitos negros produtores de conhecimento e práticas sociais emancipatórias, bem como os conhecimentos produzidos pela sua ancestralidade, pela sua memória, pelas suas lutas por emancipação (Gomes, 2019: 244-245).

Levando em conta essa assertiva, esquadrihamos aspectos da Teologia Negra no Brasil, sua formação, sua trajetória e, sobretudo, sua narrativa veiculada

por meio de publicações que nos permitiram classificá-la como um pensamento decolonial, em sentido amplo.⁶ A análise se concentrou nas edições de obras e coletâneas sob a chancela do *Grupo Atabaque: Cultura Negra e Teologia*, por ter sido um dos precursores e mais alentados polos de produção e difusão do pensamento teológico negro na comunidade nacional. O artigo mostrou uma experiência talvez pouco conhecida no *métier* acadêmico: o movimento negro brasileiro contemporâneo de base religiosa católica, que foi desenvolvido de forma paralela a outras expressões de tal movimento, desde a década de 1970, com ênfase nos anos 1980 e 1990.

Com base no Grupo Atabaque, criado em São Paulo, debruçamo-nos sobre alguns dos sentidos possíveis a respeito da ideia de uma Teologia Negra, como ela foi germinada, capitalizada e floresceu no Brasil, tendo como foco intelectuais e ativistas que se dedicaram ao assunto, por meio de livros, encontros e discussões que desaguaram na sistematização de tal projeto. Traçamos, igualmente, um breve cenário de circulação de ideias, mostrando a influência do assunto nos EUA e em outros países latinoamericanos, bem como as aproximações que consideramos possíveis com o debate sociológico a respeito do decolonialismo, por intermédio de teóricos latinoamericanos e brasileiros.

A Teologia Negra tem desencadeado reflexões que a situam na fronteira do mundo moderno hegemônico e no bojo de um projeto análogo ao decolonial. Como tal, ela está em constante diálogo crítico, seja com a modernidade, seja com a colonialidade do poder, diálogo que vem sendo empreendido por sujeitos que conectam o lugar social e o lugar epistêmico da população negra em vista da construção de um pensamento contra-hegemônico. Não se trata de uma perspectiva política e epistêmica que preconiza qualquer espécie de purismo racial, cultural ou religioso. Pelo contrário, entende-se que as mais diversas matrizes étnico-culturais e experiências históricas são formadas por tradições amalgamadas e heterogêneas, como o próprio *ethos*, quer do cristianismo, quer da população negra.

No entanto, reconhecer e defender a pluralidade cultural não significa cair em um total relativismo. A Teologia Negra se constitui por critérios éticos e políticos que pressupõem o engajamento na luta por justiça e emancipação política, social e econômica dos oprimidos, sem abrir mão do recorte racial. Nesse processo, a cultura e a identidade negras, com toda sua diversidade e suas formas peculiares de apreender e narrar Deus, têm sido fundamental, pelo menos dos pontos de vista epistemológico, teológico e ético-político.

6 Sobre essa inferência, ver também Ronilson Pacheco (2017).

O cientista político e filósofo camaronês Achille Mbembe frisa que “a luta para sair de uma ordem inumana das coisas não pode dispensar aquilo que poderíamos chamar de produtividade poética da memória e do religioso” (Mbembe, 2019: 54). Estribados nesse preceito, certificamos que a Teologia Negra nos desafia a pensar o papel da religião (mesmo a cristã, tão identificada com o eurocentrismo) no projeto decolonial. Ela nos desafia a pensar dialeticamente a religião na América Latina, em particular, no Brasil, e perceber o seu potencial decolonial ou descolonizador em suas tensões e ambivalências. Por fim, a Teologia Negra nos emula a não negligenciar a existência de um grupo social formado por pessoas negras cristãs que impulsionam retóricas, agendas, projetos, estratégias e ações coletivas de (re)valorização identitária, assumindo para si a tarefa, para não falar o protagonismo, da luta antirracista.

Referências

- ANDRADE, Charlisson Silva de. Teologia em Perspectiva Afrodiaspórica e Antirracista: uma análise do potencial correlativo entre a Teoria Decolonial e a Teologia Negra da Libertação. 2020. 177 f. Dissertação de mestrado, Ciências da Religião, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.
- ANDRADE, Ezequiel Luiz de. Existe um pensar teológico negro? In: SILVA, Antônio Aparecido da. (Org.). *Existe um pensar teológico negro?* São Paulo, Paulinas, 1998.
- ASETT. Apresentação. In: NEVES, Amélia Tavares Correia (Org.). *Identidade Negra e Religião*. Rio de Janeiro/São Bernardo do Campo, CEDI/Edições Liberdade, 1986.
- ATABAQUE/ASETT. Apresentação. In: SILVA, Antônio Aparecido da (Org.). *Teologia Afro-americana: II Consulta Ecumênica de Teologia e Culturas Afro-americana e Caribenha*. São Paulo, Paulus, 1997.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, n. 11, pp. 89-117, mai./ago. 2013. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/9180>. Acesso em: 08 jun. 2018.
- BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira. Pensamento Decolonial, Teologias Pós-coloniais e Teologia da Libertação. *Perspectiva Teológica*. Belo Horizonte, v. 48, n. 3, pp. 491-517, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/3700>. Acesso em: 19 abr. 2018.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze e GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 31, n. 1, p. 15-24, jan/abr. 2016. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/issue/view/467>. Acesso em: 27 maio. 2019.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson e GROSGOUEL, Ramón. Introdução – Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. In:_____.

- (Org.). *Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico*. 2. ed. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2019.
- BUTLER, Kim D. e DOMINGUES, Petrônio. *Diásporas imaginadas: Atlântico Negro e histórias afro-brasileiras*. São Paulo, Perspectiva, 2020.
- CONE, James H. Black theology. In: RICHARDSON, A.; BOWDEN, J. (ed.). *The Westminster dictionary of Christian theology*. Philadelphia, The Westminster Press, 1983, pp. 72-75.
- CONE, James H. *O Deus dos oprimidos*. Trad. Josué Xavier. São Paulo, Paulinas, 1985.
- CONE, James H. e WILMORE, Gayraud S. (Orgs.). *Teologia Negra*. Trad. Euclides Carneiro da Silva. São Paulo, Paulinas, 1986.
- DOMINGUES, Petrônio. Da diáspora e decolonialidade. In: ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Moraes de e MIRANDA, Fernanda Rodrigues de (Orgs.). *Pensamento afrodiaspórico em perspectiva: abordagens no campo da História e Literatura*. Porto Alegre, Editora Fi, 2021, pp. 9-17.
- DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires, Colección Sur Sur, CLACSO, 2005.
- FRISOTTI, Heitor. Afro-América – o terreiro nos evangeliza. In: SILVA, Antônio Aparecido da. (Org.). *Existe um pensar teológico negro?* São Paulo, Paulinas, 1998.
- GOMES, Nilma Lino. O movimento negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson e GROSGOUEL, Ramón (Org.). *Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico*. 2. ed. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2019.
- GRUPO ATABAQUE. Apresentação. In: SILVA, Antônio Aparecido da. (Org.). *Existe um pensar teológico negro?* São Paulo, Paulinas, 1998.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. O pós-colonial e os estudos afro-brasileiros. In: CAHEN, Michel e BRAGA, Ruy (Org.). *Para além do pós(-)colonial*. São Paulo, Alameda, 2018.
- MBEMBE, Achille. *Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada*. Trad. Fábio Ribeiro. Petrópolis, Vozes, 2019.
- NEVES, Amélia Tavares Correia. (Org.). *Identidade Negra e Religião*. Rio de Janeiro/São Bernardo do Campo, CEDI/Edições Liberdade, 1986.
- PACHECO, Ronilso. A Teologia Negra no Brasil é decolonial e marginal. *Cross Currents*. On-line, v. 67, n. 1, 2017, pp. 233-242.
- PADILHA, Günter Bayerl. Considerações preliminares para uma hermenêutica negra. *Identidade!* São Leopoldo, v. 1, n. 2/3, p. 7-8, out./dez. 2000. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/2319>. Acesso em: 14 abr. 2018.

- PIRES, Dom José Maria. O Deus da vida nas comunidades afro-americanas e caribenhas. In: SILVA, Antônio Aparecido da (Org.). *Teologia Afro-americana: II Consulta Ecumênica de Teologia e Culturas Afro-americana e Caribenha*. São Paulo, Paulus, 1997.
- RENAULT, Matthieu. Frantz Fanon e a descolonização dos saberes. In: CAHEN, Michel e BRAGA, Ruy (Org.). *Para além do pós(-)colonial*. São Paulo, Alameda, 2018.
- SANTOS, Leontino Faria dos. Por uma Teologia Negra no Brasil. *Cross Currents*. On-line, v. 67, n. 1, 2017, pp. 213-232.
- SILVA, Antônio Aparecido da (Org.). *Teologia Afro-americana: II Consulta Ecumênica de Teologia e Culturas Afro-americana e Caribenha*. São Paulo, Paulus, 1997.
- SILVA, Antônio Aparecido da. Elementos e pressupostos da reflexão teológica a partir das comunidades negras – Brasil. In: _____. (Org.). *Teologia Afro-americana: II Consulta Ecumênica de Teologia e Culturas Afro-americana e Caribenha*. São Paulo, Paulus, 1997.
- SILVA, Antônio Aparecido da. (Org.). *Existe um pensar teológico negro?* São Paulo, Paulinas, 1998.
- SILVA, Antônio Aparecido e SANTOS, Sônia Querino (Org.). *Teologia afroamericana II: avanços, desafios e perspectivas*. São Paulo, 2004.
- SILVA, Antônio Aparecido da. Apresentação. In: SILVA, Antônio Aparecido; SANTOS, Sônia Querino (Org.). *Teologia afroamericana II: avanços, desafios e perspectivas*. São Paulo, 2004.
- SILVA, Marcos Rodrigues da. Mulangos e Mulangas registram a possibilidade de uma Reflexão Teológica Afroamericana – Centro Atabaque – Teologia e Cultura Negra. 2014. 153 f. Tese de doutorado, Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.
- SILVA, Marcos Rodrigues da. *Teologia Afro (ou Negra) da Libertação: balanço e perspectivas*. *Horizonte*. Belo Horizonte, v. 11, n. 32, pp. 1769-1776, out./dez. 2013. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/6352/5921>. Acesso em: 14 abr. 2018.
- SILVA, Marcos Rodrigues da. *Entrevista concedida a Charlisson Silva de Andrade*. Videoconferência, 18 abr. 2023.
- SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *Entre o Brasil e a África: construindo conhecimento e militância*. Belo Horizonte, Mazza Edições, 2011.
- TILLICH, Paul. Introdução. In: TILLICH, Paul. *Teologia sistemática*. v. I. 5. ed. Trad. Getúlio Bertelli e Geraldo Korndörfer. São Leopoldo, Sinodal, 2005.

Recebido em: 06/04/2022

Aprovado em: 11/04/2023

Como citar este artigo:

ANDRADE, Charlisson Silva de; DOMINGUES, Petrônio. Decolonialidade e a Teologia Negra no Brasil: o lugar afrodiaspórico no projeto decolonial. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 2, maio - agosto. 2023, pp. 539-564.



O encarceramento no estado do Rio Grande do Sul: diagnóstico e tendências no período de 2005 a 2022

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo¹

Laura Girardi Hypolito²

Resumo: O presente artigo apresenta a evolução das taxas de encarceramento e do número total de presos no estado do Rio Grande do Sul no período compreendido entre 2005 e 2022. Para isso, foram utilizados como base de informação: os dados provenientes do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) correspondentes aos Relatórios Analíticos do estado do Rio Grande do Sul, do período compreendido entre 2005 e 2019, sempre referentes ao mês de dezembro; do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) – Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, período de janeiro a junho de 2021; da Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE), referente a 2020; da Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE), relativo a 2022. Desde os anos 90 até 2022, as taxas de encarceramento no Brasil cresceram mais de 400%. Essa situação de crescimento do número de presos e das taxas de encarceramento, não obstante algumas variações, repete-se em todos os estados do país; no Rio Grande do Sul, não é diferente. Nesse sentido, frente à importância de sistematizar e compreender os dados e as particularidades do encarceramento no contexto gaúcho, o presente trabalho pretende apresentar de forma

1 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) – Porto Alegre, Brasil – rodrigo.azevedo@pucrs.br – ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7050-8852>

2 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) – Porto Alegre, Brasil – laura.hypolito@yahoo.com.br – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0158-4031>

detalhada a situação do encarceramento no Rio Grande do Sul e avançar algumas hipóteses a respeito das tendências verificadas no período analisado.

Palavras-chave: Encarceramento; Política Criminal; Controle Penal.

Incarceration in the state of Rio Grande do Sul: diagnosis and trends in the period from 2005 to 2022

Abstract: *This paper presents the evolution of incarceration rates and the total number of prisoners incarceration in the state of Rio Grande do Sul in the period between 2005 and 2022. For this, data from the National Penitentiary Department (DEPEN) corresponding to the Analytical Reports of the state of Rio Grande do Sul, from the period between 2005 and 2019, always referring to the month of December; the National Penitentiary Department (DEPEN) – National Survey of Penitentiary Information, from January to June 2021; the Superintendence of Penitentiary Services (SUSEPE) for the year 2020; of the Superintendence of Penitentiary Services (SUSEPE) for the year 2022. From 1990 to 2022, incarceration rates in Brazil have grown by more than 400%. This situation of growth in the number of prisoners and incarceration rates, despite some variations, is repeated in all states of the country, and Rio Grande do Sul is no different. In this sense, given the importance of systematizing and understanding the data and particularities of incarceration in the context of the state, the present work intends to present in detail the situation of incarceration in Rio Grande do Sul, and advance some hypotheses regarding the trends verified in the period analyzed.*

Keywords: *Incarceration; Criminal Policy; Penal Control.*

Encarcelamiento en el estado de Rio Grande do Sul: diagnóstico y tendencias en el período 2005 a 2022

Resumen: Este artículo presenta la evolución de las tasas de encarcelamiento y el número total de presos en el estado de Rio Grande do Sul en el período comprendido entre los años 2005 y 2022. Para ello, se utilizaron datos del Departamento Penitenciario Nacional (DEPEN) correspondientes a los Informes Analíticos del Estado de Rio Grande do Sul, del período comprendido entre 2005 y 2019, siempre referido al mes de diciembre; del Departamento Penitenciario Nacional (DEPEN) – Encuesta Nacional de Información Penitenciaria, de enero a junio de 2021; de la Superintendencia de Servicios Penitenciarios (SUSEPE) para el

año 2020; de la Superintendencia de Servicios Penitenciarios (SUSEPE) para el año 2022. Desde 1990 hasta 2022, las tasas de encarcelamiento en Brasil han crecido en más del 400%. Esta situación de crecimiento en el número de presos y tasas de encarcelamiento, a pesar de algunas variaciones, se repite en todos los estados del país, y Rio Grande do Sul no es diferente. En ese sentido, dada la importancia de sistematizar y comprender los datos y particularidades del encarcelamiento en el contexto de Rio Grande do Sul, el presente trabajo pretende presentar en detalle el mapa del encarcelamiento en esta provincia, y adelantar algunas hipótesis sobre las tendencias verificadas en el período analizado.

Palabras clave: Encarcelamiento; Política Criminal; Control Penal.

Introdução

O presente trabalho pretende apresentar os dados do encarceramento do estado do Rio Grande do Sul entre 2005 e 2022. Seguindo uma tendência nacional de crescimento do número de presos e das taxas de encarceramento por 100 mil habitantes, compreender como se dá esse crescimento ao longo dos anos no estado do Rio Grande do Sul permite indicar regularidades, tendências e peculiaridades no contexto específico de um estado da federação, que conta com a quinta maior população carcerária do país, em torno de 40 mil presos, ficando atrás apenas de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Procuramos sistematizar os dados do período, no qual o crescimento da população carcerária foi expressivo (o maior do país), bem como apresentar algumas hipóteses para as oscilações percebidas.

A metodologia utilizada para realizar o estudo proposto foi a pesquisa em dados oficiais de encarceramento: em bancos de dados mantidos pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), correspondentes aos Relatórios Analíticos do estado do Rio Grande do Sul, do período compreendido entre 2005 e 2019, sempre referentes ao mês de dezembro; do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) – Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, período de janeiro a junho de 2021; da Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE-RS), referente a 2020; e da Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE-RS), relativo a 2022.

Cabe pontuar que a variação das bases de dados utilizadas se deu por alguns motivos que merecem ser destacados. Os dados referentes ao estado do Rio Grande do Sul possuíam relatórios específicos apenas no período compreendido entre 2005 e 2019, sendo, portanto, insuficientes para cumprir os objetivos

da pesquisa. Nesse sentido, foram utilizados dados da SUSEPE referentes a 2020, os quais também serviram como base para fornecer dados sobre o perfil dos encarcerados do estado, recebendo a última atualização em 2020. Para contemplar as informações referentes a 2021, foram utilizados dados do DEPEN, do período de janeiro a junho daquele ano. E, tendo em vista que a SUSEPE mantém o número de encarcerados atualizado em sua página oficial, foram utilizados dados dessa fonte para contemplar 2022. Essa necessidade de complementação dos dados com várias fontes evidenciou que as informações sobre encarceramento no estado do Rio Grande do Sul não são organizadas de modo a serem facilmente acessadas pelos pesquisadores interessados.

O trabalho permite evidenciar que, não obstante algumas tentativas para reduzir o número de encarcerados no estado no decorrer do período analisado, as reduções foram pontuais e episódicas, em um contexto de crescimento expressivo ao longo dos anos analisados, indicando os desafios colocados para uma política de descarcerização, com a implementação de alternativas ao encarceramento provisório e definitivo no estado e no Brasil.

O encarceramento no Brasil

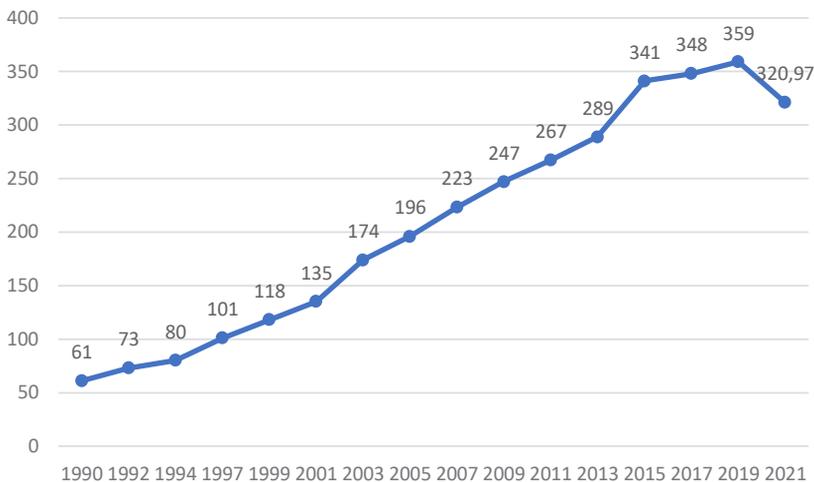
Nas últimas décadas, o crescimento das taxas de encarceramento no Brasil tem preocupado pesquisadores, gestores e atores da administração da justiça penal. Atualmente, com um total de 820.689 (DEPEN, 2021) pessoas presas em unidades físicas e domiciliares, o país abriga a terceira maior população carcerária global em números absolutos, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da China.

Desse modo, o encarceramento em massa de pessoas – em sua grande maioria, homens jovens, negros, com baixa escolaridade e moradores de regiões periféricas – ocupa uma posição central nos debates que permeiam o campo da segurança pública no Brasil. Essa realidade, que, não obstante alguns graus de variação, se repete em todos os estados, tem sido agravada desde os anos 90 e carrega consigo o rastro de um país que não foi capaz de superar as marcas deixadas por anos de escravidão, patrimonialismo e ausências democráticas.

Nesse sentido, ainda que a redemocratização, consolidada no texto constitucional de 1988, tenha buscado agregar direitos e garantias ao cidadão, as alterações trazidas não foram suficientes para transformar as mentalidades dos agentes estatais da segurança, tampouco para adequar instituições que ainda perpetuam práticas abusivas e seletivas do sistema de justiça penal. Em verdade, como afirmam Azevedo e Campos (2020), desde a redemocratização, houve um

endurecimento da punição no Brasil; quando colocamos em evidência o crescimento da taxa de encarceramento, ou seja, o número de presos para cada 100 mil habitantes, desde 1990, essa realidade fica manifesta. Não há como negar a evidência de que o país prende muito, tanto em termos absolutos quanto relativos (taxas), e prende mal, em presídios caracterizados pela superlotação carcerária, domínio de facções e falta de condições mínimas para a implementação das previsões da Lei de Execuções Penais sobre as condições de encarceramento.

Gráfico 1 – Evolução da taxa de aprisionamento para cada 100 mil habitantes no Brasil (1990 a 2021)

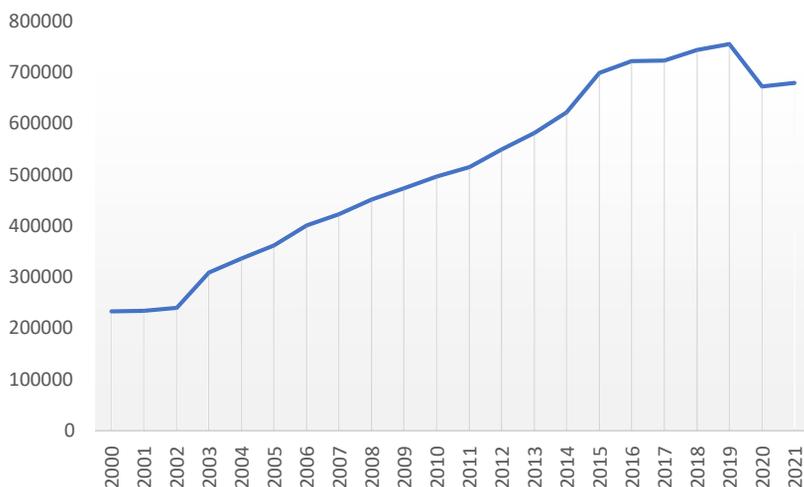


Fonte: elaboração própria com base nos dados do DEPEN (2021)

De acordo com o Gráfico 1, é possível apurar que, desde os anos 90, houve um aumento de 426% nas taxas de encarceramento no país. Um dos motivos para esse crescimento pode ser relacionado, ainda que em um primeiro momento, à Lei dos Crimes Hediondos (BRASIL, 1990). Isso porque a Lei, que entrou em vigor em 25 de julho de 1990, determinou que, para crimes com caráter de hediondez, a progressão de regime só poderia acontecer após o cumprimento de 2/5 da pena para os réus primários e 3/5 no caso de reincidentes. Além do mais, a aplicação de penas e medidas alternativas à prisão dificilmente ocorre nesses casos. Assim, na prática, o que a legislação acarretou foi a protelação das progressões de regime e o impedimento para que o cumprimento da pena inicie em um regime que não seja o fechado, bem como, em regra, impossibilitou que penas e medidas alternativas ao cárcere fossem adotadas.

No que diz respeito ao número de encarcerados, com o recorte temporal das últimas duas décadas, constata-se um aumento de 184% no número de pessoas privadas de liberdade no país.

Gráfico 2 – Evolução da população privada de liberdade no Brasil (2000-2021)



Fonte: elaboração própria com base nos dados do DEPEN (2021)

De acordo com os dados do Gráfico 2, é possível apurar que, após vinte anos de crescimento constante da população privada de liberdade, 2020 marca uma ruptura na tendência de aumento. A redução histórica do número de pessoas presas pode ser relacionada a alguns fatores, como a pandemia de covid-19, que assolou os mais diferentes âmbitos sociais e instituições, não só brasileiras, mas em nível global.

No entanto, o que chama a atenção para a mudança de inflexão nas taxas de encarceramento são as políticas judiciárias implementadas no país nos últimos anos. Com a iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que visa ao desenvolvimento de políticas estruturantes e coordenadas para transformações permanentes no sistema de justiça brasileiro, estudos empíricos pautados em evidências têm sido desenvolvidos por meio do programa “Fazendo Justiça”, com apoio de instituições como o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Diretrizes de atuação têm sido divulgadas para as entidades competentes para que políticas de atuação sejam devidamente implementadas. Como alguns exemplos desses trabalhos empíricos, pode-se apontar a pesquisa sobre Monitoração Eletrônica

Criminal (BRASIL, 2020), o Relatório Audiência de Custódia 6 anos (CNJ, 2021) e o estudo O Impacto da Covid-19 no Poder Judiciário (CNJ, 2022).

Não obstante o impacto dessas políticas judiciárias e a redução dos apenados, a qual não pode ser considerada insignificante, o número de apenados voltou a apresentar crescimento em 2021; como foi anteriormente apontado, o Brasil mantém a terceira posição dentre os países que mais prendem no mundo em números absolutos. Ademais, a superlotação do sistema carcerário segue como uma questão relevante, de modo que o déficit de vagas nas prisões do país é de mais de 212 mil vagas (DEPEN, 2021), o que intensifica problemas já existentes dentro do cárcere, como as precárias condições de existência, a propagação de doenças e a disseminação de grupos criminais organizados.

Além disso, com mais de 70% da população carcerária no país formada por condenados por crimes contra o patrimônio (39,72%) e tráfico de drogas (30,28%), verifica-se que a lógica da administração da justiça penal no Brasil está focada na resolução de conflitos ligados à circulação de riqueza, seja nos mercados formais ou informais (Lima, Sinhoretto e Bueno, 2015). Com essa perspectiva, tendo em vista que o grupo de crimes contra o patrimônio abrange diversos delitos³, e que o tráfico de drogas corresponde a um único tipo penal, fica evidente o espaço que a legislação de drogas ocupa dentro do sistema carcerário brasileiro.⁴ Isso porque apenas um tipo penal é responsável por mais de 30% dos encarceramentos.

É nesse sentido que a atual Lei de Drogas brasileira (Lei n. 11.343/2006), desde sua entrada em vigor no ano de 2006, tem ocupado um lugar de extrema relevância nas discussões que permeiam o campo da administração da justiça penal no Brasil. Considerada a principal responsável pelo aumento massivo do encarceramento no país (Azevedo e Cifalli, 2016), a Lei tem sido um importante vetor para intensificar práticas há muito tempo conhecidas no sistema de justiça brasileiro, de tratamento desigual, seletivo e inquisitorial.

Isso porque, ainda que a Lei tenha sido recebida de maneira inovadora, por ter despenalizado o consumo, a falta de critérios objetivos de diferenciação entre usuários e traficantes abriu margem para corroborar a seletividade praticada por agentes da administração da justiça penal, presente desde a fase policial, até o julgamento e posterior decisão nos tribunais (Azevedo e Hypolito, 2016). Essa seletividade fica ainda mais evidente quando se constata que a grande maioria

3 Furto, roubo, extorsão, usurpação, dano, apropriação indébita, estelionato, fraude e receptação são alguns dos exemplos de tipo penais contemplados no grupo de crimes contra o patrimônio (Brasil, 1940).

4 Em alguns casos, o art. 33 é associado ao art. 35 da Lei.

dos indivíduos presos preventivamente por tráfico não portava quantias consideráveis de droga no momento da abordagem policial. No entanto, ainda assim, houve penas demasiadamente altas.

Casos de condenados como traficantes por portar pequenas quantidades de droga infelizmente correspondem à maior parte das condenações por tráfico no Brasil, de modo que mais de 75% dos presos pelo delito portavam uma quantidade inferior a 25 gramas de droga no momento da abordagem (Campos, 2015). Essa realidade demonstra que, desde a entrada em vigor da Lei n. 11.343/06, mais pessoas passaram a ser indiciadas como traficantes do que como usuários. Esse fato – que por si só já causaria um impacto nas taxas de encarceramento – ainda foi agravado, na medida em que a nova Lei elevou a pena mínima do delito de tráfico de três para cinco anos, o que geralmente impossibilita que os juízes determinem respostas penais alternativas à prisão.

Com base em critérios vagos que, na grande maioria dos casos, não obstante a pequena quantidade de droga apreendida, servem de embasamento para fundamentar as denúncias por tráfico, a Lei de drogas teve como efeito principal a opção pelo enquadramento como traficantes de muitos indivíduos que poderiam ser considerados usuários, pela quantidade de droga portada e pela falta de evidências sobre a comercialização da droga. Ao serem jogados em um campo de incertezas jurídicas, não tendo assim a chance saber como responderão criminalmente, ficam à mercê de discricionariedades, as quais, refletidas na seletividade estrutural que há muitas décadas está presente no sistema de justiça criminal brasileiro, acabam por gerar um quadro de encarceramento massivo dirigido a uma parcela específica da população, composta majoritariamente por jovens negros que habitam as periferias de grandes cidades.

Como foi anteriormente apontado, não obstante alguns graus de variação, essa realidade se repete em todos os estados brasileiros; no Rio Grande do Sul, não é diferente, como veremos a seguir.

Mapa do encarceramento no estado do Rio Grande do Sul

A partir desse ponto do trabalho, passaremos a expor e analisar os dados referentes ao encarceramento no Rio Grande do Sul entre os anos de 2005 e 2022. O estado que, nesse último ano, atingiu a marca histórica de 43.522 pessoas presas tem enfrentado nas últimas décadas problemas relacionados à efetividade das políticas públicas de segurança e à precariedade de um sistema prisional superlotado e com a presença de organizações criminosas.

A administração penitenciária no Rio Grande do Sul é dividida em 10 Regiões Penitenciárias (SUSEPE, 2022), que correspondem a 123 estabelecimentos

prisionais e sete Institutos de Monitoramento Eletrônico. Dentre esses, localizado na capital do Estado do Rio Grande do Sul, está o antigo Presídio Central, atual Cadeia Pública de Porto Alegre. Inaugurado em 1959, com estrutura para abrigar 700 pessoas, atualmente possui capacidade de engenharia para 1.824 presos. No entanto, ele conta com cerca de 2.641 encarcerados⁵.

Classificado em 2009 como o pior presídio do Brasil, segundo o levantamento da CPI do Sistema Carcerário da Câmara de Deputados – devido à superlotação, forte presença de grupos criminais organizados e problemas estruturais extremos –, o estabelecimento prisional há décadas preocupa os gestores da segurança pública no Estado. Então, finalmente, em novembro de 2021, foi anunciada pelo governo do Rio Grande do Sul a demolição do presídio, o qual, desde o massacre do Carandiru, já foi considerado o maior estabelecimento prisional do país, ao abrigar mais de 5,5 mil presos simultaneamente e motivar a denúncia do Brasil à Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 2013.

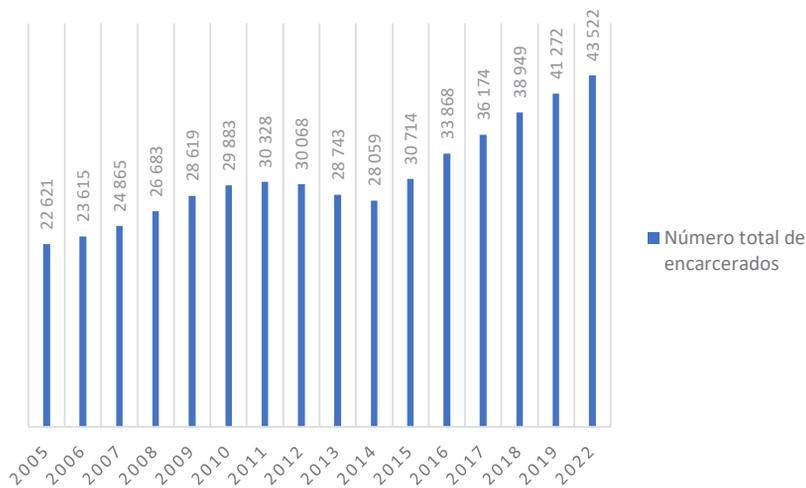
A questão da superlotação nos estabelecimentos prisionais tem invariavelmente ocupado uma posição importante nos debates do campo da segurança pública no estado. Acerca das custódias irregulares de presos no Rio Grande do Sul, o trabalho de Pereira (2022) demonstra que a manutenção de pessoas presas em delegacias de polícia, viaturas, ônibus e até mesmo algemados em lixeiras públicas passou a ser um fato reiteradamente percebido desde 2015. De acordo com a autora, a prática – que não ocorria desde a redemocratização – se mantém até os dias atuais, embora tenha sido reduzida nos últimos anos em virtude do aumento de vagas no sistema. Nesse sentido, no primeiro semestre de 2021, de acordo com os dados do Depen (2021), existia um total de 94 presos sob custódia das polícias judiciárias, batalhões de polícia ou bombeiros militares no estado do Rio Grande do Sul.

Acerca dos números da superlotação, atualmente com uma capacidade de engenharia de 25.684 vagas, o estado conta com um déficit de mais de 8.500 vagas (DEPEN, 2021). Devido a um crescimento acentuado do número de encarcerados ao longo de quase as últimas duas décadas, o sistema carcerário do estado não foi capaz de acompanhar a alta demanda por vagas.

5 Dados referentes a junho de 2022. Informações disponíveis em: <http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=203&cod_conteudo=21>. Acesso em: 20 jan. 2024.

O Gráfico 3 apresenta a evolução do encarceramento no Estado do Rio Grande do Sul, entre 2005 e 2022⁶.

Gráfico 3 – Evolução da população carcerária no Rio Grande do Sul – 2005 a 2022

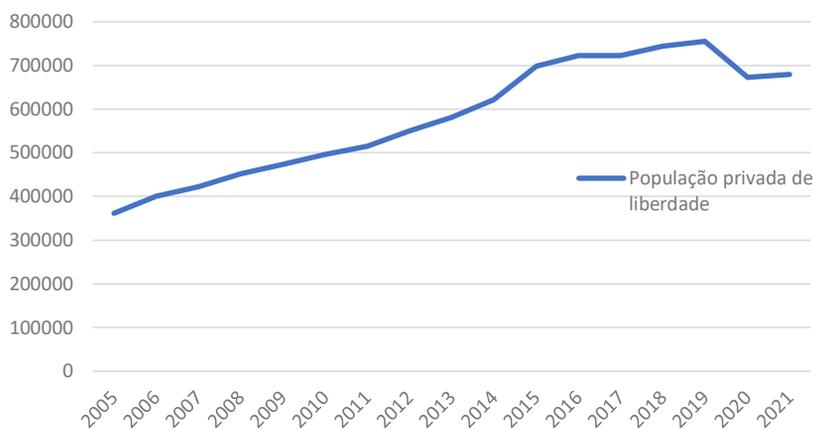


Fonte: elaboração própria com base nos dados do DEPEN (2019) e SUSEPE (2022)

Durante o período, verifica-se uma tendência de aumento do número de encarcerados que se mantém até 2012, com uma leve queda entre 2013 e 2014 e que volta a subir desde 2015, quando apresenta um crescimento constante e acentuado. De maneira geral, é possível afirmar que, ao longo dos dezessete anos analisados, foi constatado um aumento de 92,4% do número de pessoas presas no estado.

Quando comparamos o crescimento da população carcerária estadual com os números da evolução nacional de presos para o mesmo período, verifica-se que as tendências de diminuição percebidas no Rio Grande do Sul no período de 2013 a 2015 não se repetem em nível nacional.

6 Cabe ressaltar que, até o momento da confecção deste trabalho, os dados de 2020 não foram localizados, de modo que a base de dados utilizada para a elaboração do artigo conta com as estatísticas disponíveis do DEPEN (que engloba os anos 2005 a 2019). Do mesmo modo, os dados referentes ao ano de 2021 não foram adicionados por serem referentes apenas ao período de janeiro a junho do ano mencionado. Os dados de 2022 correspondem à SUSEPE (2022).

Gráfico 4 – Evolução da população carcerária no Brasil – 2005 a 2021

Fonte: elaboração própria com base nos dados do DEPEN (2021)

Nesse sentido, tendo em vista que o Gráfico 4 demonstra que a evolução das pessoas privadas de liberdade no Brasil se mantém em crescimento constante até o ano de 2020, cabem considerações acerca das peculiaridades que ocorreram no estado. Mais à frente, trataremos devidamente dessa questão.

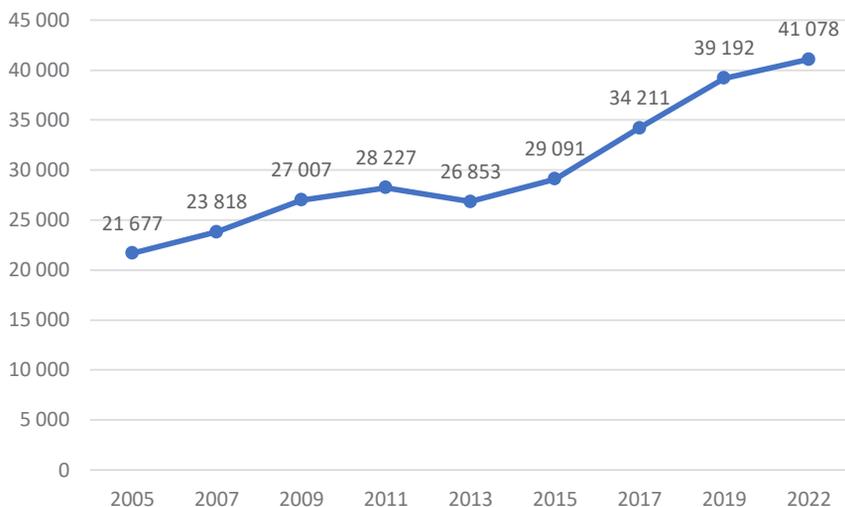
Acerca do regime de cumprimento de pena⁷ dos presos em celas físicas no estado⁸, 39,3% estavam no regime fechado, 20,14% no semiaberto, 2,7% no aberto, enquanto 37,73% eram presos provisórios. Referente aos presos em prisão domiciliar, 5,46% cumpriam pena em regime fechado, 67,22% no semiaberto, 20,4% no regime aberto e 6,88% correspondiam a prisões provisórias (DEPEN, 2021).

Considerando que há uma grande diferença na proporção entre homens e mulheres encarcerados no Estado – de modo que 95,2% das mais de 43 mil pessoas presas são do sexo masculino, enquanto as mulheres compõem 4,08% do total –, os dados referentes ao número de encarceramentos serão apresentados com um recorte de gênero.

Nesse sentido, o Gráfico 5 apresenta a evolução do encarceramento masculino no Rio Grande do Sul entre 2005 e 2022.

7 Sobre os tipos de regime de cumprimento de pena, Giamberardino explica que “os regimes fechado, semiaberto e aberto (art. 33, § 1º, CP) se diferenciam, em primeiro lugar, pelo local de cumprimento da pena: estabelecimento de segurança máxima ou média, para o regime fechado; colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar, para o regime semiaberto; casa de albergado ou estabelecimento adequado, para o regime aberto” (2021: 205).

8 Dados provenientes do período de janeiro a junho de 2021. Excluem-se aqui os presos em prisão domiciliar, bem como aqueles que estão sob custódia das polícias judiciárias, batalhões de polícia e bombeiros militares (outras prisões).

Gráfico 5 – Evolução do encarceramento masculino no Rio Grande do Sul – 2005 a 2022

Fonte: elaboração própria com base nos dados do DEPEN (2019) e SUSEPE (2022)

Com um crescimento de 89% dos presos durante o período analisado, a linha de tendência do encarceramento masculino no estado segue proporções muito semelhantes àquelas do encarceramento geral. Com crescimento constante até 2012 e uma leve queda entre 2013 e 2014, nos anos seguintes, o aumento passa a ser contínuo e acentuado.

Em relação ao encarceramento masculino, os crimes com maior incidência são os contra o patrimônio (46,5%), seguidos pelos crimes relacionados à Lei de Drogas (25,48%), crimes com legislação específica (13,02%), crimes contra a dignidade sexual (6,31%), crimes contra a pessoa (4,67%) e crimes contra a paz pública (3,4%). Ou seja, atrás apenas do grupo que abrange os crimes contra o patrimônio, o tráfico corresponde a um quarto dos aprisionamentos, mesmo se tratando de apenas um tipo penal.

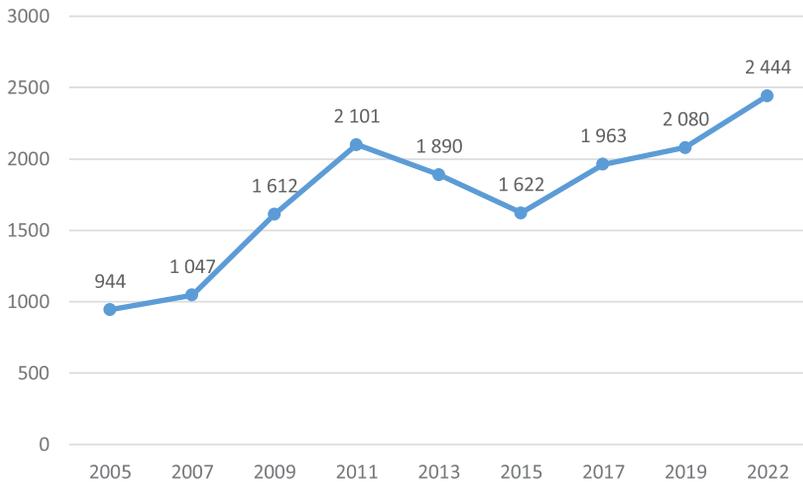
Acerca do perfil dos encarcerados, de acordo com os dados provenientes da SUSEPE (2020), 65% são autodeclarados brancos, 62% são solteiros, 52,5% estão na faixa etária compreendida entre 18 e 34 anos⁹, 52,04% possuem pelo menos um filho e 78,98% sequer acessaram o ensino médio, tendo apenas 6,94% completado o ensino médio (SUSEPE, 2020).

Em relação ao aprisionamento feminino no Rio Grande do Sul, o percentual de mulheres encarceradas corresponde apenas 4,08% do total das pessoas

9 18 a 24 anos (16,01%); 25 a 29 anos (19,16%); 30 a 34 anos (18,26%); 35 a 45 anos (28,74%); 46 a 60 anos (13,50%), mais de 60 anos (4,34%). (SUSEPE, 2020).

presas. No entanto, como é possível verificar no Gráfico 6, o crescimento do número de mulheres presas é superior àquele apurado entre os homens.

Gráfico 6 – Evolução do encarceramento feminino no Rio Grande do Sul – 2005 a 2022



Fonte: elaboração própria com base nos dados do DEPEN (2019) e SUSEPE (2022)

Nesse sentido, observa-se que, entre 2005 e 2022, foi registrado um aumento de 159,9% no número de mulheres presas no Estado. Com um crescimento quase duas vezes superior ao masculino, é adequado afirmar que a elevação nas taxas de encarceramento das mulheres no Rio Grande do Sul está profundamente atrelada à atual Lei de Drogas. Dessa forma, de acordo com dados de 2021 provenientes do Departamento Penitenciário Nacional, foi possível constatar que 62% dos crimes pelos quais as mulheres presas respondem judicialmente – mediante condenação penal ou prisão provisória – estão relacionados à legislação de drogas¹⁰ (DEPEN, 2021).

Em contrapartida, a incidência do crime de tráfico entre os homens, como foi anteriormente apontado, é de 25,48%. Isso significa dizer que mais de seis em cada dez mulheres que estão presas no Rio Grande do Sul respondem pela Lei de Drogas.

Nesse sentido, Campos (2015) demonstra em seu estudo que as chances de uma mulher ser incriminada por tráfico são 2.38 vezes maiores que as de

¹⁰ Em segundo lugar, aparecem os crimes contra o patrimônio (19,53%), seguidos por delitos de legislação específica (7,48%), crimes contra a pessoa (4,67%), crimes contra a dignidade sexual (4,11%) e crimes contra a paz pública (1,87%) (DEPEN, 2021).

incriminação por uso, em comparação com a incidência que se opera aos homens. Assim, é importante evidenciar que, dentre todas as vulnerabilidades sociais – idade, classe social, escolaridade, cor, entre outras – que predispoem determinados grupos ao alcance do controle do estado operacionalizado pelo direito penal, as mulheres ainda têm somado o marcador de gênero, que, de acordo com pesquisas na área, aumentam as chances de incriminações por tráfico em relação ao uso, em comparação com os homens.

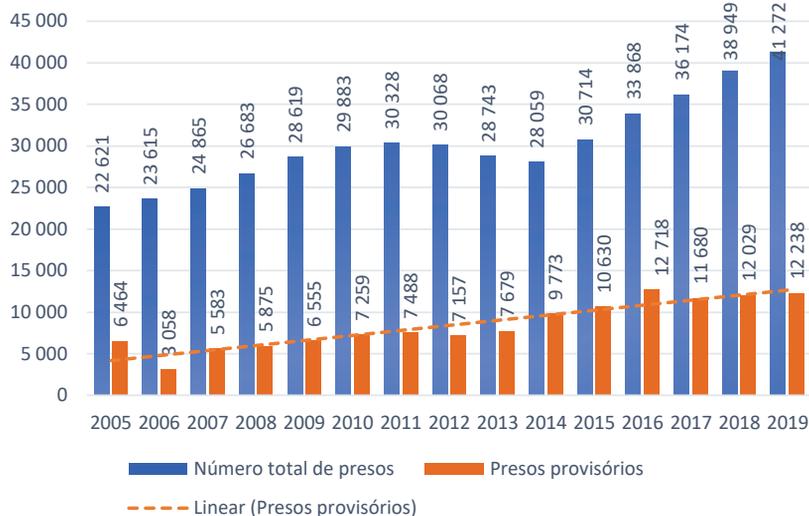
No entanto, ainda que as incriminações por tráfico sejam maiores em proporção entre as mulheres presas do que entre os homens, a lógica de funcionamento do mercado informal das substâncias ilícitas é majoritariamente liderada por pessoas do sexo masculino. Nesse sentido, ao realizar estudo sobre a participação das mulheres no mercado de ilícitos no Brasil, Cipriani (2017) constata que, não obstante o significativo crescimento do encarceramento feminino nas últimas duas décadas, principalmente em decorrência de delitos relacionados com o tráfico de drogas, o protagonismo em relação ao controle dos mercados informais fica reservado aos homens.

Quando analisado o perfil das mulheres encarceradas no Rio Grande do Sul de acordo com os dados apresentados pela SUSEPE (2020), podemos dizer que esse é constituído predominantemente por rés primárias, solteiras, jovens, com baixas taxas de escolaridade e mães. Com base no levantamento e nas categorias de perfil presentes na base de dados, é possível apontar que, do total de mulheres que respondem com pena privativa de liberdade no estado, 44% têm idade entre 18 e 34 anos; 66% são mulheres autodeclaradas brancas; 69% não acessou sequer o ensino médio, tendo apenas 12% das presas concluído de fato o ensino médio; 60% são solteiras; e 79,9% das mulheres privadas de liberdade no estado têm filhos.

Outro ponto chave para pensarmos o mapa do encarceramento no estado diz respeito às prisões provisórias. Nesse sentido, acerca dessa modalidade de encarceramento no Rio Grande do Sul, é possível afirmar que, em 2019, cerca de 30% da população carcerária do Estado era formada por presos provisórios, ou seja, pessoas que sequer haviam sido condenados judicialmente.

O Gráfico 7 apresenta o número de pessoas presas provisoriamente de acordo com o ano e em comparação com o total de encarcerados.

Gráfico 7 – Evolução dos presos provisórios no Rio Grande do Sul – 2005 a 2019

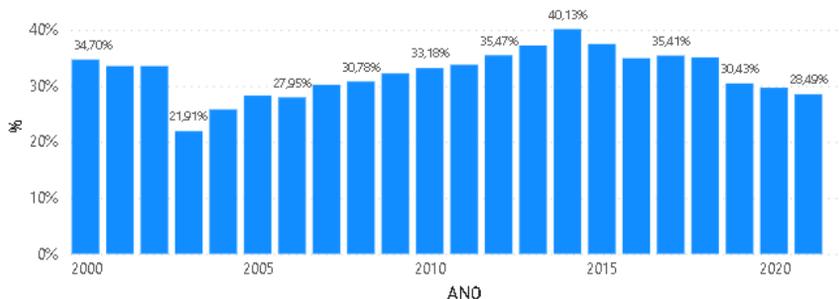


Fonte: elaboração própria com base nos dados do DEPEN (2019)

Com base nos dados do Gráfico 7, é possível compreender que, mesmo que em alguns anos o número de presos provisórios tenha apresentado diminuição, a linear configura uma tendência de aumento constante. Nesse sentido, entre 2005 e 2019, houve um crescimento de 89% do número de pessoas presas provisoriamente no Estado, o que alerta para a utilização da prisão provisória de maneira abusiva.

Não obstante essa constatação, quando comparamos com os dados nacionais referentes aos presos provisórios, os números do Rio Grande do Sul ficam abaixo da média nacional.

Gráfico 8 – Percentual de presos provisórios por ano no Brasil

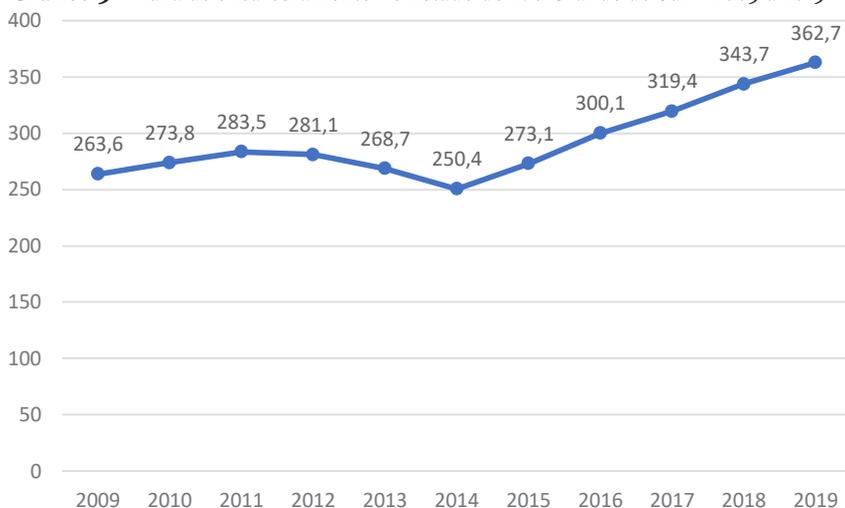


Fonte: DEPEN (2021)

Acerca da manutenção da prisão provisória nos delitos de tráfico – crime com a maior incidência entre os encarcerados no estado –, um estudo realizado pelo CeSEC que analisou o acesso dos aprisionados ao direito de defesa no Rio de Janeiro concluiu que o número de pessoas presas provisoriamente por indiciamentos referentes ao tipo é excessivo, ao apontar que 72,5% ficaram encarcerados durante o curso da investigação e do processo. Desses, apenas 45% acabaram condenados à pena privativa de liberdade, ou seja, aproximadamente um terço ficou preso desnecessariamente durante o processo (Lemgruber e Fernandes, 2015).

Quanto à taxa de encarceramento no Estado, ou seja, o número de presos para cada 100 mil habitantes, foram analisados os dados disponíveis nos anos entre 2009 e 2019.

Gráfico 9 – Taxa de encarceramento no Estado do Rio Grande do Sul – 2009 a 2019



Fonte: elaboração própria com base nos dados do DEPEN (2019)

Durante os dez anos analisados, constatou-se um crescimento de 37,6% nas taxas de encarceramento no estado, refletindo o aumento expressivo ocorrido desde 2015, depois de um período de estabilização e queda.

O monitoramento eletrônico de presos no Rio Grande do Sul: considerações e dados

Em 2011, foi sancionada a Lei 12.403, que trouxe importantes mudanças no que se refere à aplicação de medidas cautelares do processo penal (BRASIL, 2011). São medidas cautelares diversas da prisão, de acordo com o art. 319 do Código de Processo Penal Brasileiro:

- I - comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades;
- II - proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações;
- III - proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante;
- IV - proibição de ausentar-se da Comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução;
- V - recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos;
- VI - suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais;
- VII - internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável (art. 26 do Código Penal) e houver risco de reiteração;
- VIII - fiança, nas infrações que a admitem, para assegurar o comparecimento a atos do processo, evitar a obstrução do seu andamento ou em caso de resistência injustificada à ordem judicial;
- IX - monitoração eletrônica; (BRASIL, 1941) (Grifo nosso)

Assim, dentre as diversas medidas cautelares elencadas, há a previsão da aplicação do monitoramento eletrônico.

Tendo em vista que a monitoração eletrônica passou a ser adotada no Rio Grande do Sul em 2013, mesmo período em que o número de presos apresentou diminuição, é possível associar essas oscilações à Lei de Cautelares e a consequente adoção do monitoramento eletrônico no estado. Nesse sentido, de acordo com os gráficos referentes ao encarceramento no estado do Rio Grande do Sul – anteriormente apresentados –, é possível apurar uma redução nos aprisionamentos entre 2013 e 2014.

Nesse sentido, a diminuição constatada na série histórica da evolução dos encarcerados pode ser relacionada com a introdução da modalidade de monitoração eletrônica. Isso se dá porque, desde que o monitoramento eletrônico por meio do uso de tornozeleiras foi adotado em 2013, esse tem sido majoritariamente direcionado para casos de progressão de regime. Assim, sob a fundamentação da insuficiência de vagas nos locais próprios para cumprimento de

penas em regime aberto ou semiaberto, bem como pela superlotação no sistema carcerário, a utilização da monitoração eletrônica passou a ser empregada por juízes da execução criminal no Estado.

A atuação dos magistrados, desse modo, dá-se em concordância com o que foi posteriormente estabelecido pela Súmula Vinculante 56 do STF, a qual prevê que a falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo ser observados, nessa hipótese, os parâmetros fixados no RE 641.320/RS. O Recurso Especial referido determina que

Havendo déficit de vagas, deverão ser determinados: (i) a saída antecipada de sentenciado no regime com falta de vagas; **(ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas;** (iii) o cumprimento de penas restritivas de direito e/ou estudo ao sentenciado que progride ao regime aberto. (RE 641.320/RS. Grifo nosso)

De acordo com Giamberardino, essa prática cada vez mais comum configura o que pode ser chamado de “regime semiaberto harmonizado” (Giamberardino, 2021: 205).

Com base no que foi exposto, é possível relacionar a adoção do uso do monitoramento eletrônico no Rio Grande do Sul com a queda do número dos presos no estado. Cabe pontuar que, ainda que a diminuição do número de presos tenha ocorrido em 2013 e 2014, o crescimento volta a ocorrer no ano seguinte, o que demonstra que a relação da adoção do monitoramento eletrônico com a redução nas taxas de encarceramento não foi capaz de impactar a evolução dos aprisionados a longo prazo.

Em relação ao total de monitorados eletronicamente no estado, no primeiro semestre do ano de 2021, o Rio Grande do Sul já contava com 6.190 pessoas monitoradas desde o uso de tornozeleira eletrônica, dando-se em decorrência do cumprimento de penas privativas de liberdade (progressão de regime) ou em casos resultantes da aplicação de medidas cautelares diversas ao cárcere. Desse total de presos monitorados, 78 correspondiam a prisões da Justiça Federal.

Ademais, para além desses números, em 2019, por meio da coleta de dados para a pesquisa Monitoração Eletrônica de Pessoas (2021)¹¹, foi possível apurar

11 Os autores atuaram como pesquisadores no estudo Monitoração Eletrônica de Pessoas: informativo para o sistema de justiça, realizado pelo CNJ. Para mais informações, acessar: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/09/Monitora%C3%A7%C3%A3o-Eletr%C3%B4nica-de-Pessoas-Informativo-para-o-Sistema-de-Justi%C3%A7a_eletronico.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

que, àquela época, existia no estado do Rio Grande do Sul um número significativo de pessoas que estavam em trânsito no monitoramento, ou seja, aguardando a liberação de tornozeleira para a instalação. Esses indivíduos faziam parte da chamada “nuvem” e os monitorados que a integravam precisavam comparecer ao estabelecimento prisional com horário marcado, uma vez por semana, com a finalidade de assinar um ponto de presença; caso não assinassem, eram considerados como foragidos.

Na época da pesquisa, foi possível contatar que esses comparecimentos semanais obrigatórios se repetiam até que alguma tornozeleira estivesse disponível para a instalação, fato que poderia ocorrer em qualquer um dos dias designados para a assinatura do ponto. Durante a observação realizada na sede do Pio Buck¹², na capital do estado, foi possível perceber que, fazer parte da “nuvem”, gerava grande desconforto para a maioria dos monitorados, por não saberem o momento em que receberiam a tornozeleira, já que permaneciam meses esperando. Na data 31 de novembro de 2019, existiam 831 pessoas aguardando a instalação do dispositivo eletrônico só na cidade de Porto Alegre. Cabe ressaltar que não é possível afirmar que essa realidade ainda ocorra, de modo que a disponibilidade de equipamentos contratados no estado atualmente é de 13.206. Levando em conta que existem 6.190 pessoas monitoradas, verifica-se que apenas 47% da capacidade de tornozeleiras está em operação.

Feitas essas considerações, passamos a analisar o perfil dos monitorados. Quanto ao gênero, 91% são homens e 8,1% mulheres. Ainda que a diferença na proporção entre ambos seja elevada, é possível identificar uma diferença quando comparada àquela apurada no encarceramento em estabelecimentos prisionais (95,6% homens e 4,4% mulheres), com uma presença proporcionalmente maior de mulheres entre os monitorados.

Em relação à faixa etária dos monitorados eletronicamente, 9,79% tinham de 18 a 24 anos; 17,66% de 25 a 29 anos; 18,3% tinham idade de 30 a 34 anos; 32,02% de 35 a 45 anos; 16,96% de 46 a 60 anos; e 5,25% possuíam 61 anos ou mais. Acerca do regime de cumprimento da pena, 338 monitorados estavam no regime fechado, 4.161 no regime semiaberto, 1.263 no regime aberto e 426 eram presos provisórios (DEPEN, 2021).

No que se refere aos tipos penais com maior incidência dentre os monitorados eletronicamente, é possível apontar similaridades com os números do

12 Pio Buck é a central de monitoramento eletrônico responsável por realizar o acompanhamento dos monitorados na região metropolitana do estado. Além da instalação das tornozeleiras, no local, também são prestados serviços jurídicos e psicossocial aos monitorados.

encarceramento em estabelecimentos prisionais, de modo que 43,47% correspondiam a crimes contra o patrimônio e 26,58% à legislação de drogas. No mesmo sentido, quando levado em conta o recorte de gênero, um total de 63,17% das mulheres estavam monitoradas pela Lei de Drogas e 20,04% por crimes contra o patrimônio. Já no caso dos monitorados do sexo masculino, 44,87% respondiam por crimes contra o patrimônio e 24,39% pela Lei de Drogas (DEPEN, 2021).

Considerações finais

A questão do encarceramento, no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul, tem como marca o déficit de vagas, com a consequente superlotação carcerária, estando ainda muito aquém do preconizado e estabelecido pela Lei de Execuções Penais (Lei 7.210/1984). Por um lado, a política criminal, estabelecida pelo Congresso Nacional, induz ao encarceramento em massa de pequenos vendedores de drogas ilícitas nas periferias urbanas; por outro, a situação de milhões de pessoas que se encontram abaixo da linha de pobreza e não encontram caminhos lícitos para a obtenção de emprego e renda de forma digna, agravada pela flexibilização do trabalho, pela falta de políticas efetivas de prevenção e pela presença de coletivos criminais ligados a mercados ilegais nas periferias urbanas, empurra milhares de jovens para a delinquência, e os torna a clientela preferencial do sistema penal e do encarceramento. O paradoxo ético é que o Estado pune aqueles que transgridem a Lei, mas ele mesmo não cumpre a Lei que trata da execução da pena de prisão.

Nesse contexto, os dados e análises aqui apresentados visam contribuir para que o debate a respeito do encarceramento no estado do Rio Grande do Sul e no Brasil ocorra de forma qualificada, pelo reconhecimento da insustentabilidade de um modelo que não recupera o criminoso, muito menos contribui para a segurança pública, pois tem como principal subproduto o surgimento e a reprodução de facções criminais no ambiente carcerário. De outro lado, é importante que se reconheça a necessidade da prisão como resposta ao delito, especialmente quando se trata de crimes de maior gravidade, com violência contra a pessoa, e em circunstâncias em que o legítimo clamor social por uma pena retributiva se justifica. No entanto, sem condições adequadas de encarceramento, a perspectiva do devido tratamento penal ao apenado não se efetiva, retroalimentando o ciclo de violência e baixa legitimidade do Estado para o controle do crime.

É preciso repensar a política criminal, em especial, a política de drogas, para evitar o encarceramento massivo de jovens, homens e mulheres que tem no mercado ilegal sua fonte de subsistência, ao mesmo tempo coibindo a ação de facções

armadas que dominam território, corrompem as polícias e se valem das mazelas sociais para obter ganhos e poder em áreas de enorme vulnerabilidade social.

Ao mesmo tempo, uma vez que a prisão é definida como a forma prioritária de resposta aos delitos de maior gravidade, paralelamente às penas alternativas para os casos em que é possível a substituição da pena de prisão, é necessário que o Estado, por meio do Poder Executivo dos estados, cumpra o seu papel de garantir as vagas em condições dignas e legais de encarceramento, e que o Poder Judiciário assuma sua responsabilidade, via varas de execuções penais, de assegurar que as penas sejam cumpridas dentro da Lei. Até que isso aconteça, falta ao Estado brasileiro legitimidade ética para cobrar do cidadão o respeito à Lei e à ordem democrática a certeza de que a cidadania será respeitada e assegurada a todos, especialmente aos mais humildes e submetidos ao poder punitivo do Estado. São tarefas ainda não cumpridas, mas que permanecem em nosso horizonte, para que a confiança no regime democrático e nas instituições seja reforçada e os discursos populistas e autoritários de combate ao crime a qualquer preço encontrem menos adesão na sociedade.

Os dados aqui apresentados mostram ainda que as políticas de descarcerização adotadas pelo Conselho Nacional de Justiça, como medidas concretas como as audiências de custódia para a avaliação rápida e minuciosa sobre a necessidade de conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva e as recomendações publicadas durante a pandemia de COVID-19, orientando para a avaliação da possibilidade de liberação de presos com maior vulnerabilidade de saúde, não tem tido o impacto esperado, pelo menos no estado do Rio Grande do Sul, onde os últimos anos foram de crescimento expressivo do número de presos.

Que essa situação se deva a uma maior efetividade das instituições de controle do crime, como as polícias ostensiva e judiciária, e uma maior celeridade do judiciário, em um contexto de altas taxas de criminalidade, ou seja o resultado de uma concepção punitivista pouco propensa a adotar uma perspectiva garantista na condução do processo penal, são hipóteses que ficam em aberto e permitem indicar uma agenda de pesquisa sobre o campo penitenciário e a justiça penal.

Referências

- AZEVEDO, Rodrigo e CIFALI, Ana Claudia. Seguridad Pública, Política Criminal y Penalidad em Brasil durante los Gobiernos Lula y Dilma (2003-2014). Cambios y Continuidades. In: SOZZO, Máximo (Org.) *Postneoliberalismo y Penalidad em América del Sur*. Buenos Aires, CLACSO, 2016, pp. 71.

- AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de e HYPOLITO, Laura Girardi. Impacto da Lei 11.343/06 no Encarceramento e Possíveis Alternativas. In: CARVALHO, Érika Mendes de; ÁVILA, Gustavo Noronha de (Org.). *10 Anos da Lei de Drogas: aspectos criminológicos, dogmáticos e político-criminais*. Belo Horizonte, D'Plácido, 2016, pp. 243-262.
- BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. *Monitoração eletrônica de pessoas [recurso eletrônico]: Informativo para o sistema de justiça/ Departamento Penitenciário Nacional, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; coordenação de Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi. [et al.]*. Brasília, Conselho Nacional de Justiça, 2020.
- BRASIL. Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. *Planalto*, 11 jul. 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm>. Acesso em: 09 jun. 2022.
- BRASIL. Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990. *Planalto*, 25 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8072.htm>. Acesso em: 09 jun. 2022.
- BRASIL. Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006. *Planalto*, 23 ago. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm>. Acesso em: 09 jun. 2022.
- CAMPOS, Marcelo da Silveira. *Pela Metade: as principais implicações da nova lei de drogas no sistema de justiça criminal em São Paulo*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, USP, 2015.
- CAMPOS, Marcelo da Silveira e AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. A ambiguidade das escolhas: política criminal no Brasil de 1989 a 2016. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 28, n. 73, 2020.
- CIPRIANI, Marcella. As mulheres e o mercado de ilícitos: gênero e representações sociais nas dinâmicas do “mundo do crime”. In: Patrícia Krieger Rossi; Beatriz Gershenson; Guilherme Gomes Ferreira. (Org.). *Gênero, sexualidade e sistemas de justiça e de segurança pública*. 1ed. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2017, v. 1, pp. 107-124.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). *Relatório Audiência de Custódia 6 anos*. Brasília, CNJ, 2021. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/09/relatorio-6-anos-audiencia-custodia.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2022.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). *Impacto da Covid-19 no Poder Judiciário*. Brasília: CNJ, 2022. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/04/o-impacto-da-covid-19-no-poder-judiciario-final-30032022.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2022.
- DEPEN. Departamento Penitenciário Nacional. *Relatórios Analíticos*. Rio Grande do Sul. Ministério da Justiça e da Segurança Pública, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/depem/pt-br/servicos/sisdepem/mais-informacoes/relatorios-info-pen>>. Acesso em: 06 mar. 2022.

- DEPEN. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*. Ministério da Justiça e da Segurança Pública, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/mais-informacoes>>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- GIAMBERARDINO, André Ribeiro. *Comentários a Lei de Execução Penal*. 3ª ed. Belo Horizonte, CEI, 2021.
- LEMGRUBER, Julita e FERNANDES, Marcia (coord.) Tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro: prisão provisória e direito de defesa. *Boletim Segurança e Cidadania*. Disponível em: <<http://www.ucamcese.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2015/10/Boletim-Trafico-de-drogas-epresos-provis%C3%B3rios.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- LIMA, Renato Sérgio de; SINHORETO, Jaqueline e BUENO, Samira. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. Dossiê: A violência entre teoria e empiria. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, v. 30, n. 1, Jan-Apr. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922015000100008>>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- PEREIRA, Larissa Urruth. *É preciso não morrer por enquanto: as custódias irregulares de presos no Rio Grande do Sul*. Disposições de poder na trama político-institucional. Tese de doutorado, PUCRS, 2022.
- SUSEPE. Superintendência dos Serviços Penitenciários. *Dados estatísticos*. Governo do Estado do Rio Grande do Sul: Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo, 2020. Disponível em: <<http://www.susepe.rs.gov.br/capa.php>>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- SUSEPE. Superintendência dos Serviços Penitenciários. *Mapa prisional*. Governo do Estado do Rio Grande do Sul: Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo, 2022. Disponível em: <<<http://www.susepe.rs.gov.br/capa.php>>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- SUSEPE. Superintendência dos Serviços Penitenciários. *Presídios – Delegacias Penitenciárias*. Governo do Estado do Rio Grande do Sul: Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo, 2020. Disponível em: <<http://www.susepe.rs.gov.br/capa.php>>. Acesso em: 12 fev. 2022.

Recebido em: 08/02/2023

Aprovado em: 24/02/2023

Como citar este artigo:

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; HYPOLITO, Laura Girardi. O encarceramento no estado do Rio Grande do Sul: diagnóstico e tendências no período de 2005 a 2022. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 2, maio - agosto, 2023, pp. 565-587.





Experiências periféricas em Guarulhos durante a pandemia de COVID-19: espaço urbano, territórios vulneráveis e controvérsias¹

Wesley Santos²

Liana de Paula³

Joana Rodrigues⁴

Resumo: O artigo apresenta e discute os resultados dos territórios de Guarulhos que compuseram a pesquisa “Desigualdades e vulnerabilidades na epidemia de COVID-19: monitoramento, análise e recomendações”, realizada pela Unifesp entre abril e dezembro de 2020. Nele, discutimos as especificidades dos dois territórios pesquisados em Guarulhos, ambos situados no bairro dos Pimentas, focalizando a discussão sobre desigualdades, classes sociais e experiências e vivências das periferias urbanas, e os eixos analíticos constituídos para todos os territórios da pesquisa, que buscaram relacionar as desigualdades vividas e as experiências frente à pandemia.

1 Este artigo é uma versão revista do *paper* “Experiências periféricas em Guarulhos durante a pandemia de COVID-19: espaço urbano, territórios vulneráveis e controvérsias”, publicado nos anais do 20º Congresso Brasileiro de Sociologia - Belém, 2021 (virtual). Esta pesquisa foi financiada pela Fundação Tide Setubal, em parceria com a Universidade Federal de São Paulo.

2 Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – São Paulo/SP – Brasil – wlsantos@unifesp.br – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2561-7803>.

3 Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – São Paulo/SP – Brasil – liana.paula@unifesp.br – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0755-1468>.

4 Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – São Paulo/SP – Brasil – rodrigues.joana@unifesp.br – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1680-1449>.

Palavras-chave: Territórios; Desigualdades; Periferias urbanas; Pandemia de COVID-19.

Peripheral experiences in the city of Guarulhos (Brazil) during the pandemic of COVID-19: urban space, vulnerable territories, and controversies

Abstract: *The paper presents and discusses the results in a peripheral area of Guarulhos of the research “Inequalities and vulnerabilities in the COVID-19 epidemic: monitoring, analysis and recommendations”, carried out by Unifesp from April until December of 2020. We discuss the specificities of two peripheral territories in Guarulhos, both situated in the Pimentas’ neighborhood, focusing on the discussion on inequalities, social classes and experiences and knowledge of the inhabitants of urban peripheries. We also compare these specificities to the analytical axes constituted for all the research territories, which sought to address the inequalities experienced in the face of the pandemic.*

Keywords: *Territories; Inequalities; Urban peripheries; COVID-19 pandemic.*

Experiencias periféricas en Guarulhos durante la pandemia COVID-19: espacio urbano, territorios vulnerables y controversias

Resumen: El artículo presenta y discute los resultados en los territorios de Guarulhos de la investigación “Desigualdades y vulnerabilidades en la epidemia de COVID-19: seguimiento, análisis y recomendaciones”, realizada por la Unifesp en colaboración con la Fundación Tide Setubal entre abril y diciembre de 2020. En él se discuten las especificidades de los dos territorios de Guarulhos, tanto en el barrio de Pimentas, centrándonos en la discusión sobre desigualdades, clases sociales y experiencias y vivencias de las periferias urbanas, como en los ejes analíticos constituidos para todos los territorios de investigación, que buscaban relacionar las desigualdades vividas y vivencias ante la pandemia.

Palabras clave: Territorios; Desigualdades; Periferia urbana; Pandemia de COVID-19.

Introdução

Este artigo apresenta parte dos resultados da pesquisa “Desigualdades e vulnerabilidades na epidemia de COVID-19: monitoramento, análise e recomendações”, desenvolvida durante a primeira onda da pandemia, entre

abril e dezembro de 2020, em uma parceria da Fundação Tide Setubal com a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)⁵. O principal objetivo foi avaliar as conexões entre as desigualdades vividas pelas populações residentes em 16 territórios⁶ da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e Baixada Santista e suas experiências frente à pandemia de COVID-19. Para atingir esse objetivo, articularam-se, como objetivos secundários: a necessidade de caracterização desses territórios por meio de dados secundários; a identificação dos principais problemas de infraestrutura e acesso; o mapeamento dos movimentos sociais que atuam nesses territórios; e a percepção das microrrelações sociais entre os moradores e seu contexto socioeconômico, familiar e pandêmico. Para a realização da pesquisa, foi utilizada metodologia mista, conciliando estratégias quantitativas e qualitativas de coleta e análise de dados. No campo quantitativo, destacaram-se a aplicação de questionários estruturados e a análise de dados secundários. No âmbito qualitativo, somaram-se a realização de entrevistas (semiestruturadas e narrativas), a revisão bibliográfica de conceitos-chave e o registro das vivências dos moradores locais.

A pesquisa resultou em seis eixos de análise dos problemas mais citados ao longo do trabalho de campo, que foram construídos de acordo com os principais temas levantados durante a interação com os movimentos sociais e moradores dos territórios da pesquisa. São eles: (1) vulnerabilidade, risco, moradia e renda; (2) as violências a que as populações dos territórios estão submetidas, com foco na violência de gênero e policial; (3) sofrimento mental e uso intensivo de substâncias; (4) saúde, informação e prevenção; (5) acesso a auxílios e redes de solidariedade; e (6) a insegurança alimentar.

5 Sob a coordenação geral de Lumena Almeida Castro Furtado, esta pesquisa foi uma iniciativa multidisciplinar e *multicampi*, que contou com a participação de 108 pesquisadores, entre professores e alunos dos *campi* Vila Clementino/São Paulo, Zona Leste/São Paulo, Guarulhos, Baixada Santista, Osasco e Diadema da Unifesp, e membros dos 16 territórios em que a pesquisa foi realizada. Agradecemos à equipe de pesquisadores/bolsistas de Guarulhos: Andreia da Cruz Barbosa, Pedro Henrique Antônio Lessa Otsuzi, Renan Ribeiro de Figueiredo, Jhonatan Wandrey Andrade Souto, Ana Bárbara Moreira Rossato, Bianca Sacramento dos Santos, Mauricio de Sena Monteiro, Kaylane Sales Carvalho e Emily Pinheiro dos Santos, sem os quais a pesquisa não teria sido possível.

6 São eles: em São Paulo: Heliópolis, Fluxo/Cracolândia, Vila Mariana Classe Média, Vila Mariana Comunidades, Vila Miguel Inácio Curi, Vila da Paz e Jardim Helian; em Diadema: Eldorado; em Guarulhos: Conjunto Residencial Tangará* e Núcleo Mabel Assis/UNEAfro; em Osasco: Quitaúna, Morro do Socó, Bairro Bandeiras e Bairro Portal D'Oeste; e em Santos: Bairro do Saboó e Bairro Alemoa.

* Por se tratar de um conjunto residencial específico, e não de um bairro, optamos por usar um nome fictício para resguardar a identidade das interlocutoras e dos interlocutores.

Apresentamos neste artigo os resultados qualitativos⁷ dos dois territórios da pesquisa em Guarulhos, na RMSP. Foram eles: o Núcleo Mabel Assis da União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora (UNE-afro) e o Conjunto Residencial Tangará⁸, ambos no bairro dos Pimentas, onde também se situa o *campus* de ciências humanas da Unifesp. Nossa abordagem metodológica englobou, além das orientações gerais discutidas por toda a equipe da pesquisa, o debate atual acerca de estudos das ciências sociais em territórios vulneráveis. Além desses campos, merecem destaque também o diálogo com conceitos da antropologia urbana, sociologia urbana e o uso de referências do campo do planejamento urbano.

Materiais e métodos

Como ponto de partida da pesquisa, foram levantados dados secundários disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE) e DataSUS, de caracterização dos territórios e identificadas lacunas nessas bases de dados. Elas apareceram tanto em quantidade quanto no aspecto temporal e no nível de desagregação buscado,⁹ e surgiram dessa pesquisa inicial as demandas de pedido de acesso a outras bases de dados junto às secretarias municipais. Nos parágrafos que seguem, incorporamos alguns dados que serviram de direcionamento para um *frame* do bairro dos Pimentas, em Guarulhos, há uma década.

Com 169.935 habitantes, o bairro dos Pimentas é um dos dez bairros mais populosos do Brasil, com base na atualização populacional fornecida pelo IBGE em 2015. Caracteriza-se como o maior do município de Guarulhos e nele se localizam os dois territórios estudados por esta pesquisa. Ainda de acordo com as estimativas do IBGE, a região possui uma das menores rendas *per capita* entre os municípios mais populosos do país.¹⁰

7 A amostra dos questionários foi desenhada para a totalidade dos territórios da pesquisa, exceto a Cracolândia (Fluxo) e a população de classe média da Vila Mariana. Assim, não é possível apresentar os resultados quantitativos específicos para os territórios de Guarulhos.

8 O Condomínio Residencial Tangará foi um dos primeiros conjuntos residenciais do Programa *Minha Casa Minha Vida* a ser inaugurado no bairro dos Pimentas, e teve sua implantação repleta de problemas de infraestrutura. Essa condição se manteve ao longo do processo de verticalização da região com a inauguração dos demais condomínios, culminando em uma relação de distinção entre os condomínios mais pobres (lidos como socialmente inferiores), como o Tangará, e os condomínios mais “novos” e organizados.

9 Quantidade no sentido da pluralidade de indicadores que se esperava ter acesso, especialmente aqueles ligados aos casos de COVID-19 por área censitária (fragmento de bairro) ou nível de desagregação similar. Já ao falar do aspecto temporal, leia-se a não atualização dos dados pela não realização do Censo previsto para 2020.

10 A renda do bairro dos Pimentas era estimada em R\$ 315,00 reais.

Como forma de aproximação com os moradores e movimentos sociais dos territórios e do desenvolvimento de uma metodologia participativa, foram criadas as comissões de acompanhamento da pesquisa nos territórios (Furtado *et al.*, 2020; Mynaio e Costa, 2018). Essas comissões ajudaram a estabelecer uma relação de confiança entre lideranças locais, moradores e os integrantes da pesquisa, facilitando a realização do estudo. Em virtude das orientações de distanciamento social como prevenção à COVID-19, grande parte das atividades de pesquisa foi realizada de forma remota (por videochamadas e chamadas telefônicas). Ainda assim, houve coleta presencial de dados no Conjunto Residencial Tangará, com a realização de algumas entrevistas e das narrativas e observações das dinâmicas locais. Desse modo, foi possível levantar dados qualitativos sobre a configuração física e o perfil e as experiências de parte dos moradores do Conjunto Residencial Tangará,¹¹ pois se trata de um território que carece de dados estatísticos atualizados no que diz respeito à constituição do seu perfil demográfico.

Na parte qualitativa, a metodologia adotada englobou a pesquisa de campo de cunho etnográfico (Beaud e Weber, 2015), em que trabalhamos com relatos e memórias das experiências dos pesquisadores nos territórios, observações diretas das poucas incursões presenciais que foram possíveis de serem realizadas, narrativas dos moradores e entrevistas semiestruturadas. Excetuando as entrevistas, que tiveram um direcionamento dos eixos temáticos presentes no roteiro, as demais técnicas procuraram uma leitura mais abrangente das percepções dos moradores/participantes e dos pesquisadores/bolsistas sobre suas experiências nos territórios.

A realização da pesquisa durante a primeira onda da pandemia implicou em uma série de limitações da presença da equipe nos territórios e na busca de formas alternativas de coleta de dados. Assim, as experiências prévias dos pesquisadores nos territórios foram incorporadas na perspectiva de etnografias da memória como forma de compensar as limitações de ida a campo impostas pela pandemia. Essas experiências anteriores se deram tanto em razão de projetos de extensão realizados entre o *campus* Guarulhos da Unifesp e a comunidade, os quais contaram com a participação desses pesquisadores, quanto por meio de pesquisadores que são alunos da instituição e moram nesse território.

Iniciamos a construção da etnografia do Conjunto Residencial Tangará recorrendo a relatos de memória dos pesquisadores que residem no local. As

11 O Conjunto Residencial Tangará é composto por 13 blocos de apartamentos com quatro andares cada, com população estimada em três mil pessoas.

ciências humanas por vezes encontram na memória uma forma de construção epistemológica, sendo comum na história oral e na antropologia o uso de relatos para a apreensão de comportamentos individuais, coletivos e caracterização territorial (Venson e Pedro, 2012; Bezerra, 2015).

Para essa abordagem, foram realizadas duas práticas para exercitar os pesquisadores em campo. Assim, o primeiro exercício consistiu na elaboração de textos descritivos dos territórios, revisitando as primeiras impressões de chegada. A esses textos, somaram-se a realização de entrevistas (semiestruturadas e narrativas) e a revisão bibliográfica, que serviram para a discussão de toda a equipe e elaboração de um primeiro conjunto temático a ser analisado: (a) o Tangará como projeto habitacional de moradia popular; (b) as famílias chefiadas por mulheres, com vários casos de maridos presos; (c) a ocupação e ressignificação dos espaços, com especial atenção para: (1) a criação de espaços de lazer, cultura e entretenimento e 2) para o comércio local; e (d) o condomínio, a comunidade e a favela, centrados na relação dos moradores com a moradia anterior e com os vizinhos do bairro.

O segundo exercício trabalhou com memórias marcantes, ou eventos memoráveis para os pesquisadores em suas experiências no território. Assim, cada um procurou escrever sobre um evento ou situação que considerou relembável. Enquanto o primeiro exercício buscava uma descrição do território, o segundo enfocou o olhar sobre as dinâmicas sociais dos moradores, trabalhando com a perspectiva do estranhamento do olhar de quem vinha de fora. No nosso caso, os “forasteiros”, estrangeiros somos nós, pesquisadores vinculados à universidade. E o exercício do estranhamento, que desnaturaliza relações que parecem naturais, mas são sociais, é fundamental na construção da análise qualitativa da pesquisa de campo (Da Matta, 1978).

Para o aprofundamento dos dados coletados nos questionários, o método escolhido foi o das entrevistas semiestruturadas. Na literatura, as principais referências adotadas versam sobre estratégias relativas à relação pesquisador-pesquisado (Roulston, Demarrais e Lewis, 2003; Boni e Quaresma, 2005; Barbot, 2015). Essas técnicas envolvem o estabelecimento de sociabilidades e a busca de mitigação das assimetrias existentes entre os pesquisadores e os participantes da pesquisa. Estudos com grupos vulneráveis possuem uma série de especificidades; nesse caso, elas foram acrescidas do agravante da pandemia. Foram realizadas oito entrevistas, sendo cinco com mulheres moradoras do Conjunto Residencial Tangará e três com pessoas vinculadas ao Núcleo Mabel Assis, duas mulheres e um homem.

Outro material utilizado como base para percepção de vivências foi o diário de campo, analisado e percebido aqui em consonância com a concepção de Chauvin (2015), que orienta a estrutura para esse registro e, em especial, os caminhos possíveis para sua análise. Nessa categoria, incluem-se depoimentos dos integrantes, registros fotográficos e a percepção da pesquisa como um todo.

O último método de aprofundamento adotado foi o de narrativas (ou entrevistas narrativas). O método é similar à aplicação de uma entrevista aberta, quando, após o estímulo dado pelos entrevistadores com uma pergunta ampla, o participante passa a narrar sua percepção e todas as perguntas que sucedem essa primeira são baseadas na própria fala do interlocutor; assim sendo, não possui um roteiro prévio. A utilização desse método se deu em razão da necessidade de ouvir os interlocutores dos territórios, oferecendo-lhes liberdade para tocar nos assuntos que julgavam importantes na pandemia. Ao todo, foram feitas quatro narrativas: duas com moradores do Conjunto Residencial Tangará, um homem e uma mulher; uma com uma professora; e uma com uma aluna do cursinho do Núcleo Mabel Assis.

Por fim, o protagonismo da comissão de acompanhamento da pesquisa no Tangará foi fundamental no sentido do levantamento da complexidade ali existente por conta das condições socioeconômicas e de saúde (mental e física) e das relações familiares que vem se desenvolvendo desde sua inauguração, em 2012, quando se deu a chegada de moradores vindos de diversas regiões do município de Guarulhos.

Quanto à comissão do Núcleo Mabel Assis, tivemos todo apoio e colaboração dos coordenadores, dos professores e dos discentes que puderam participar, mesmo com as dificuldades desse período e a sobrecarga de demandas. O contato entre a Unifesp e o Núcleo já existia antes da pesquisa, com idas dos seus alunos ao *campus* para participação em aulas inaugurais e eventos diversos. Mas ele foi solidificado durante esse estudo, como consequência de a pesquisa tocar em temas caros aos seus interesses de atuação. Contudo, em virtude das orientações de isolamento social, o espaço físico do Núcleo ficou fechado e as aulas presenciais suspensas durante toda a pesquisa, de modo que todos os contatos e a coleta de informações foram feitos remotamente, sem incursões presenciais.

Classes e territórios: conceitos e atravessamentos

A entrada em campo é um processo delicado de adaptação aos espaços, às pessoas, aos códigos partilhados e aos estímulos. Mesmo com a pluralidade de manuais e textos metodólogos de ciências sociais, que versam sobre formas e

situações ideais, é certo que o campo possui subjetividades que podem ser pouco generalizáveis. Acaba por ser particular a construção de cada campo, sua entrada e as variáveis que podem suavizar ou acirrar as tensões que o envolvem.

Pesquisas em territórios vulneráveis não são temas inéditos no campo das ciências sociais. Fundamentalmente na sociologia e na antropologia, esse debate é bastante vasto na literatura,¹² assim como o desenho de pesquisa construído com maior participação dos interlocutores. Nesse caso, a ênfase se mostra necessária em razão do tempo de aproximação e realização do campo da pesquisa. Desde o período em que se compôs a equipe da pesquisa em Guarulhos até a fase de entrada em campo, passaram-se aproximadamente 60 dias. Ao todo, o período de aplicação de questionários, realização do inquérito sorológico e realização de entrevistas durou 120 dias. Em um período tão curto de tempo, a construção de vias de acesso e comunicação com representantes locais e moradores, em especial as comissões de acompanhamento, viabilizou a pesquisa. Também pudemos contar com a experiência prévia de parte dos nossos pesquisadores nos territórios e com o apoio de outros colegas pesquisadores, que disponibilizaram suas redes de contato.¹³

O quadro teórico incorporado na consolidação dos dados da pesquisa visou pensar as interseccionalidades na manifestação das desigualdades. No campo, a percepção de assimetrias de renda, de gênero e de raça foi flagrante desde as primeiras tratativas. Esse arranjo de sobreposição de desigualdades é um denominador comum em estudos decoloniais (Fraser, 2001; Kilomba, 2010) e pode ser percebido também em estudos identitários.

As origens de formação das discussões decoloniais e sua relação com o território ajudam a explicar questões intrínsecas nas formações das periferias urbanas. A cidade de São Paulo e sua região metropolitana conservam a estrutura tradicional de cidades constituídas em função de estruturas fabris. Apesar da forte tendência de descentralização dos postos de trabalho advinda de novas concepções de legislações de zoneamento (Lei de Uso e Ocupação do Solo) e plano diretor, os marcadores das formações de cidades industriais ainda se mantêm em grande medida.

12 Além da literatura internacional decolonial e de referências de estudos fronteiriços, o campo de estudos periféricos é amplamente abordado com casos brasileiros marcantes. É esse o caso de *Individualismo, anonimato e violência na metrópole* de Gilberto Velho (2000), *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana* de José Guilherme Magnani (2002) e *Cidades faveladas: repensando o urbanismo subalterno* de Ananya Roy (2017), estudos que tratam a ideia de cidade e território como uma disputa permanente de espaço, onde se reproduzem variadas desigualdades dos centros para as margens

13 Nesse sentido, agradecemos a colaboração da professora Marta Denise da Rosa Jardim por disponibilizar suas redes de contato com moradores e lideranças locais.

Ao tratar da formação das periferias da Região Metropolitana de São Paulo, é impossível não se falar da migração massiva de trabalhadores nordestinos para o Sudeste na segunda metade do Século XX (Fontes, 2008; Magalhães, 2015). Esse fenômeno foi relatado por entrevistados de faixa etária mais elevada, ao falarem de suas origens no questionário e com mais detalhe nas entrevistas, salientando as dificuldades de moradia que tiveram antes de acessar o programa habitacional do governo federal e mesmo depois, com todas as controvérsias percebidas pela experiência de campo no condomínio.

Tendo como referência, entre outros autores, a discussão de Lima (2016) e os cuidados no desenvolvimento de pesquisas em territórios vulneráveis, a vulnerabilidade socioeconômica e de acessos foi considerada um marcador analítico estruturante ao longo da pesquisa. É demonstrado por meio desse marcador que, mesmo em territórios vizinhos, há intensas diferenças no nível educacional e na condição socioeconômica. A segregação socioespacial explorada por Hughes (2003)¹⁴ é notada na região ao se perceber o processo histórico de separação desse território em relação às regiões mais estruturadas da cidade. E, mesmo em um conjunto habitacional vertical com função social de integração, como é o caso do Conjunto Residencial Tangará, construído no âmbito do programa *Minha Casa Minha Vida*, percebe-se que se mantém a lógica de busca de áreas para construção cujo metro quadrado tenha valor mais baixo, geralmente nas periferias da cidade de São Paulo e da Região Metropolitana.

Embora possamos dizer que o bairro dos Pimentas seja periférico no duplo sentido, por ser distante geograficamente do centro de Guarulhos (mais ainda, do centro de São Paulo) e por abrigar uma população de baixa renda, é importante ressaltarmos que o bairro tem passado por diversas mudanças desde o início de 2000. Pensando em marcos dessa transição, a abertura do *Shopping Bonsucesso* e do *campus* da Unifesp, respectivamente, em 2006 e em 2007, e os investimentos da prefeitura em novos equipamentos públicos, como o Hospital Municipal dos Pimentas e Bonsucesso, o Terminal de Ônibus e o Centro de Educação Unificado (CEU) Pimentas, estes dois últimos na mesma Estrada do Caminho Velho que abriga o *campus* da Unifesp, foram acompanhados de um intenso crescimento da população residente e de uma sutil gentrificação na paisagem urbana do bairro, alterando a estrutura populacional da região.

Desde o último Censo Demográfico, em 2010, a população do bairro dos Pimentas cresceu acentuadamente, em especial, devido à construção de diversos

14 Hughes (2003) teve como objeto de pesquisa três distritos considerados de alta exclusão social na cidade de São Paulo, sendo eles Jardim Ângela, Brasilândia e Cidade Tiradentes.

conjuntos habitacionais¹⁵. Para darmos um exemplo, e nos limitando às imediações do *campus* da Unifesp, os terrenos vazios que existiam quando de sua inauguração, em 2007, deram a lugar a conjuntos residenciais do Programa *Minha Casa Minha Vida*. Antes da pandemia, estavam em finalização outros conjuntos residenciais, construídos pela iniciativa privada e voltados para um público de maior renda em relação aos beneficiários locais do *Minha Casa Minha Vida*.¹⁶ A existência desses e de outros conjuntos residenciais construídos no formato de empreendimentos privados aponta a sutil gentrificação pela qual tem passado o bairro dos Pimentas, ampliando a proporção de residentes de classe média baixa em relação aos de baixa renda. Essa mudança também se revela no comércio local, particularmente no trecho da estrada Juscelino Kubitschek de Oliveira que vai do *Shopping* Bonsucesso até o cruzamento com a estrada da Água Chat.

Mapa 1 – Croqui com a distribuição dos distritos da cidade de Guarulhos, com ênfase ao Bairro dos Pimentas, onde está localizado o Residencial Tangará



Fonte: Prefeitura Municipal de Guarulhos – base de dados GUARUGEO e Google Earth, adaptado pelos autores

A faixa de renda do Programa *Minha Casa Minha Vida* atendida no Conjunto Residencial Tangará – e em seus vizinhos Jacuguaçu e Cambacica – foi a primeira

15 Em função dos condomínios, o número de moradores da região aumentou exponencialmente. Se pensarmos no setor censitário onde se localiza o condomínio estudado, os dados do IBGE (2010) indicavam uma população de 657 moradores. Estimamos que, só no Tangará, haja aproximadamente 3000 moradores.

16 Ao longo da pesquisa, o antigo programa *Minha Casa Minha Vida* teve seu nome alterado para *Casa Verde e Amarela* e a faixa de renda mais baixa foi alterada de até R\$1.800,00 para até R\$2.000,00.

faixa, com requisitos de renda mensal mais baixos, de até R\$1.800,00. O Tangará é composto por 13 blocos, cada um com 48 apartamentos, sendo esses de dois tamanhos: 44 m² ou 55 m². Todos os apartamentos têm dois quartos, sala, cozinha e banheiro, em que se inclui uma área minúscula que pode ser entendida como “área de serviço”, onde está instalado um tanque de lavar roupas. Os moradores que ali residem vieram de outras periferias e ocupações precárias, de desapropriações de áreas nas regiões próximas à ampliação do Aeroporto Internacional de Guarulhos, ou de desocupações de áreas de risco (enchentes e desabamento) ou de áreas não-urbanizadas. O trecho a seguir da narrativa de Ana¹⁷ sobre suas experiências de moradia antes da ida para o Tangará ilustra essa questão:

Ana: Quando eu cheguei para morar lá (na comunidade Bem-te-vi), a comunidade era lá dentro, né? E a gente morava no começo, mas a gente morava numa vilinha que só morava 11 família, né? [...] Mas passou o tempo e eu acabei ganhando um barraco na favela. Com toda a comunidade, aconteceram muitas coisas. Aí, eu fui e ganhei um barraco, que estava lá desocupado e o pessoal me deram para eu morar. E eu arrumei ele todo bonitinho e fui morar. Porém, ele era de uma pessoa que tinha saído de lá para ir para o auxílio aluguel porque ia sair o apartamento. Quando foi no começo de 2014, não, 2013, o pessoal começou a sair de lá. Então, o pessoal começou a sair e esse barraco que eu morava, a moradora ia ganhar um apartamento no Pichororé [pelo programa *Minha Casa Minha Vida*]. O nome dela já tinha saído e tal. E, para ela ganhar o apartamento, o barraco dela tinha que estar desocupado. E, tipo assim, o pessoal da habitação chegou e falou que eu tinha que sair. E eu olhei para um lado, olhei para outro e falei: ‘é agora? O que eu vou fazer?’ Porque, assim, na comunidade, todo mundo já é cadastrado desde 1994. Já tinha passado o pessoal para fazer o cadastro. Mas era aquela coisa que o pessoal achava que nunca ia sair, né? Então, eu era a única pessoa que morava lá que não tinha cadastro. E aí eu fui, encontrei um amigo meu e ele disse: ‘..., lá atrás do meu barraco tem um espaço para fazer um. Você quer fazer?’ Falei: ‘Quero!’ [...]. Aí chegou lá... Rapaz, a situação estava meia crítica. De mato, estava dando no peito. Ele falou: ‘Você tem coragem?’ Falei: ‘Tenho’. Aí comecei a limpar e tal. Lá era uma casa que o senhor tinha morrido de cachaça e a prefeitura tinha derrubado, né? Porque enchia lá. Aí derrubaram só mais o telhado, mas deixaram as paredes feitas. Aí a gente conseguimos limpar tudo, tirar a lama, porque a lama estava quase

17 Todos os nomes dos interlocutores foram trocados por pseudônimos, para resguardar suas identidades.

no joelho. [...]. Aí, a gente acabou limpando e aí, o que eu fiz? Aí, comecei a desmontar meu barraco, que eu tinha lá no final da favela e trazer as madeiras para o começo, para construir. Era só esse vizinho meu, esse colega, que falou: ‘te ajudo fazer’. Aí desmontei meu barraco todinho. Meu barraco era grande. Era quatro cômodos. Aí tirei as telhas, as madeiras, tudo, e comecei a transportar. Eu mesma trazia na cabeça, dentro da favela, que eu nunca tive vergonha de nada mesmo. [...] Mas aí a gente começou a fazer e quando foi com oito dias, a gente terminou. [...] A gente construiu para cima porque, como enchia, então, se eu fizesse embaixo, ia encher. Nós fizemos dois metros e vinte do chão. [...] Aí eu fiz só um cômodo mesmo, do tamanho disso aqui. [...] E nós passou um ano sem chuveiro, sem tomar banho quente. Só tomava banho gelado. [...]. (Trecho da narrativa gravada em 1º de novembro de 2020 com Ana, negra, moradora do Conjunto Residencial Tangará).

Embora venham de áreas periféricas e ocupações precárias, e tenham sido atendidos dentro da mesma faixa de renda mais baixa do Programa *Minha Casa Minha Vida*, os moradores do Conjunto Residencial Tangará não compõem um perfil socioeconômico tão homogêneo quando olhamos mais atentamente para suas vivências e experiências. Em nossa primeira ida a campo, Andreia Barbosa, moradora e bolsista desta pesquisa, informou-nos que *há muitas classes dentro da classe* dos moradores, enquanto nos mostrava as áreas externas do residencial. Essa afirmação foi ecoando à medida que adentrávamos o terreno murado, revelando diferenças e pluralidades, como ilustram as imagens a seguir.

Imagem 1 – Estacionamento do condomínio em dia de abastecimento por caminhão pipa



Fonte: Acervo próprio (equipe de pesquisa)

Imagem 2 – Vasos de plantas de dois blocos diferentes

Fonte: Acervo próprio (equipe de pesquisa)

Exemplos marcantes, como a observação do estacionamento do condomínio (com o visível contraste de valores entre os veículos ali estacionados) e as diferentes demandas urgentes sinalizadas por nossos interlocutores, demonstraram que há diferenças materiais e diferenças da percepção de urgência atribuída às fases da pandemia, como pode ser observado nos trechos das entrevistas a seguir:

Pesquisador 4: Dentro do Tangará, você acha que existem grupos mais vulneráveis do que outros? Consegue ver essa divisão no condomínio?

Elza: Aí dentro tem muita gente que não tem o que comer. Essa é a verdade. Têm famílias que têm 13 filhos, criancinha pequena... mas aí não sei como é a vida deles, só conheço de vista. (Trecho da entrevista gravada em 17 de outubro de 2020 com Elza, negra, moradora do Conjunto Residencial Tangará).

Pesquisador 1: No cenário de pandemia, você consegue enxergar grupos mais vulneráveis do que outros?

Cássia: Sim, acredito que há um número grande de pessoas desempregadas. Conheço morador que junta recicláveis para conseguir alguma renda. Então, são pessoas bem vulneráveis. Inclusive, houve um incidente aqui no condomínio, um morador que acabou – sem querer ou querendo, não se sabe – provocando um incêndio. Depois se soube que ele vivia em situação de rua e o dono cedeu o apartamento para ele morar. Mas não tinha praticamente nada no apartamento de móveis, mas parece que tinha muitos papelões que ele guardava. Conseguiram controlar, ainda bem, e ele não se machucou e nenhum apartamento vizinho. Além disso, sei de casos de moradores do outro bloco que não têm fogão e fazem a comida em latinha. Então, tem esses perfis. (Trecho da entrevista gravada em 13 de novembro de 2020 com Cássia, branca, moradora do Conjunto Residencial Tangará).

Observando os perfis dos moradores e as descrições de suas vivências na pandemia, notamos que, mesmo em uma região considerada “carente”, em uma generalização de senso comum, há diversas nuances econômicas e culturais presentes. E, por meio das nuances notadas no campo, nosso entendimento de que existiam muitas diferenças entre as experiências e vivências dos moradores se solidificavam.

Nessas diferenças, observamos que, além do marcador socioeconômico, operavam também marcadores simbólicos entre os moradores, referentes, por exemplo, aos locais de origem antes da vinda para os condomínios e ao próprio condomínio em que residem. Ainda que os condomínios Tangará, Jacuguaçu e Cambacica integrem a mesma faixa de renda do Programa *Minha Casa Minha Vida* – com requisitos de renda mais baixos –, a pesquisa apontou para comportamentos de distinção que procuravam marcar diferenças e hierarquias nas relações dos moradores do Tangará entre si e entre eles e os dos conjuntos residenciais vizinhos.¹⁸

Na análise sociológica moderna, as correntes dominantes cada vez menos oferecem modelos de classes sociais (e estruturas sociais) estanques (Bourdieu, 2004). Durante a experiência de campo, na aplicação de questionários e realização de entrevistas e narrativas, a pluralidade social, tanto em marcadores de renda quanto em nível de escolaridade e práticas, surgiu em diversos momentos. Ao falar da urbanização do território, podemos pensar que diversas práticas manifestadas no Tangará são reproduções de práticas e estratégia de seus locais de origem. Ainda que, para todos eles, a experiência de morar em um condomínio não estivesse presente anteriormente, a organização, por parte da prefeitura, da ocupação do Tangará manteve o critério do bairro de origem na definição do bloco de residência, de modo que os moradores de um mesmo bloco vieram de um mesmo local.

Contudo, nem todas as especificações programáticas se mantiveram com o processo de ocupação do Tangará. Uma prática comum, por exemplo, é a possibilidade de alugar um apartamento. Outra ocorrência não prevista é a existência de comércio dentro do Conjunto Residencial, principalmente nos apartamentos no térreo. De modo geral, em edifícios residenciais, o pavimento

18 Entre os relatos de campo, nossos interlocutores chamaram a atenção para as diferenças no controle de entrada de visitantes no Conjunto Residencial Tangará, menos rigoroso, e em um conjunto vizinho, mais rigoroso, como uma das marcações de diferenças que eram traduzidas como um desprestígio social para eles. Além disso, entre os moradores do Tangará, havia diferenças sobre os usos dos espaços comuns pelas crianças, sendo entendido por eles como menos valorizadas as famílias que deixavam seus filhos brincar livremente, por muito tempo e sem a supervisão de adultos.

térreo costuma ser o menos valorizado. Pela resignificação dos espaços, no Conjunto Residencial Tangará, observamos que a lógica se inverteu: o térreo passou a concentrar os usos comerciais. Então, nesse pavimento, os apartamentos, além de moradia, abrigam o comércio local. Logo, passaram a ser “pontos” mais valorizados.

Imagem 3 – Registros do pavimento térreo de blocos diferentes transformados em comércio



Fonte: Acervo próprio (equipe de pesquisa)

Essa mudança de uso é pensada em diversos campos da geografia, da arquitetura e também nas ciências sociais. Um estudioso que marca essa discussão é James Holston (1996), ao cunhar o conceito de cidadania insurgente. Esse conceito está ligado às práticas e estratégias que transgridem a finalidade inicial de espaços e objetos. O comportamento de aversão à ordem social e aos usos dados para equipamentos urbanos caracteriza o principal ponto de reflexão do autor. Holston lê a subversão como uma estratégia de enfrentamento das

segregações e privações, principalmente nas regiões marginalizadas, mas não exclusivamente. A periferia e a Região Metropolitana de São Paulo são grandes conglomerados dessas práticas subversivas.

A urbanista Ananya Roy (2017) estimula diversos prismas de análise que pensam a periferia como um espaço dotado de relações políticas, sociais e de consumo particulares em relação aos grandes centros comerciais urbanos. A principal tese da autora trata da concepção de que a relação de subalternidade entre as grandes cidades e suas periferias alimenta uma nova forma de organização da vida social, a qual passa a legitimar e concentrar suas preferências (especialmente de consumo) em um nível local.

Roy estabelece ainda disparadores aplicáveis ao caso guarulhense: informalidade urbana, zonas de exceção e espaços cinzentos. Por informalidade urbana, podem ser enquadrados hábitos de trabalho e moradia que não seguem a conceituação tradicional de “formal” pensadas e aplicadas no senso comum. As zonas de exceção incorporam na discussão o campo do planejamento urbano, ao pensar regiões em que, por questões de diretrizes da lei de zoneamento local, fomentos e programas de desenvolvimento não existem. Esses espaços seguem estratégias de desenvolvimento que não estão associadas ao projeto assistido pelas políticas públicas. Os espaços cinzentos, enfim, são aqueles estigmatizados por serem dotados de altos índices de incidência de delitos (geralmente contra a vida ou contra o patrimônio) e costumam estar afastados geograficamente dos grandes centros, remontando a uma relação de segregação das sociedades coloniais.

Por fim, uma última questão a destacar se refere a modelos e arranjos familiares. De acordo com o *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*¹⁹ do Instituto de Pesquisa Econômica (IPEA), a família composta por um casal heterossexual e filhos – a chamada “família tradicional” – representava 58% das famílias em 1995. Dados de 2015 apontam que esse modelo familiar caiu para 42%, isso é, no espaço de duas décadas, esse modelo deixou de ser majoritário, abrindo espaço para maior diversidade de arranjos familiares possíveis, tais como as famílias monoparentais, as famílias homoafetivas, as famílias sem filhos e os lares unipessoais.

Nos relatos e observações de campo, também nas entrevistas e narrativas, nossas principais interlocutoras e participantes da pesquisa foram as mulheres, principalmente, mulheres negras. Tivemos apenas dois homens como interlocutores nas entrevistas e narrativas. Todas as demais (sete entrevistas e três narrativas) foram de mulheres. Chamou nossa atenção o fato de serem comuns, no

19 O estudo completo do IPEA pode ser consultado em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/>.

Tangará, as famílias chefiadas por mulheres, parte delas “mães solo”, parte com os maridos presos e parte avós (também “solo”) que criam os netos. O perfil de famílias chefiadas por mulheres e com filhos menores de idade é bastante recorrente na região e é lido como um perfil altamente vulnerável. A inclusão da figura da chefe de família como beneficiária do auxílio emergencial dobrado chama atenção para a vulnerabilidade desse público.

Experiências da pandemia nos territórios estudados

Como indicamos na introdução, os eixos analíticos destacados para pensar transversalmente as experiências e vivências dos territórios da pesquisa foram: (1) vulnerabilidade, risco, moradia e renda; (2) as violências a que as populações dos territórios estão submetidas, com foco na violência de gênero e policial; (3) sofrimento mental e uso intensivo de substâncias; (4) saúde, informação e prevenção; (5) acesso a auxílios e redes de solidariedade; e (6) a insegurança alimentar.²⁰

Durante as entrevistas, nossos interlocutores se detiveram mais no primeiro eixo – vulnerabilidade, risco, moradia e renda – do que nos demais. Entre os resultados, destacamos que a percepção de risco, relacionada às perdas de trabalho e renda diante da pandemia, foi a mais citada e foi entendida como intensificadora dos demais. Nos relatos dos participantes, condições como a saúde mental (eixo 3) e a insegurança alimentar (eixo 6) foram associadas frequentemente à ausência de fonte de renda, à diminuição de renda e à preocupação com o futuro.

Pesquisador 1: Uma pergunta mais geral, então, pra gente começar: como tem sido a sua vivência nesse período de pandemia, suas experiências?

Karina: Eu acho que não só eu, mas tá sendo um momento difícil para todo mundo. Assim, eu acho que quem é sensível, [...], nesse momento, não tá bem, né? Acho que não tá bem. Mas eu, particularmente, eu tenho levado a minha vida assim até... Tipo... Tá sendo... Eu tô levando. Tô conseguindo levar em um... Tipo, eu não estou, tipo, me afundando acho que meio que no psicológico. Eu acho que muita gente tá passando por isso no momento, mas eu tô levando de uma forma que... Acho que da melhor forma possível que eu deveria estar levando. Eu sei que tem muita gente que não tá bem nesse momento. Eu sei que é um momento muito difícil para todo mundo,

20 Cabe lembrar que, além dos dois territórios em Guarulhos, cujos resultados tratamos aqui, a pesquisa também envolveu outros 14 territórios em São Paulo, Osasco, Diadema e Santos.

mas eu, no final disso, eu vou olhar e pensar “Eu acho que eu consegui, né, levar isso de uma forma mais tranquila, boa na medida do possível”. Então, assim, tá sendo uma coisa... Tipo assim, embora eu esteja parada, não esteja trabalhando, essa coisa de ficar em casa sem fazer nada, fica muito ocioso, é uma coisa muito difícil, acho que para todo mundo. Eu acho que a pessoa pode ser o mais acomodado possível, mas é um momento difícil, entendeu? Então, assim, eu tô conseguindo levar na medida do possível bem, entendeu? (Trecho da entrevista gravada em 9 de outubro de 2020 com Karina, negra, vinculada ao Núcleo Mabel Assis).

Pesquisador 3: Tem algum momento que te marcou positivamente?

Elza: Teve um período que a gente não tinha nada para comer. Estavam distribuindo cestas por aqui, mas, na hora de receber, riscaram meu nome. Eu fiquei sem ter o que fazer. Coloquei nas mãos de Deus e, dois dias depois, ganhei cinco cestas. Com o benefício que recebo, mal está dando para pagar as contas. Tá tudo vindo muito alto. As contas estando pagas, a gente dá um jeito. (Trecho da entrevista gravada em 17 de outubro de 2021 com Elza, negra, moradora do Conjunto Residencial Tangará).

Pesquisador 1: Como tem conseguido se manter durante esse período de pandemia?

Olga: Monetariamente, você diz?

Pesquisador 1: Fundamentalmente pensando no ponto de vista financeiro.

Olga: É, aumentou tudo. Meu salário diminuiu. Eu tive que trocar um celular por conta do meu trabalho, porque não pegava... O celular eu tive que trocar, trouxeram computador da escola porque eu não tenho computador, não tenho nada... Quer dizer, isso tudo movimentou uma vida que eu não tinha. Eu não tenho que ter computador, eu não preciso... Aí trouxeram o meu computador em casa. Consequentemente, eu preciso do SED, né, que é onde a gente vê as notas dos alunos. O meu celular não era compatível. Eu tive que trocar o celular, quer dizer... Eu não vi vantagem nenhuma nesse ponto de vista. Continuo, claro, eu não sei se chega a ser uma disponibilidade muito eloquente de ficar em casa. Mas eu não tô sem fazer nada, continuo o meu trabalho... Tudo tem aumentado diariamente, isso é fato e... É isso. Ainda bem que eu moro sozinha, porque, se tivesse mais uma pessoa, não teria como, eu não teria como... Porque a gente vê a dificuldade que está acontecendo perante as famílias...” (Trecho da entrevista gravada em 08 de outubro de 2020 com Olga, negra, vinculada ao Núcleo Mabel Assis).

Ainda sobre o primeiro eixo de análise, e pensando na relação entre percepção de risco e moradia, durante as visitas a campo ao Tangará, pudemos notar uma mudança de ritmos nas preocupações dos moradores com a transmissão de COVID-19, o que estabelece uma relação também com o quarto eixo de análise, sobre saúde, informação e prevenção. Na primeira ida a campo, em julho de 2020, havia álcool gel na portaria, distribuição de máscaras e moradores que circulavam com máscaras. Contudo, no período final da pesquisa, entre outubro e novembro de 2020, já quase não havia uso de máscaras. A questão foi abordada por Luiz, durante a segunda gravação de sua narrativa:

Luiz: Aqui dentro do condomínio, estou seguro e não preciso mais usar máscara. Essa é a ideia que permanece entre a população que circula no condomínio. As pessoas estão mais confiantes, acham que a onda já passou, já levou embora quem tinha de levar e não querem mais usar. O que eu noto aqui no condomínio é que as pessoas mais velhas transformaram a máscara em “protetor de queijo”. Entendo que devem ter mais resistência [...] Fico preocupado com o relaxamento dos cuidados das pessoas, que deixaram de usar máscara e não usam mais álcool em gel. Creio que não é assim não. Poderemos ter uma parte dois da pandemia e um Covid-20 aparecer... É horrível pensar assim, mas ninguém sabe o que pode acontecer. E fico muito preocupado com quem não usa máscara. (Trecho da narrativa gravada em 1º de novembro de 2020 com Luiz, negro, morador do Conjunto Residencial Tangará).

Ainda relacionando os resultados dos eixos 1 e 4, nas questões referentes à percepção de risco, renda e prevenção, salientamos que o isolamento social caiu de forma gradativa ao longo da pesquisa e essa queda esteve relacionada com a necessidade de busca de renda. Ouvimos relatos também que pensaram no trânsito como termômetro do nível de isolamento na região. De acordo com nossos interlocutores, o tráfego e o fluxo de pessoas só foram reduzidos no primeiro mês de pandemia. Logo depois, em especial na Estrada Juscelino Kubitschek e nos acessos à Rodovia Dutra (marcos regionais importantes do trânsito na região), a circulação veicular se mostrava muito próxima do normal.

Para as famílias que tinham crianças e jovens em idade escolar, todos os participantes ouvidos se colocaram contra o retorno das aulas presenciais antes da vacinação. Esse foi um tema contemplado pelo roteiro de entrevistas e apontou para um diagnóstico acerca da condição das escolas. A infraestrutura, mesmo para as aulas presenciais em tempos não pandêmicos, foi relatada como

precária. Durante a primeira onda da pandemia, quando foi realizada a pesquisa, a inviabilidade para o retorno foi unânime entre os moradores que conhecem as condições sanitárias desses espaços.

Avançando para o eixo de análise referente à violência, as violências doméstica e de gênero estiveram ausentes dos relatos e observações de campo e apareceram somente quando perguntadas diretamente aos participantes da pesquisa.²¹ Além disso, foram pontos recorrentes na fala dos entrevistados a indicação de que as situações de violência ocorreram fora de seu núcleo familiar. O relato mais comum foi a afirmação de que houve acentuação das práticas de violência, especialmente contra a mulher, mas utilizando como referência os dados estatísticos e informações veiculadas na imprensa. Ainda dentro desse relato que faz alusão às situações de violência, é indispensável perceber que, nessas descrições, a violência está contida na ideia do “outro”.

Essa ausência pode ser entendida por diferentes razões. A primeira delas é a de que a violência doméstica e a de gênero são formas relativamente silenciadas de violência, justamente por acontecerem no espaço privado das casas. Assim, são menos visíveis e menos expostas aos olhares públicos, especialmente a olhares de estrangeiros aos territórios, como nós. Junte-se a isso o fato de que muitas mulheres têm medo ou receio em denunciar, procurando muitas vezes esconder, até mesmo de pessoas mais próximas e de familiares, a violência que sofrem em casa e que é perpetrada por alguém com quem elas têm um vínculo afetivo. Nesse sentido, diferentes estudos têm mostrado as dificuldades e barreiras enfrentadas pelas vítimas desse tipo de violência para denunciar e/ou buscar auxílio (Madeira; Furtado e Dill, 2021; Bozzo; Matos; Beraldi e Souza, 2017).

Quanto às crianças, acrescentem-se as dificuldades em comunicar ou mesmo elaborar a violência que sofrem. Não por acaso, o espaço da escola, em que a criança desenvolve vínculos com outros adultos que não sua família, tem sido importante para que a sua denúncia ocorra. Cabe lembrar, enfim, que muitas famílias do Tangará são chefiadas por mulheres, com mães (e avós) sozinhas e mulheres cujos companheiros estão presos. Ou seja, há ali uma relativa ausência de homens na composição familiar.

As violências de gênero e doméstica, por suas especificidades, requerem estratégias de pesquisa especialmente pensadas para conseguir identificá-las e abordá-las, o que extrapola o escopo desta pesquisa, cujo desenho metodológico

21 A violência policial apareceu, especificamente, em dois territórios da pesquisa, no Fluxo/Cracolândia, e relacionada ao tratamento das populações em situação de rua, e no Eldorado/Diadema, relativo à reintegração de posse de um território vizinho. Não foram identificadas situações de violência policial nos territórios de Guarulhos durante a pesquisa.

não foi pensado para dar conta dessas especificidades. Assim, excluindo-se as perguntas diretas feitas nas entrevistas, não tínhamos outras estratégias para chegar à observação dessas formas de violência – o que não quer dizer que não ocorram no espaço do Tangará.

A análise dos resultados relativos a sofrimento mental e uso de substâncias não identificou uma associação entre esses dois fatores. Por um lado, houve vários relatos de sofrimento mental por parte das participantes mulheres, sendo que uma delas falou abertamente sobre estar com depressão e outras três informaram terem tido crises de ansiedade na pandemia. Além das preocupações com renda e perda de trabalho, como já evidenciado, os relatos relacionaram o sofrimento à solidão decorrente do isolamento social e da restrição de convívio com entes queridos e ao medo de contrair coronavírus e morrer ou perder algum ente querido na pandemia.

Pesquisadora 6: Você poderia destacar alguma cena marcante na pandemia? Algo que tenha te marcado?

Josélia: Acho que foi as imagens que a gente viu dos caixões e a construção do hospital... quando começou a construir no Cecap, aquilo nos fez ver que era muito grave e que a cada semana um parente da gente ia morrer. Isso que passava na minha cabeça. Eu cheguei a falar para minha mãe que daquele jeito não conseguiríamos atravessar a pandemia sem perder alguém. Íamos deixar alguém pelo caminho. Minha irmã é fumante e, quando começou isso piorou, foi um cigarro atrás do outro. Minha mãe tem pressão alta e não abaixava. Não estávamos nos distraindo com nada, nem ver algo para distrair, mas fomos nos apegando com Deus, lógico... E parando de assistir televisão. Não que tenha acabado a pandemia. Acho que está até do mesmo jeito que começou. Mas temos evitado a TV. [...].

Pesquisadora 6: Sobre a saúde mental, como você tem lidado com a pandemia?

Josélia: Agora estou mais tranquila. Mas, no começo, eu estava bem bagunçada. Sei lá o que passou. Achei que íamos morrer. Imaginava o pior, coisas com a minha mãe. Mas agora estou me sentindo melhor.

Pesquisadora 6: Você falou que tem ansiedade ou que teve uma crise de ansiedade?

Josélia: Eu tenho ansiedade e tive a crise. Eu controlo, mas a gente nunca passou por uma pandemia. Então, foi isso. Até teve da gripe, mas nem se compara... (Trechos da entrevista gravada em 17 de outubro de 2020 com Josélia, moradora do Conjunto Residencial Tangará).

Entre os homens, um deles falou, de forma menos intensa que a última entrevistada, sobre medo de contrair o coronavírus e se sentir incomodado, enquanto o outro enfatizou bastante a concepção do “reinventar-se” durante a pandemia para enfrentar os desafios postos. Naquele momento, nenhuma interlocutora (e nenhum interlocutor) havia perdido alguém próximo devido à pandemia. Por outro lado, ao analisar o material das entrevistas em Guarulhos, vimos poucas referências explícitas ao aumento no consumo de substâncias (álcool e outras drogas). As poucas informações coletadas não significam que o fenômeno não aconteceu, mas que as estratégias adotadas pela pesquisa não foram pensadas para a observação desse tipo de fenômeno específico.

Nesse sentido, o Relatório Mundial sobre Drogas de 2021, produzido e divulgado pelo *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC)²², aponta para um severo aumento no consumo de álcool e drogas nos últimos anos e com tendência aumentada com a pandemia. De acordo com o relatório, várias são hipóteses levantadas para a intensificação do consumo, sendo os opioides um grupo de substâncias com enorme alta, especialmente no público feminino. Ainda de acordo com o relatório, o marcador social de renda continua sendo um fator importante na ocorrência de transtornos associados ao uso de drogas.

Se estar em casa poderia significar o aumento do consumo de várias substâncias, incluindo álcool, a flexibilização da quarentena também significou a intensificação desse uso em ambientes coletivos. Algumas falas dos moradores do Tangará foram específicas em dizer que, na verdade, essa mudança do ambiente de consumo pode aparentar um aumento de maior intensidade no uso.

Passando agora para questões relacionadas ao acesso ao auxílio emergencial oferecido pelo governo federal, parte de nossos interlocutores apontou dificuldades de acesso ao benefício, em especial de acesso à *internet*. Houve também relatos de problemas documentais na sua concessão e de uso do aplicativo, que fizeram com que parte desses moradores se deslocasse até a agência da Caixa Econômica Federal localizada nas imediações, como aponta o trecho abaixo da entrevista com Elza:

Pesquisador 4: Você conseguiu receber o auxílio ou alguém da sua casa recebeu?

Elza: Consegui sim.

Pesquisador 4: Teve alguma dificuldade para conseguir? Só você conseguiu na sua casa?

22 O relatório está disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/wdr2021.html>.

Elza: Pois é, foi muito difícil. Em casa, eu e meu filho pegamos. Mas foi bem difícil. Teve um problema com o CPF, tive que ir até a Caixa. Me atenderam lá, fizeram o cadastro de novo e recebi o benefício. (Trecho da entrevista gravada em 17 de outubro de 2020 com Elza, negra, moradora do Conjunto Residencial Tangará).

Cabe destacar que a pesquisa foi realizada durante a primeira onda da pandemia, entre abril e dezembro de 2020, período em que foi disponibilizado o auxílio emergencial no valor inicial de R\$600,00, podendo chegar a R\$1.200,00. Entre nossos oito interlocutores das entrevistas, apenas duas mulheres disseram não receber o auxílio. Nas narrativas, uma das interlocutoras tratou da questão, informando também receber o auxílio.

Além do auxílio, abordamos também, nas entrevistas, a formação de redes de solidariedade. Muitos dos nossos interlocutores que receberam o auxílio emergencial contaram também com a doação de cestas básicas e de itens de higiene. As entrevistadas que são moradoras do Tangará apontaram as doações vindas de uma escola municipal e do próprio *campus* da Unifesp (por meio de professores e alunos que já atuavam no local em projetos de extensão), e também de entidades religiosas.

Contudo, as doações não chegaram a constituir uma rede regular de solidariedade com a qual os moradores do Tangará pudessem contar. A constituição dessa rede é, segundo um de nossos interlocutores do Núcleo Mabel Assis, um dos objetivos das ações do Núcleo e da UNEAfro:

Pesquisador 1: Você participou de alguma rede de solidariedade no seu território? Você percebeu algum grupo com esse objetivo no território?

Tiago: No geral, acho que a galera se ajudou bastante, um com o outro mesmo... Aqui no nosso território, a gente já... Já existia um projeto de auxílio com as cestas, que é a UNEAfro mesmo, que faço parte. Com a pandemia, conseguiu abranger mais pessoas. (Trecho da entrevista gravada em 16 de outubro de 2020 com Tiago, negro, vinculado ao Núcleo Mabel Assis).

Por fim, em relação à insegurança alimentar, alguns de nossos interlocutores informaram que estavam se alimentando mais durante a pandemia, por estarem mais tempo em casa. Houve também relatos de aumento de consumo de alimentos ultraprocessados e de dificuldade em se alimentar devido a questões de saúde mental. Apenas uma interlocutora, mulher negra moradora do Tangará, falou abertamente sobre ter passado por situações de escassez de alimentos e fome (trecho citado anteriormente). Entre os demais interlocutores,

as situações de insegurança alimentar apareceram relacionadas a vizinhos, conhecidos ou à sua atuação na doação de cestas básicas.

Considerações finais

O desenvolvimento desta pesquisa junto ao Conjunto Residencial Tangará e ao Núcleo Mabel Assis da UNEAfró foi marcado por seu caráter multidisciplinar. Ele nos trouxe a possibilidade de integrar à equipe de campo alunos e alunas dos cursos de ciências sociais, história e pedagogia da Unifesp e duas estudantes do ensino médio, quase todos moradores do Tangará ou de regiões próximas, possibilitando, assim, um intenso diálogo e aprendizado das dinâmicas que caracterizam os territórios da pesquisa. Salientamos também a contribuição das ciências humanas e sociais frente à proposta do caráter de multidisciplinaridade da pesquisa, e, como tal, a utilização de metodologia baseada em referencial teórico desses campos do saber. Consequentemente, parte dos elementos utilizados como instrumentos da metodologia, como as entrevistas, as narrativas, os relatos e diários de campo deixam em evidência tal participação.

No tocante à constatação de que as vulnerabilidades, em seu sentido plural, estão presentes nas experiências e vivências dos moradores no momento de pandemia de COVID-19, em particular, nos nove meses da sua duração, em 2020, ressaltamos a marca de uma questão igualmente relevante em todo o território nacional: as desigualdades sociais.

A pesquisa trouxe à tona, de forma expandida, a também pluralidade frente às desigualdades, sendo, portanto, a confirmação de um conjunto de fatores que acarretaram e ressaltaram as desigualdades sociais ali presentes. A pandemia de COVID-19 deixa evidenciadas as situações de exposição desse conjunto de moradores, entrecruzando as questões de vulnerabilidade, individual e social, e demonstrando o agravamento das desigualdades. Elas são reconhecidas com a constatação de que, nesse universo de moradores, estimado em cerca de três mil pessoas, e formado por famílias configuradas de distintas formas, há uma diversidade de vivências e experiências de classes. Ou, como observou uma das pesquisadoras de campo, aluna do curso de pedagogia da Unifesp, *há várias classes dentro da classe*.

Observando os perfis dos moradores e as descrições de suas vivências na pandemia, notamos que, mesmo em uma região tida como vulnerável (em uma tendência de generalização do senso comum), há diversas camadas econômicas e culturais presentes. Inclusive, entre moradores, relataram-se situações de “preconceito” e referências às antigas moradias. Vir de uma ocupação, de uma

favela, de regiões distintas do município de Guarulhos e arredores pôde imprimir a diversidade de classes frente a um estado/situação de maior ou menor pobreza. Essa questão poderá ser aprofundada em futuras pesquisas.

As poucas referências a violências de gênero e doméstica apontam para a necessidade de pensar outras estratégias de pesquisa, que considerem as práticas de silenciamento, por parte das vítimas e seus agressores. Justamente por acontecerem no espaço privado das casas, são violências menos visíveis e menos expostas aos olhares públicos, especialmente aqueles olhares que vêm de fora do universo cotidiano desses territórios.

A questão da saúde mental, por sua vez, apareceu de forma acentuada e esteve atrelada a outras experiências desencadeadas pela pandemia; em especial, as inseguranças e incertezas em relação a trabalho e renda, a solidão em virtude do isolamento social e o medo de morrer ou perder entes queridos pelo coronavírus. Como resultado, apareceram nos relatos de nossos interlocutores atitudes depressivas, crises de ansiedade e irritabilidade e descompassos com as rotinas de alimentação e do sono.

Por último, junta-se o fator moradia, tendo em vista a precarização dos apartamentos, das áreas comuns e da infraestrutura da região. Em meio ao cenário caótico e crítico em que nos encontrávamos da crise sanitária, às constatações de que essas populações periféricas necessitam sobretudo de mais atenção e cuidado por parte do Estado, diante do crescimento vertiginoso da fome, da precarização do morar/habitar e da perda de renda e à iminência de um abandono no que diz respeito à condição sanitária, este estudo aponta para a necessidade de um conjunto articulado de ações. Tal conjunto deve reunir a mobilização social e construção de políticas públicas que estabeleçam um diálogo com tal realidade. Nesse sentido, esta pesquisa poderá vir a contribuir no momento atual, assim como no futuro, tendo-se em vista o aprofundamento de estudos para a ampliação do entendimento a respeito das vulnerabilidades trazidas pela pandemia de COVID-19.

Referências

- BARBOT, Janine. Conduzir uma entrevista face a face. In: PAUGAM, Serge. (Org.). *A pesquisa sociológica*. Petrópolis, Vozes, 2015, pp.102-123.
- BEAUD, Stéphane e WEBER, Florence. O raciocínio etnográfico. In: PAUGAM, Serge. (coord.). *A pesquisa sociológica*. Petrópolis, Vozes, 2015, pp. 185-201.
- BEZERRA, Analúcia Sulina. Arquivo e memória oral na produção de uma «etnografia retrospectiva». *ANTROPOLógicas*. Lyon, n. 13, 2015, pp. 67-78. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/antropologicas/article/view/2573/5117>. Acesso em: 02 ago. 2021.

- BONI, Valdete e QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em Tese. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. Florianópolis, v. 2, n. 1(3) jan./-jul. 2005, pp. 68-80.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense, 2004.
- BOZZO, Ana Clara Borborema *et al.* Violência doméstica contra a mulher: caracterização dos casos notificados em um município do interior paulista. *Revista Enfermagem UERJ*. Rio de Janeiro, v. 25, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/viewFile/11173/22016>. Acesso em: 02 ago. 2021.
- CHAUVIN, Sébastien e JOUNIN, Nicolas. A observação direta. In: PAUGAM, Serge. (Org.). *A pesquisa sociológica*. Petrópolis, Vozes, 2015, pp. 135-137.
- DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978, pp. 23-35.
- FONTES, Paulo. *Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008.
- FURTADO, Lumena A. C. *et al.* Covid-19 – Desigualdades e vulnerabilidades na pandemia Covid-19: caminhos para produção de uma pesquisa participativa. *Saúde em debate*. Rio de Janeiro, v. 44, n. especial 4, 2020, pp. 306- 318. Doi: 10.1590/0103-11042020E421.
- HOLSTON, James. Espaço de cidadania insurgente. *Revista do IPHAN*. Brasília, n. 24 1996. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8869>. Acesso em: 02 ago.2021.
- HUGHES, Pedro Javier Aguerre. Periferia: um estudo sobre a segregação socioespacial na cidade de São Paulo. Tese de doutorado, Ciências Sociais, PUC-SP, 2003.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Retrato das desigualdades de Gênero e Raça*, 2005. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- KILOMBA, Grada. Quem pode falar? (Who can speak?). *Plantation memories. Episodes of everyday racism*. Münster, Unrast-Verlag, 2010.
- LIMA, Filipe Antunes. Territórios de vulnerabilidade social: construção metodológica e aplicação em Uberlândia-MG. Dissertação de mestrado, Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2016.221>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- MADEIRA, Lígia Mori; FURTADO, Bernardo Alves e DILL, Alan Rafael. *Vida: simulando violência doméstica em tempos de quarentena*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro, Ipea, 2021. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10509/1/td_2633.pdf. Acesso em: 02 ago. 2021.

- MAGNANI, José Guilherme. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 17, n. 49, 2002, pp. 11-29. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n49/ao2v1749.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2021.
- MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. Nordestinos na Zona Leste de São Paulo: subjetividade e redes de migrantes. *TRAVESSIA – Revista do Migrante*. São Paulo, n. 76–jan./jun. 2015, pp. 99-112.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; COSTA, António Pedro. Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa. *Revista Lusófona de Educação*. Lisboa, v. 40, n. 40, 2018, pp. 139-153.
- ROULSTON, Kathryn; DEMARRAIS, Kathleen e LEWIS, Jamie B. Learning to Interview in the Social Sciences. *Qualitative Inquiry*. University of Georgia, v. 9, n. 4, 2003, pp. 643-668.
- ROY, Ananya. Cidades faveladas: repensando o urbanismo subalterno. *@Metropolis: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais*. Rio de Janeiro, n. 31, dez. 2017, pp. 7-21.
- VELHO, Gilberto. Individualismo, anonimato e violência na metrópole. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v. 6, n. 13, jun. 2000, pp. 15-29. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v6n13/v6n13a02.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2021.
- VENSON, Anamaria M. e PEDRO, Joana M. Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia. *História Oral*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, jul./dez. 2012, pp. 125-139.

Recebido em: 05/01/2022

Aprovado em: 06/02/2023

Como citar este artigo:

- SANTOS, Wesley; PAULA, Liana de; RODRIGUES, Joana. Experiências periféricas em Guarulhos durante a pandemia de COVID-19: espaço urbano, territórios vulneráveis e controvérsias. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 2, maio - agosto. 2023, pp. 589-615.

Entrevista





Teoria da Reprodução Social: elementos fundamentais para um feminismo marxista¹

Cinzia Arruzza²

Tithi Bhattacharya³

Tradução: Camila Carduz Rocha⁴ e Clara Saraiva⁵

Resumo: Este texto retoma os elementos fundamentais da Teoria da Reprodução Social, enquanto aposta em um feminismo marxista contemporâneo. Ele começa pela definição do que é a reprodução social no capitalismo e segue para os debates sobre as relações entre produção e reprodução, o papel que a família desempenha, como pensar a sexualidade e os direitos reprodutivos e como os processos de espoliação neoliberal⁶ podem ser lidos com base na reprodução social. Esses tópicos são desenvolvidos em diálogo com outras tradições da

1 Título original “Teoría de la Reproducción Social. Elementos fundamentales para un feminismo marxista”, publicado na revista “ARCHIVOS de historia del movimiento obrero y la izquierda”, ano VIII, nº 16, março de 2020-agosto de 2020. Pode ser encontrado em <https://doi.org/10.46688/ahmoi.n16.251>. Agradecemos ao Comitê Editorial da revista por autorizar esta publicação em português brasileiro.

2 New School of Social Research – Nova York – Estados Unidos – ruzzac@newschool.edu

3 Purdue University – Indiana – Estados Unidos – tbhattach@purdue.edu

4 Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) – São Paulo – Brasil – camilacarduz@gmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3771-8206>

5 Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Rio de Janeiro – Brasil – clarasaraiva@me.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3764-1763>

6 No original, aparece como “desposesión neoliberal”. Em traduções para o português, o termo aparece tanto como despossessão, expropriação ou espoliação. Considerando que há um extenso debate conceitual sobre o assunto, optamos por utilizar “espoliação neoliberal” acompanhando a tradução de *O Novo Imperialismo* (2003), de David Harvey, pela editora Loyola, citado entre as referências bibliográficas do texto [Nota da tradução].

teoria feminista, como o materialismo francês, a interseccionalidade, a aposta pelos “Comuns” e o autonomismo.

Palavras-chave: Feminismo; Marxismo; reprodução social; classe trabalhadora.

Social Reproduction Theory. Foundations of a Marxist Feminism

Abstract: *This text covers the fundamental elements of the Theory of Social Reproduction as it bets on a contemporary Marxist feminism. It begins with the definition of what is social reproduction under capitalism, and then goes into the debates about the relations between production and reproduction; what is the role of the family; how sexuality and reproductive rights can be thought from this point of view; and how can neoliberal dispossession processes be read in terms of social reproduction. These topics are developed in dialogue with other traditions of Feminist theory such as French materialism, intersectionality, the commitment to “the commons” and autonomism.*

Keywords: *Feminism; Marxism; social reproduction; working class.*

Teoría de la reproducción social. Elementos fundamentales para un feminismo marxista

Resumen: Este texto recorre los elementos fundamentales de la Teoría de la Reproducción Social en tanto apuesta por un feminismo marxista contemporáneo. Comienza por la definición de qué es la reproducción social bajo el capitalismo y se adentra luego en los debates sobre las relaciones entre producción y reproducción, cuál es el rol que juega la familia, cómo pensar la sexualidad y los derechos reproductivos y cómo pueden ser leídos los procesos de desposesión neoliberal en clave de la reproducción social. Estos tópicos están desarrollados en diálogo con otras tradiciones de la teoría feminista como el materialismo francés, la interseccionalidad, la apuesta por “los comunes” y el autonomismo.

Palabras clave: Feminismo; marxismo; reproducción social; clase obrera

O que é reprodução social?⁷

Cinzia Arruzza. Existem pelo menos três esferas nas quais ocorre a reprodução social. É evidente que a família continua a ser a principal, mas há uma série de trabalhos reprodutivos que foram socializados, de fato, pelo Estado e que são realizados por meio de instituições públicas (escolas, hospitais etc.). A neoliberalização da reprodução social implica em cortes nesses serviços públicos, produzindo um aumento da carga de reprodução social nas famílias. Essa é a novidade: no neoliberalismo, a ideia de reprodução social aparece como um campo que também pode ser fonte de lucro. Isso é particularmente verdadeiro em países desenvolvidos e áreas urbanas, onde boa parte do trabalho de reprodução social pode, de fato, ser transformado em produtor de lucro.

Mas... o que significa reproduzir a força de trabalho? Em primeiro lugar, significa regenerar o trabalhador ou a trabalhadora; em segundo, significa manter e regenerar a família da trabalhadora (ou as trabalhadoras em um sentido mais amplo)⁸. Esse é um ponto central que Lise Vogel aponta em seu livro⁹: quando falamos sobre reprodução social, devemos levar em conta que não estamos falando apenas do trabalhador ou da trabalhadora que tenta vender sua força de trabalho diretamente no mercado, mas da classe trabalhadora como um todo, incluindo as pessoas que não estão empregadas – as crianças, as pessoas idosas e as enfermas, ou seja, todas aquelas que não podem trabalhar. Em terceiro lugar, significa produzir as novas trabalhadoras, ou seja, a reprodução biológica. Nesse ponto, Vogel também estabelece uma distinção muito importante em seu livro. Quando fala de reprodução geracional da força de trabalho, ela diferencia a reprodução biológica como produção de novas trabalhadoras, da reprodução

7 O texto se baseia na transcrição feita por Paula Varela e Lucas Poy do áudio gravado por Antonio Oliva, que participou do NIEP-Marx 2019. A tradução e a edição foram realizadas por Paula Varela. Agradecemos às autoras pela autorização para sua publicação. Todas as notas de rodapé são de nossa edição. O texto original, em espanhol, baseia-se na transcrição feita por Paula Varela e Lucas Poy, do áudio gravado por Antonio Oliva, que participou do NIEP-Marx 2019. A tradução para o espanhol e a edição foram realizadas por Paula Varela. Esta tradução para o português brasileiro é de Clara Saraiva, com revisão de Camila Carduz Rocha. Há notas de rodapé que são da edição original e outras da presente tradução, as quais aparecerão indicadas como notas da tradução.

8 Como, na língua inglesa, substantivos (como trabalhador/a ou trabalhadores/as) não têm gênero (*worker* ou *workers*), decidimos adotar o feminino como regra geral. Portanto, onde aparece “trabalhadora” ou “trabalhadoras”, não significa que as autoras se referiram particularmente a trabalhadoras mulheres, mas a trabalhadoras mulheres, homens ou de qualquer gênero, sem distinção.

9 *Marxismo e a Opressão às Mulheres: rumo a uma teoria unitária* (Vogel, 2022), publicado originalmente em 1983 e republicado em 2013 com um prefácio de Susan Ferguson e David McNally.

10 Traduzido para o português pelo Grupo de Estudos de Teoria da Reprodução Social e publicado no Brasil pela editora Expressão Popular [Nota da Tradução].

diária da força de trabalho, como manutenção da força de trabalho. Em outras palavras, a reprodução geracional da força de trabalho implica, em primeiro lugar, que as trabalhadoras têm que existir, isto é, elas têm que ser produzidas biologicamente; mas, em segundo lugar, que elas têm que se reproduzir diariamente: elas precisam repor suas forças não apenas fisicamente, mas também mental e psicologicamente. Isso implica na socialização das futuras trabalhadoras, independentemente de elas terem chance de entrar no mercado de trabalho e conseguir um emprego. Nesse ponto da reprodução geracional da força de trabalho, gostaria de destacar três elementos. Em primeiro lugar, que falar de reprodução social implica falar de reprodução material e física da força de trabalho porque, como é evidente, se nossos corpos não estiverem vivos e saudáveis, não haverá reprodução social. Mas a reprodução social também inclui outras atividades destinadas a dar forma e a moldar as pessoas. Simplificando: não nascemos com uma propensão natural para trabalhar 8 ou 9 horas por dia ou para prestar atenção em uma aula por 3 horas em uma sala de aula (como vocês estão fazendo aqui hoje). Isto não é natural para nós. Devemos ser disciplinadas, devemos ser formatadas para aguentar três horas sentadas em uma aula... e até mesmo curtir! Ou ficar horas sentadas em frente a um computador, ou em um posto de trabalho em uma fábrica e, mesmo que não gostemos disso, sermos capazes de fazê-lo. Portanto, a reprodução social também tem a ver com socialização, em outras palavras, a reprodução de comportamentos, predisposições, habilidades, qualificações. Em certo sentido, é a reprodução da subjetividade e mesmo a internalização das formas de disciplina.

Dito isso, gostaria de abordar duas questões. A primeira diz respeito à pergunta sobre se existe um reducionismo biológico¹¹ quando se pensa a reprodução social do ponto de vista da reprodução da força de trabalho. A reprodução biológica é um fato da vida. As pessoas se reproduzem biologicamente para viver. Talvez em um futuro distante possamos nos reproduzir de outras maneiras, mas, por enquanto, precisamos ter bebês para nos reproduzir, e o feminismo precisa ser capaz de lidar com isso. Primeiro, porque, embora não apenas as mulheres tenham bebês, são em grande parte as mulheres que têm bebês. A teoria da reprodução social não se situa no fato de ter bebês, ou na maternidade, a causa da opressão às mulheres. Isso, sim, seria um reducionismo biológico. Mas não é isso o que dizemos. A questão está nas relações sociais que organizam a reprodução biológica: como esse fato vital se transforma em fato social. Ou seja, quais são as relações sociais que organizam a gravidez, o parto, o “ter bebês”,

11 Aqui, Arruzza se refere a uma pergunta do público. Para aprofundar essa discussão, ver Arruzza (2018).

mas também quais são as relações sociais mais gerais que impactam no processo biológico de ter bebês. Portanto, o problema está no ponto de encontro entre o “fato biológico” e o “fato social”. Não há destino na biologia; não há predestinação na biologia. Em uma sociedade que não é orientada para a produção de lucro (como o capitalismo), a reprodução biológica, o “ter bebês”, não precisa ser uma fonte de opressão. Poderia ser organizada de uma maneira completamente diferente do que é hoje. Portanto, não acredito que a teoria da reprodução social corra um risco de viés biologicista, mas acredito que deve falar sobre reprodução biológica porque é uma parte importante do que as mulheres e os corpos gestantes fazem ao reproduzir a força de trabalho. E é imperativo falar sobre a maneira como a produção industrial em massa (Tithi se referirá a isso mais tarde) mantém, molda, inclusive essa reprodução biológica. A produção industrial de massa evidentemente desempenha um papel fundamental quando se trata de dar forma aos papéis de gênero de um determinado modo e, dessa forma, gerar a opressão de gênero.

Vamos à segunda pergunta que eu deveria ter respondido no início. Na tradição marxista, o termo “reprodução social” tem sido usado de diferentes maneiras. Na tradição althusseriana, a reprodução social se refere não apenas à reprodução da força de trabalho, mas à reprodução da sociedade capitalista como um todo. Isso inclui, evidentemente, os vários circuitos do capital, mas também inclui o que Althusser chama de “condições de produção”, a produção de condições para a produção, por exemplo, o Estado, a polícia, as forças armadas, os aparelhos ideológicos do Estado etc. Este é um significado mais amplo do termo “reprodução social”. Na teoria feminista marxista, a reprodução social se refere a algo mais específico, mais restrito: à reprodução da força de trabalho. Isso não é incompatível com a perspectiva althusseriana. O problema é que, infelizmente, se usa o mesmo termo e isso gera alguma confusão. Johanna Brenner¹², por exemplo, sugere distinguir entre “reprodução societal” para se referir à reprodução do sistema capitalista como um todo, que seria adequada para o significado althusseriano, e “reprodução social” para se referir à reprodução da força de trabalho, que seria o significado do feminismo marxista. Em suma, para elucidar, quando falamos de “reprodução social”, estamos usando a categoria em um sentido estrito, como é usada pelo feminismo marxista, e que nos permite focar no papel do gênero e da opressão de gênero no capitalismo. Ou seja, focar na questão de quais são as causas da produção e reprodução da opressão de gênero no capitalismo.

12 Ver Brenner e Laslett (1991).

Tithi Bhattacharya. Uma das coisas que a Teoria da Reprodução Social (TRS) explicitamente estabelece é que o trabalho reprodutivo ainda é realizado predominantemente por mulheres ou corpos feminizados. Tal trabalho é supostamente a tarefa, o dever e mesmo parte do lado amoroso das mulheres, que “naturalmente” o realizam. Como se reproduz socialmente uma criança? Vamos pensar sobre os caminhos fora da família. Como Cinzia destacou, a TRS nos ensina que a reprodução social não ocorre apenas na família, mas também na esfera pública. Vamos pensar em alguns tipos de serviços públicos: um é o sistema de saúde, outro caso pode ser a escola, mas até a disponibilidade de água limpa ou ar limpo. Vamos considerar esses quatro elementos básicos que precisamos para que uma menina cresça de maneira saudável. E olhemos para os Estados Unidos ou a Inglaterra, ou mesmo os países escandinavos, e vejamos quem tem as piores condições de acesso a esses quatro elementos de reprodução social. Na cidade de Chicago, quando o prefeito democrata (amigo próximo de Barack Obama) começou a fechar escolas alegando que era necessário cortar alguns serviços públicos, ele o fez apenas na região sul da cidade, que é onde vivem as famílias negras e latinas, enquanto as escolas da rica região norte de Chicago prosperavam. Quando são fechadas as clínicas do *Planned Parenthood*, o principal serviço de abortos nos Estados Unidos, usado principalmente por mulheres pobres, o planejamento da maternidade das mulheres mais pobres está sob ataque. Se os censos forem revisados, observa-se que, em média, as famílias migrantes vivem em espaços 30% menores do que as famílias não migrantes. E esse percentual não vem da comparação com as famílias que estão acima da linha da pobreza, mas entre aquelas que estão abaixo da linha da pobreza. O que quero enfatizar é que a reprodução social das famílias da classe trabalhadora branca é diferente daquela das meninas das famílias da classe trabalhadora negra. Há uma expansão generalizada da força de trabalho no território nacional, mas há dois tipos de processos de reprodução social diferenciados que objetivam dois tipos distintos de trabalhadoras quando elas chegam às portas do capital para vender sua força de trabalho. Uma força de trabalho vale menos e essa trabalhadora tem menos poder do que outra, cuja reprodução social teve uma história muito diferente.

Os processos diferenciados de reprodução da força de trabalho produzem diferentes tipos de sofrimento e objetivação quando as trabalhadoras chegam à porta da fábrica. O racismo é comumente visto como operando na esfera do mercado de trabalho. A interpretação marxista tradicional do racismo concentra a análise no mercado de trabalho e explica que o racismo é utilizado e fomentado pelo capital para aprofundar a competição entre as trabalhadoras,

dividi-las e governar. Mas o mercado de trabalho não é o reino da produção, mas o reino das trocas. Em outras palavras, as teorias marxistas tradicionais sobre o racismo concentram seu olhar no campo da troca.

A TRS mostra um quadro muito mais assustador: o racismo se desdobra no nível da reprodução da força de trabalho. Escolas, serviços de saúde, água e ar envenenados (porque suas casas são construídas perto de áreas contaminadas pela poluição ou resíduos industriais): todos esses processos contribuem para a construção de diferentes níveis de força de trabalho e também para a manutenção de ideias racistas na sociedade. O que propomos é uma análise do racismo que supera o do nível da troca para o domínio da produção da força de trabalho propriamente dita. Nesse sentido, é uma visão muito mais aterrorizante do racismo, mas também é uma ideia muito mais sólida de antirracismo, porque analisa o racismo em todos os elos de sua construção: em qualquer desses elos o capital pode ser afetado. Quando defendemos uma escola pública de cortes, isso não é apenas uma luta no local de trabalho, mas também uma luta antirracista. Quando apoiamos o movimento *Black Lives Matter*¹³ no bairro, isso não é apenas uma luta antirracista, mas também favorece os direitos trabalhistas, porque capacita as trabalhadoras negras para negociar e alcançar melhores condições de trabalho.

A relação entre produção e reprodução

Cinzia Arruzza. Deixe-me começar com a questão da relação entre exploração e opressão, e sua ligação com a produção e a reprodução. Um dos problemas que temos na teoria marxista é que Marx não terminou *O Capital*. Isso produz uma tendência a focar no Volume I, que é o único que Marx publicou em vida, como se esse volume fosse a verdade completa do que é o capitalismo e como funciona. No entanto, o projeto era muito maior; originalmente, estavam planejados seis livros. Na versão editada por Engels, temos dois volumes a mais: um sobre a circulação e outro sobre a reprodução do capitalismo como um todo e a acumulação de capital. Infelizmente, esses são materiais fragmentários que foram editados por Engels. Tudo isso gera muita ambiguidade, muita confusão e também muitos mal-entendidos. Digo isso porque uma coisa é dizer que a

13 *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam) é um movimento social e político que surgiu em 2013 nos Estados Unidos contra a brutalidade policial contra as pessoas negras. O fato que desencadeou o movimento foi a absolvição do policial George Zimmerman após o assassinato do adolescente afro-americano Trayvon Martin. Em 2014, o BLM [por sua sigla em inglês] ganhou notoriedade nacional e internacional por suas mobilizações e protestos após os assassinatos dos jovens afro-americanos Michael Brown, em Ferguson, Missouri, e Eric Garner, em Staten Island, Nova York.

extração do mais-valor ainda é o coração do capitalismo e outra são as consequências que podem ser extraídas disso.

Uma primeira consideração, e um dos méritos de Althusser ao apontá-la, é que, para que exista a exploração, deve haver uma série de condições garantidas. Não se pode explorar, não pode haver acumulação capitalista se as condições para a produção capitalista não estiverem reunidas. Desse ponto de vista, não faz muito sentido pensar em hierarquias (entre produção e reprodução), mas o que se deve fazer é pensar em uma totalidade contraditória, uma totalidade contraditória dinâmica. Marx fala frequentemente, no volume 2, do capitalismo como uma totalidade contraditória. Portanto, é mais produtivo pensar em termos da totalidade e das diferentes relações que constituem essa totalidade e dos tipos de vínculos que existem entre as relações que constituem a totalidade.

Deste ponto de vista, é fato que a reprodução da força de trabalho é necessária para que haja exploração. Mas isso não implica uma hierarquia: o coração do capitalismo continua sendo a extração do mais-valor, mas essa extração não pode ser realizada sem antes haver um trabalho de reprodução social que permita que as trabalhadoras trabalhem. Em segundo lugar, dissemos que a TRS é também uma teoria da subjetivação no sentido de que permite compreender a conformação, a configuração de certo tipo de subjetividade, pois a trabalhadora explorada não é uma “trabalhadora abstrata”. Essa trabalhadora abstrata é o que encontramos no volume I de *O Capital*, em que Marx introduz o conceito de valor e mais-valor. Aí não sabemos nada daquela trabalhadora: não sabemos o gênero, não sabemos a raça, que tipo de trabalho ela realiza, não sabemos coisa alguma sobre isso, porque Marx está passando para um nível de abstração que o ajuda explicar como o valor é produzido e como o mais-valor é extraído, sem outras determinações.

Mas as trabalhadoras não são seres abstratos. As trabalhadoras são seres humanos, o que significa que têm corpos concretos, têm sentimentos e pensamentos específicos determinados por processos históricos. Elas precisam ser disciplinadas para trabalhar, e essa disciplina afeta diretamente o processo produtivo. Assim, quando olhamos para o processo produtivo (por exemplo, no capítulo sobre a jornada de trabalho em *O Capital*), já encontramos uma trabalhadora menos abstrata do que encontramos em outros capítulos. Por exemplo, se lemos os capítulos sobre a maquinária, já descobrimos que o que está em jogo não é apenas um processo de extração de valor, mas também um processo de dominação, de opressão, por meio da maquinária. Gosto de usar a formulação de Daniel Bensaïd sobre o capitalismo como uma totalidade contraditória de relações de exploração, alienação e dominação (ou seja, opressão). Em

última análise, o capitalismo é essas três coisas em uma. Não há hierarquia entre elas; não é útil falar em termos de hierarquias, porque esses três elementos são co-constitutivos e trabalham juntos para que o capitalismo exista.

Por essa mesma razão, quando falamos de classe, por ser essa a preocupação subjacente nesse debate, acho totalmente inapropriado pensar em classe concentrando exclusivamente na exploração. Por quê? Porque, como eu disse, as classes são compostas por pessoas históricas concretas para as quais a exploração também é realizada de formas concretas, que incluem formas específicas de disciplina e opressão. Por exemplo, consideremos o assédio sexual no local de trabalho: como devemos pensar sobre esse fenômeno? Acredito que esse fenômeno faz parte da forma como o processo de trabalho funciona e se organiza nos locais de trabalho. Se pensarmos no exemplo das maquiladoras, em que sempre se encontra uma massa de trabalho feminizada, a violência sexual não é simplesmente um fenômeno cultural, ideológico, interpessoal. É uma forma de disciplinar a força de trabalho, uma forma pela qual a exploração é vivenciada por essas trabalhadoras no local de trabalho e mesmo fora dele. Se pensarmos no caso das trabalhadoras agrícolas migrantes na Europa, por exemplo, na Sicília ou na Espanha, que trabalham em regime de semiescravidão, descobrimos que a violência e o abuso sexual nas plantações são a experiência diária de exploração dessas trabalhadoras. Essa é a maneira de discipliná-las, de aterrorizá-las, de colocá-las em condições nas quais não tenham alternativa a não ser ficar lá. Assim, quando temos uma visão reduzida da classe sobre o que acontece na produção, como se fosse apenas sobre as condições de trabalho e a problemática salarial, estamos perdendo muito do que constitui a experiência concreta da trabalhadora como tal. Porque, como esses casos mostram, não podemos separar a opressão sexual da exploração: a opressão sexual é a forma de garantir a exploração dessas trabalhadoras.

Tithi Bhattacharya. Eu gostaria de acrescentar algo ao que Cinzia disse: tentar entender o sistema capitalista como um todo olhando apenas para como o mais-valor é extraído é como querer entender o ser humano olhando apenas para como seu coração bate. Um ultrassom do coração pode me dizer pouquíssimo sobre alguém: em todo caso, pode me dizer que o coração está funcionando bem (e o coração é o órgão vital do corpo), mas nada pode dizer sobre a pessoa. De maneira análoga, a produção de valor e a extração de mais-valor via exploração é a parte pulsante do sistema. Mas, limitando-nos a olhar isso, entenderemos pouco sobre o sistema como um todo. Dito isso, gostaria de voltar à questão das hierarquias entre produção e reprodução. O que devemos ter

sempre em mente é que, embora possa não haver hierarquia em termos políticos, a extração do mais-valor e o processo de acumulação têm efeitos condicionantes no sistema como um todo. O processo de trabalho, a forma como o mais-valor é extraído, a quantidade de mais-valor extraído, todos esses fatores têm efeitos condicionantes no sistema como um todo. Eles determinam a duração da jornada de trabalho, determinam quais lutas são necessárias. Por exemplo, se a taxa de lucro cai, ele determina quais serviços sociais são cortados etc. Isso não significa que o capital tenha controle direto sobre a esfera reprodutiva, mas significa que a acumulação de capital tem efeitos condicionantes sobre o sistema como um todo. Por exemplo, alguém pode dizer que, em seu tempo livre, não tem que explicar a nenhum chefe o que faz no seu jardim, como trabalha nele ou o que planta, porque é um tempo “livre do capitalismo”. Mas não é verdade, porque o capitalismo determina quando se pode fazer esse trabalho: na verdade, ele determina exatamente quais são os dias em que se pode fazer esse trabalho e a que horas se pode fazê-lo, porque depende da duração da jornada de trabalho, da estrutura familiar, os quais são parte da realidade social do capitalismo. Assim, o trabalho assalariado, o processo de trabalho e o processo de acumulação têm efeitos condicionantes sobre o sistema como um todo. Eles determinam não apenas a esfera da produção, mas também o Estado e a maneira como o Estado impõe leis e regras à população. Portanto, a melhor maneira de entender a relação entre a esfera da produção e a da reprodução é em termos desses efeitos condicionantes da produção sobre o conjunto das relações sociais do sistema capitalista, em vez de pensá-las em termos de predominância de um sobre o outro ou pensar se uma é “melhor” que a outra.

O que o trabalho doméstico produz? Uma discussão sobre valor no capitalismo

Cinzia Arruzza. Ligadas a essa discussão da relação entre produção e reprodução, existem duas tendências distintas na TRS. Uma se origina do *operaísmo* italiano, das mãos de feministas *operaístas* como Mariarosa Dalla Costa, Selma James, Leopoldina Fortunati, Silvia Federici. A outra está situada no contexto anglo-americano, particularmente no Canadá¹⁴, mas também nos Estados Uni-

14 Em 1969, a canadense Margaret Benston publicou o artigo “The Political Economy of Women Liberation” na revista marxista *Monthly Review*. Nele, ela desenvolve a ideia de que o trabalho feminino (não pago) em casa é um processo de produção (não de consumo) essencial para a acumulação capitalista. No entanto, Benston explicita que esse caráter essencial não implica que esse trabalho produza valor porque não é realizado para o mercado, mas que as donas de casa produzem valores de uso que são consumidos no âmbito privado do lar. Para uma revisão das diferentes abordagens sobre o trabalho doméstico como produtor de valores de troca ou de uso, ver Ferguson (2020).

dos. Existem vários elementos em comum entre essas duas perspectivas que usam a reprodução social como uma lente fundamental. Mas também há uma distinção substancial entre as duas, que tem a ver com se o trabalho doméstico deve ser considerado como produtor de valor [de troca] ou não.

Na tradição *operaísta* (e isso também está ligado à maneira como a tradição *operaísta* italiana começou a pensar que o valor é socialmente produzido fora do local de trabalho, isso é gerado socialmente, com base em uma certa leitura de fragmentos dos *Grundrisse* de Marx), a consideração foi que o trabalho doméstico produz valor de troca. A ideia é que o capitalista e o trabalhador homem assinam um contrato que já inclui o mais-valor gerado pelas mulheres no lar, pela dona de casa. Isso implica, em certo sentido, que existe uma forma de contrato sexual. Por que as *operaístas* italianas pensam assim? Porque consideravam que, dado que a força de trabalho é uma mercadoria e que a reprodução social produz força de trabalho, a produção dessa mercadoria implica a produção de valor. Conclusão: o trabalho doméstico produz valor.

A outra tradição insiste que o trabalho doméstico não produz valor [de troca], mas, simplesmente, e crucialmente, produz as condições para a produção de valor por meio da regeneração da força de trabalho e da trabalhadora que a possui. Qual a diferença? A questão está na maneira como entendemos o valor. O valor é a expressão de uma relação social: há produção de valor quando há geração de capital no contexto do trabalho organizado em termos capitalistas. A geração de valor não tem nada a ver com a produção de coisas, de valores de uso. Posso produzir a mesma coisa que, em um caso, será uma coisa útil (um valor de uso) e também um valor de troca; e caso contrário, será apenas uma coisa útil (e não um valor de troca).

A questão reside na impossibilidade de aplicar ao trabalho doméstico a noção de trabalho socialmente necessário. Por quê? Precisamente porque o trabalho doméstico, como disse a Tithi, não está organizado nem de forma industrial nem de forma capitalista. Ele sofre o impacto do capitalismo, e até usa os produtos do trabalho industrial (como máquinas de lavar, lava-louças, aspiradores de pó). Entretanto, ele em si mesmo não está organizado em termos capitalistas. Por isso, não há como se tornar um trabalho abstrato. De fato, não existe uma organização social que nos permita falar em produção de valor [de troca] por meio do trabalho doméstico.

Do meu ponto de vista, a posição *operaísta* se baseava em duas ideias. Já expliquei a ideia racional: já que produzimos uma mercadoria (força de trabalho), estamos produzindo valor. O raciocínio subjacente era a tendência crescente no *operaísmo* italiano de pensar que, com o capitalismo avançado, o valor não era

mais produzido apenas no local de trabalho, mas em todas as relações sociais (a noção de “operário social” de Negri etc.). O segundo elemento em que se baseia a perspectiva de que o trabalho doméstico produz valor era uma preocupação. Em suma, a ideia era: “se encontrarmos uma forma de mostrar que as donas de casa são trabalhadoras produtivas, então podemos mostrar que elas fazem parte da classe trabalhadora e que deveriam ser sujeitos centrais da luta”. Sobre o primeiro ponto, acho que Negri se equivocou: não estou convencida de sua leitura dos *Grundrisse*. Acho que não faz sentido. Mas não temos tempo para discutir isso neste minicurso. Sobre o segundo ponto, compreendo perfeitamente a preocupação, mas uma preocupação não é uma base sólida o suficiente para uma teoria.

Minha resposta seria: devemos desafiar a ideia de que o sujeito da revolução são apenas os trabalhadores produtivos. Marx nunca escreveu isso. Onde isso está escrito? Marx nunca disse que apenas os trabalhadores produtivos eram a classe operária ou que apenas os trabalhadores produtivos eram os sujeitos revolucionários. Em seus escritos políticos, ele tenta encontrar uma subjetividade potencialmente revolucionária em diferentes lugares, incluindo os escravizados na Guerra Civil estadunidense, ou os camponeses russos que defendem o *mir*¹⁵ etc. Portanto, é um erro categórico pensar que a distinção entre trabalhadores produtivos e não produtivos tenha um significado político. Essa distinção não deveria ser interpretada como “os que são da classe operária revolucionária e os que vêm depois”. Essa distinção é importante para a análise da acumulação capitalista e de como o capitalismo funciona.

Nos *Grundrisse*, Marx escreve explicitamente que o trabalho improdutivo, as atividades do trabalhador improdutivo, são absolutamente cruciais para a vida do capitalismo. Sem esse trabalho, o capitalismo não funciona. Infelizmente, não se menciona o trabalho doméstico. Ele provavelmente tinha em mente, por exemplo, trabalho de vendas, trabalho de serviços etc., que não produzem diretamente uma mercadoria, mas sem os quais a realização do valor é impossível, visto que as mercadorias não poderiam ser vendidas sem esse trabalho. Pessoalmente, considero importante manter a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, porque nos dá ferramentas do ponto de vista da análise da dinâmica capitalista. Se quero entender as crises, preciso saber como se produz valor, quais são os setores etc. Mas isso não é uma teoria política. Quero preservar a distinção porque é analiticamente útil, tendo sempre o cuidado para não

15 Comunidade rural russa na qual as terras eram coletivas e se estabelecia a distribuição familiar de lotes para o cultivo.

nos confundir e considerarmos que essa distinção é a base de uma teoria política sobre o sujeito revolucionário. Não foi assim para Marx e não deveria ser assim para nós. Esse ponto de vista nos permite não termos a preocupação (que tiveram as *operaístas* italianas) de dizer que o trabalho doméstico produz valor. Basta dizer que produz as condições de possibilidade para que o capitalismo exista e para que nós existamos: os trabalhadores e as trabalhadoras.

Por fim, e de forma um tanto esquemática, gostaria de apontar as três principais formas pelas quais o trabalho de reprodução social pode ser organizado de forma assalariada. Primeiramente, pode ser um trabalho assalariado, mas em setores improdutivos, por exemplo, trabalho em setores públicos, como professores, enfermeiras, trabalhadoras de limpeza em setores públicos etc. Além disso, pode ser um trabalho assalariado em serviços pessoais, por exemplo, empregadas domésticas ou prestadoras de cuidados em residências privadas. Esse é um trabalho que não produz valor (ou seja, não há geração de novo valor ou mais-valor), embora haja exploração. E, finalmente, pode ser um trabalho assalariado de reprodução social que produz valor, como, por exemplo, as trabalhadoras do McDonald's, garçonetes, cozinheiras, enfermeiras em clínicas privadas: todas elas estão produzindo uma boa quantidade de valor. Este sim é trabalho reprodutivo que, ao mesmo tempo, é um trabalho produtivo no sentido da produção de valor sob o capitalismo.

Tithi Bhattacharya. Eu gostaria de acrescentar algo. Não me parece que precisamos comprar uma briga para que o trabalho doméstico seja considerado produtivo do ponto de vista do capital. É ruim ser produtivo para o capital! Não é algo pelo qual seja bom aspirarmos. Não consigo imaginar a cena dentro da unidade familiar em que dizemos: *“Estou limpando na mesma quantidade de tempo que a Cinzia faz? Quanto da minha casa eu limpei em comparação com o que a Cinzia limpou?”* Não acho que isso seja bom para as famílias. Não vamos olhar para a produção de valores de uso exigindo que sejam reconhecidos como valores de troca. Isso é algo impossível. O que podemos exigir é que o trabalho doméstico seja retirado do âmbito privado e tornado público, da mesma forma que o serviço de saúde. Ninguém administra as vacinas em casa, mas no espaço público. Da mesma forma, não faz sentido, nos Estados Unidos, haver 10 cortadores de grama no mesmo quarteirão, um para cada família. Ou que existam cozinhas privadas. Pelo que sei, já existem cozinhas públicas para os ricos: chamam-se restaurantes. O que queremos é que cozinhar seja uma opção. Se eu convidar você para ir a minha casa, posso querer preparar uma refeição para você, mas o que não quero é cozinhar todos os dias para poder alimentar a mim

mesma e a meus seres queridos. O que eu preciso é de cozinhas públicas na minha rua, nas quais eu possa trabalhar junto com minhas vizinhas e meus vizinhos, amigas, companheiras e companheiros, e que compartilhem a tarefa de cozinhar. Isso é muito mais eficiente do que a atual organização do trabalho doméstico e de nossas vidas.

A família, a reprodução social e o capitalismo

Tithi Bhattacharya. Vou começar pela pergunta sobre se o capitalismo pode sobreviver sem a família. A resposta curta é não. É uma resposta curta, mas tem uma longa explicação. Quando pensamos em como salvar o planeta, abolir os combustíveis fósseis ou acabar com as empresas de desmatamento, pensamos em que tipo de movimentos de massa são necessários para cessar essas indústrias, certo? Bem, para nos livrarmos da família, precisaremos de um movimento de massa ainda mais forte. É preciso mil vezes mais força para lutar contra a “ideologia da família”, porque é uma instituição muito estável, até certo ponto, porque o capitalismo se beneficia de uma “história anterior” da família, de tal forma que cria a impressão de que a família faz parte da história da humanidade desde a época das cavernas. É uma mitologia que o capitalismo usa com base em um fato inegável de que a família tem uma existência anterior, apesar de ter adotado formas muito diferentes das que conhecemos hoje. Isso deu ao capitalismo uma espécie de “benefício histórico-ideológico” ao dizer: “a família é eterna, só os comunistas querem aboli-la”. E, historicamente, o capitalismo encontrou na família um lugar confiável para a reprodução da força de trabalho. “Confiável” é um adjetivo importante aqui porque a “forma-família” não emergiu totalmente no início do capitalismo. Ao contrário, foi o resultado de um processo de tentativa e erro no qual o capitalismo encontrou uma unidade de reprodução confiável.

Assim, o capitalismo permite certa margem de variação para a “forma-família”, mas a família burguesa heteronormativa é sempre o horizonte de unidade familiar do capitalismo, pois é a forma mais confiável e barata de reproduzir a força de trabalho e de reproduzir seus próprios valores e ideologia sobre a família. Hoje devemos agradecer ao movimento LGBT e suas versões alternativas de família (e espero que isso continue). Porém, como é evidente, isso não elimina a homofobia e nem a transfobia. E a razão pela qual o horizonte da heteronormatividade continua existindo é porque a família heteronormativa ainda é a unidade mais confiável e barata para a reprodução no capitalismo. Colocar o foco aí, como faz a Teoria da Reprodução Social, não é de forma alguma um

reducionismo biológico, porque, no campo da teoria abstrata, não importa que sejam as mulheres as que biologicamente produzem as futuras trabalhadoras: o que importa é que as meninas sejam produzidas (e reproduzidas) de forma confiável. A questão sobre o gênero e a sexualidade aparece porque o capitalismo dá origem ao padrão heteronormativo na medida em que garante a reprodução de uma forma mais estável. Essa seria minha primeira resposta à pergunta sobre se o capitalismo pode sobreviver sem a família.

O segundo ponto que gostaria de enfatizar aqui é que todas nós vendemos nossa força de trabalho por um salário. Mas não o fazemos pelo salário em si: fazemos para viver. Portanto, o problema da vida e da manutenção da vida ocupam um lugar central. A meu ver, no capitalismo, existe o sujeito e os meios para a reprodução desse sujeito: comida, roupa, abrigo etc. Entre o sujeito e esses recursos para a reprodução, há a mediação do salário. O salário é um meio para que o sujeito obtenha esses recursos. O salário também é o que separa o sujeito desses recursos. O problema de muitas lutas políticas é que se concentram no salário como se fosse o único fim. Mas não estamos lutando apenas por salários. Nosso foco deveria ser a luta pela vida, a luta pela reprodução de nós mesmas, pelas formas como somos obrigadas a obter os meios para nos reproduzirmos. Pode-se assim afirmar que as lutas sindicais que desprezam as demandas de aumento das moradias etc., concentrando-se apenas na questão salarial, não entendem que o salário é a forma pela qual o acesso aos meios de subsistência nos foi alienado. Como marxistas, devemos entender que é a falta de meios para nos reproduzirmos que nos leva a buscar um salário. Portanto, esse tipo de separação entre o sujeito e seus meios de reprodução (que nos faz precisar de salários) deve estar sempre presente em nossas lutas políticas.

O terceiro ponto que quero destacar é que a Cinzia apontou algo muito importante sobre a construção da subjetividade e gostaria de dar um exemplo inquietante a esse respeito. Existe um livro muito bom do historiador marxista Marcus Rediker chamado *The Slave Ship* (2007). O enredo central é sobre um ser humano que é capturado na costa africana. Antes de ser capturado, ele era um ser humano livre que brincava ao sol, fazia amor ou contava histórias. Ele chega a Virgínia para trabalhar nas plantações de algodão e se transforma em escravizado: como esse ser humano se transforma magicamente em um escravizado? O navio negreiro, argumenta Marcus, é a fábrica que produz a escravidão. É no navio que uma disciplina terrivelmente coercitiva e punitiva é exercida sobre o corpo desse ser humano para matar tudo que ele possui de espírito livre e torturá-lo de tal forma a submetê-lo à lógica da escravidão. Quando chega à costa da Virgínia para trabalhar na plantação, esse ser humano já é um escravizado

e se torna mais escravizado devido a torturas semelhantes às vividas no navio. É bastante perturbador ler o livro, porque descreve as muitas torturas que são praticadas em escravizados nos navios. Mas é um bom lembrete de que nossas subjetividades são criadas sob o capitalismo. A escravidão é o exemplo mais extremo, mas temos que pensar, como disse a Cinzia, que não é natural para nós sermos trabalhadoras ou sermos mulheres ou homens ou o gênero que for, ou sermos escravizadas. Todos esses são comportamentos simplesmente não naturais, produzidos por uma espécie de tortura em nossos corpos, mentes e espíritos livres. Mas a lição que deveríamos tirar do “navio negreiro” é que, apesar do incrível nível de tortura, houve revoltas de escravizados. Os escravizados se organizaram coletivamente nesses navios e lutaram. Portanto, o que aprendemos é que não importa o nível de tortura e coerção ideológica exercido sob o capitalismo na esfera da reprodução social e da produção: as pessoas continuam se organizando coletivamente para desafiar essa ordem.

Voltando ao tema da família e se é eterna ou pode ser abolida, sabemos que, dentro da família, as mulheres geralmente realizam uma quantidade desproporcional de trabalho em relação aos homens. Nos Estados Unidos, de acordo com uma pesquisa quantitativa, os homens fazem nove horas a menos de trabalho doméstico por semana do que as mulheres, ou seja, as mulheres fazem nove horas a mais de trabalho doméstico do que os homens. Nove horas é muito tempo. E isso é nos Estados Unidos. Em muitos outros países, como o meu país, a Índia, essa distância é maior, e aqui me disseram o mesmo sobre o Brasil. Isso se deve, por exemplo, ao fato de que, em boa parte do meu país, não há água encanada. Então, as mulheres precisam caminhar quilômetros para conseguir água, aumentando as horas de trabalho doméstico.

Dissemos antes que a família é muito importante como forma confiável de reprodução da força de trabalho, e que o capitalismo chegou a essa forma por tentativa e erro. Ele teve que fazer algumas experimentações com a “forma-família” quando a produção em massa (indústria) surgiu. Eu lhes pergunto: qual seria a forma ideal para o capitalismo no surgimento da grande indústria: as mulheres trabalharem ou ficarem em casa? O que realmente vemos nos primeiros momentos da industrialização é que o capital não se importou de forma alguma com a família. E isso se deu porque o capital não percebeu o quão útil era a família. A única coisa que o preocupava era que todos trabalhassem o máximo possível: mulheres, crianças, homens, todos trabalhando nas fábricas o tempo todo.

Quando faço oficinas sobre a TRS, sempre digo que o complemento perfeito para o volume I de *O Capital*, para entender a Teoria da Reprodução Social, é A

Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra, porque é uma ilustração do que é a reprodução social em termos históricos. Esses dois livros se complementam muito bem. O que acontece quando todos na família trabalham o tempo todo na fábrica? Essa é a situação nos primeiros momentos do capitalismo. Todos os membros da família eram empregados para trabalhar, inclusive meninas de seis anos, 12 horas por dia. Vou ler um exemplo para você:

Por ocasião de uma necropsopia, realizada em 14 de novembro de 1843 pelo senhor Carter, coroner do Surrey, no cadáver de Ann Galway, mulher de 45 anos, os jornais descreveram a casa da falecida nos seguintes termos: morava no número 3 de White Lion Court, Bermondsey Street, Londres, com o marido e o filho de dezenove anos, em um pequeno quarto onde não havia cama ou qualquer outro móvel. Jazia morta ao lado do filho, sobre um monte de penas, espalhadas sobre o corpo quase nu, porque não havia lençóis ou cobertores. As penas estavam de tal modo aderidas à sua pele que o médico só pôde observar o cadáver depois que o lavaram – e encontrou-o descarnado e todo marcado por picadas de insetos. Parte do piso do quarto estava escavado e esse buraco servia de latrina à família. (Engels, 2020 [1820-1895]: 73).

Essa era a vida normal das trabalhadoras inglesas. Então, pensem na vida de Ann Galway que, obviamente, era uma trabalhadora irlandesa. Pensem na sua vida e depois comparem com a vida do empresário que a fez trabalhar até a morte. De onde vinha seu dinheiro? Primeiro, da fábrica. Mas, em segundo lugar, vinha da produção de algodão que estava se desenvolvendo na Virgínia, na qual o empresário tinha ações. E quem trabalha nas plantações de algodão? Pessoas trazidas de suas terras na África. Em outras palavras, há dinheiro da escravidão misturado nessa questão. E terceiro: onde se vendia o algodão? Vendia-se para pessoas na Índia. O que vemos são três conexões que constroem a seiva do capital: a figura moribunda da trabalhadora irlandesa, a figura moribunda do escravizado e a figura moribunda do sujeito colonial desapropriado. Esses são os três momentos violentos que constroem o império forjado pelo capital. Lembrem-se de que, nesses três casos, a família do escravizado, a família colonial e a família dos trabalhadores camponeses foram devastadas pelo capital para que o capital experimentasse a “forma-família”. Essas são as maneiras sangrentas e violentas pelas quais o capital realizou experimentos com o funcionamento da família.

Mas, se a classe operária, como Ann Galway, acaba morrendo, isso se torna um problema muito sério para o capital, porque fica sem trabalhadores. Se todos morrerem, como o lucro poderia ser produzido? Então, quem deve intervir? O Estado capitalista. Um amigo meu, que é comediante, tem uma maneira

muito engraçada de descrever a relação que existia naquele período entre o capital industrial e o Estado capitalista. Ele diz que o capital industrial é como um bebê em um carrinho de supermercado que passa pelas prateleiras e diz: “Eu quero, eu quero” e o Estado capitalista é o pai que empurra o carrinho e diz “Não, não, não! Você não pode levar tudo isso com você, porque se você o fizer não será bom para nenhum dos dois!” É o tipo de metáfora ilustrativa da relação entre o capital industrial e o Estado capitalista.

Na realidade, para o bem saúde do sistema como um todo, o Estado capitalista precisa sair ao socorro da família porque o capital industrial está empurrando toda a classe trabalhadora para o processo produtivo e destruindo a reprodução da força de trabalho. Portanto, o Estado capitalista cria legislação para salvar as famílias operárias. As primeiras leis serviram para limitar o trabalho infantil, de forma que mulheres e crianças não pudessem mais trabalhar nas fábricas. Em 1847, foi aprovada a jornada de 10 horas. Em 1842, foi aprovada a legislação sobre o trabalho nas minas e as mulheres não podiam mais entrar para trabalhar nas minas, porque são “criaturas tão frágeis” que não devem mais entrar para trabalhar lá. Entre 1833 e 1874, foram criadas muitas leis industriais para reduzir a jornada de trabalho, etc. E, na minha opinião, o capítulo mais bonito do volume I d’*O Capital* é aquele que Marx dedica à jornada de trabalho, capítulo que deveria ser lido em uníssono com o livro de Engels.

Todas essas medidas legislativas vieram acompanhadas de novas noções de domesticidade: se você tira as mulheres do mercado de trabalho para construir esse algo novo chamado de “família”, é necessário também construir certas ideias de domesticidade que mostrem como algo “antinatural” que as mulheres façam parte da força de trabalho. Por exemplo, com a Lei de Minas de 1842, foi estabelecido que as mulheres não deveriam usar calças (obviamente, as mulheres usavam calças o tempo todo trabalhando nas minas). Mas, desde esse momento, as mulheres tiveram que usar “roupas de mulheres”. As ideias de família, domesticidade, papel das esposas, tudo isso surgiu nessa época para reafirmar a família da classe trabalhadora, para salvar a família da classe trabalhadora e para criar novos e muito estáveis papéis de gênero com o objetivo de situar essa família na posição de reprodução da força de trabalho. O gênero desempenha um papel constitutivo no processo de produção como um pressuposto desse processo de produção.

Gostaria de me referir brevemente à pergunta da família escravizada e sua importância para a TRS. Existem dois livros que são evidentemente cruciais na formação do meu pensamento a respeito. O primeiro é de Angela Davis e o outro de Dorothy Roberts, cujo título é *Killing the Black Body [Matando o Corpo*

Negro, tradução livre]. O segundo capítulo desse livro, “On the Slave Family” [*Sobre a Família Escravizada, tradução livre*], trata das formas como a família escravizada foi estruturada, torturada e degradada nas plantações escravistas¹⁶. Qual a importância da família escravizada para a TRS, do meu ponto de vista? Como já dissemos, Marx está equivocado quando afirma que o capital deixa a reprodução da força de trabalho nas mãos do trabalhador, porque o fato é que os trabalhadores não se reproduzem da maneira que querem, mas reproduzem a família de acordo com determinadas relações sociais nas quais a família está inserida. Por exemplo, se eu quisesse reproduzir minha força de trabalho aqui no Brasil e, para isso, quisesse abolir a monogamia, não poderia, porque não posso decidir as condições de minha própria reprodução. Pensar que posso decidi-las é um olhar voluntarista, porque a família não é livre para adotar seus próprios mecanismos de reprodução.

No entanto, há relativa autonomia em comparação ao local de trabalho. Como já dissemos, o ritmo do capital não é tão direto na esfera da reprodução social quanto na esfera da produção de mercadorias. Não há um chefe para dizer exatamente o que fazer com a família no dia a dia. Isso não significa que o espaço da família seja autônomo, mas é mais autônomo do que o local de trabalho. Isso é assim, exceto no caso da família escravizada. Por isso, é importante pensar na família escravizada sob a perspectiva da TRS. A família escravizada é um exemplo da intervenção direta do capital na esfera da reprodução e tenta modelá-la diretamente. A razão disso é muito simples, oportuna e funcional. Primeiro, porque o capital podia se dar ao luxo de deixar que escravizados morressem, pois poderiam conseguir novos escravizados. Mas, então, o tráfico de escravizados entrou em declínio quando a escravidão foi abolida e os capitalistas não podiam mais ir a Gana para buscar novos escravizados quando eles morriam. Então, tinham que produzi-los eles mesmos, da mesma forma que produziam algodão. Como vocês provavelmente se lembrarão, na descrição de Angela Davis e no livro de Dorothy Roberts, isso implicou em várias maneiras desumanas pelas quais o escravizado era colocado em um grupo com uma escravizada e forçados a procriar. As escravizadas eram estupradas para que conseguissem a reprodução de escravizados. O controle direto da reprodução na família escravizada é uma forma de reprodução social única no capitalismo, em que o capital intervém diretamente e regula a reprodução de forma violenta.

Por fim, gostaria de me referir à migração, porque a migração é outra forma pela qual o capital regula a reprodução da força de trabalho. Por exemplo, isso é

16 Ver Roberts (1997).

observado de maneira evidente no caso dos Estados Unidos e da imigração mexicana. Os EUA não têm que pagar pela educação e muito menos pela saúde dos trabalhadores mexicanos e, ainda assim, têm sua força de trabalho à disposição para produzir. A reprodução social desses trabalhadores é gratuita e seus salários são extremamente baixos. É vital para o capital que o montante de dinheiro investido na reprodução da força de trabalho seja sempre o mínimo possível: ele sempre precisa cortar custos e sempre cortará custos de todas as formas possíveis na esfera da reprodução social. Então, inesperadamente, eles tiram o seu sistema de saúde, as suas escolas, a sua água. Esses foram os cortes no período neoliberal e, como disse a Cinzia, foi a maneira como o capital atacou os meios pelos quais a reprodução social foi socializada sob o capitalismo. É por isso que as lutas contra o neoliberalismo se concentram nessas esferas. As primeiras lutas foram para proteger a água, a saúde pública, a educação pública, porque, em 40 anos de neoliberalismo, essas esferas foram atacadas.

Ataques aos direitos reprodutivos e a crise capitalista

Tithi Bhattacharya. Eu gostaria de me referir aos ataques aos direitos reprodutivos. Por que esses ataques existem mundialmente? Acredito que a TRS pode apontar certas condições de possibilidade para explicar esses ataques. Uma dessas condições é que, em períodos de crise capitalista, ou seja, em tempos de crise de acumulação e de lucro, o capital tentará moldar e mudar tanto a esfera da produção quanto a da reprodução. Portanto, nesses períodos, devemos esperar novas formas ideológicas, novos ataques, novas invenções do capital. Estamos falando de tendências e condições de possibilidade, o que não significa que possamos dizer exatamente como isso se manifestará nos Estados Unidos, na Itália, na Índia ou em El Salvador. Mas o que podemos dizer é que, em períodos de crise, o capital tentará reformar a esfera do trabalho e a esfera doméstica para recuperar seu lucro.

Uma das formas desse tipo de reforma é o projeto neoliberal: “queremos todas as famílias de todas as cores, desde que sejam famílias”. Esse projeto tem uma forte ideologia familiar, todos são casados, têm suas alianças, suas férias em família etc. Toda a parafernália da família heteronormativa é imposta à família *queer*. Contanto que as práticas, ritos e todas as bobagens da família heteronormativa sejam seguidas, a família *queer* será aceita. Outra variante da reforma é retornar ao que os historiadores marxistas chamaram de “invenção da tradição”. Não há nada chamado “tradição”. Essa ideia é completamente falsa. A tradição é reinventada para se adequar ao momento presente. Por exemplo, na

Índia de hoje, todos estão sendo forçados a se encaixar no modelo de “família hindu”, quando essa tradição “família hindu” não existiu antes da colonização. É uma invenção do colonialismo. O que é uma família hindu tradicional? O que essa ideologia diz é: “deve-se conformar uma família hindu tradicional, e especialmente os muçulmanos que, como todos sabem, têm muitos filhos, são pedófilos, batem em suas esposas e se casam com muitas mulheres... Todos sabem disso sobre os muçulmanos... Então, em oposição a isso, os muçulmanos devem se converter ao modelo tradicional de família hindu, que é fantástico”. Nos Estados Unidos, observamos um crescimento do discurso do “*American way of life*” [Estilo de vida americano], com o “*make America great again*” [Torne a América Grande Novamente], certo? Bem, o que ninguém diz é que, nesse “estilo de vida americano”, a “*apple pie*” [torta de maçã] é tão estadunidense quanto os navios negreiros. Navios escravos e torta de maçã são uma marca estadunidense como tantas outras coisas. Supõe-se que o «*American way of life*» é aquele em que a mulher cuida da casa, mas os salários de ambos (o do homem e o da mulher) são tão baixos, que, na verdade, as mulheres não podem ficar em casa e cuidar dos afazeres domésticos porque ambos precisam sair para trabalhar por um salário-mínimo.

Há outra questão em relação aos ataques aos direitos reprodutivos. Acho que, nos Estados Unidos, muitas vezes se pensa que a Igreja Católica é a primeira a atacar os direitos reprodutivos, mas não é. A Igreja Católica no Século XIX foi, de facto, pró-aborto, porque a crença se baseava nesse conceito muito especial dos católicos, que é a “aceleração” (“*quickenning*”), ou seja, a ideia de que, durante certo número de semanas, o embrião se desenvolve no útero e, em um determinado momento, ocorre essa aceleração. Esse é o momento em que o embrião recebe uma alma¹⁷. Essa era uma ideia bastante comum na ideologia cristã, e é por esse motivo que a Igreja dizia que, antes desse momento, era possível fazer o que se quisesse com o embrião, simplesmente porque ainda não se tratava de um ser humano. Somente após a “aceleração” é que se transformava em ser humano. Então, antes disso, a Igreja não tinha nada a dizer sobre o aborto. Nos Estados Unidos, há um elemento nitidamente malthusiano no ataque aos direitos reprodutivos: a ideia de que a taxa de crescimento da população está caindo, razão pela qual devemos garantir que as mulheres tenham cada vez mais bebês. Aliás, não esqueçamos que Stalin, quando achou que a taxa de natalidade da

17 “Até o momento que o feto não acelerasse, ou seja, até que a mãe sentisse o movimento, ele não adquiria alma, e o fim da gravidez só era considerado um aborto depois desse momento” (Wiesner-Hanks, 2001, tradução livre).

União Soviética tinha que competir com as médias mundiais, passou a oferecer medalhas às mulheres que tivessem mais filhos. A sociedade que foi a primeira a estabelecer o direito ao aborto como parte das reformas da Revolução Russa, sob Stalin, distribuiu medalhas para premiar a maternidade.

Voltando ao início, acho que a TRS pode prever tendências, porque tem uma perspectiva da totalidade do capitalismo e isso nos permite conectar essas tendências aos momentos de crise capitalista. Mas as formas de expressão dessa crise vão variar de acordo com os países. Por isso, é necessário fazermos pesquisas históricas sérias que ilustrem como o processo opera em cada esfera particular. Uma última observação sobre a TRS, aborto e direitos reprodutivos: o direito de ter bebês é tão importante quanto o direito ao aborto, porque, em vários estados da África, as mulheres negras foram esterilizadas à força e sem saber. A questão da esterilização forçada deve ser de particular importância para nós, como feministas marxistas e marxistas revolucionárias. Temos o direito de produzir bebês, bem como o direito de nos recusar a produzir bebês. Ambos os direitos são igualmente importantes.

A TRS é particularmente útil, eu acho, no debate com o feminismo liberal, que considera o direito ao aborto simplesmente como um problema do útero. Certamente, o aborto é um problema do útero das mulheres e dos corpos gestantes, razão pela qual a decisão de abortar é patrimônio desses corpos. Nesse sentido, é um problema de “escolha”: é minha escolha individual se quero ter um bebê ou não. O que a TRS apresenta é a questão de quais condições são necessárias para que uma mulher faça essa escolha. Para decidir ter um bebê, quero ter um emprego estável e que minha parceria tenha um emprego estável, se é que existe uma parceria. Quero ter certeza de que, assim que nasça, minha filha terá acesso à educação pública gratuita, ou aos serviços de saúde quando deles precisar, e até mesmo que eu tenha um parto seguro. Para ter um bebê, também exijo morar em um bairro seguro em que meu filho (se for menino) ou o pai do meu filho (se for menino) não seja assassinado pela polícia. Eu exijo esses direitos. Todas essas questões estão intimamente relacionadas a ter uma bebê: trabalho, status de imigração, a vizinhança, política de encarceramento policial etc. Tudo isso está ligado ao momento em que uma mulher decide ter ou não um filho. Reduzir a questão do aborto apenas ao momento da decisão é deturpar e mal interpretar a complexidade do processo social que essa decisão implica. Como feministas da reprodução social, é nosso dever olhar para o quadro completo da tomada de decisão, em vez de olhar para a decisão em si.

Cinzia Arruzza. A TRS certamente pode nos ajudar, no nível teórico, a pensar sobre o que significa justiça reprodutiva. Em outras palavras, a TRS é nossa resposta aos dois projetos neoliberais mencionados pela Tithi. Porque, por um lado, o problema do aborto foi apresentado pelas liberais progressistas como um problema de escolha: as *pró-escolha* [*pro-choice*] vs. as *pró-vida* [*pro-life*]. Mas *pró-escolha* nada diz sobre as condições sociais que tornam a escolha possível. Quem apoia a posição *pró-escolha* nos Estados Unidos, mas não apoia o sistema de saúde universal, é *pró-escolha* apenas nas palavras, porque a verdade é que esse tipo de posição está negando a possibilidade de escolher para a grande massa de mulheres para as quais a saúde privada é impossível de pagar. Nessa perspectiva, a TRS pode nos ajudar a entender o que é necessário para que haja justiça reprodutiva, tanto para as mulheres que não desejam ter filhos ou não os desejam em um determinado momento quanto para aquelas que desejam ter, que precisam de meios para a reprodução, como acesso a um sistema de saúde adequado e a um parto seguro. Porque, se não houver um sistema de saúde público ou se esse sistema for de má qualidade, também não é possível levar uma gravidez adiante, ou isso significa colocar a vida em risco. Muitas mulheres morrem no parto ou durante a gravidez etc. Do meu ponto de vista, a TRS pode ser útil para elaborar uma perspectiva do que é necessário para que haja uma justiça reprodutiva que não seja racializada e que realmente inclua mulheres pobres da classe trabalhadora.

Sexualidade do ponto de vista da reprodução social

Cinzia Arruzza. Por um lado, o capitalismo criou as bases para a emergência da sexualidade como uma esfera específica (esse é um argumento de Foucault que conectou a emergência da sexualidade como um campo específico com a emergência do capitalismo). Assim, é o capitalismo que possibilita que a sexualidade emerja como campo social e, portanto, que as identidades sexuais se cristalizem segundo as orientações sexuais. Não era o caso antes do capitalismo: é possível falar de práticas sexuais homoeróticas, mas essas práticas não eram a base da definição de uma identidade pessoal. Na Atenas antiga, todos os homens aristocráticos tinham relacionamentos homoeróticos com jovens, mas isso não definia seu gênero ou sua identidade pessoal. A definição e cristalização das identidades sexuais com base nas orientações sexuais é um fenômeno recente e contemporâneo que corresponde ao surgimento do capitalismo industrial.

O argumento de Alan Sears¹⁸ é que, no capitalismo, encontramos, pela primeira vez na história, as condições de emergência de múltiplas identidades sexuais e podemos dizer o mesmo das identidades de gênero. E isso, é evidente, pode criar a ilusão de liberdade sexual, liberdade de expressão ou mesmo autocriação de nossas identidades de gênero, que é basicamente o argumento dos apologistas do capitalismo como um sistema que leva à autonomia e à libertação individual. Essa ilusão vai na direção contrária à consideração original da teoria marxista sobre a relação entre capitalismo e sexualidade. Isso porque, originalmente, se tomarmos o que é proposto não apenas pelos socialistas, mas também por pessoas como Wilhem Reich ou mesmo Marcuse, o entendimento geral da relação entre capitalismo e sexualidade estava sob o paradigma da repressão. Ou seja, a ideia de que o capitalismo tem a necessidade de reprimir nossa sexualidade porque, do contrário, não nos tornaríamos sujeitos econômicos. Em termos esquemáticos, é o que Foucault chamou de paradigma da repressão.

Com o neoliberalismo, vimos que não é exatamente isso o que acontece, mas que o modelo de regulação da sexualidade não é o único modelo compatível com o capitalismo. O que temos visto desde os anos 1960, e especialmente com o neoliberalismo, é, em primeiro lugar, uma crescente visibilidade do sexo, o uso massivo do sexo e a sexualização nas publicidades e no discurso público. Também houve a multiplicação de identidades sexuais e, mais recentemente, a fluidez de gênero (*gender fluidity*) e a multiplicação das identidades de gênero. Portanto, o modelo repressivo não foi o único modelo compatível para a relação entre sexualidade e capitalismo. De fato, o capitalismo mostrou ser mais flexível: pode se adaptar e pode até cooptar, pode transformar identidades de gênero em novas possibilidades de lucro. Por exemplo, agora temos a multiplicação de marcas de roupas cujo alvo são as pessoas *queer*, ou bares para *queers* etc.

O que Alan Sears afirma é que tudo isso pode nos dar a ilusão de termos conquistado alguma liberdade ou de que o capitalismo pode levar à libertação sexual, e que a homofobia é um remanescente ideológico de um passado patriarcal. Mas não é assim. Para entendê-lo, vamos usar o mesmo tipo de esquema que Marx usou para entender a dupla liberdade do trabalhador. Por um lado, é absolutamente verdade que, sob o capitalismo, e devido à acumulação primitiva, os laços feudais se dissolveram e as pessoas não estavam mais presas à terra, à família patriarcal. Elas podiam se movimentar, viajar. Isso levou à revolução dos direitos individuais e é, de certo modo, uma forma de progresso. Mas Marx diz que é um fenômeno do tipo Janus, no sentido de que o outro lado dessa

18 Ver Sears (2017).

liberdade e da emergência do indivíduo livre que é dono de seu corpo (portanto, o corpo é meu e não mais do senhor feudal ou da igreja, e posso dispor do meu corpo, posso viajar, mudar de empregador etc.), é a liberdade entendida como miséria. Em outras palavras, trata-se da ausência de meios de subsistência, de produção e de reprodução e, portanto, a dependência absoluta, porque preciso vender minha força de trabalho para continuar viva.

A abordagem de Alan Sears aplica essa lógica também para compreender como a sexualidade funciona no capitalismo. Por um lado, temos, principalmente nas grandes metrópoles e áreas urbanas, a possibilidade, a visibilidade, a multiplicação das identidades de gênero, que são, fundamentalmente, conquistas de duras lutas, não uma dádiva do capitalismo. No entanto, na medida em que a reprodução social (isso é, a forma como as pessoas podem reproduzir a si mesmas) ainda está subordinada à produção de lucro e às pressões e condicionantes do capitalismo, aparece a outra face da liberdade, que é, basicamente, a compulsão. Por exemplo, há um fenômeno antigo que Peter Drucker chama de “normalidade gay”¹⁹. Nos Estados Unidos, tem ocorrido um processo de normalização das pessoas gays, de reprodução de formas familiares que estão, justamente, dentro do mesmo paradigma das famílias heteronormativas: o lar, a família com dois pais, filhos, ou seja, o tipo de estilo de vida aceito. A única diferença é que os dois pais são do mesmo sexo. Isso se deve às pressões objetivas da acumulação capitalista sobre a reprodução desse tipo de unidade familiar como uma unidade que internaliza a necessidade de realizar o trabalho de reprodução social. Esse fenômeno foi chamado de “o surgimento da normalidade gay”. Entretanto, aqueles que não podem fazer o mesmo, porque são pobres, são marginalizados. Observamos a crescente marginalização, por exemplo, de pessoas *queer* pobres que não conseguem reproduzir esse tipo de vida familiar padronizada. É isso que Alan Sears tem em mente: para entender a sexualidade sob o capitalismo, não podemos olhar apenas para a esfera da mudança pessoal e do reconhecimento dos direitos legais. Também temos que entender a sexualidade sob a esfera da reprodução social e como essa esfera está sujeita às pressões do capitalismo.

Espoliação neoliberal e reprodução social

Cinzia Arruzza. Há um conjunto de teorias recentes que argumentam a existência de um processo contínuo e permanente de acumulação primitiva, ou seja, que vivemos um processo de espoliação, separação das pessoas dos meios

19 Ver Drucker (2015).

de produção, da terra e, portanto, um deslocamento massivo de pessoas para as cidades, para as megalópoles. A esse respeito, concordo que existem vários elementos em comum entre o que se passa hoje e o processo de acumulação primitiva. Mas também existe uma diferença substancial, que consiste na criação de uma superpopulação de trabalhadores sobranes nacionalmente. O fenômeno da espoliação, por exemplo, o extrativismo na Amazônia hoje, não está necessariamente gerando novos proletários no sentido de novos trabalhadores “livres” para vender sua força de trabalho no mercado. Ele está criando uma enorme massa do que, nos termos d’*O Capital*, é chamado de superpopulação excedente, ou seja, uma enorme massa da população que não tem chance de se tornar um trabalhador assalariado, de ser absorvido pelo mercado de trabalho capitalista formal.

Essa massa de superpopulação pode ser exterminada diretamente (esses são os projetos de extermínio) ou pode, basicamente, aumentar o número de moradores das favelas nas megalópoles, cuja única forma de sobreviver é, basicamente, por meio da economia informal. E acho que essa é uma diferença significativa em relação ao passado. Assim, acredito que chegamos a um ponto que supera o que Marx chamou de exército industrial de reserva em nível nacional. Isso porque o exército industrial de reserva é uma massa de desempregados que o capitalismo precisa para reduzir os salários e que, em termos gerais, serve como um mecanismo de controle da classe trabalhadora. O exército industrial de reserva implica a ideia de pessoas que estão na reserva para entrar no mercado de trabalho e se tornarem trabalhadores assalariados. Mas o que estamos falando agora é de uma população excedente que não é um exército industrial de reserva, mas uma massa de pessoas que nunca entrará no mercado de trabalho. Desse ponto de vista, há um trabalho que a Teoria da Reprodução Social, juntamente com outras, precisa fazer para explicar esse fenômeno de espoliação e criação de população trabalhadora excedente, e como funciona a reprodução social nessas populações excedentes etc. Em suma, acho que há muito trabalho a ser feito sobre esse assunto e talvez as lentes da Teoria da Reprodução Social sejam úteis para isso.

Tithi Bhattacharya. Gostaria de me referir a essa ideia de que existem “pessoas desnecessárias”. Há um ponto incontestável de verdade nessa percepção de que existem pessoas desnecessárias. No Sul global, aplica-se a indigentes; na Índia ou na África, aplica-se às pessoas dos povos da floresta (“*forest people*”) ou povos tribais (“*tribal people*”); nos Estados Unidos, aplica-se às pessoas negras em geral. Existe um sentimento nas comunidades negras de que somos todos descartáveis. Daí surgiu uma teoria na esquerda, que eu não concordo, mas

entendo de onde ela vem, que é o “afro pessimismo”. A teoria está incorreta do meu ponto de vista, mas é compreensível que tenha surgido em certas comunidades negras para explicar o que as pessoas percebem como genocídio negro. No Brasil, isso pode ser pensado da mesma forma.

Tenho duas observações sobre essa questão. A primeira é que o que estamos tentando fazer com as lentes da Teoria da Reprodução Social é olhar para o processo dinâmico da relação entre a produção de pessoas e a produção de mercadorias. Não é um processo estático. Existem exemplos históricos de populações inteiras que foram exterminadas. Quando a Europa conquistou o “novo mundo”, populações inteiras foram exterminadas pela conquista e pelas doenças trazidas da Europa. Então, em certo sentido, é possível chamar essas populações de “pessoas desnecessárias” para os primórdios do capitalismo. Mas seria um erro considerar que esse processo histórico pode ser aplicado a esse momento de forma estática e considerar que o capitalismo está determinado a exterminar a chamada “população desnecessária”. Em vez disso, o que devemos considerar é que estamos diante de um processo dinâmico no qual o esforço (do capital) é sempre em função da acumulação, de modo que qualquer coisa ou qualquer pessoa que se interponha no caminho dessa acumulação será exterminada. Mas que, em um certo momento, o capital sempre precisará da força de trabalho, e isso implica em precisar das pessoas.

Então, em certas situações, o capital retrocederá, como aconteceu nas origens da industrialização de que falei anteriormente. Porque, quando o capital extermina as comunidades florestais (*“forest people”*), ele o faz para construir uma fábrica nas terras dessas comunidades; portanto, precisa de pessoas para trabalhar naquela fábrica. Assim, convém contratar uma parte dessa “população desnecessária” para trabalhar naquela fábrica. Esse processo faz parte do que está acontecendo. E tudo isso acontece sobre uma base de racialização intensa que ajuda a manter os salários baixos e fazer esses empregos parecerem um presente do capital para aquela comunidade, algo que ela deveria agradecer porque “são negros, o que mais querem?”. Essa base ideológica justifica todo o processo que está sendo realizado. O que quero enfatizar é que não podemos considerar que exista uma orientação absoluta para o extermínio das populações racializadas porque, para ser honesta, as tarefas mais importantes para o capitalismo são realizadas por pessoas não-brancas²⁰. Portanto, o capitalismo

20 Em inglês, o termo “people of color”, cuja tradução literal seria “pessoas de cor”, refere-se às pessoas que não são consideradas brancas. Portanto, consideramos mais pertinente traduzir como pessoas não-brancas, apesar de, no original em espanhol, aparecer “gente de color”. [Nota da tradução]

não pode destruir esse capital. O capitalismo não pode se dar ao luxo de liquidar todo o capital que pessoas não-brancas constituem. Mas a racialização ajuda a manter a população sob controle e também ajuda a aniquilá-la quando é necessário. Assim, se uma comunidade está lutando para preservar seu território, está perfeitamente justificado trazer soldados e atirar nela. Se uma comunidade está lutando pela preservação de uma floresta, está perfeitamente justificado trazer os militares e limpar os militantes do território. Essa é a primeira observação que quero expressar para olhar o processo de uma forma dinâmica em vez de vê-lo de uma forma estática.

A segunda se refere ao David Harvey, de quem sou uma grande admiradora. Acho que boa parte do trabalho que ele fez se encaixa perfeitamente na Teoria da Reprodução Social. Fizemos apresentações juntos. O ponto em que discordo de Harvey é a teoria da acumulação por espoliação²¹. Não que eu discorde dela como uma descrição de um fenômeno histórico, porque, evidentemente, existe uma acumulação por espoliação que está ocorrendo nesse momento. Logo, em termos históricos, é uma formulação perfeita, e ele foi o primeiro a descobri-la. Trata-se de um desenvolvimento fantástico de seu trabalho. O ponto em que discordo é que, de acordo com David, a acumulação por espoliação está se tornando o motor da acumulação capitalista. Eu não concordo com isso. Ainda penso que a extração de mais-valor é o principal motor da acumulação capitalista. Esse é o ponto em que não concordamos: no significado da teoria, e não na teoria como uma descrição de certas formas de acumulação capitalista.

Debates no interior do feminismo: as materialistas francesas, a interseccionalidade, a aposta pelos “comuns” e a perspectiva autonomista

Cinzia Arruzza: Foram feitas algumas perguntas que envolvem outras teorias feministas com as quais a TRS tem alguns pontos em comum e também diferenças. Eu gostaria de me referir brevemente a isso. Em relação às feministas materialistas francesas, como Danièle Kergoat²², há uma série de pontos comuns com a TRS relativos a análise das relações entre opressão de gênero, exploração, capitalismo, raça etc. Mas, pelo menos do meu ponto de vista, a diferença está na matriz da teoria, que se baseia no que as feministas anglo-saxãs chamam de “teorias dos sistema duplos”, ou seja, na ideia de que temos, por um

21 Ver Harvey (2014), o capítulo IV: “A acumulação via espoliação”.

22 Na década de 1980, Danièle Kergoat reviu a relação entre exploração de classe e opressão de gênero, redefinindo a noção de divisão sexual do trabalho ao colocar o conceito de “relações sociais de sexo” no centro. Ver Hirata e Kergoat (1997) e Kergoat (2003).

lado, relações sexuais de exploração e, por outro, relações capitalistas de exploração. E, nas versões mais recentes das materialistas francesas, um terceiro tipo de relações são as relações raciais de exploração. Esses três tipos de relações são co-constitutivas, trabalham juntas, combinam-se, mas, antes de tudo, são três formas de exploração com lógica autônoma.

A TRS se coloca desde o ponto de vista de uma teoria unitária. Embora reconheça que o patriarcado foi um sistema de produção e reprodução nas sociedades agrárias, considera que esse não é mais o caso nas sociedades capitalistas. Em outras palavras, as relações patriarcais estão presentes na sociedade capitalista, mas não formam um sistema com lógica autônoma. O que a TRS tenta explicar é precisamente quais são os elementos próprios da acumulação capitalista que geram as condições para a opressão de gênero e, mais ainda, para uma forma específica de opressão de gênero (sem recorrer a ideias sobre o desejo dos homens de dominar as mulheres ou ideias do tipo biologicistas). Existem, é evidente, certas semelhanças na maneira como as mulheres eram oprimidas nas sociedades agrárias. Entretanto, a maneira como as mulheres são oprimidas no capitalismo, certamente, não é a mesma que nas sociedades agrárias.

O fenômeno da opressão às mulheres transcende o capitalismo, mas foi completamente transformado pelo capitalismo, e dizer “transformado” não é o mesmo que dizer “integrado”. Ele foi transformado precisamente pela necessidade de subordinar a reprodução social à produção de valor, à produção de lucro. Eu diria que essa é a maior diferença teórica com o feminismo materialista francês. Em última instância, em nível teórico, a diferença está relacionada ao poder explicativo que damos à produção de valor e à acumulação de capital para explicar certas dinâmicas históricas. Em certo sentido, somos marxistas heterodoxas, mas, em outro sentido, somos marxistas muito ortodoxas, na medida em que realmente acreditamos que a acumulação de capital é o «coração pulsante» do capitalismo e é o lugar onde se deve olhar para ampliar a visão. A acumulação tem, para nós, um grande poder explicativo de todos os fenômenos sociais.

Nosso olhar sobre o capitalismo como um todo, e a maneira como funciona, também tem a ver com as diferenças entre a TRS e a interseccionalidade. Eu diria que há muitos pontos em comum e que a principal diferença é que, na perspectiva da interseccionalidade (que é muito plural em seu interior), falta uma teoria do capitalismo enquanto tal, de como funciona, de qual é a lógica do capitalismo e, então, de qual é a explicação para a intersecção das várias formas de opressão.

Sobre as relações dos “comuns”²³ e seu potencial, acho importante destacar o seguinte: quando falamos em TRS, não deveríamos confundir as tendências e os condicionantes com os modelos e os mecanismos específicos. Deixe-me explicar: como já dissemos, nem todos os aspectos da vida estão inteira e diretamente regulados pelo capitalismo. Muitas coisas acontecem na esfera das relações pessoais que estão constringidas por certos horizontes de possibilidade, mas que também estão definidas por nossa interação livre. Não me refiro apenas ao que acontece na família, mas também nas comunidades de amizade que são repositórios de afetos, de relações não mercantilizadas e espaços de criação de laços de solidariedade. Sem dúvida, há um elemento de “comunidade” aí.

Em todo caso, o problema é que todas essas relações ocorrem sob condicionantes específicos determinados pelo capitalismo, o que torna impossível desenvolver o potencial dessas “comunalidades” até o fim, ou seja, torna impossível que o potencial dessas relações livres e não mercantilizadas, de cuidado e de afeto, desdobre-se. Em segundo lugar, é importante notar que esses elementos de “comunalidade” podem desempenhar um papel fundamental na dinâmica das lutas em termos de sua sustentação, como durante a greve das professoras²⁴, ou como no caso das Panteras Negras, que organizavam cafés da manhã gratuitos, ou os migrantes organizando fóruns de solidariedade para a reprodução social vinda de baixo para cima na fronteira. Iniciativas desse tipo sustentam a luta e a tornam possível. No entanto, todas essas formas de solidariedade no âmbito da reprodução social, por si mesmas, são incapazes de desafiar as relações sociais gerais nas quais lutamos pela sobrevivência. Organizar-se coletivamente com amigos e companheiros, formas coletivas e autogeridas de cuidados de crianças ou de idosos, pode melhorar nossas vidas, pode torná-las menos sofridas, mas não desafiarão de forma alguma o capitalismo e as relações sociais capitalistas. Elas apenas garantem a reprodução social de que o capitalismo necessita, mas de uma forma alternativa ao modo familiar padrão. Do ponto de vista do capitalismo, o trabalho de reprodução social está feito. Então, eu diria que devemos entender é que a mutualidade, as formas autônomas de autogerir a reprodução social, devem estar sempre conectadas às lutas e aos conflitos que atacam diretamente os interesses e lucros capitalistas. Caso contrário, podemos tornar nossa vida menos sofrida, mas não vamos mudar a situação geral.

23 A ideia de “Comuns” ou “Comum” ou “comunitário” se espalhou por alguns setores feministas e se refere à construção de relações sociais alternativas ao capitalismo para a produção da vida. Para obter uma definição, consulte Caffentzis e Federici (2020).

24 Refere-se às greves de professores desenvolvidas em diversos estados dos Estados Unidos durante 2018.

Por fim, a TRS apresenta, de fato, algumas diferenças no que diz respeito à teoria autonomista ou pós-autonomista. Um exemplo é a apreciação de espaços autônomos, comunitários ou autogeridos de reprodução social, e a aposta com o seu crescimento, em detrimento das demandas ao Estado. Do meu ponto de vista, o caminho que devemos apostar, é evidente, não é o da hostilidade com as formas autônomas, as experiências autogeridas ou comunitárias de reprodução social. Mas, em termos gerais, a perspectiva deveria ser a socialização de todo o trabalho de reprodução social, que a sociedade como um todo se encarregue da reprodução social e que isso não seja mais um problema privado, relegado à família ou à forma como ela encontra para resolvê-lo por meio do mercado. Como fazer isso? No capitalismo, o Estado se torna parte da luta; o quanto é possível obter do Estado faz parte da luta; o quanto é possível arrancar dele em termos de saúde pública, escolas públicas e assistência pública é uma parte crucial da luta. No “Manifesto Feminismo para os 99%”²⁵, apontamos uma série de reivindicações ao Estado. Claro que esse não é o objetivo final da luta, não é o horizonte final. Mas é parte da luta atual, da luta contínua, entre a privatização da reprodução e a luta para forçar o capital a pagar pela reprodução. Não é o horizonte final, porque o horizonte final é acabar com o Estado e construir uma socialização geral da reprodução social, e é a isso que temos de chegar de alguma forma. Mas, nesse momento, há uma luta para interromper a privatização da reprodução social e forçar uma maior distribuição que fortaleça as mulheres e crie as condições objetivas e subjetivas para ir mais longe.

Tithi Bhattacharya. Para encerrar, gostaria de me referir à pergunta sobre por que, após a Revolução Russa de 1917, as mulheres continuavam sendo responsáveis pelo trabalho de reprodução social. Em primeiro lugar, deve-se levar em conta como foi o período de experimentação no campo da reprodução social durante os primeiros anos. Onze países capitalistas imediatamente atacaram o Estado operário, cercaram-no e iniciaram uma guerra civil. O livro da Wendy Goldman²⁶ é fantástico. É possível ver como, nas escolas públicas, as professoras estão lutando. Não há recursos, não há papel e, ainda assim, é um momento de grande experiência de aprendizagem por meio da leitura e da brincadeira. Pode-se ver como tentam montar essas cozinhas comunitárias, mas não há comida, porque os exércitos capitalistas bloquearam a União Soviética. Então, inicialmente, é necessário levar em consideração todos esses fatores. No entanto, a pergunta permanece válida: por

25 Ver Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019).

26 Ver Goldman (2014).

que são as mulheres que realizam principalmente essas tarefas? Em primeiro lugar, porque é um período de transição e os hábitos mais antigos persistem. Mas é importante lembrar como Lenin e Kollontai travaram fortes batalhas contra isso. Lênin faz uma crítica estonteante a seus companheiros do Partido Bolchevique quando lhes diz: o que vocês estão fazendo, deixando sua parceira cuidar desse tipo de tarefas enquanto você cuida das tarefas políticas? Lenin e Kollontai são muito explícitos quanto a isso: formaram uma comissão com o objetivo de incorporar mais mulheres à vida política. O que é importante para nós entendermos é que, para além das restrições do momento, houve um esforço dos antigos bolcheviques para mudar essa situação, e esse período muito curto se transformou em um período de intensa experimentação. Nada disso chegou a prosperar e a contrarrevolução de Stalin destruiu tudo, mas devemos nos lembrar desse período.

Gostaria de terminar falando sobre dois fatos que normalmente não são mencionados. O primeiro é que a Revolução Russa foi iniciada por mulheres marchando por pão. Isso deu início à revolução e é o primeiro fato que devemos lembrar. O segundo é o tipo de segurança que a Revolução Russa deu às mulheres durante esse período de experimentação. Por exemplo, sempre que ocorria um caso de assédio sexual por parte dos chefes ou de companheiros trabalhadores, as trabalhadoras colocavam esses homens em carroça, levavam-nos para o rio e os jogavam lá. Menciono isso porque gostaria de pensar as nossas lutas atuais fundamentadas nesses dois fatos da Revolução Russa: exigimos pão para nossas mesas e carroças para nossos inimigos.

Referências

- ARRUZZA, Cinzia. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. *Cadernos Cemarx*. Campinas, SP, n. 10, 2018, pp. 39–60. DOI: 10.20396/cemarx.voi10.10920.
- ARRUZZA, Cinzia. *Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo*. Trad. Nina Jacomini. São Paulo, Usina Editorial, 2019.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi e FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo, Boitempo, 2019.
- BENSTON, Margaret. The Political Economy of Women Liberation. *Monthly Review*, v. 21, n. 4, 1969, pp. 13-27.
- BHATTACHARYA, Tithi. *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentring Oppression*. Londres, Pluto Press, 2017.
- BRENNER, Johanna e LASLETT, Barbara. Gender, Social Reproduction, and Women's Self Organization: Considering the US Welfare State. *Gender & Society*. [On-line], v. 5, n. 3, 1991, pp. 311–333.

- CAFFENTZIS, George e FEDERICI, Silvia. *Comuns contra e além do capital*. Piauí, Editora Terra Sem Amo, 2020.
- DRUCKER, Peter. *Warped: Gay Normality and Queer Anti-Capitalism*. [On-line], Brill, 2015.
- ENGELS, Friedrich. 1820-1895. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Friedrich Engels; tradução B. A. Schumann; supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto. [Edição revista]. São Paulo, Boitempo, 2010.
- FERGUSON, Susan. *Women and Work. Feminism, Labour and Social Reproduction*. Londres, Pluto Press, 2020.
- GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e a Revolução*. São Paulo, Boitempo, 2014.
- HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. 8. ed. São Paulo, Edições Loyola, 2014.
- HIRATA, Helena e KERGOAT, Danièle. *La división sexual del trabajo: permanencia y cambio*. Argentina, Trabajo y Sociedad, 1997.
- KERGOAT, Danièle. De la relación social de sexo al sujeto sexuado. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 65, n. 4, 2003.
- REDIKER, Marcus. *The Slave Ship: a Human History*. New York City, Viking Penguin, 2007.
- ROBERTS, Dorothy. *Killing the Black Body: Race, Reproduction and the Meaning of Liberty*. New York City, Vintage by Random House, 1997.
- SEARS, Alan. Body Politics: the Social Reproduction of Sexualities. In: Bhattacharya, T. (ed.), *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression*. Londres, Pluto Press, 2017.
- VARELA, Paula. Sobre la relación entre género y clase. Entrevista con Tithi Bhattacharya. *Ideas de Izquierda*. Buenos Aires, n. 44, 2018.
- VOGEL, Lise. *Marxismo e a opressão às mulheres, rumo a uma teoria unitária*. São Paulo, Expressão Popular, 2022.
- WIESNER-HANKS, Merry. *Cristianismo y sexualidad en la Edad Moderna. La regulación del deseo, la reforma de la práctica*. Resende, Siglo XXI, 2001.

Recebido em: 10/07/2023

Aprovado em: 14/12/2023

Como citar este artigo:

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. Teoria da Reprodução Social: elementos fundamentais para um feminismo marxista. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 2, maio - agosto. 2023, pp. 619-651.

Resenhas





Cidades em guerra

Apoena Mano¹

Giovanna Monteiro-Macedo²

Resenha do livro: KALDOR, Mary e SASSEN, Saskia. *Cities at War: Global Insecurity and Urban Resistance*. New York, Columbia University Press, 2020.

Cities at war

Cidades en guerra

Ghouta é um subúrbio na região leste de Damasco, cidade que foi fortemente bombardeada – inclusive com bombas químicas – entre 2012 e 2018, durante o contexto da Guerra da Síria. Para além de configurações do conflito armado, é possível observar, nessa localidade, o que foi chamado de “Yogurt Run”. Apesar do regime sírio controlar a entrada e saída de mercadorias no território, um produtor local do ramo de laticínios conseguiu negociar com as forças em confronto um complexo acordo de circulação para sua “corrida do iogurte” – logística comercial que abastecia populações em ambos os lados da fronteira de guerra. Com esse exemplo, percebemos que, mesmo sob condições de conflito e profunda insegurança, a vida socioeconômica e urbana das cidades permanece em continuidade mediante diversificadas dinâmicas.

1 Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) – São Paulo – Brasil - apoenamano@usp.br - <https://orcid.org/0000-0001-9114-0209>. O autor agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio financeiro para a realização de pesquisa (Processos n.º 2020/00670-0 & 2021/14246-8).

2 Instituto de Estudos Sociais e Políticos - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ) – Rio de Janeiro – Brasil - giovannamonteiro@iesp.uerj.br - <https://orcid.org/0000-0003-0778-6600>

Lançada pela Columbia University Press em 2020, a coletânea “*Cities at War: Global Insecurity and Urban Resistance*” é co-editada por Mary Kaldor e Saskia Sassen. Para além de estudos sobre cidades e guerras com enfoques sobre a militarização e securitização das cidades (Graham, 2016), a obra é apresentada por sua proposta teórico-metodológica. Análises qualitativas sobre guerras contemporâneas podem ser produzidas por meio da observação de dinâmicas urbanas – um entrelaçamento entre temáticas que tornaram Kaldor e Sassen pesquisadoras prestigiadas. Perscrutar particularidades, como a logística fronteiriça em Ghouta, seria uma forma de analisar o estabelecimento de conflitos e as formas possíveis de reconstituição da segurança (p. 4).

Por meio dos oito estudos qualitativos apresentados no livro, percorremos localidades que apresentam diferentes configurações entre conflitos armados e suas consequentes reações urbanas. Para além do reconhecimento de aspectos destrutivos da violência produzida por diferentes atores nessas “Novas Guerras” (Kaldor, 2012 e 2018), somos provocados a observar com atenção as “Capabilidades Urbanas” (Sassen, 2012) que emergem com o estabelecimento de “redes e conexões para a continuidade das lógicas próprias da vida urbana” (p. 16).

Os três primeiros estudos de caso se desenvolvem em cidades determinadas por dinâmicas simultâneas de “guerra ao terror” e “paz liberal”. A cidade de Bamako, no Mali, é abordada com uma angulação sobre a missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) no país do Oeste africano. O antropólogo Ruben Andersson detalha a complexa trama política composta por separatistas tuaregues no norte, um golpe militar, uma intervenção francesa e a subsequente chegada das forças de paz da ONU, que permaneceram no país entre 2011 e 2017 (p. 25). A “paz liberal” é uma noção indicativa de uma combinação de forças internacionais compondo estruturas que criam novas identidades e alteram subjetividades previamente estabelecidas. Essa questionável indicação de “paz” é explorada pelo autor ao descrever a presença internacional em meio ao conflito.

Justificada por protocolos de segurança, a designação do Hotel L’Amitié como base de operações simboliza aspectos complementares dessa dinâmica: visitantes, oficiais militares, funcionários da ONU, agentes humanitários e encarregados de segurança habitam principalmente a região de Bamako formada por restaurantes, clubes noturnos e serviços turísticos. De modo geral, a missão de paz permanece remotamente distante dos conflitos no norte do país, em cidades como Gao, Timbuktu e Kidal (p. 29). O gerenciamento de riscos ao redor desses atores internacionais se tornou notório devido ao contraste em meio à continuidade das demais dinâmicas urbanas e populares da cidade. Detalhando uma escalada dos conflitos até Bamako, Andersson demonstra que tal

posicionamento da missão de paz acarreta um fortalecimento da divisão socioespacial entre a base de operações na capital e o interior perigoso no norte do país, enfraquecendo a possibilidade de diálogos em direção ao encerramento do conflito.

Em seguida, chegamos às cidades de Cabul e Farza. Embora sejam cidades geograficamente próximas no Afeganistão, o cientista político Florian Weigand às descreve pela dicotomia entre características “urbanas” e “rurais”. Analisando diferentes “percepções de segurança” nessas localidades, o autor afirma que práticas securitárias envolvendo a população podem ser benéficas para a sensação coletiva de segurança e, conseqüentemente, para a legitimidade do Estado (p. 66). Em uma proposta comparativa, as duas cidades são analisadas conforme percepções locais sobre as forças de segurança que existem em paralelo: polícia, exército, exército internacional e talibã.

O autor destaca a “geografia da insegurança” na cidade de Cabul, ressaltando o cerco formado por muros e postos de checagem de segurança. Conseqüentemente, as principais fontes de insegurança dos moradores estão relacionadas aos insurgentes e ao aumento de crimes “urbanos” (principalmente devido a assaltos e sequestros). Isso porque as ações securitárias estatais são mais voltadas à segurança nacional do que urbana (p. 61). Em seguida, descrições sobre Farza seguem uma estrutura análoga. A geografia da insegurança é condicionada por disputas do Talibã, e os entrevistados mencionaram que a região possui poucas forças de segurança paralelas. Suas principais críticas se relacionavam a serviços básicos, como eletricidade e o sistema de saúde (p. 67). Nessa perspectiva comparativa entre uma área “urbana” e uma “rural”, é possível que percepções de segurança sejam produzidas para além do que é explicitado na análise – como o senso de comunidade que promove senso de pertencimento aos habitantes.

Bagdá, no Iraque, é explorada no terceiro capítulo como exemplo de uma cidade sob a dinâmica de “guerra ao terror”: o uso de força militar contra atores não-estatais mediante uma coalização de forças estatais e privadas. Fundamentado em entrevistas conduzidas com iraquianos na Síria entre 2003 e 2010, o pesquisador Ali Ali aborda como o zoneamento da cidade produziu diferentes níveis de (in)segurança para a população. Sua proposta central é compreender a experiência de moradores do bairro de Al Ghazaliyya, recorrendo a relatos locais para desenvolver descrições detalhadas sobre como processos locais de militarização, zoneamentos e exclusão afetam o cotidiano urbano. Adnaan, um oficial da Guarda Republicana, deixou seu apartamento na parte central de Bagdá devido à exclusão política dos xiitas do governo. Após uma fracassada tentativa de trabalhar como taxista, ele formalizou uma proposta de criação de uma milícia junto

ao governo do Iraque. Tal proposta foi recusada, mas aceita pela intervenção dos EUA por um período limitado. Já Um Ahmed, uma professora casada, começou a receber ameaças de vizinhos por ser xiita e foi levada a se mudar para um bairro perto de seu pai. Nesses dois casos, a vida cotidiana é profundamente atravessada pelas mudanças produzidas no conflito que ocorre na cidade.

Os capítulos 4, 5 e 6 tratam de fenômenos distintos ao descrever cidades onde a “guerra ao terror” se intersecta com formas localizadas de violência. A maior área metropolitana binacional do mundo é o enfoque empírico do capítulo sobre a fronteira entre as cidades de Juarez e El Paso – México e Estados Unidos da América. Martin desenvolve o conceito de “cultura de segurança” como um “estilo ou um padrão de fazer segurança que reúne uma gama de componentes interligados (narrativas, regras, ferramentas, práticas etc.) que estão inseridos em um conjunto específico de relações de poder” (p. 105). Seguindo essa definição, nessa região, é possível perceber intersecções entre três diferentes modalidades de culturas de segurança: fronteira, pública/cidadã e neoliberal. Tais culturas são produzidas por tensões entre o governo dos países e efeitos das políticas de segurança sobre a população e as empresas que operam na região. Após um detalhamento histórico da região com base nessas noções, a autora conclui que a principal “capabilidade” de Juárez seria uma habilidade local de navegação entre culturas de segurança em uma região de fronteira que simultaneamente une e divide as cidades Juarez e El Paso.

Karachi, no Paquistão, é explorada no Capítulo 5 por Sobia Ahmad Kaker. Inicialmente, a autora retorna a 1980 para explorar as disputas entre grupos etnopolíticos, gangues criminosas e forças de segurança do Estado que caracterizam o conflito. Contudo, a violência se expandiu com o início da “guerra ao terror” em 2001, quando o Estado paquistanês se aliou às forças dos EUA contra a Al-Qaeda e o Talibã. Sob influência de Teresa Caldeira, a ideia de “enclavização” é apresentada para perscrutar os recursos materiais e discursivos componentes dessas formações fixas relacionadas a uma sensação de segurança. A autora argumenta que processos de enclavização em Karachi produzem um paradoxo (p. 137): quando produzidos por populações de classe média e alta, são apoiados pelo poder público, mas a enclavização popular em regiões estigmatizadas pela pobreza é criminalizada e combatida com violência pelo Estado.

No estudo sobre Goma, na República Democrática do Congo, Karen Buscher ressalta a continuidade das atividades comerciais na fronteira africana com Ruanda, apesar do conflito violento. Durante o Capítulo 6, ela argumenta que determinadas cidades são elevadas à posição de “refúgios de segurança” (p. 166) e assumem determinada importância no cenário mais amplo dos conflitos em

que estão inseridas. As múltiplas interações entre funcionários de ONGs internacionais, jovens empresários congolezes, funcionários da ONU, oficiais do Estado, comerciantes transfronteiriços, refugiados internos, empresas de segurança e movimentos sociais definem a paisagem urbana de Goma como espaços de grande diversidade e capacidade cívica. Durante oito anos de pesquisa de campo, Buscher pôde perceber que diferentes atores possuem maneiras particulares de navegar o mesmo espaço urbano. Com base em suas próprias agências espaciais e políticas, são desenvolvidas novas “Capabilidades Urbanas” (pp. 175-176) em contextos de crise e violência. O capítulo inclui diversos exemplos sobre incentivos a essas capacidades cívicas: por exemplo, o festival anual Amani, cuja missão é estabelecer uma celebração jovem e artística da resiliência de Goma sob o contexto do conflito violento; e a própria Missão das Nações Unidas (MONUSCO), que simboliza o engajamento da comunidade internacional na construção de uma cidade segura – apesar de sua presença, legitimidade e (in)ações serem assunto de um acirrado debate entre os habitantes de Goma.

Os dois últimos estudos de caso apresentam cidades com limitada presença de atores internacionais. Produzido por três co-autores, o Capítulo 7 examina as chamadas “novas abordagens” para a segurança urbana na cidade de Bogotá, na Colômbia. O objetivo do capítulo escrito por Johannes Rieken, Efraín Garcia Sanchez e Daniel Bear é apresentar transformações na segurança pública da cidade mediante estímulos públicos à cidadania. Esse processo teria sido bem-sucedido apesar de circunstâncias de disputas entre forças de segurança do Estado, grupos guerrilheiros, cartéis de drogas, grupos paramilitares e pequenas organizações de crime organizado.

Em princípio, os autores examinam um entendimento convencional de segurança pública com destaque à importância de estruturas físicas e instituições diretamente encarregadas de criar proteção às cidades. De modo oposto, uma alternativa seria a ênfase sobre diferentes aspectos sociais – como o comportamento cidadão, o funcionamento dos sistemas de transporte público, a manutenção de parques e os grupos de bairro. Bogotá é um estudo de caso particular, pois oferece exemplos simultâneos dessas duas vertentes (p. 184). Devido ao apoio estadunidense contra o chamado narcoterrorismo, houve uma rápida modernização do sistema de aplicação da lei colombiano. Contudo, essa ênfase sobre o desenvolvimento de forças de segurança do Estado ocasionou em forças securitárias mais capazes de combater guerrilheiros e paramilitares do que de proteger os próprios cidadãos urbanos. Durante o mandato dos prefeitos Antanas Mockus e Enrique Peñalosa, a governança urbana de Bogotá se desenvolveu mediante uma “*cultura ciudadana*”, que produziu reduções em indicadores

de violência. De acordo com os autores, esse resultado não poderia ter sido alcançado apenas por meio de um endurecimento das leis e seus sistemas de aplicação. Para tanto, foi necessário lidar com as crenças, interesses e emoções constitutivas da cidadania urbana – uma adequada ilustração do conceito de “Capabilidades Urbanas” (pp. 194-197).

No capítulo 8, a pesquisadora especialista em Balcãs, Vesna Bojicic-Dzelilovic, discorre sobre Novi Pazar – cidade localizada numa região que conecta Sérvia, Montenegro, Bósnia-Herzegovina e Kosovo. Abordando o histórico de transformações sociourbanas, a autora menciona que, durante o Império Otomano, Novi Pazar foi a segunda maior cidade depois de Sarajevo. Apresentando relativa prosperidade econômica por muitos anos, sanções aplicadas internacionalmente aos países da antiga Iugoslávia durante a guerra fria causaram fortes impactos. Mesmo assim, o comércio da cidade permaneceu à margem dessas regulações, principalmente porque barreiras étnicas eram pouco relevantes devido a proximidades socio-territoriais – ainda que os bósnios-muçulmanos fossem mais favorecidos por esse comércio. Elementos de insegurança passam a reconfigurar a cidade. Uma urbanização parcialmente resultante da migração exacerbada provocada pela guerra ocasiona o aumento da pobreza e da “desordem urbana” (p. 218). Ao mesmo tempo, destaca-se um novo elemento: um processo de islamização provocado pelas elites locais. Esse processo político-religioso é resultado de uma forçosa tentativa sérvia de constituição de um Estado-Nação, provocando uma divisão ainda maior na composição sócio-urbana da cidade. Na conclusão, a autora destaca que as capacidades civis que mantiveram a cidade em funcionamento ao longo de conflitos armados são afetadas por essa nova dinâmica de divisão interna da cidade (p. 222).

Encerrando o livro, Kaldor e Sassen revisitam os estudos que compõem a obra com base na proposta de um “urbanismo tático” (p. 227). Contudo, embora pareça convincente enquanto formulação teórico-metodológica, o argumento central do livro não parece eficaz ao longo dos capítulos. Uma crítica central é que os estudos de caso não consideram dinâmicas subjetivas em relação aos contextos analisados. Etnografias realizadas em cidades atravessadas por circunstâncias de violência urbana já consolidaram o argumento de que percepções de insegurança também são moldadas por posições de gênero, raça e classe (Das, 2006 – por exemplo) – aspectos que não são explicitados durante os capítulos que compõem o livro. De modo paralelo, indicamos que, embora haja notável diversidade empírica nas pesquisas apresentadas, o enfoque específico sobre o “Sul Global” acaba por reforçar estereótipos sobre a região.

Contudo, apesar dessas limitações, reforçamos que Kaldor e Sassen trazem na obra uma interessante contribuição sobre conflitos urbanos contemporâneos, principalmente nas reflexões apoiadas em perspectivas locais de habitantes e grupos sociais que reproduzem a vida e o cotidiano sob contextos de guerras e insegurança.

Referências:

- DAS, Veena. *Life and Words: Violence and the Decent into the Ordinary*. Berkeley, University of California Press, 2006.
- GRAHAM, Stephen. *Cidades sitiadas: O novo urbanismo militar*. São Paulo, Boitempo, 2016.
- KALDOR, Mary. *New and Old Wars*, 3. ed. Cambridge, Polity, 2012.
- KALDOR, Mary. *Global Security Cultures*. Cambridge, Polity, 2018.
- SASSEN, Saskia. Urban Capabilities: An Essay on Our Challenges and Differences. *Journal of International Affairs*. Columbia University, v. 65 n. 2, 2012, pp. 85-95.

Recebido em: 04/10/2023

Aprovado em: 24/10/2023

Como citar esta resenha:

- MANO, Apoena; MONTEIRO-MACEDO, Giovanna. Cidades em guerra. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 2, maio - agosto. 2023, pp. 655-661.





Expandir as ciências sociais, reinventar o cânone

Amurabi Pereira de Oliveira¹

Expand the social sciences, reinvent the canon

Ampliar las ciencias sociales, reinventar el canon

Resenha do livro CASTRO, Celso (Org.). *Além do Cânone: para ampliar e diversificar as ciências sociais*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

A formação acadêmica em ciências sociais ainda está bastante concentrada nos debates teóricos (Oliveira, 2015) e, mais especificamente, no debate teórico produzido no norte global, por homens brancos e burgueses, como bem nos alerta Connell (2012). Todavia, apesar de estarmos bastante cientes desses marcadores sociais que transformam UMA teoria em A teoria, esse modelo ainda é bastante replicado, tanto no que diz respeito aos autores clássicos quanto contemporâneos. De forma sintética, poderíamos indicar que a crítica vem impactando o modo como temos estruturado o debate e a formação em ciências sociais, porém, ainda predomina um modelo euro-estadunidense centrado.

Há um movimento crescente de contestar essa concepção canônica cristalizada das ciências sociais, evidenciando, por um lado, a existência de autores que desenvolveram determinados debates antes dos chamados clássicos; por outro, que a própria concepção de clássico é relativamente recente em nosso campo, ao menos os clássicos aos quais atribuímos esse *status* atualmente (Alatas, 2006; Connell, 2019; Maia, 2023; Oliveira, 2023). Para que esse movimento possa se consolidar, é necessário algo fundamental: o acesso aos trabalhos de autores e autoras que se

1 Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Florianópolis – Brasil – amurabi1986@gmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7856-1196> – Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8355859619672329>

encontram para “além do cânone”. No cenário editorial e acadêmico brasileiro, a publicação de *Além do Cânone: para ampliar e diversificar as ciências sociais*, obra organizada e editada por Celso Castro, que também nos apresenta os autores e autoras, mostra-se como um passo fundamental nessa direção²³.

Gostaria de mencionar que o professor Celso Castro já organizou e editou obras a partir de autores considerados canônicos, especialmente no campo da antropologia, como *Franz Boas – antropologia cultural* (2004), *Evolucionismo cultural* (2005) e *Textos básicos de sociologia* (2014). Isso demonstra não apenas seu compromisso em viabilizar o acesso a textos acadêmicos a uma audiência mais ampla nos países de língua portuguesa, como também nos indica que sua compreensão de ir para além do cânone não é um exercício apenas de “superação”, mas, sim, de amplificação e diversificação das leituras básicas na área.

Temos, então, um projeto editorial que toma duas premissas relevantes: a) é necessário ampliarmos nossa compreensão de autores básicos nas ciências sociais, não excluindo aqueles que já atingiram esse *status*, mas agregando novos debates; b) o exercício de tradução e disponibilização de textos em língua portuguesa é fundamental para transformarmos a formação básica em ciências sociais, especialmente quando nos referimos ao ensino na graduação.

Na apresentação da obra, o autor indica os três principais critérios que utilizou para selecionar as autoras e autores para esse projeto: a) não estarem presentes em coletâneas tradicionais de cientistas sociais; b) pioneirismo ou impacto que tiveram em seus contextos nacionais ou regionais; c) a beleza que atribui aos textos selecionados, deixando claro que esse último se trata de uma motivação pessoal e subjetiva. Isso significa que, longe de ser um projeto que se propõe a cobrir “tudo” – o que evidentemente seria impossível –, ele traz uma parte (bastante relevante) para uma nova audiência.

O livro se organiza, portanto, a partir de fragmentos de obras relevantes dos 16 diferentes autoras e autores, contando ainda com uma breve apresentação escrita por Celso Castro para cada capítulo. Considerando que muitos desses intelectuais são ainda pouco conhecidos pelos cientistas sociais brasileiros, essa

2 Gostaria de destacar outras iniciativas recentes relevantes no mercado editorial brasileiro, como a tradução de *Como observar: morais e costumes* (2021), de Harriet Martineau (1802-1876 [1838]), *O Negro da Filadélfia: um estudo social* (2023 [1899]) de W.E. Du Bois (1868-1963), além da coletânea *Clássicas do Pensamento Social: mulheres e feminismos no século XIX* (2021), que traz textos de autoras clássicas traduzidos pela primeira vez para o português.

3 Também recentemente foi traduzida para o português outra obra com objetivo semelhante: *A teoria sociológica além do cânone* (2023), organizada por Syed Farid Alatas e Vineeta Sinha, mas que possui outro recorte de autores, inclusive pelo maior diálogo com autores clássicos, além de não se tratar de traduções desses autores não canônicos, mas, sim, de um diálogo com suas obras. A única autora que se repete nessa coletânea em relação àquela organizada por Castro é Pandita Ramabai.

apresentação se faz necessária e cumpre um papel didático fundamental. Esses são os autores e autoras trazidos por “Para além do cânone”: Harriet Martineau (1802-1876), Anténor Firmin (1850-1911), Pandita Ramabai (1858-1922), W. E. B. Du Bois (1868-1963), Marianne Weber (1870-1954), Manuel Gamio (1883-1960), Jane Addams (1860-1935), Lucie Varga (1904-1941), Mirra Komarovsky (1905-1999), Mao Maruyama (1914-1996), Hilda Kuper (1911-1992), E. F. Frazier (1894-1962), M. N. Srinivas (1916-1999), Yoshimi Takeuchi (1910-1977), Jalal Al-e Ahmad (1923-1969) e Serif Mardin (1927-2017).

Um primeiro elemento que destacaria na seleção de autores e autoras para a coletânea é a busca por uma equidade de gênero. Creio que é cada vez mais urgente pensarmos o lugar das mulheres na teoria social, como bem nos pontuam Daflon e Chaguri (2023) acerca desse tema: “Para além de uma necessária e importante política de representação que incorpore um conjunto mais amplo de vozes, tornar a “polifonia” constitutiva da teoria sociológica modifica o modo como percebemos, descrevemos e analisamos a própria sociologia, seus avanços e limites.” (Daflon e Chaguri, 2023: 23).

Apesar de serem, em sua maioria, pouco conhecidos no contexto brasileiro, é certo que se trata majoritariamente de pesquisadores que tiveram uma grande visibilidade durante seu período de atividade. Du Bois, por exemplo, foi um pioneiro na sociologia urbana, ao passo que Frazier chegou a ser presidente da Associação Americana de Sociologia, além de ter tido um papel fundamental na formação dos estudos afro-americanos, tendo realizado inclusive pesquisas no Brasil na década de 1930⁴. Martineau foi uma importante mediadora da obra de Comte no mundo anglófono, além de seu pioneirismo em termos de observação da vida social. Quero dizer com isso que, apesar de poderem soar como “desconhecidos” para o grande público lusófono, em grande medida são autores que atingiram certa proeminência a seu tempo, e para além dele em seus contextos nacionais.

Dada a impossibilidade de comentar em uma breve resenha todos os 16 autores e autoras, realizarei outro exercício: comentar a forma como as apresentações foram realizadas e o recorte utilizado.

Sobre as apresentações, é necessário destacar que elas são curtas e didáticas, situando o leitor acerca dos dados biográficos do autor ou autora, bem como acerca de seus principais trabalhos. Evidentemente, em alguns casos há uma vasta literatura disponível em língua inglesa, como no caso de Martineau ou Du Bois, porém, em outros, esse material é mais escasso na literatura internacional. Volto a pensar na utilidade de como o trabalho está organizado especialmente

4 Recentemente Sansone (2022) publicou uma obra intitulada *Estação Bahia*, na qual analisa em profundidade o trabalho de campo de Frazier na Bahia.

para estudantes de graduação – algo que eu mesmo testei em meu último semestre acadêmico –, considerando que são apresentados autores que eventualmente os estudantes não possuem referência anterior. Em comparação com outros projetos editoriais semelhantes recentemente lançados no Brasil, que buscam disponibilizar traduções de autores e autoras não canônicos, creio que esse é um diferencial relevante, que torna a obra ainda mais acessível.

Com relação aos fragmentos traduzidos, destaca-se a escolha por traduzir fragmentos inteiros, e não vários pequenos fragmentos. Essa opção em termos de recorte possibilita ao leitor captar melhor a construção do argumento do autor ou autora do texto. Ademais, no próprio exercício de tradução, observa-se um esforço de manter uma terminologia mais próxima possível daquela utilizada pelos autores, inserindo notas explicativas quando necessário. Um caso que me chamou a atenção foi a nota sobre o uso do termo “pele-vermelha”, no texto de Martineau, indicando que no original ela utilizou *red men*, e que tal termo é considerado ofensivo para se referir aos indígenas americanos. Em alguns casos, como se trata de tradução de um artigo curto, como no texto de Kamarovsky, foi feita uma tradução integral deste trabalho, e apesar da autora possuir outros trabalhos de maior fôlego, justifica-se na apresentação a escolha pelo artigo considerando o pioneirismo do debate traduzido (especialmente pelo uso da categoria “papéis sexuais”) e o impacto em seu tempo.

Acredito que *Além do Cânone* evidencia também nossa ignorância acerca de tradições acadêmicas bastante consolidadas. O trabalho de Maruyama acerca do ultranacionalismo japonês é uma referência fundamental para compreendermos o fascismo, e antecede obras clássicas sobre o tema como *A personalidade autoritária*, publicado em 1950, por Theodor W. Adorno, Else Frenkel-Brunswik, Daniel Levinson e Nevitt Sanford. Ademais, cabe enfatizar que a sociedade japonesa de sociologia foi fundada ainda em 1924, estando prestes a completar um século, o que demonstra o fôlego dessa longa tradição intelectual, ainda pouco conhecida na América Latina.

Desse modo, considero que essa coletânea tem um potencial enorme de impactar a forma como lecionamos em cursos de ciências sociais, especialmente na graduação (mas não exclusivamente⁵), bem como no modo como compreendemos o que é a teoria social. Em diálogo com o trabalho de Alatas e Sinha (2023), creio que também caberia pensarmos novos projetos semelhantes, ampliando também nossa compreensão de clássicos das ciências sociais. Em

5 Ao longo da resenha, tenho dado mais ênfase à utilização dessa coletânea na graduação considerando que na pós-graduação é mais recorrente utilizarmos textos em língua estrangeira, sendo um requisito para o ingresso no mestrado e doutorado a proficiência em inglês e outros idiomas.

outros termos, em minha avaliação, *Além do Cânone* já surge como uma leitura obrigatória, especialmente se compreendermos que é fundamental expandir as ciências sociais e reinventar os cânones.

Referências

- ALATAS, Syed Farid. Ibn Khaldūn and contemporary sociology. *International sociology*, v. 21, n. 6, 2006, pp. 782-795.
- ALATAS, Syed Farid e SINHA, Vineeta. *A teoria sociológica além do cânone*. São Paulo, Editora Funilaria, 2023.
- CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. *Revista brasileira de ciências sociais*. São Paulo, v. 27, 2012, pp. 09-20.
- CONNELL, Raewyn. Canons and colonies: the global trajectory of sociology. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 32, 2019, pp. 349-367.
- DAFLON, Verônica Toste e SORJ, Bila. *Clássicas do pensamento social: mulheres e feminismos no século XIX*. São Paulo, Rosas dos tempos, 2021.
- DAFLON, Verônica T. e CHAGURI, Mariana M. Mulheres na Teoria Social: presente e passado para uma sociologia plural. *Sociologias*. Porto Alegre, v. 24, n. 61, 2023, pp. 16-24.
- DU BOIS, William Edward. *O Negro da Filadélfia: estudo social*. Belo Horizonte, Autêntica, 2023.
- MAIA, João Marcelo Ehlert. Ensinando a partir do Sul: novos diálogos entre a História da Sociologia e a Teoria Sociológica (introdução). *Revista Brasileira de Sociologia*. Belo Horizonte, v. 11, n. 27, 2023, pp. 5-22.
- MARTINEAU, Harriet. *Como observar: morais e costumes*. Governador Valadares: Fernanda Cupertino Alcântara, 2021.
- OLIVEIRA, Amurabi. Ampliando os clássicos da Sociologia a partir de Ibn Khaldun (1332-1406). *Revista Brasileira de Sociologia*. Belo Horizonte, v. 11, n. 27, 2023, pp. 81-102.
- OLIVEIRA, Márcio. O ensino da teoria sociológica em alguns cursos de Ciências Sociais de universidades públicas brasileiras. *Política & Sociedade*. Florianópolis, v. 14, n. 31, 2015, pp. 87-113-87-113.

Recebido em: 30/06/2023

Aprovado em: 15/02/2024

Como citar esta resenha:

OLIVEIRA, Amurabi Pereira de. Expandir as ciências sociais, reinventar o cânone. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 2, maio - agosto. 2023, pp. 663-667.





Meandros da economia do compartilhamento: uma perspectiva sociológica

Tatiana Hora Alves de Lima¹

Jefferson Dantas Santos²

Meanders of the sharing economy: a sociological perspective

Significados de la economía compartida: una perspectiva sociológica

Resenha do livro: Rivera, Javier de Outomuro. *Crítica de la economía colaborativa: análisis del modelo y sus alternativas desde una perspectiva sociológica*. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2021.

Javier de Rivera é professor da Universidade de Vigo, na Espanha. Dedicar-se às mudanças sociais provocadas pelas tecnologias na economia e nas relações sociais com base na economia de compartilhamento e das plataformas digitais, consideradas por ele instituições digitais. Mas o que significa compartilhar no contexto da economia hoje?

A assunção da *Shared Economy* trouxe desafios para as esferas econômica, política e social em muitos países. Sua expansão associada às plataformas digitais provocou mudanças em legislações e formas de viver. Nesse sentido, o autor trata a Economia Compartilhada como uma instituição econômica, dado que o

1 Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte – Brasil – tati_hora@hotmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7716-1732> – LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5480729653129254>.

2 Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP) – Campinas – Brasil – jefferson.santos@secult.ce.gov.br – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5463-2105> – LATTES: <http://lattes.cnpq.br/1673147412983228>.

surgimento de novas formas de consumo e produção constituem uma nova instituição que é fomentada pela revolução tecnológica. Trata-se de um fenômeno realmente empreendedor, como percebido por Joseph Schumpeter (1957), uma vez que tem mudado toda a concepção econômica.

Nesse quadro, o progresso do computador e da internet se consolida como ponto transcendental no desenvolvimento da economia globalizada. O computador como ferramenta facilitadora da análise da informação permitiu o surgimento de plataformas de base tecnológica para fomentar a comunicação entre os usuários. Portanto, a economia compartilhada compreende: consumo colaborativo, educação compartilhada, produção colaborativa e financiamento compartilhado, conforme sublinhado por Rachel Botsman e Roo Rogers (2013).

O livro recenseado possui oito capítulos, por meio dos quais o autor defenderá a ideia de uma sociologia das instituições digitais. Em suas palavras: “La idea principal es que las plataformas digitales son instituciones sociales y que la sociología tiene que estudiarlas en cuanto tales” (Rivera, 2021: 18). Só conhecendo a estrutura é que a sociedade poderá controlar as plataformas digitais e, assim, dar um sentido comum e público ao universo dos dados.

O autor enseja que conheçamos as características, significados e implicações dessa crescente economia e as promessas das plataformas colaborativas. Os interesses no digital e no compartilhamento devem ser entendidos desde o início como forma de dominação e acumulação capitalista. O autor, por meio de uma *netnografía estructural*, salienta que existem pelo menos dois tipos fulcrais de solidariedade social nas plataformas digitais: 1. as dominantes que buscam efetivamente lucro, como *Amazon* e *Mercado Libre*; 2. as que tem uma inclinação para o social, que podem vir a indicar possíveis realidade sociais alternativas, tais como *Be Welcome*.

Javier de Rivera mostra que as plataformas colaborativas surgem com uma tripla promessa: estímulo à economia, a sustentabilidade ambiental e um novo modelo societal. Ele salienta que as plataformas, com frequência, narram certo empoderamento dos sujeitos sobre as estruturas tradicionais ao compartilharem serviços antes operados por estruturas, a exemplo do Airbnb, ao relativizar o poder das redes hoteleiras. Contudo, segundo o autor, isso não passa de fetiche com novidades, haja vista o fortalecimento do capitalismo de plataforma³ e o aprofundamento da lógica do novo espírito do capitalismo. Influenciado por Boltanski e Chiapello (2009), Rivera diz que as plataformas estão adensando

3 *Platform Capitalism*. Termo cunhado por Nick Srnicek (2017).

lógica sociais baseadas em três características: construção da reputação individual *on line*, cidades por projeto e as relações laborais desprotegidas.

Quanto à construção da reputação *on line*, o autor destaca como efeito deletério das plataformas o ranqueamento lastreado na comunicação entre o prestador e o usuário do serviço, permanentemente convidado a dar um *feedback* sobre a experiência com os indivíduos. Essas informações geram, de um lado, a confiança necessária ao funcionamento da rede, pois as pessoas são desconhecidas, e, por outro lado, a reputação individual de cada um – esse fenômeno é batizado pelo autor de *individualismo en red*.

No tocante às cidades enquanto projetos, lembra-nos a obra *The Rise of Creative Class* – que trata dos ambientes criativos e digitais em todo mundo, ilhas de criatividade, como o Vale do Silício. Os principais argumentos para que essas cidades abracem a economia do compartilhamento são a sustentabilidade dos recursos naturais, o desenvolvimento de capital humano e governança e participação digitais.

A sustentabilidade significa uma continua busca por evitar desperdícios, freando danos causados pelo consumo e pelo esgotamento de recursos. O uso de um recurso por mais pessoas é uma alternativa para reduzir a intensidade do carbono e dos recursos das cidades. A cidade sustentável é elaborada de modo que seus habitantes satisfaçam suas necessidades, unindo bem-estar pessoal e ambiente natural, observando a manutenção dos recursos elementares para a reprodução social. A sustentabilidade é um dos pontos mais relevantes em projetos arquitetônicos e urbanísticos, mirando um horizonte que alinhe a tecnologia a favor do meio ambiente. Tal relevância, dentro do contexto capitalista, gera competitividade, sendo que as *smart cities* possuem um papel importante na revitalização dos centros urbanos, visto que o fomento às atividades culturais leva à criação de espaços e equipamentos importantes, trazendo maior vitalidade à cidade, atraindo mais pessoas e diferentes culturas, os três “T’s” – tecnologia, talento e tolerância, que são, segundo Florida (2002), fundamentais para as cidades e a economia de hoje.

Quanto ao capital humano e as cidades, Javier de Rivera cita Manuel Castells para narrar as mudanças dessa nova economia baseada na transformação do espaço e do tempo de trabalho, que vem mudando a relação entre os lugares, global e local, ao formatar uma rede por meio das tecnologias da informação e comunicação e, conseqüentemente, a aferição de lucro.

As companhias de tecnologia e informação formam *clusters* que terminam adensando trabalhadores altamente qualificados e especializados. Nesse contexto, “los trabajadores del sector participan de los valores culturales del

capitalismo digital, considerándose a si mesmos como responsables de su próprio éxito laboral, capaces de inovar y de trabajar con certa autonomia” (Rivera, 2021: 190).

A socióloga inglesa Ursula Huws, por seu turno, lembra que a posição desses trabalhadores é ambígua, pois “os trabalhadores criativos não são apenas os arquitetos da mercadorização, eles são também suas vítimas” (Huws, 2015: 90). Ursula Huws aponta ainda que o conhecimento e o digital geraram uma ortodoxia capaz de moldar os direitos sociais, trabalhistas e previdenciários.

Obviamente, o capitalismo não sucumbiu a outras formas de trabalho, se tem, na realidade, a combinação de formas modernas e antigas. Pensando no Brasil e em outras regiões do mundo, o trabalho escravo ainda é realidade. A moda é um setor que exemplifica essa relação. De um lado, o luxo; do outro, a escravidão. Basta olharmos para os desfiles mundiais da moda e as oficinas de confecção com trabalho escravo e pauperizado de imigrantes e, até mesmo, crianças, tal como ocorrido em São Paulo. O mesmo ainda se dá nas empresas vinícolas do Sul do Brasil, em que, em pleno 2023, se registrou trabalhadores migrantes em condições análogas à escravidão.

Sobre a governança e participação digitais, a alta tecnologia expressa na *internet of things* (internet das coisas), na inteligência artificial e no *big data* tem sido utilizada no serviço público. Há demanda grande de aperfeiçoamento dos serviços estatais e o uso da tecnologia potencializará o trabalho, elevando a níveis nunca pensados a conectividade entre pessoas e entre elas e objetos, além de coletar e analisar dados em quantidade, qualidade e tempo sobremaneira eficientes.

Quanto à participação social por meio de dispositivos tecnológicos, destaca-se o alcance social das ferramentas de comunicação, permitindo consultas públicas, indicações, reclamações e solicitações de serviços em tempo real, com custo operacional baixo: diversos serviços públicos podem ser prestados digitalmente, sem a presença do usuário e diminuindo prazos.

Os processos administrativos ganharam eficiência com recursos tecnológicos e, somada à maior participação popular, maior transparência nas decisões. Em outras palavras, com melhor governança, as soluções da administração podem ser implementadas eficazmente.

Para além desse lado positivo, existe a prática. Pesquisadores apontam que é cabal a mudança de estratégia, buscando mutualizar as políticas, comunidade e pesquisas para efetivação da qualidade de vida nas cidades, implicando na abordagem de diferentes técnicas de conhecimento, a criação de fóruns comunitários e a intervenção ativa de pesquisadores, indo muito além da aplicação restrita de tecnologias. O autor espanhol entende que, apesar das tentativas de

reformular “compartilhamento” para uma ideia centrada diretamente na cidadania, o urbanismo enquanto planejamento tem suas raízes em práticas paternalistas que não abarcam os direitos sociais e o bem-estar urbano.

Quanto às relações de trabalho desprotegidas, com frequência, eles trabalham à medida que produzem, estão sempre disponíveis ao trabalho e não possuem direitos previdenciários ou trabalhistas. Nesse processo, o trabalhador arca com todos os custos e riscos no exercício de sua profissão. Ilustram tal processo o trabalho desenvolvido no âmbito da *Uber*, *Deliveroo* e *Ifood*,

A plataformação do trabalho significa ainda uma desantropomorfização do labor, pois a plataforma termina escondendo os sujeitos e o sofrimento que estão por trás do trabalho, seja entregando as encomendas ou nas “fazendas de likes”. As plataformas têm uma dimensão biopolítica. Como se sabe, o biopoder é a capacidade de administrar corpos, mas também amplas populações monitorada por meio de cálculos e métodos; no caso, o algoritmo. Nessa parte do livro, é impossível não lembrar do livro de Jathan Sadowski – *Too Smart: How Digital Capitalism Is Extracting Data, Controlling Our Lives, and Taking Over the World*.

A biopolítica com as plataformas digitais é ampliada. O controle é exercido tão distante quanto aproximado do trabalhador, que tem metas altas e prazos curtos para o seu cumprimento. Somado a isso, tem-se a georreferenciação, que controla os passos desse trabalhador. O que, no primeiro momento, apareceu como item de segurança, hoje se revela um instrumento de controle.

O trabalho em plataformas e a ideologia do Vale do Silício precisam ser desmistificadas. As tecnologias em si não são boas nem más. As feições que possuem hoje são fruto do sistema econômico que as rege. É necessário enfrentar as *big techs* e defender a desmercantilização dos dados, tornando-os em recursos comuns e submeter as empresas e o trabalho digital às leis já existentes, para que a sociedade tenha controle sobre elas. Essa seria a forma mais eficiente de combater o capitalismo digital.

O trabalho em plataforma e a economia do compartilhamento são expressões da luta de classes, uma vez que criaram uma nova geopolítica do trabalho, separando, cada vez mais, o norte do sul global. Essas empresas têm elevado, de um lado, a precarização dos trabalhadores e gerado bilionários do outro.

A crítica desse processo, segundo Javier de Rivera, dá-se politicamente, mas também mediante uma sociologia das instituições digitais que termina por evidenciar aspectos constitutivos dessa nova morfologia da economia e do trabalho em ambiente digital, apontando suas contradições e alternativas. Por fim, o livro é excelente para o leitor que se interessa por temas ligados ao universo digital em perspectiva crítica.

Bibliografia

- BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo, Martins Fontes, 2009.
- BOTSMAN, RACHEL e ROGERS, Roo. *What's mine is yours: How Collaborative Consumption is changing the way we live*. Londres, Harper Business, 2010.
- FLORIDA, Richard. *The Rise of the Creative Class*. And how it's transforming work, leisure and everyday life. Nova Iorque, Basic Books, 2002.
- GROHMANN, Rafael. *Os laboratórios do trabalho digital: entrevistas/ Alessandro Delfanti.. et al.: organização Rafael Grohmann*. São Paulo, Boitempo, 2021.
- HUWS, Ursula. Mundo material: o mito da economia imaterial. *Mediações*, Londrina, v. 16, n. 1, 2011, pp. 24-54, Jan./Jun.
- HUWS, Ursula. A ignição no motor: trabalhadores criativos na economia global. Tradução de Lucas Della Iglezia. *Parágrafo*. [S. l.], jan./jun. 2015, v. 1, n. 3.
- RIVERA, Javier de Outomuro. *Crítica de la economía colaborativa: análisis del modelo y sus alternativas desde una perspectiva sociológica*. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2021.
- RIVERA, Javier de Outomuro. A Guide to Understanding and Combatting Digital Capitalism. *tripleC*. [S. l.], v. 18, n. 2, 2020, pp. 725-743. Disponível em: <https://www.triple-c.at/index.php/tripleC/article/view/1173>. Acesso em: 01 mar. 2023. DOI <https://doi.org/10.31269/triplec.v18i2.1173>
- SADOWSKI, J. *Too Smart: How Digital Capitalism Is Extracting Data, Controlling Our Lives, and Taking Over the World*. Cambridge MA USA, The MIT Press, 2020.
- SCHUMPETER, Joseph A. *The theory of economic development*. Cambridge, Harvard University, 1957.
- SRNICEK, Nick. *Platform capitalism*. Cambridge, Polity Press, 2017.

Recebido em: 27/06/2023

Aprovado em: 16/11/2023

Como citar esta resenha:

- LIMA, Tatiana Hora Alves de; SANTOS, Jefferson Dantas. Meandros da economia do compartilhamento: uma perspectiva sociológica. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 2, maio - agosto. 2023, pp. 669-674.



O cidadão plasmado por aplicativos: Estado, política, precarização e cidadania no contexto latinoamericano do século XXI

Dionys Melo dos Santos¹

Resenha do livro: CANCLINI, Néstor Raúl García. Ciudadanos reemplazados por algoritmos. Bielefeld, Bielefeld University Press, 2020.

The citizen shaped by applications: State, politics, precariousness and citizenship in the Latin American context of the 21st century

El ciudadano moldeado por aplicaciones: Estado, política, precariedad y ciudadanía en el contexto latinoamericano del siglo XXI.

Analisar criticamente as transformações sociais provocadas pela centralidade das redes e tecnologias sociodigitais, na sociedade latinoamericana contemporânea, é o ponto de partida do trabalho de Néstor García Canclini (2020). Tema recorrente em documentários, séries, filmes, jornais e revistas. O trabalho do cientista social argentino oferece uma análise sistemática dos processos de desglobalização, despolitização, emergência da “videopolítica”, precarização do mundo do trabalho e da ascensão dos sujeitos midiáticos, aqueles plasmados pelas telas e hiperconectados. O autor deposita especial atenção aos jovens, cada vez mais imersos nas dinâmicas das redes sociais, e nos impactos dessas novas formas de sujeição na reconfiguração da esfera pública.

1 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/UFSCar) - São Carlos - Brasil - dionys.melo@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0001-9301-7765>

Nestor Garcia Canclini é um cientista social/filósofo argentino que, além da atuação enquanto professor na Universidade Autônoma Metropolitana do México (UAM), lecionou nas Universidades de Austin, Duke, Nova York, Stanford, Barcelona, Buenos Aires e São Paulo. Seu trabalho aqui resenhado é fruto de uma série de “ensaios” concebidos a partir das investigações interdisciplinares desenvolvidas no âmbito do *Centro Maria Sibylla Merian de Estudios Latinoamericanos Avanzados en Humanidades y Ciencias Sociales* (CALAS), cuja principal sede fica na Universidade de Guadalajara (México), mas conta com o suporte das universidades alemãs de Bielefeld, Kassel, Hannover e Jena.

Canclini (2020) estrutura seu “ensaio” em oito partes, abarcando desde o processo de captura dos cidadãos pelas telas dos dispositivos eletrônicos, e suas redes sociodigitais, até, na parte final do texto, as possibilidades de emancipação sob um regime de hipervigilância. Recuperando o conceito adorniano do “ensaio como forma” (Theodor ADORNO, 2003), o autor pretende expor as complexidades de determinado fenômeno se distanciando do movimento finalista do pensamento que visa explicar por meio de uma certeza absoluta. Ou seja, enquanto algo que se opõe à busca por uma verdade totalizante.

Na primeira parte da obra, Canclini (2020) apresenta conceitos introdutórios sobre o processo de captura dos cidadãos pelos algoritmos. Reconhecendo o papel embrionário da televisão na expansão da videopolítica, argumenta que as tecnologias não são neutras. Ao contrário, os algoritmos capturam nossas opiniões e comportamentos sempre subordinados aos interesses de corporações globais, geralmente localizadas no Vale do Silício (E.U.A). Para o autor, os usos das tecnologias, pautados por uma lógica neoliberal, mantêm e aprofundam as desigualdades crônicas do capitalismo.

Através dos conceitos de “desglobalización”, “desciudadanización” e “despolitización”, Canclini (2020) busca ressaltar como globalização, cidadania e política perderam o seu sentido clássico no contexto atual. Ressalta que os “GAFA” (Google, Apple, Facebook e Amazon) reconfiguraram o poder econômico e político, redefinindo o sentido de conceitos como trabalho, consumo e comunicação. Com seu trabalho, o autor pretende detectar continuidades e descontinuidades, potências e frustrações deste processo de reconfiguração da ordem econômica e política, com especial ênfase nos sentidos de civilização, cidadania e comunidade que emergem desse contexto. Para tanto, o pensador argentino produz uma breve história crítica das mediações e apropriações sociotecnológicas, desde os meios de comunicação de massa, como a televisão, até as redes sociodigitais. Nesse novo contexto emergente,

recuperando o trabalho de Judith Butler (2016), a precariedade e a insegurança não são falhas do sistema socioeconômico, mas recursos para a acumulação de poder dentro do Estado e dos grandes conglomerados empresariais. Por esse motivo, os jovens ganham um espaço importante dentro do texto de Canclini (2020), afinal são eles os sujeitos mais precarizados nesse novo ordenamento.

De acordo com o autor, todo o modelo de democracia representativa perde potência e capacidade de mobilização dos sujeitos, principalmente os mais jovens, ao submeter-se às demandas próprias de organizações internacionais. Assim, na primeira parte do texto, um dos pontos centrais de sua argumentação passa pela crise de representatividade. As disputas ideológicas perderam o sentido diante da incapacidade das elites políticas em resolver os conflitos gerados pelo aumento da precariedade laboral, desemprego e insegurança, a partir da expansão dos aplicativos no mundo do trabalho, associada aos recorrentes escândalos de corrupção em muitos governos latinoamericanos.

A baixa representatividade das estruturas tradicionais ajuda a explicar a ascensão de governos autoritários, que se colocam como se estivessem à margem da política tradicional. Nesse sentido, as redes sociodigitais possuem um papel central ao canalizar as frustrações dos sujeitos que se julgam à margem do Estado, cidadãos que não contam com o Estado e vivem em uma situação de vulnerabilidade frente aos interesses dos aplicativos.

Canclini (2020) ressalta três motivos para a decomposição do sistema da democracia representativa globalizada. Primeiro, o processo de elitização dos partidos e a consequente desconexão destes em relação às suas bases sociais. Em segundo lugar, aparece a mercantilização dos meios de comunicação cada vez mais apartados de sua função social. Por fim, observa um aspecto subjetivo relacionado à percepção dos cidadãos de que seus protestos e dificuldades socioeconômicas não são considerados pelo poder público.

Ser cidadão, atualmente, não é mais o que era em etapas anteriores do capitalismo. Canclini (2020), recupera o conceito de “desdemocratización” (Wendy BROWN, 2005) e aponta de que forma, hoje em dia, vivemos em um outro modo de entender a política. Esse novo entender é fomentado pela dissolução dos acordos entre Estado, empresas e direitos que deram sentido a concepção moderna e democrática de cidadania. Na perspectiva do cientista social argentino, essas rupturas e descontinuidades não são somente tecnológicas, mas consequências da reorganização cognitiva do capitalismo (Yann MOULIER, 2007).

No limite, Canclini (2020) se interroga sobre as novas formas de exploração, material e simbólica, que se desenvolvem quando atos de consumo, participação política e associação civil são expropriados por corporações midiáticas e servidores digitais. Mais do que isso, o autor busca desenvolver perspectivas para a possibilidade de criação de um “novo” conceito de cidadania. Pois as formas clássicas de cidadania, associadas à esfera pública e ao pertencimento a uma comunidade territorialmente localizada, foram desabilitadas pela emergência do poder midiático. Há um paradoxo na relação entre avanço dos meios digitais e cidadania. Por um lado, as redes potencializam um tipo de participação individualizada, na qual o sujeito se coloca no centro da interação. Mas por outro, as redes acabam por neutralizar a participação social. A noção de videopolítica é um ponto crucial na argumentação do autor sobre como as indústrias culturais vêm reconfigurando a esfera pública. O processo de dominação deixa de ser realizado nas “praças e ruas” para ser efetuado por meio das telas, que determinam o debate e a formação da opinião pública.

O avanço da videopolítica, o enfraquecimento do Estado e a perda da credibilidade da política partidária são processos que se entrelaçam. Canclini (2020) aponta como no contexto atual é mais fácil notícias e mercadorias adentrarem territórios do que os sujeitos. Toda a análise do autor tem como base a questão dos meios de comunicação e informática terem se transformado em agentes transnacionais de intercâmbio cultural, cuja capilaridade é maior que os Estados-nações “tradicionais”.

É nesse contexto que emerge a figura do “cidadão monitorizado” (CANCLINI, 2020:49), aquele que é ao mesmo tempo observador (voyeur) e observado. Uma nova governamentalidade algorítmica emerge frente à tradicional governamentalidade estatal (IDEM, 2020:53). Governamentalidade algorítmica que privilegia o mercado em detrimento do Estado, o privado no lugar do público e a conversão dos cidadãos em consumidores. No vácuo de representação e credibilidade dos partidos políticos em defender os interesses públicos, emergem as redes sociais enquanto ferramentas e lugares de intermediação e deliberação social. Seria um equívoco pensar que esses atores que emergem nas redes são sujeitos desterritorializados. Antes, são indivíduos transterritorializados, geralmente a partir de redes que têm no Vale do Silício/Califórnia suas sedes, mas que produzem discursos e atuam em relação a contextos sociais específicos.

Concretamente, Canclini (2020) analisa um processo de sobreposição de agendas privadas sob agendas públicas. Ou melhor, algo mais perverso que é

o encapsulamento de uma agenda privada, própria aos interesses dos grandes conglomerados midiáticos, em algo neutro e popular. Eis um dos motivos para as dificuldades que a democracia representativa vem encontrando no contexto latinoamericano.

Os jovens ganham centralidade na argumentação do autor, pois são eles grande parte dos consumidores dessas tecnologias, ao mesmo tempo que é entre os jovens que a desigualdade é mais sentida. O peso da informalidade e precarização do trabalho recai sobre aqueles sujeitos que ainda não estão dentro do mercado de trabalho formal. A falta de perspectivas de longo prazo para aqueles que vivem por projetos e/ou cedendo sua força de trabalho para aplicativos, junto ao aumento da fragilidade social, é fundamental para o processo de “descidadanização” (CANCLINI, 2020) das novas gerações. Tanto Butler (2016), como Isabel Lorey (2016), são precisas ao apontar como a precarização se converte em um instrumento de governabilidade dos sujeitos. Toda uma ideologia do empreendedorismo e da inovação tecnológica serve como um instrumento de adestramento, de neutralização dos possíveis atritos provocados por uma precariedade massiva, aumento da informalidade e do desemprego juvenil.

Como aponta Canclini (2020:73), a vida entendida enquanto uma sucessão de projetos favorece o sentimento de desinteresse por instituições estabilizadas, como partidos e sindicatos, refletindo na curta duração dos movimentos sociais encabeçados pelos jovens e na dificuldade em centralizar pautas. Entretanto, mesmo em um contexto de concentração de poder, onde as grandes corporações midiáticas cada vez mais dão cabo à um processo de colonização da internet, Canclini (2020) observa possibilidades de resistências contra-hegemônicas, principalmente associadas a cultura *hacker* e às comunidades de *software* livre.

O descontentamento e a falta de esperanças na transformação do sistema favorece iniciativas que visam subverter a ordem digital que se impõe, principalmente no que se refere ao compartilhamento livre de informação. Mas nem tudo são flores, como aponta o autor. A desconfiança frente aos sistemas econômicos e comunicacionais e o *hacking* destes meios não são apenas instrumentos “rebeldes”, mas, também, servem aos movimentos conservadores que se utilizam desses meios para aumentar a polarização dos cidadãos.

De fato, os dispositivos sociodigitais ampliam a possibilidade de comportamentos ativos nos espectadores, convidando-os a reverberar junto às redes suas opiniões e expectativas. Além do aumento da interatividade, o “capitalismo eletrônico-informático” (Gustavo LINS, 2018) ou “tecnocapitalismo” (Eric SADIN,

2018) reformula o complexo socioeconômico e cultural a partir do armazenamento e classificação de um grande volume de informação.

Canclini (2020:81) aponta a articulação de uma espécie de “panóptico eletrônico”, onde as palavras se transformam em signos de busca e se articulam algoritmicamente para que a informação disponibilizada, gratuitamente, pelos usuários aos buscadores, sobre seus comportamentos, desejos e opiniões, se convertam em insumos mercantilizados. O autor nos provoca a pensarmos o papel do Estado nesse processo. Afinal, que autoridade teria quando sequer se propõe a exercer algum tipo de política para controlar “as grandes corporações transnacionais dedicadas a comercializar a vida privada dos cidadãos?” (CANCLINI, 2020:84, tradução livre).

Nesse sentido, Noah Harari (2016) indica como a centralidade dos dados nesse modelo socioeconômico (“dataísmo”) exige que repensemos tudo aquilo que entendemos por público e privado, sistemas democráticos e autoritários. Seja na esfera do trabalho ou do consumo, o papel dos sujeitos é diluído, tanto os que cooperam gratuitamente com as empresas dessa nova economia, como o papel da própria empresa enquanto entidade responsável pela exploração de seus funcionários e consumidores.

O espaço, vendido pelo discurso de marketing como aberto e livre de hierarquias, se revela submetido a decisões hierarquizadas das grandes multinacionais que controlam os dados, os usos e a apropriação dos benefícios. No limite, todo esse conhecimento exaustivo da intimidade dos consumidores pode ser aproveitado por governos autoritários, pelo setor financeiro e pelas multinacionais que podem modelar previamente as opções disponíveis.

Canclini (2020) recupera a questão de um “determinismo biotecnológico”, mas não se rende a ela como fator explicativo totalizante. Nada, nem ninguém, governa só com dados. Os algoritmos podem ser uma fonte de hegemonia se associados a outras formas e modos de constituição do poder. Por isso, a parte final de sua obra aqui resenhada é dedicada a pensar possibilidades de resistência, enfrentamentos e emancipação sob um regime de hipervigilância digital. Contudo, sempre advertindo sobre uma espécie de zona cinzenta/contraditória entre a capacidade emancipatória das redes e a força da submissão a um regime hipervigilante. A acentuada polarização da sociedade e da política é uma característica dos tempos atuais, mas não quer dizer que antes ela não existia.

Mesmo reconhecendo o papel da “governamentalidade algorítmica” na desorganização das massas, a partir de um excesso de informações disponíveis

que mantém os sujeitos imobilizados, Canclini (2020) busca recuperar algumas respostas dos cidadãos ante a precariedade, os algoritmos e seus gestores. Como, por exemplo, os movimentos do tipo “YoSoy132” (México) e “Occupy Wall Street” (E.U.A) que se articularam inicialmente por meio das redes e se converteram em forças políticas de enfrentamento.

Por um lado, os processos de “descidadanização” (insegurança social, precariedade laboral e crescentes fluxos de migrações dos mais pobres) ampliados e naturalizados pelo regime sociotecnológico vigente fomentam xenofobia, tentações autoritárias e o desejo de cancelamento da democracia político-burocrática para imposição de soluções militares. Por outro, a rede pode servir ao exercício crítico e solidário, resistindo à normalização da manipulação algorítmica. Alguns movimentos sociais criam nexos cooperativos que potencializam sua autonomia relativa graças às tecnologias sociodigitais de uso aberto e a possibilidade de criação de um espaço comum, que fuja à lógica do mercado. Empoderamento e desapropriação caminham juntos, eis uma das principais características de um regime de governamentalidade algorítmica, seu potencial em trabalhar com o contraditório.

A expansão dos acesso aos recursos tecnológicos reprogramam a discussão clássica sobre movimentos sociais, partidos e instituições. A corrupção, o alto encapsulamento burocrático e a falta de sintonia dos partidos com as novas estruturas midiáticas da internet são fundamentais para o afastamento de uma parcela da população dessas esferas de poder. Recuperando a argumentação foucaultiana sobre o papel do Estado na modernidade, Canclini (2020) observa como a concepção de hegemonia está sendo refeita. Para o autor, a perspectiva de um poder que não se estrutura de cima para baixo, de maneira “piramidal”, é ainda mais pertinente no contexto atual de domínio das redes sociodigitais, enquanto uma situação estratégica que coloca em competição forças/vetores em múltiplas direções

Na parte final do texto, Canclini (2020) avança numa discussão teórica sobre o sentido da política e do conceito de hegemonia em uma sociedade onde boa parte das relações são mediadas por dispositivos sociodigitais. O autor arrisca uma hipótese sobre as mudanças na organização social e na experiência cidadã dos sujeitos a partir da emergência das redes. Em sua argumentação (CANCLINI, 2020:129), as intenções hegemônicas das empresas e partidos e os desejos contra-hegemônicos de uma parcela dos usuários, devido ao formato da comunicação produzida na rede, estão engendrando modelos de comunicação e associação que, *a priori*, não são nem hegemônicos nem contra-hegemônicos. Na reconfiguração promovida pelas redes

sociodigitais, as formas de sociabilidade são elaboradas por um arranjo híbrido no qual o poder não mais constitui uma estrutura binária, mas, antes, uma complexidade dispersa.

Na perspectiva de Canclini (2020:135), o excesso de informações disponíveis nas redes, tende a favorecer o interesse de uma parcela da população pela busca de um “redentor” onisciente, um líder “excepcional” capaz de recompor a verdade. Líderes que ascendem com a promessa de cumprir aquilo que os partidos, sindicatos e movimentos sociais não são mais capazes de realizar devido a polisssemia de vozes e correntes. A sofisticação do trabalho sociológico de Canclini (2020) não permite que ele avance nesta hipótese sem antes estudar processos empíricos tão diversos como os que aconteceram no Brasil, México, Estados Unidos ou Europa.

Assim, o autor encaminha o fechamento de sua obra em um exercício de recuperar Kant, um dos pilares do pensamento ocidental moderno, para pensar o estágio atual da sociedade latino americana. É a partir das quatro interrogações kantianas clássicas- o que eu posso conhecer, como posso agir, o que eu posso esperar e o que é o Homem- que Canclini (2020) estrutura seu epílogo.

Em sua obra, Canclini (2020) reconhece que em uma sociedade altamente digitalizada, o acesso à internet permite aos sujeitos construir novos saberes e combinar várias disciplinas. Há uma ampliação do acesso à informação, ampliação cognitiva que pode ser uma fonte de potência para o desempenho da cidadania. Para pensarmos formas emancipatórias possíveis é preciso reconhecer que a internet, por um lado, oferece uma estrutura em rede que pode ser utilizada enquanto um recurso antiautoritário. No entanto, sua dependência de instâncias hiper centralizadas de gestão de dados coloca em conflito a potência libertadora do acesso ao conhecimento com a restauração e reforço de práticas de dominação e preconceitos (CANCLINI, 2020:150).

A ausência de informações aos usuários sobre as políticas de privacidade, a facilidade com que circulam conteúdos de ódio e de cunho fascista nas redes associada à dificuldade dos conglomerados e grandes empresas de tecnologia em eliminar prontamente informações falsas e suspender contas que disseminam tais conteúdos, favorecem a emergência de práticas e discursos autoritários e antidemocráticos pelo mundo conectado. Mas o que podemos fazer nesse contexto?

Para Canclini (2020), há a necessidade de desenvolvermos uma cidadania experimental focada em modelos de cooperação flexíveis. A mediação televisiva e, posteriormente, das redes sociodigitais, fomentou novas formas de participação. Entretanto, a capacidade de acúmulo de informações e comportamentos

pelos algoritmos aparecem como um “novo poder estruturante” (CANCLINI, 2020:153), que devido à lógica totalitária de apropriação dessas informações e à inaptidão dos sistemas algorítmicos em criar formas sustentáveis de governabilidade social, apartam os “cidadãos- consumidores- usuários” do exercício da cidadania. No limite, Canclini (2020) reconhece o potencial democratizador dos recursos digitais e as diversas possibilidades de usos dessas ferramentas para a construção de outros modos de sociabilidade. Entretanto, o potencial emancipador desses recursos é colocado em xeque quando situamos essas redes dentro da lógica da precarização fomentada pelo sistema socioeconômico. Mas, então, o que podemos esperar?

A resposta do trabalho de Canclini (2020) à questão acima passa por esse sentimento de desassossego tão próprio ao período em que vivemos. Os algoritmos favorecem a sensação de instabilidade ao criar a sensação de que habitamos um mundo sem totalização, sem uma narrativa unificadora. Essa sensação de instabilidade, Embora Canclini (2020) não avance muito neste argumento, é uma das fontes que ajudam a explicar a ascensão de discursos messiânicos e totalitários no campo da política.

Mas o que é ser humano neste cenário de incertezas e hiperconectividade? A questão kantiana sobre a humanidade vem sendo recolocada por várias correntes do pensamento social do século XX. Seja Michel Foucault, Claude Lévi-Strauss ou Donna Haraway, toda grande teoria social do século XX buscou responder ao mistério: do que constitui ser “ser humano”? Canclini (2020) reconhece a impossibilidade de uma resposta universal e homogênea sobre o que seria o humano. Com a ascensão da economia financeirizada, fica cada vez mais difícil a execução de políticas multiculturais. Mesmo que haja o esforço dessas políticas em fomentar uma governamentalidade de mundo pacífica e não destrutiva, a falta de organizações globais e acordos que garantam a execução dessas políticas dificultam o pluralismo (CANCLINI, 2020:161).

Para muitos críticos da contemporaneidade, estaríamos em uma sociedade da desidentificação. No entanto, talvez a melhor definição para o contexto atual, permeado pelas tecnologias sociodigitais, seja uma sociedade de multi-identificações. Para o tema da obra de Canclini (2020), a sociedade latino americana está orbitando entre a descidadanização e novas formas de exercício da cidadania. Seguindo Gayatri Spivak (2017), Canclini (2020) defende que aprendamos a viver com instruções contraditórias. Nesse sentido, o autor defende que assumamos a heterogeneidade das resistências na busca por análises dos conflitos que fujam às totalizações. Não há o conceito de latino americano fechado, nem uma epistemologia do sul homogênea. Antes o pensador argentino defende a

mobilização desses conceitos de forma flexível, respeitando as particularidades de cada contexto.

Ao longo de seu trabalho, Néstor Canclini (2020) reconhece a importância das instituições se renovarem a partir dos modelos clássicos de participação cidadã, como o voto. Todavia, o autor enxerga potência em formas de cidadania que não se prendam às instituições ou aos aplicativos e seus lucros. Formas de cidadania que buscam escapar da pretensão homogeneizadora do poder político e econômico estabelecido, valorizando o aspecto contraditório de uma sociedade fragmentada e hiperconectada. Talvez, cidadãos “reemplazados” (substituídos) por algoritmos não seja um título totalmente verídico². Mas como Canclini (2020:164) diz, “¿Ciudadanos reemplazados por algoritmos? No es una noticia falsa, sólo una dimensión de lo que está sucediendo”³.

Referências

- ADORNO, Theodor, W. “O ensaio como forma”. In: ADORNO, T. W. *Notas de literatura I*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- BROWN, Wendy. *Edgework. Critical essays on knowledge and politics*. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- BUTLER, Judith. “Prefácio”. In: LOREY, Isabel. *Estado de inseguridad. Gobernar la precariedad*. Madrid: Traficantes de sueños, 2016.
- CANCLINI, Néstor Raúl García. *Ciudadanos reemplazados por algoritmos*. Bielefeld, Bielefeld University Press, 2020.
- HARARI, Yuval Noah. *Homo Deus. Breve historia del mañana*. Barcelona: Debate, 2016.
- LINS, Gustavo. “El precio de la palabra: La hegemonía del capitalismo electrónico-informático y el Googleismo”. *Desacatos* 56: 16-33, 2018.
- LOREY, Isabel. *Estado de inseguridad. Gobernar la precariedad*. Madrid: Traficantes de sueños, 2016.
- MOULIER, Yann. *Le capitalisme cognitif: La nouvelle grande transformation*. Paris: Editions Amsterdam, 2007.
- SADIN, Eric. *La silicolonización del mundo*. Argentina: Caja Negra, 2018.

2 Neste ponto, esclareço que, sempre respeitando o texto do autor, opto em algumas partes pela tradução do termo “reemplazado” (algo como “substituído”, em tradução livre do espanhol) pela expressão “plasmado”. Pois mais que substituir, acredito que os algoritmos acabam por plasmar a experiência cidadã. Modulando-a, conforme os interesses das grandes corporações que compõem a arquitetura e economia digital, e não tanto substituindo-a como o termo “reemplazado” possa transmitir.

3 Traduzindo livremente, “Cidadãos substituídos por algoritmos? Não é uma notícia falsa, apenas uma dimensão do que está acontecendo”.

SPIVAK, Gayatri. *Una educación estética en la era de la globalización*. México: Siglo XXI, 2017.

Recebido em: 21/12/2022

Aprovado em: 06/02/2022

Como citar esta resenha:

SANTOS, Dionys Melo dos. O cidadão plasmado por aplicativos: Estado, política, precarização e cidadania no contexto latinoamericano do século XXI. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 2, maio - agosto. 2023, pp. 675-685.

Diretrizes para Autores

A Revista Contemporânea publica artigos em português,
inglês, espanhol e francês.

Normas para o envio de originais:

Para a submissão de textos, é exigida dos autores a titulação mínima de mestre. Fomentamos publicações de interesse acadêmico e social, redigidas de forma coerente, objetiva, gramaticalmente adequada, e que apresente consistência teórico-metodológica e argumentativa.

A submissão de um artigo a *Contemporânea* implica que o mesmo não tenha sido publicado total ou parcialmente como parte de livros ou em revistas e que não tenha sido enviado simultaneamente a outro periódico. Manuscritos publicados em anais de eventos científicos são considerados inéditos: nesses casos, os autores devem informar em nota de rodapé os dados completos dos anais do evento no qual o trabalho foi apresentado.

Todos os trabalhos devem ser inéditos, mas são publicadas traduções de textos teóricos relevantes, a partir da seleção e indicação do Comitê Editorial.

O conteúdo das obras assinadas é de responsabilidade exclusiva dos autores, assim como a seleção dos descritores (palavras-chave).

Artigos – em arquivo Word, com no máximo 25 páginas em letra Times New Roman 12, espaço 1,5, acompanhados de resumo (no máximo sete linhas) palavras-chave (no máximo cinco) e título, em português, inglês e espanhol; Os títulos de livros e revistas mencionados no corpo do texto devem vir em itálico, assim como as palavras estrangeiras e eventuais ênfases do/a autor/a.

Resenhas – Serão aceitas resenhas de livros publicados no Brasil e no exterior, no máximo, há três anos.

Os textos deverão vir com uma folha de rosto, informando: nome do/a autor/a, filiação institucional, telefone e email. O nome do/a autor/a não deverá constar no corpo do texto, garantindo o anonimato do processo de avaliação e seleção. Em casos de textos com imagens e/ou figuras devem ser enviadas em formatos jpeg. A responsabilidade pelos direitos autorais de reprodução ficará a cargo do/a autor/a.

Dossiês - A organização dos Dossiês se inicia com o Comitê Editorial definindo a temática a ser abordada na sessão Dossiê e o convite de um/a

pesquisador(a)/professor(a) responsável por coordená-la. Dessa maneira, a partir das normas gerais para a sessão Dossiê – número de cinco artigos no mínimo e seis no máximo, todos originais, avaliados por pares - o coordenador tem liberdade para definir sua composição e redigir a apresentação.

Apresentação da Filiação Institucional - Na folha de rosto, o/a autor/a deverá informar seu vínculo institucional seguindo o modelo da revista: nome da universidade ou instituto de pesquisa por extenso e, entre parêntesis, sua sigla, traço, cidade da instituição, país, e-mail. Exemplo: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - São Carlos - Brasil - xxxxx@ufscar.br - ORCID:

Indicação do Financiamento da Pesquisa - Caso se trate de resultado de pesquisa financiada adicionar curta nota de rodapé - a partir do título - indicando o financiamento segundo as regras do/a financiador/a.

Citações – As citações, preferencialmente, deverão estar na língua em que o artigo foi escrito. Se houver necessidade de colocar a citação na língua original, ela deve vir como nota de rodapé.

Notas de Rodapé - Numeradas consecutivamente ao final de cada página, incluindo apenas comentários. Os/as autores/as devem ser destacados no corpo do texto, seguindo a seguinte orientação: sobrenome do autor, ano da obra, dois pontos, página (Butler, 2003: 25). Obras publicadas no mesmo ano devem ser diferenciadas pelas letras do alfabeto (1988a – 1988b).

Referências Bibliográficas - As referências bibliográficas devem ser citadas ao final do artigo (resenha, documento, entrevista), obedecendo os seguintes critérios:

LIVRO – sobrenome do autor, nome do autor. Título do livro (itálico). Local de publicação, editora, data, páginas. [BECKER, Howard. *Outsiders- Estudos de Sociologia do Desvio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008 (1963)].

CAPÍTULO DE LIVRO – sobrenome do autor, nome do autor. Título do capítulo (sem aspas). In: sobrenome do autor, nome do autor. Título do livro (itálico). Local de publicação, editora, data, páginas. [HONNETH, Axel. Teoria Crítica. In: GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan. (Orgs.) *Teoria Social Hoje*. São Paulo, Editora UNESP, 1999, pp. 503-552.]

ARTIGOS EM REVISTAS – sobrenome do autor, nome do autor. Título do artigo (sem aspas). Nome da revista (itálico). Local de publicação, volume (v.), número (n.) ano, páginas. [SILVA, Maria Aparecida de Moraes. A cultura na esteira do tempo. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 15, n. 3, Julho 2001, pp. 102-112.]

DISSERTAÇÃO E TESES – sobrenome do autor, nome do autor. Título da dissertação ou tese (sem itálico). Disciplina, Universidade, data. [BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. A Pedagogia do Sexo em O Ateneu: o dispositivo de sexualidade no internato da “fina flor da mocidade brasileira”. Dissertação de mestrado, Sociologia, UFSCar, 2009.]

E-mail da Revista para Envio de Originais: revcontemporanea@gmail.com

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar está online, no sistema Open Journal, no endereço: www.contemporanea.ufscar.br

Processo de Avaliação pelos Pares

Os trabalhos são apreciados pelo Comitê Editorial, que avalia a titulação mínima dos autores; a adequação textual dos trabalhos; a originalidade e o enquadramento dos mesmos no foco e escopo da revista. Após esse primeiro processo, o Comitê Editorial encaminha as peças para dois consultores *ad hoc* no sistema de avaliação dupla cega. No caso de concordância entre os consultores, os pareceres - que podem aceitar o artigo, recusar o artigo ou propor mudanças - são encaminhados pelo Comitê Editorial ao autor. Quando há pareceres contraditórios entre estes consultores, o desempate resulta da submissão do artigo a um/a novo/a parecerista.

Conforme a legislação brasileira - Lei nº 9.610/1998 - não será aceita qualquer forma de plágio. Em caso de denúncia de plágio, o comitê editorial usará um programa específico para detectar o plágio - software CopySpider – (<https://copyspider.com.br/main/pt-br>) . Se confirmado, o artigo será retirado da revista.

O tempo estimado para uma decisão final é de 3 meses no caso de artigos que sejam rejeitados na avaliação pelo Comitê Editorial (que avalia aspectos formais, assim como a adesão do artigo ao escopo da revista). Para os artigos enviados para pareceristas *ad hoc*, o tempo médio entre a submissão e a decisão final é de 10 meses.

A revista recebe um número cada vez maior de submissões e desde início de 2020 tem se esforçado para reduzir o tempo de avaliação dos artigos.

Versão eletrônica disponível em www.contemporanea.ufscar.br

Revisão:

Tamires Bonani

Diagramação:

Casa de Ideias
www.casadeideias.art.br

Projeto Gráfico e Capa:

Diagrama Editorial
www.diagramaeditorial.com.br

